

instituto socioambiental

Relatório Anual de Atividades

2012

PENSO, LOGO
COEXISTO.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012



QUEM SOMOS

O Instituto Socioambiental (ISA) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fundada em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação e experiência marcantes na luta por direitos sociais e ambientais. Tem como objetivo defender bens e direitos coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. O ISA produz estudos e pesquisas, implanta projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental, valorizando a diversidade cultural e biológica do país.

LINHAS DE AÇÃO

O ISA está estruturado em Programas que têm por base as seguintes linhas de ação:

- ✓ Defesa dos direitos socioambientais
- ✓ Monitoramento e proposição de alternativas às políticas públicas
- ✓ Pesquisa, difusão, documentação de informações socioambientais
- ✓ Desenvolvimento de modelos participativos de sustentabilidade socioambiental
- ✓ Fortalecimento institucional dos parceiros locais

Para saber mais sobre o ISA consulte
www.socioambiental.org

CONSELHO DIRETOR:

Neide Esterci (presidente), Marina Kahn (vice-presidente), Ana Valéria Araújo, Tony Gross, Jurandir M. Craveiro Jr.

SECRETÁRIO EXECUTIVO:

André Villas-Bôas

SECRETÁRIA EXECUTIVA ADJUNTA:

Adriana Ramos

COORDENADORES DE PROGRAMAS E ATIVIDADES PERMANENTES:

André Villas-Bôas, Antenor Bispo de Moraes, Cícero Cardoso Augusto, Beto Ricardo, Fany Ricardo, Guilherme Tadaci Ake, Leila Maria Monteiro, Márcio Santilli, Maria Ines Zanchetta, Nilto Tatto

APOIO INSTITUCIONAL:



Icco – Organização Intereclesiástica para
Cooperação ao Desenvolvimento



NCA – Ajuda da Igreja da Noruega

São Paulo (sede)

Av. Higienópolis, 901
01238-001 São Paulo – SP – Brasil
tel: (11) 3515-8900
fax: (11) 3515-8904
isa@socioambiental.org

Brasília

SCLN 210, bloco C, sala 112
70862-530 Brasília – DF – Brasil
tel: (61) 3035-5114
fax: (61) 3035-5121
isadf@socioambiental.org

Manaus

Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar – Largo do Teatro – Centro
69010-230 Manaus – AM – Brasil
tel/fax: (92) 3631-1244/3633-5502
isamao@socioambiental.org

Boa Vista

Rua Presidente Costa e Silva, 116 – São Pedro
69306-670 Boa Vista – RR – Brasil
tel: (95) 3224-7068
fax: (95) 3224-3441
isabv@socioambiental.org

S. Gabriel da Cachoeira

Rua Projetada 70 - Centro
69750-000 São Gabriel da Cachoeira – AM – Brasil
tel/fax: (97) 3471-1156
isarn@socioambiental.org

Canarana

Av. São Paulo, 202 – Centro
78640-000 Canarana – MT – Brasil
tel/fax: (66) 3478-3491
isaxingu@socioambiental.org

Eldorado

Av. Dr. Nuno Silva Bueno, 390 – Centro
11960-000 Eldorado – SP – Brasil
tel: (13) 3871-1697/1545
isaribeira@socioambiental.org

Altamira

R. Professora Beliza de Castro, 3.253 – Jd. Independente II
68372-530 Altamira – PA – Brasil
tel: (93) 3515-0293
isaaltamira@socioambiental.org

SUMÁRIO

| | |
|--------------------|---|
| Apresentação | 5 |
|--------------------|---|

Atividades Permanentes

| | |
|------------------------------------|----|
| Administração | 9 |
| Comunicação..... | 10 |
| Desenvolvimento Institucional..... | 12 |
| Documentação | 16 |
| Geoprocessamento..... | 17 |
| Informática | 21 |

Programas

| | |
|--|----|
| Programa Monitoramento de Áreas Protegidas..... | 25 |
| Programa Política e Direito Socioambiental | 32 |
| Programa Rio Negro | 36 |
| Programa Vale do Ribeira | 70 |
| Programa Xingu | 93 |

Amazônia

| | |
|--|-----|
| RAISG Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada | 111 |
|--|-----|

Tema

| | |
|---------------------------------|-----|
| Povos Indígenas no Brasil | 115 |
|---------------------------------|-----|

Apresentação

O ano de 2012 foi intenso. Além da diversidade de atividades que foram desenvolvidas pelos programas do ISA, o ano ficou politicamente marcado por ações que representaram retrocessos socioambientais. A revogação do Código Florestal, o início das obras da usina de Belo Monte na Volta Grande do Rio Xingu (PA), sem consulta prévia e sem o cumprimento de condicionantes, os projetos de lei propondo mudanças na sistemática de reconhecimento e demarcação de Terras Indígenas e os decretos presidenciais reduzindo limites de Unidades de Conservação para dar lugar a hidrelétricas, compuseram uma agenda política bastante adversa.

No caso do novo Código Florestal, ao lado de outras organizações da sociedade civil, o Programa de Políticas Públicas e Direito Socioambiental do ISA lutou, antes de sua votação, por uma versão menos danosa e, por fim, trabalhou na campanha pelo veto da presidente Dilma a vários dos artigos propostos pelo Congresso, produzindo análises e protocolando sugestões junto ao Palácio do Planalto.

Com o início das obras de Belo Monte, o ISA intensificou o monitoramento das condicionantes estabelecidas para o licenciamento do empreendimento. Uma tabela com condicionantes previstas cumpridas e não cumpridas é constantemente atualizada e divulgada pelo site do ISA e junto à imprensa. A equipe do Programa Xingu continuou a participar do Comitê Gestor do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu e das Câmaras Técnicas de Monitoramento das Condicionantes de Belo Monte, Populações Tradicionais e Ordenamento Fundiário e Ambiental. Destaque para o lançamento do Atlas De Olho na Bacia do Xingu, primeira iniciativa de sistematização e disseminação de informações e análises socioambientais sobre a bacia.

Nas três Resex da Terra do Meio, foram concluídos pólos de desenvolvimento e inclusão social (com infraestrutura para educação, saúde, comunicação e pista de pouso). Foram inauguradas mini-usinas de processamento de óleos vegetais extraídos da floresta e firmadas novas parcerias comerciais com empresas.

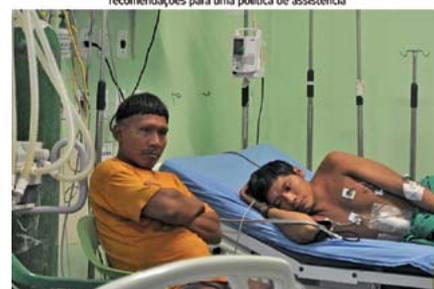
No Parque Indígena do Xingu, os destaques foram para o término da primeira etapa de construção do Plano de Gestão Territorial, duas novas etapas intensivas do curso de formação Território e Serviços Socioambientais e a ampliação do treinamento de combate a incêndios florestais e controle de queimadas para aldeias Kuikuro e Waurá do Alto Xingu.

As ações de adequação socioambiental da Bacia do Xingu, com ênfase na restauração florestal, foram disseminadas para outras regiões da Amazônia e do Cerrado. A Rede de Sementes, por sua vez, realizou seu nono encontro e está se consolidando como importante geradora de renda, valorizando a economia florestal. Novas casas de sementes foram inauguradas no Parque Indígena do Xingu.

No Rio Negro, noroeste amazônico, a equipe do ISA deu início ao projeto Mapeo, de cartografia cultural, para identificar lugares sagrados dos povos indígenas daquela região transfronteiriça e contribuir para sua salvaguarda. O projeto é binacional, desenvolvido por Brasil e Colômbia. A equipe também prosseguiu com o projeto da Pimenta Baniwa, e começou a funcionar de forma experimental a primeira casa de pimenta em Tunuí Cachoeira, no Alto Içana, a ser inaugurada no início de 2013. A pimenta jiquitaia baniwa pretende alcançar mercados como São Paulo, Manaus e Brasília.

Em Roraima, a equipe do ISA/Boa Vista deu sequência ao projeto de documentação do xamanismo Yanomami, em parceria com a Hutukara Associação Yanomami, o Instituto Século XXI e a Cinemateca Brasileira, que resultou no filme *Xapiri*, lançado durante a Rio+20 e depois em Boa Vista. A equipe também iniciou o Projeto Cruviana de geração de energia eólica na região da TI Raposa-Serra do Sol, em parceria com o CIR e com a Universidade Federal do Maranhão. No final do ano, a equipe participou de uma expedição com outras instituições ao limite da Leste da TI Yanomami, para verificar ocupações ilegais e desmatamentos. Em junho de 2012, foi lançada a versão digital da publicação *Diversidade Socioambiental de Roraima – subsídios para debater o futuro sustentável da região*.

Em parceria com o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), o ISA trabalhou no levantamento de informações sobre a precária situação de saúde dos índios do Vale do Javari, em busca de uma solução. O documento *Saúde na Terra Indígena Vale do Javari, diagnóstico médico-antropológico: subsídios e recomendações para uma política de assistência* foi entregue em outubro à Secretaria Especial de Saúde Indígena, vinculada ao Ministério da Saúde.



Como parte do Projeto Radar Rio+20, iniciado em 2011, de capacitação de jornalistas para qualificar a cobertura da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro em junho, a equipe de Comunicação cobriu os eventos da Cúpula dos Povos, os eventos paralelos dos quais o ISA participou e acompanhou as negociações em torno do documento oficial da conferência.

A Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg) que reúne 11 instituições de nove países amazônicos, cuja coordenação está a cargo do ISA, lançou no final do ano o Atlas *Amazonía sob presión*. Escrito em espanhol, traz um conjunto de seis pressões e ameaças sobre a Amazônia na última década – estradas, petróleo e gás, hidrelétricas, mineração, desmatamento e focos de calor. Em 2013 serão lançadas as versões em português (impressa e digitalizada) e em inglês (digitalizada).

Durante o ano, a equipe do Monitoramento de Áreas Protegidas iniciou trabalho de campo para realizar o levantamento de indicadores em Terras Indígenas de Roraima, em parceria com o Conselho Indígena de Roraima (CIR). O trabalho foi feito junto a sete comunidades da região do Taiano. Um boletim com notícias sobre Áreas Protegidas também é produzido pela equipe e atualizado constantemente, disponível no site.

O inventário de referências culturais quilombolas do Vale do Ribeira realizado com apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) foi finalizado e a equipe do Programa Vale do Ribeira apresentou os resultados em um grande seminário realizado em Eldorado com a presença de parceiros e comunidades quilombolas. Um livro e um vídeo serão lançados no primeiro semestre de 2013. Outro destaque foi feira de troca de mudas e sementes tradicionais quilombolas, que se realiza anualmente em Eldorado (SP), e que em 2012, captou parte dos recursos necessários à sua realização por meio de um fundo colaborativo, o Catarse, que o ISA levou adiante com uma campanha na internet.

Essas são algumas entre as muitas ações que os programas do ISA desenvolveram em 2012 e que estão relatadas em detalhes ao longo desse relatório. Boa leitura!

André Villas-Bôas
Secretário executivo

ATIVIDADES PERMANENTES

ADMINISTRAÇÃO

O que é

Área responsável pelo gerenciamento administrativo e financeiro do Instituto Socioambiental (ISA), com escritório central em São Paulo e equipes de referência em Brasília, São Gabriel da Cachoeira (AM), Manaus (AM), Boa Vista (RR), Canarana (MT), Altamira (PA) e Eldorado (SP). Reúne as atividades necessárias para administrar o ISA visando atender as legislações fiscal, contábil e trabalhista, as regras do Instituto e os acordos com as coordenações dos projetos e programas, contemplando as diferentes formas de atuação de cada equipe. A administração está assim estruturada:

- ▶ **Núcleo de Gestão de Contratos** - planejamento financeiro, elaboração de orçamentos, relatórios gerenciais, rateios de despesas compartilhadas, monitoramento de projetos e prestação de contas para as agências financiadoras.
- ▶ **Setor Financeiro Contábil** - contas a receber/cobrança, contas a pagar, tesouraria, controle financeiro de fluxo de caixa, e relatórios contábeis.
- ▶ **Setor de Pessoal** - administração do quadro de funcionários e de prestadores de serviços, recrutamento, seleção, admissão, informações a funcionários, demissão, folha de pagamentos, benefícios e orientação à coordenação quanto aos riscos, alternativas e custos trabalhistas.
- ▶ **Setor de Compras** - cotação de preços, compras, fiscal e controle patrimonial.
- ▶ **Setor de Serviços Gerais e Suprimentos** - comercialização de produtos, logística, serviços administrativos – recepção, telefonia, fotocópias/encadernações, almoxarifado, copa, limpeza e conservação – apoio para as filiais.

Equipe

São Paulo-SP

• Coordenação

Guilherme Tadaci Ake (administrador de empresas, coordenador); Fabio Masami Endo (bacharel em Ciências Contábeis, coordenador adjunto).

• Setor de Orçamento e Finanças/Financeiro Contábil

Sandra Mara Ribeiro (bacharel em Ciências Contábeis, supervisora de contabilidade); Mauro Antonio de Oliveira (auxiliar financeiro); Marcos Ely Finotti (assistente financeiro); Luciana Andrade dos Santos (auxiliar financeira); Jamerson Oliveira da Silva (auxiliar financeiro); Bruno Ricardo Pereira de Jesus (auxiliar administrativo); Glauber Marques de Macedo (auxiliar administrativo).

• Setor de Pessoal

Rosilene Dias de Moraes (tecnóloga em recursos humanos, assistente de pessoal); Renata Pereira Braga (técnica contábil, assistente financeiro).

• Setor de Serviços Gerais e Suprimentos

Carlos Alberto de Souza (administrador de empresas, supervisor de serviços gerais); Francisco Cleonilton Moreira de Souza (zelador); Rosana Aparecida Lino Andre (auxiliar de serviços gerais); Veronice Cardoso Matos (auxiliar de serviços gerais); Sara Andrade dos Santos (receptionista).

• Setor de Compras

Simone Alves Pereira (assistente de compras); Waldemir Brolio (administrador de empresas, auxiliar administrativo); Regiane Pereira Braga (auxiliar administrativo).

Brasília-DF

• Gestão Administrativa – Programa Política e Direito Socioambiental

Francisco das Chagas Oliveira do Nascimento (assistente financeiro); Linda Cristina Khan (secretária executiva); Maria Pereira dos Santos (auxiliar de serviços gerais).

Manaus-AM

• Gestão Administrativa – Programa Rio Negro

Marcílio Cavalcanti (agrônomo, supervisor de administração).

São Gabriel da Cachoeira-AM

• Gestão Administrativa – Programa Rio Negro

Wizer de Oliveira Almeida (assistente técnico de administração); Joás Rodrigues da Silva (auxiliar administrativo); Margarida Murilo Costa (zeladora).

Roraima-RR

• Gestão Administrativa – Programa Rio Negro

Matthieu Lena (administrador); Sidinaldo Lima dos Santos (auxiliar administrativo); Marcolino da Silva (auxiliar de serviços gerais).

Canarana-MT

• Gestão Administrativa – Programa Xingu

Cleudemir Peixoto (pedagoga, auxiliar administrativa); Erica leglli (auxiliar de serviços gerais); Karla Patricia Oliveira (auxiliar de administração); Sadi Elsenbach (motorista).

Altamira-PA

• Gestão Administrativa – Programa Xingu

Rita de Cassia Chagas da Silva (auxiliar administrativa); Benedito Alzeni Bento (piloto de voadeira).

Eldorado-SP

• Gestão Administrativa – Programa Vale do Ribeira

Camila Pontes Abu Yaghi (auxiliar administrativa).

COMUNICAÇÃO

O que é

Área dedicada à comunicação institucional com o público externo, parceiros e colaboradores, responsável pela produção e divulgação de informações no site, em rede sociais como Twitter e no Facebook, e por e-mail junto à mídia especializada, privilegiando temas de interesse do Instituto Socioambiental (ISA), direcionados a diferentes públicos. Atende ainda as demandas da imprensa, orienta, encaminha e, por outro lado, propõe pautas socioambientais e faz followup.

Produz e edita o Boletim Socioambiental – resumo das atividades do instituto, enviado a parceiros e financiadores –, boletins eletrônicos com notícias e pautas/releases para a imprensa, elabora projetos gráficos, faz editoração eletrônica e produz materiais de apoio a eventos do ISA. O objetivo é divulgar ao público em geral as ações focadas na pesquisa e disseminação de informações socioambientais, em defesa dos direitos socioambientais coletivos e dos povos, e que sirvam de referência para propor novos modelos de sustentabilidade socioambiental e alternativas às políticas públicas.

Equipe

Alex Piaz (bacharel em Marketing, analista web); JMaria Inês Zanchetta (jornalista, editora); Christiane Peres (jornalista, editora programa Xingu); Oswaldo Braga de Souza (jornalista, editor); Vera Feitosa (editora de arte).

O que foi feito

- Elaboração e envio de boletins eletrônicos para a mídia especializada e mailings regionais com notícias publicadas no site do ISA.
- Produção e envio de 77 releases e pautas com assuntos de interesse do ISA, principalmente a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e a reforma no Código Florestal.
- Desenvolvimento e conclusão do projeto Rio +20 apoiado pela Fundação Ford, de capacitação para jornalistas com as seguintes ações:
 - Realização de roda de conversa em São Paulo, sobre o andamento das negociações em torno do documento final da conferência;
 - Lançamento oficial do site Radar Rio+2 (www.rea-darrio20.org.br);
 - Realização de workshop em São Paulo sobre os temas específicos para a cobertura da conferência: sociedade civil; documento final;
 - Cobertura de eventos durante a conferência no Rio: Cúpula dos Povos e Rio Centro, com a publicação de notícias no site do ISA e no site específico do Radar, com a publicação de eventos e documentos finais da conferência.
- Elaboração de projetos gráficos, editoração e acompanhamento gráfico de livros, além de informativos e materiais de divulgação diversos como banners, folders, camisetas e outros;
- Produção de 234 notícias (214 NSAS e 20 artigos Direto do ISA);



- Atualização de mailings de imprensa;
- Manutenção e produção de conteúdo para o site do ISA;
- Divulgação de cyberações e continuidade na participação na cyberação Florestafazdiferença.
- Revisão de publicações do Programa Vale do Ribeira.

► WEBSITE

- 2.663.513 acessos ao site
 - 5.713.613 páginas visualizadas
- (com base em relatório do Google Analytics).

Sites considerados: PIB, Pibinho, Cílios do Ribeira, Socioambiental, Y Ikatu, TIs, UCs, Radar Rio+20.

 13.608 seguidores

 4.315 pessoas curtiram

 73.745 visualizações de vídeos ou 248.897 minutos assistidos e 83 assinantes do canal do ISA.



Manifestação contra a política ambiental do governo na Rio+20, © Claudio Tavares/ISA

► ISA NA MÍDIA

• 373 inserções na mídia (sendo 49 entrevistas para rádio e tevê com destaque para Jornal Nacional e Jornal das Dez; CBN, Rádio Estadão/ESPN, Rádio Eldorado e Rádio Nacional da Amazônia).

TABELA COMPARATIVA 2005-2012

| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Comparação (%) 2011/2012 |
|-------------------------------|------|------|--------------------|--------------------|------|-----------|-----------|-----------|-----------------------------|
| Notícias | 258 | 195 | 201 | 233 | 193 | 208 | 245 | 234 | -4,5% |
| Direto do ISA | 01 | 01 | 09 | 0 | 04 | 09 | 15 | 20 | 33,3% |
| Boletins eletrônicos e pautas | 48 | 49 | 60 | 100 | 53 | 39 | 59 | 77 | 30,5% |
| Visitas ao site | | | | | | 1.903.622 | 2.299.085 | 2.663.513 | 15,8% |
| Inserções na mídia geral | 379 | 360 | 753 ^(*) | 581 ^(*) | 382 | 337 | 440 | 373 | -15,2% |
| Só rádio e tevê | 67 | 33 | 73 ^(*) | 86 ^(*) | 55 | 34 | 65 | 49 | -24,6% |

^(*) nos anos de 2007 e 2008 com a realização da Campanha De Olho nos Mananciais e com uma assessoria de imprensa própria cresceu o número de inserções do ISA na mídia e o número de entrevistas para rádio e tevê.

► PRODUÇÃO GRÁFICA

- Projeto gráfico e editoração do Atlas *Amazonía bajo presión*.
- Projeto gráfico e editoração dos *Mapas RAISG 2012* (espanhol, português e inglês).
- Relatório 2011.
- Projeto gráfico e editoração do livro *Planejamento Territorial Quilombo S. Pedro*.
- Projeto gráfico e editoração livro *Planejamento Territorial Participativo – relato de experiências em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira*.
- Projeto gráfico e editoração do livro *Planejamento Territorial Quilombo Morro Seco*.
- Projeto gráfico e editoração do livro *Manejo dos peixes na bacia do Tiquié*.
- Agenda ISA 2013.
- Projeto gráfico do livro *Referências Culturais Quilombolas*.

Avaliação

A equipe de jornalistas (um em Brasília e um em São Paulo) com um profissional a menos que no ano anterior, continuou a acompanhar de perto dois assuntos caros ao ISA: o Código Florestal e a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará. Em trabalho integrado com o Programa Política e Direito Socioambiental e Programa Xingu do ISA, várias notícias, reportagens e artigos foram produzidos tratando dos dois temas.

A equipe trabalhou exaustivamente na divulgação das questões referentes ao Código Florestal, com análises e pautando a mídia.

O site Radar Rio+20 apresentou boa performance registrando 197 048 visitas, com picos de crescimento a partir de maio, às vésperas da conferência. Mesmo com a conferência encerrada, o site continua registrando visitas e continua sendo atualizado.

Perspectivas

- A elaboração de um blog mais dinâmico, versátil e colaborativo terminou no final de 2012, com a validação das equipes do ISA durante o seminário de final de ano. Em março de 2013 deverá estar no ar.
- Envolvimento dos programas do ISA nos conteúdos produzidos deverá ser maior e mais participativo.
- Utilização do acervo de fotos, de textos e de mapas para divulgação no blog.
- A prioridade da nova plataforma será aprimorar a comunicação interativa com o público interno e externo
- Dar continuidade à ampliação da participação do ISA em novas redes sociais.

Melhores momentos

- Produção de notícias e artigos sobre a reforma do Código Florestal.
- Projeto Radar Rio+20 – site e cobertura da conferência.
- Produção do Atlas da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG).
- Participação na reformulação do layout e conteúdo das Manchetes Socioambientais.
- Reformulação do site do ISA.

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O que é

Atividade permanente que visa aperfeiçoar a capacidade de fluxo de informações internas e externas, por meio de sistemas atualizados e apropriados de coleta, processamento e gerenciamento de informações referentes a compromissos e obrigações contratuais. Visa também facilitar a entrada permanente de recursos por meio do apoio à elaboração de projetos, negociação com instituições financiadoras e elaboração de relatórios.

Equipe

Josy Andrade dos Santos (estudante de Administração de Empresas, auxiliar de desenvolvimento institucional). **Margareth Nishiyama** (arquiteta, assessora de planejamento e desenvolvimento institucional)

Colaboradores: **Moisés Pangoni** (administrador de empresas, assessoria na implementação da plataforma de gestão de projetos e contratos, de janeiro a novembro); **Ana Carolina Gonçalves de Oliveira** (engenheira de biotecnologia, assessoria na atualização da plataforma de gestão de projetos e contratos, de novembro a dezembro)

Projetos monitorados em 2012

| | | |
|---|------------|---------------------------------------|
| A | 72 | contratados anteriormente a 2012 |
| B | 33 | contratados em 2012 |
| C | 6 | não contemplados |
| D | 9 | em negociação |
| E | 8 | aprovados aguardando contratação |
| F | 3 | contratos cancelados |
| | 131 | Total de processos monitorados |

O que foi feito

- Prospecção de oportunidades junto a órgãos públicos nacionais, fundações e agências nacionais e internacionais;
- Assessoria na formulação, consolidação, formatação e encaminhamento de propostas a instituições financiadoras;
- Acompanhamento constante do processo de negociação, desde a submissão até a efetivação da contratação dos projetos;
- Monitoramento dos compromissos e obrigações contratuais;
- Assessoria na formulação, consolidação, formatação e encaminhamento de relatórios de acordo com as obrigações contratuais;
- Interlocução com parceiros e financiadores, sobre questões relativas aos contratos firmados, desde a contratação até a aprovação da Prestação de Contas Final;
- Cadastramento e atualização de base de dados em plataformas institucionais de financiadores e órgãos públicos nacionais;
- Apoio aos demais setores do ISA para produção de publicações, reuniões e contatos interinstitucionais, seminários e exposições;
- Estruturação e implementação de uma plataforma de gestão de projetos e contratos, com apoio da Secretaria Executiva e do setor de Administração.

Melhor momento

- Estruturação e implementação de um sistema de gestão de projetos e contratos, com apoio da Secretaria Executiva e do setor de Administração.

| | Programa | Projeto | Financiador |
|----|----------|--|---------------|
| 1 | RB | Participação ISA Espaço Quilombola/Revelando SP | ABAÇAI |
| 2 | RN | Organizações Indígenas e Desenvolvimento Sustentável no Alto e Médio Rio Negro | ADA |
| 3 | RB | Cultura e Território: A contribuição da cultura quilombolas para gestão sustentável dos territórios na Mata Atlântica. | AECID |
| 4 | RB | Cultura e Território: A contribuição da cultura quilombolas para organização da paisagem na Mata Atlântica | AECID |
| 5 | XG | Franquia de Baixo Carbono | AFRAS |
| 6 | INST | Trienal 2011-2013 | AIN |
| 7 | RN/XG | Clean Energy - Energy solutions for communities and small urban centers in the Amazon project platform in Xingu, Rio Negro and Raposa do Sol | AIN |
| 8 | RB | Overcoming poverty and promoting culture: new perspectives for young quilombolas in Brazil - continuidade | AIN/OD |
| 9 | XG | Energy solutions for communities in the Amazon | AIN-STATKRAFT |
| 10 | FAS | VI Encontro Anual do Fórum Amazônia Sustentável | ALCOA |
| 11 | RN | Formação superior indígena, interdisciplinar e multicultural no Rio Negro - continuidade 1 | ARAPYAU |
| 12 | RN | Livro "Educação escolar indígena no Rio Negro" | ARAPYAU |
| 13 | RN | Produção do livro a queda do céu e 400 camisetas alusivas ao encontro de xamãs na aldeia Watorik (Denini) com desenhos de Davi Yanomami | ARAPYAU |
| 14 | RN | Formação superior indígena, interdisciplinar e multicultural rio negro - continuidade 2 | ARAPYAU |
| 15 | XG | Valorização da diversidade socioambiental na bacia do Xingu | AVINA |
| 16 | FAS | Rio+20: participação de aliados na conferência | AVINA |
| 17 | RAISG | RAISG 2010 Initiative | AVINAAM |

| | Programa | Projeto | Financiador |
|----|-------------------|---|-----------------|
| 18 | FAS | Apoio ao funcionamento do fórum amazonas sustentável através do fortalecimento à comunicação institucional e apoio à secretaria executiva | AVINAAM |
| 19 | FAS | Fortalecimento do Fórum Amazônia Sustentável | AVINAAM |
| 20 | XG | Sociobiodiversidade produtiva no Xingu | BNDES |
| 21 | PIB/MAP | Monitoramento da situação e da sustentabilidade das Terras Indígenas no Brasil | CAFOD |
| 22 | RN | Geração e experimentação de energias alternativas na EIBC - Pamaali, Médio Rio Içana | CAFOD |
| 23 | PIB/MAP | Monitoramento da situação e da sustentabilidade das terras indígenas no Brasil | CAFOD |
| 24 | RB/XG | Ater socioambiental: fortalecimento da atividade artesanal de comunidades quilombolas no Vale do Ribeira e formação de reeditores de ater na bacia do Xingu | CAIXA/MDA |
| 25 | RB | Fomento ao circuito quilombola | CAIXA/MDA |
| 26 | FAS | VI Encontro Anual do Fórum Amazônia Sustentável | CAMARGO CORRÊA |
| 27 | RB | Aplicação da metodologia CLIDES no quilombo de Porto Velho | CESE |
| 28 | PPDS | Monitoring, disseminating and assisting regulation of the new Brazilian forest code | CLUA |
| 29 | XG | Apoio à gestão territorial da TI Panará | EDF |
| 30 | XG | Effective management and strategies for long term sustainability of the Xingu sustainability of the Xingu Protected Areas (Moore Grant # 503.04) | EDF/MOORE |
| 31 | RB | Roças e sementes: segurança alimentar, geração complementar de renda e cultura quilombola. | EMB HOLANDA |
| 32 | PIB/MAP/ RN/XG | Projeto trienal ISA - 2010 a 2012: informações qualificadas sobre povos e terras indígenas para políticas públicas, combate ao preconceito, e parceria com organizações locais no Xingu, Rio Negro e Yanomami | EMB NORUEGA |
| 33 | PIB/MAP/ RN/XG | Trienal 2013-2015 | EMB NORUEGA |
| 34 | RN | Através do universo: o céu dos Tukano do Tiquié | FAPEAM |
| 35 | RB | Projeto de desenvolvimento da atividade apícola nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira | FBB |
| 36 | RB | Consolidação da cadeia produtiva apícola nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira/SP | FBB |
| 37 | RB | Ribeira sustentável II | FEHIDRO |
| 38 | RB | Articulação institucional SP/PR - Ribeira Integrado | FEHIDRO |
| 39 | RB | Quilombos no Ribeira | FEHIDRO |
| 40 | RB | Articulação e mobilização social para a conservação e recuperação das matas ciliares do Vale do Ribeira | FEHIDRO/BANESPA |
| 41 | RB | Elaboração de estratégia para implementação de projeto piloto para pagamento por serviços ambientais - Vale do Ribeira (Empreendimento RB-181) | FEHIDRO/BB |
| 42 | RB | Plano diretor para recomposição florestal visando à conservação de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Ribeira do Iguape | FEHIDRO/NCNB |
| 43 | RB | Programa de educação ambiental - Ribeira Sustentável | FEHIDRO/NCNB |
| 44 | PPDS | Garantindo o arcabouço legal para desmatamento evitado (REDD) no Brasil | FFORD |
| 45 | PPDS | Promoção de direitos territoriais de populações indígenas, tradicionais e pequenos agricultores: do nacional ao local | FFORD |
| 46 | COM | Rio+20 | FFORD |
| 47 | RAISG | RAISG 2011 | FFORD |
| 48 | PPDS/FAS | Novos desafios de gestão territorial sustentável no Brasil | FFORD |
| 49 | FAS | Fortalecimento do Fórum Amazônia Sustentável | FFORD |
| 50 | XG | Encontro de trocas de sementes e mudas e de conhecimentos sobre os alimentos das roças tradicionais dos índios do Xingu | FLD |
| 51 | RB | Planejamento territorial estratégico: uma ferramenta de gestão para a sustentabilidade dos territórios quilombolas | FNMA |
| 52 | XG | Recuperando as nascentes e matas ciliares: um exemplo de concertação intersetorial | FNMA |
| 53 | RB | Floresta e água - experiências de pagamento de serviço ambiental no Vale do Ribeira | FUNBIO |
| 54 | XG | Projeto Rede de Sementes do Xingu: geração de renda e valorização da sociobiodiversidade no MT | FUNBIO |
| 55 | RB | Estratégias de implementação do planejamento e gestão territorial: oportunidades e desafios para os territórios quilombolas do Vale do Ribeira | FUNBIO |
| 56 | FAS | Fórum Amazônia Sustentável na Rio+20 | FUNDAÇÃO VALE |
| 57 | XG | Corredor Xingu de Sociobiodiversidade: um desafio de sustentabilidade para o Brasil. | FUNDO VALE |
| 58 | XG | Apoio à consolidação do mosaico das UCs da Terra do Meio, com ênfase nas 3 reservas extrativistas | FUNDO VALE |

| | Programa | Projeto | Financiador |
|-----|----------|---|------------------|
| 59 | XG | Consolidação das unidades de conservação e planejamento socioambiental regional, um desafio amazônico | FUNDO VALE |
| 60 | XG | Projeto articulação da cadeia produtiva de produtos florestais não madeireiros na região da Terra do Meio, no oeste do Pará | GIZ |
| 61 | INST | Combate às mudanças climáticas na bacia do Rio Xingu (MT) e na bacia do Rio Ribeira de Iguape (SP) | GRENDENE |
| 62 | INST | Combate às mudanças climáticas | GRENDENE |
| 63 | RN | Formação, ordenamento territorial e ampliação da rede de colaboração para o bem viver no Rio Negro | H3000 |
| 64 | XG | O poder da sociodiversidade do Xingu: desvendando um lado do desenvolvimento | HSBC |
| 65 | INST | Trienal 2011-2013 | ICCO |
| 66 | RB | Articulação institucional SP/PR para gerenciamento de recursos hídricos do comitê de bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e litoral sul | IDESC |
| 67 | RB | Apoio à recuperação florestal no âmbito da campanha Cílios do Ribeira | INICIATIVA VERDE |
| 68 | RN | Criando condições para a iniciativa de registro binacional (Brasil – Colômbia) da rota de transformação dos povos indígenas no noroeste amazônico | IPHAN |
| 69 | XG | Identificação de sítios e histórias ancestrais dos povos Kaiabi, Yudja, Kisêdjê e Panará | IPHAN |
| 70 | RB | Difusão de bens culturais inventariados em quilombolas do Vale do Ribeira | IPHAN |
| 71 | RN | Documentação linguística e cultural Tuyuka: avançando nas políticas linguísticas do noroeste amazônico | IPHAN |
| 72 | RB | Desenvolvimento econômico e socioambiental das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira através da conservação, recuperação e manejo sustentável dos recursos da Mata Atlântica | MAIS |
| 73 | XG | Estruturação técnica e comercial dos novos grupos de coleta da rede de sementes | MANOS UNIDAS |
| 74 | RN | Projeto Magistério Yapiari: formação de professores Yanomami | MEC/FNDE |
| 75 | XG | Projeto político pedagógico em miúdos: língua, espaço de aprender e a construção da territorialidade no Xingu | MEC/FNDE |
| 76 | XG | Formação para a produção e difusão audiovisual dos índios Yudja, Panara e Kisêdjê do Parque do Xingu, Terra Indígena Wawi e Terra Indígena Panara | MINC/FNC |
| 77 | RB | Fomentar e difundir o patrimônio cultural das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira | MINC/FNC |
| 78 | RB | Cine Clube Aldeia Cultural - Eldorado (SP) | MINC |
| 79 | RN | Ponto de Difusão Digital - São Gabriel da Cachoeira (AM) | MINC |
| 80 | RB | Inventário de referências culturais quilombolas do Vale do Ribeira de Iguape (SP) | MINC |
| 81 | XG | 11 pontos de cultura no Parque Indígena do Xingu, TI Panará e Kayapó | MINC |
| 82 | RN | Valorização da diversidade cultural da bacia do Rio Negro – AM e RR: implantação de 22 pontos de cultura indígena | MINC |
| 83 | RB | Projeto de proteção, difusão e salvaguarda do patrimônio cultural de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira | MJ/CFDD |
| 84 | DOC | Biblioteca virtual socioambiental: implantação de um sistema de gestão da informação | MJ/CFDD |
| 85 | RN/MAP | Amazônia socioambiental: consolidação das áreas protegidas na Amazônia brasileira - continuidade | MOORE |
| 86 | RN/MAP | De olho na Amazônia | MOORE |
| 87 | PPDS/XG | Regional impacts of BNDES investments project | MOTT |
| 88 | XG | Regional impacts of investments of BNDES on regional sustainability/2nd phase: focus in Belo Monte dam | MOTT |
| 89 | RB | Divulgação do circuito étnico quilombola de base comunitária | MTUR |
| 90 | XG | Carbono socioambiental do Xingu – edital Natura 2008/09 | NATURA |
| 91 | XG | Carbono socioambiental do Xingu - edital Natura 2009/10 | NATURA |
| 92 | INST | Agenda socioambiental 2012 | NATURA |
| 93 | FAS | Fórum Amazônia Sustentável na Rio+20 | NATURA |
| 94 | INST | Agenda socioambiental 2013 | NATURA |
| 95 | FAS | VI encontro anual do Fórum Amazônia Sustentável | NATURA |
| 96 | RB | Valorização, fortalecimento cultural e geração de renda complementar através dos produtos da sociobiodiversidade dos territórios quilombolas | OIKOS |
| 97 | RB | Valorização, fortalecimento cultural e geração de renda complementar através dos produtos da sociobiodiversidade dos territórios quilombolas - continuidade | OIKOS |
| 98 | INST | Proposta de trabalho em política agroambiental | OXFAM |
| 99 | RB | Conservação e recuperação da Mata Atlântica no Vale do Ribeira: planejamento socioambiental no município de Eldorado (SP) | PDA/MA |
| 100 | XG | Disseminando a cultura agroflorestal na região do Araguaia/ Xingu, nordeste de Mato Grosso | PDA/PADEQ |

| | Programa | Projeto | Financiador |
|-----|----------|--|-------------|
| 101 | RB | Inventário de referências culturais quilombolas do Vale do Ribeira de Iguape (SP) | PETROBRAS |
| 102 | FAS | V Encontro Anual do Fórum Amazônia Sustentável | PETROBRAS |
| 103 | FAS | VI Encontro Anual do Fórum Amazônia Sustentável | PETROBRAS |
| 104 | RB | Patrimônio cultural quilombola do Vale do Ribeira: registro do sistema agrícola e salvaguarda de bens culturais | PETROBRAS |
| 105 | XG | Promoção do arranjo produtivo da castanha do Brasil e de óleos vegetais focando povos indígenas e envolvendo comunidades tradicionais na região de influência da BR-163 no estado do Para (PNUD BRA/08/012) pré qualificação nº 13945/2011 lote 07 | PNUD |
| 106 | RN | Direitos indígenas, fortalecimento institucional e governança na bacia do Rio Negro, noroeste amazônico 2008-12 | RFN |
| 107 | PPDS | Pacote Amazônia (2011-15) - Fundo Amazônia | RFN |
| 108 | XG | Pacote Amazônia (2011-15) – Bacia Xingu | RFN |
| 109 | RAISG | Pacote Amazônia (2011-15) - RAISG | RFN |
| 110 | RN | Pacote Amazônia (2011-15) – Rede Rio Negro | RFN |
| 111 | RN | Projeto de Educação Intercultural – PEI 2009-2012 | RFN |
| 112 | PPDS | Valorização da diversidade socioambiental brasileira como estratégia de desenvolvimento 2008-2012 | RFN |
| 113 | XG | Programa Xingu Socioambiental 2008-2012 | RFN |
| 114 | XG | Xingu Plurianual Norad 2013-2017 | RFN |
| 115 | RN | Direitos indígenas, fortalecimento institucional e governança na bacia do Rio Negro, noroeste amazônico 2013-17 | RFN |
| 116 | RN | Projeto de Educação Yanomami – PEI 2013-17 | RFN |
| 117 | PPDS | Terras Indígenas no Brasil: uma estratégia para sua consolidação político-institucional / quinquenal 2013-2017 | RFN |
| 118 | RB | Fortalecimento das manifestações culturais quilombolas através de incentivo a processos e práticas culturais voltados a promoção sociocultural dos jovens quilombolas do Vale do Ribeira | SEC/SP |
| 119 | RB | Feira de troca de sementes e um seminário de trocas de conhecimento sobre formas de manejo agroecológicos | SEPPIR |
| 120 | XG | The other voices and other sources on the Belo Monte dam project | SIDA |
| 121 | RB | Circuito Quilombola | TAM |
| 122 | XG | Restoration of 100 hectares of degraded riparian forests in basin of the Xingu river, within the scope of the “Y Ikatu Xingu” campaign | TFT |
| 123 | XG | Produção responsável nos estados do Pará e Mato Grosso | TNC |
| 124 | PPDS/XG | Preparando o Brasil para o REDD+ | TNC/USAID |
| 125 | XG | Produção responsável nos estados do Pará e Mato Grosso | TNC/USAID |
| 126 | RN/XG | Formação de crianças e jovens indígenas na Amazônia | UNESCO |
| 127 | RN | Percepções indígenas sobre as mudanças climáticas no alto rio negro, noroeste amazônico, Brasil | UNU/IAS |
| 128 | FAS | VI Encontro Anual do Fórum Amazônia Sustentável | VALE |
| 129 | RB | Comunidade de aprendizagem em pagamento por serviços ambientais | VCIVILIS |
| 130 | XG | Rede de sementes do Xingu: uma alternativa de geração de renda valorizando a diversidade socioambiental | VENTURA |
| 131 | FAS | VI Encontro Anual do Fórum Amazônia Sustentável | WALMART |

DOCUMENTAÇÃO

O que é

Centralizado na sede de São Paulo, funciona como serviço permanente de apoio aos projetos, programas e setores do ISA. Sua ação está baseada, em grande parte, no acompanhamento atualizado e qualificado de processos sociais e políticos, envolvendo diferentes temas, atores sociais e uma rede de instituições, o que exige um sistema de rotinas complexas de captação, processamento informatizado, conservação, disseminação e acesso de documentos/informações, tanto para a equipe do ISA quanto para o atendimento de demandas externas.

Equipe

Claudio Aparecido Tavares (produtor editorial, documentalista); Leila Maria Monteiro da Silva (historiadora, documentalista); Luiz Adriano dos Santos (auxiliar de documentação); Mariana Maraccini (estudante de Publicidade e Propaganda, estagiária).

O que foi feito

▶ Acervo audiovisual

| | |
|-----------------------------------|--------|
| Fotos digitalizadas e processadas | 39.228 |
| Fitas de vídeo, DVDs e mini-DVDs | 1.900 |

▶ Acervo textual

| | |
|-----------------------------|--------|
| Docs/Livros processados | 21.923 |
| Docs/Livros pré-processados | 6.614 |

▶ Banco de Notícias

| | |
|--------------------------------------|--------|
| Notícias digitalizadas e processadas | 37.775 |
|--------------------------------------|--------|

▶ Cadastro institucional

| | |
|------------------------|--------|
| Pessoas e Instituições | 33.186 |
| Cadastros atualizados | 8.183 |

▶ Manchetes Socioambientais

| | |
|------------|--------|
| Assinantes | 11.633 |
|------------|--------|

▶ Atendimento

| | Acervo textual | Acervo audiovisual | Total |
|---------|----------------|--------------------|-------|
| Interno | 314 | 516 | 830 |
| Externo | 132 | 94 | 226 |
| Total | 446 | 610 | 1.056 |

▶ Coberturas fotográficas

Apresentação do Circuito Quilombola no Sesc Consolação; V Feira de Sementes e Mudanças do Quilombos do Vale do Ribeira e Seminário *Roças Quilombolas*; Rio+20.

▶ Mala-direta divulgação e distribuição de convites e publicações

Agenda Socioambiental 2013; *Boletim Socioambiental*; *De Olho na Bacia do Xingu (Cartô, 5)*; *Educação escolar indígena do Rio Negro*; *Planejamento territorial participativo: relato de experiências em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira*; *Plante as árvores do Xingu e Araguaia 2ª. ed.*; *Recompensas Cataras - V Feira de Sementes e Mudanças dos Quilombos do Vale do Ribeira*.

▶ Periódicos

Há 661 coleções de periódicos, sendo 573 delas coleções fechadas (encerradas) e 88 ativas.

▶ Referências bibliográficas das publicações

Atlas Amazônia bajo presión; *Planejamento territorial participativo: relato de experiências em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira*; *Rotas de criação e transformação: narrativas de origem dos povos indígenas do Rio Negro*.

▶ Pesquisa fotográfica e tratamento de imagens

Agenda ISA 2013; *Atlas Amazônia bajo presión*; *De Olho na Bacia do Xingu*; *Educação escolar indígena do Rio Negro*; *Exposição Peixe e Gente do Rio Negro no Museu da Amazônia (Musa)*; *Financiamento agroambiental no Brasil*; *Planejamento territorial da comunidade quilombola de São Pedro*; *Realidade e história da região do Araguaia Xingu*; *Rotas de criação e transformação: narrativas de origem dos povos indígenas do Rio Negro*; Site da Foirn.

▶ Outras atividades

- Digitalização de 229 fitas K7.
- Dossiê sobre Política Indigenista para o Curso de Formação em Gestão Territorial e Serviços Ambientais.
- Identificação de 725 vídeos (material bruto) do ISA.

Melhores momentos

A participação da Documentação na produção do *Atlas Amazônia bajo presión*, tanto na pesquisa de imagens, como na organização das fontes de informação da publicação.

GEOPROCESSAMENTO

O que é

Consiste na produção, atualização e divulgação de informações cartográficas e desenvolvimento de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), para fins de monitoramento e elaboração de diagnósticos socioambientais de Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação (UCs) e outras áreas de interesse socioambiental. Atende ainda as demandas internas de projetos e programas do Instituto Socioambiental (ISA) - em desenvolvimento ou em fase de planejamento - bem como demandas de comunidades e parceiros locais, pesquisadores, organizações governamentais e não governamentais, imprensa e público em geral, produzindo informações sobre os aspectos territoriais dos temas trabalhados pelo ISA.

Equipe

► Núcleo

Cícero Cardoso Augusto (engenheiro cartógrafo, coordenador); Rosimeire Rurico Sacó (geógrafa, analista de geoprocessamento); Paulo Henrique Aguiar (geógrafo, técnico em geoprocessamento) até novembro; Danilo Pereira Leite (estudante de geografia, estagiário)

► Analistas de geoprocessamento por Programas

Alicia Rolla (geógrafa, Monitoramento de Áreas Protegidas); Maria Fernanda do Prado (bióloga, Vale do Ribeira); Wellington Fernandes (estudante de Geografia, estagiário, Vale do Ribeira); Marisa Gesteira Fonseca (bióloga, Xingu); Camila Dantas (estudante de geografia, estagiária até novembro, Xingu); Renata Aparecida Alves (ecóloga, Rio Negro); Camila Franco (estudante de Geografia, estagiária, até fevereiro).

O que foi feito

► Participação em eventos

- Participação de membros da RAISG (Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada) em reunião técnica na sede da Google em San Francisco, Califórnia (EUA) para avaliar ferramentas de avaliação do desmatamento para a Panamazônia em janeiro;
- Lançamento do mapa Amazonia 2012 Áreas Protegidas e Territórios Indígenas durante a Rio + 20, no Rio de Janeiro/RJ, em junho;
- Mapeo – Reunión Binacional (Colômbia - Brasil) – Cartografia Cultural del Noroeste Amazónico. Leticia – Amazonas, em outubro;
- Seminário Outros Mapas - Cartografia e Pesquisa Social. Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj)- Recife – PE, em outubro;
- Feira de Geotecnologias – MundoGeo#connect,, São Paulo/SP, em maio;
- Participação no lançamento do projeto Forest Watchers em São José dos Campos/SP, em julho;
- Oficina para revisão do Atlas Amazonia bajo presión com os membros da RAISG –, em junho, Lima – Peru;
- III Encontro de usuários Esri Brasil 2012) para os softwares da Environmental Systems Research Institute (Esri), São Paulo/SP, em agosto;
- Reunião anual da RAISG; oficina técnica para elaboração do Atlas e para avaliar os resultados para a agenda de deforestación; Lima/Peru, em agosto;
- Reunião técnica e lançamento do Atlas Amazonia bajo Presión, em Santa Cruz de la Sierra/Bolívia, em dezembro;

- II Congresso Brasileiro de Ecologia de Paisagens –, Salvador – BA, em setembro;
- Participação em vários seminários online: “Otimizando a performance de sua plataforma Esri com mapas vetoriais no formato File Geodatabase”; “Sistema ArcGIS 10.1: Conectados ao Mundo pela Geografia”, ambos promovidos pela Revista MundoGeo;
- Capacitação interna para uso dos bancos POSTRESQL/Postgis;

► Programa Rio Negro

Para contemplar as demandas multitemáticas, étnicas e regionais da equipe, dos parceiros da sociedade civil e do Estado, trabalhamos de forma sistemática na atualização, compilação e manutenção de banco de dados vetoriais e de imagens de satélites, como também na elaboração de metodologias de mapeamentos participativos e treinamentos em ferramentas de geoprocessamento para membros da equipe, consultores e parceiros;

No ano de 2012, a manutenção dos sistemas de informações geográficas (SIGs) nos permitiu a disponibilização de tabelas, geodatabase ou shapefiles, numerologias, análises, kmz e mapas de trabalho/apoio/projetos/relatórios/publicações para as equipes internas do programa (coordenação/SP, Rede Rio Negro, Subsele de São Gabriel da Cachoeira, Médio Rio Negro, Rio Içana, Rio Tiquié, Rio Uaupés, Roraima e TI Yanomami), assim como os principais parceiros a saber: Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro -(Foirn) e Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI e Rede Rio Negro) e para o Ministério Público do Estado do Amazonas, Roraima e também para o município de Barcelos; a Fundação Nacional do Índio (Funai) com apoio aos GTs de identificação de TIs no Médio Rio Negro, dados para Secretaria de Desenvolvimento Sustentável - SDS – AM, Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira, Secretarias de Meio Ambiente Municipais de Santa Isabel e Barcelos, Tribunal Eleitoral Regional assim como apoio aos Expedicionários da Saúde, Museu da Amazônia (Musa) e pesquisadores associados da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Federal de São Carlos e Inpa.

Resumidamente, foram demandados e elaborados mapas como:

- Multitemáticos da área de abrangência da Foirn e algumas associações vinculadas, cartas-imagem e dados de campo como subsídios à projetos, fiscalização de invasões, como por exemplo as invasões da pesca esportiva no Rio Marié e impactos da BR-317;
- Para a Funai foram elaborados mapas das Coordenadorias Técnicas – CTLs e apoio aos GTs de identificação;
- Reunión Binacional do projeto Mapeo, mapas de trabalho e apoio ao grupo;
- Para a prefeitura e subsele de São Gabriel da Cachoeira, o mapa da distribuição dos votos das eleições de 2012 e outras demandas para a sede do município;
- Para parceiros e pesquisadores associados foram produzidos os mapas para abrangência da etnia Kubeo, Mapa Linguas do Alto Negro para UFRJ, mapas da tese de Rosi Waikhon, de Aline Scolfaro (Universidade Federal de São Carlos) e mapas do Tiquié para Renata Eiko (Inpa);
- Publicações internas, em processo e lançadas - participação na produção de informações cartográficas e elaboração de mapas para boletins, relatórios e projetos, e ainda livros publicados pelo programa em 2012.

- Elaboração de diversas versões de mapas da Bacia Hidrográfica do Rio Negro e do noroeste amazônico, com cálculos de sobreposições das áreas protegidas, do desmatamento da Bacia do Rio Negro; mapa folder da Bacia Rio Negro e Rio Branco; publicações do Médio Rio Negro (mapas-folders e livreto de pesca); mapa_Yanomami para notícias da Survival International e avaliação de mapas estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (RR)
- Reuniões, cursos e seminários, reunião binacional Mapeo, seminário Outros Mapas
- Revisão dos mapas da publicação “Diversidade Socioambiental de Roraima” para versão digital;
- Apoio e suporte técnico à equipe de Boa Vista/RR sobre ArcGis, imagens de satélites e GPS (Geographic Position System).

► Monitoramento de Áreas Protegidas e Políticas Públicas

- Plotagens de Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs);
- Atualização do mapa de TI Brasil e do mapa de TI e UCs na Amazônia Legal Brasileira; mapa de TIs e Ucs na Amazônia Legal Brasileira com áreas do ARPA para o WWF;
- Atualização de alguns mapas do site PIB Mirim;
- Manutenção de rotinas automatizadas de análise para dados de desmatamento (Deter) e de Focos de Calor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe);
- Apoio técnico na revisão das informações para o banco de áreas protegidas na web;
- Coleta, organização e sistematização de informações cartográficas e temáticas georreferenciadas para o programa;
- Monitoramento permanente das informações temáticas sobre desmatamento, focos de calor, títulos minerários e energia;
- Manutenção de web services para os sites De Olho nas Terras Indígenas e UC.

► RAISG

- Coleta, organização e sistematização de informações cartográficas e temáticas georreferenciadas para a rede;
- Atualização de informações para o blog e desenho de novo modelo a ser implantado, com estrutura de webservices (<http://www.raisg.socioambiental.org>);
- Cômputos e análises de áreas protegidas para uso em mapas;
- Elaboração e produção do mapa Raisg Amazônia 2012;
- Elaboração e produção do Atlas Amazônia bajo presión na versão em espanhol;
- Coordenação das atividades de mapeamento do desmatamento na Amazônia latinoamericana, em execução pelos membros da rede;
- Organização e sistematização de procedimentos para compartilhamento de dados cartográficos.

► Programa Políticas Públicas e Direto Socioambiental

- Organização e sistematização de informações para a avaliação e discussão do Código Florestal Brasileiro – estudo de caso.

► Programa Xingu

- Monitoramento contínuo de disponibilidade de imagens Resourcesat/LISS3 de 2012 e processamento;
- Disponibilização dos boletins “De Olho no Xingu” abrangendo 14 municípios e seis Terras Indígenas para 96 parceiros estratégicos na bacia,

totalizando 100 boletins mensais de focos de queimada, 58 boletins bi-mensais de desmatamento e degradação e 31 boletins diários de focos de queimada;

- Mapeamento do desmatamento entre 2010 e 2012 no bioma Cerrado dentro da bacia usando imagens Resourcesat/LISS3;
- Produção de dados, mapas e textos para a publicação De Olho na Bacia do Xingu;
- Atualização constante do banco de alertas de desmatamento/degradação e focos de queimada;
- Elaboração de figuras e apresentações em ppt para diversas reuniões;
- Disponibilização de diversos arquivos vetoriais e matriciais para a equipe e para parceiros (Unicamp, O2 Filmes, ICMBio, entre outros);
- Disponibilização de diversos mapas para a equipe, parceiros e veículos da imprensa, tais como: mapa de áreas desmatadas e vegetação secundária na TI Panará, mapa de aldeias Kayapó e da Bacia do Xingu para Fundação Floresta Protegida, mapa das Resex para o Imaflora, entre outros;
- Estimativa preliminar do passivo ambiental total na bacia;
- Fornecimento de dados, mapa e colaboração na redação do artigo The natural and social history of the indigenous lands and protected areas corridor of the Xingu river basin, publicado na revista Philosophical Transactions of the Royal Society;
- Mapeamento de áreas desmatadas e com vegetação secundária na TI Panará;
- Realização de semana de trabalho e treinamento junto ao Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon);
- Colaboração na elaboração do texto sobre a importância das nascentes intermitentes incluído no pedido de vetos à nova legislação ambiental enviado pelo ISA para a Presidência da República;
- Elaboração de diversos mapas de apoio ao curso de formação Território e Serviços Socioambientais - módulo II;
- Elaboração de diversos mapas para publicação Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –(Iphan) das expedições Kawaiwete, Yudjá, Kisédjê e Panará;
- **Parque Indígena Xingu**
- Mapeamento de áreas de floresta afetadas por fogo entre 2006 e 2010 no PIX;
- Repasse de procedimentos e arquivos para monitoramento de focos de queimada diretamente pela equipe e parceiros indígenas;
- Elaboração de vídeos com imagens do PIX para o curso de formação Territórios e Serviços Socioambientais;
- Análise do dado Prodes de 2011 no PIX;
- Atualização constante das aldeias e etnias do PIX;
- Cômputos de focos de queimada em 2012;
- Produção de diversos mapas, tais como mapa de aldeias atualizado, mapa de recursos e manejo nas aldeias Tuiararé e Capivara, mapa de focos de queimada no PIX em 2011, mapa de causas de incêndios florestais no PIX em 2011, mapa do PIX para publicação do Museu Emílio Goeldi, carta-imagem da aldeia Nogsoko em 2011 e 2012, entre outros;
- Diversos mapas de apoio ao pessoal de campo do PIX.
- **Campanha Y Ikatu Xingu**
- Revisão da base cartográfica de estradas e hidrografia 1: 25.000 de Canarana e São José do Xingu com base em dados de campo;
- Atualização do mapeamento de uso e cobertura do solo de Querência e Canarana para 2011;
- Suporte técnico, revisão de materiais e disponibilização de dados para o núcleo de geoprocessamento em Canarana;

- Sistematização de dados CAR (Cadastro Ambiental Rural) e cálculos em diferentes recortes geográficos;
- Mapeamento do uso do solo em propriedades rurais de São José do Xingu, análise dos dados e redação do artigo “Redução do passivo ambiental em Áreas de Preservação Permanente em São José do Xingu (MT) em decorrência da revogação da Lei 4.771/65 (o Código Florestal Brasileiro)”, aceito para publicação no XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto;
- Análises e fornecimento de dados sobre passivo em APP, Reserva Legal e passivo total em São José do Xingu para estudo do PPDS em colaboração com a equipe do Prof. Jorge Nogueira (UnB);
- Colaboração no fornecimento de mapas, redação e revisão de textos da publicação Amazônia bajo presión para a Raisg;
- Atualização do mapa das cabeceiras e série temporal do desmatamento.

• Terra do Meio

- Disponibilização de dados e revisão de materiais produzidos por consultor local em geoprocessamento;
- Produção de mapas para a equipe e parceiros, tais como mapa do desmatamento em Altamira até 2010, mapa da Terra do Meio para o Ministério Público, mapas para notícias, entre outros;
- Atualizações dos dados espaciais (aldeias indígenas, escolas e comunidades);
- Levantamento e análise dos processos minerários do projeto de mineração Belo Sun;
- Elaboração de diversos mapas de apoio ao Módulo II do Curso de Gestão Territorial da Terra do Meio;
- Atualização dos mapas da Rede TM e das Resex para o desmatamento 2011.

► Programa Vale do Ribeira

- Participação em reuniões de equipe do programa no município de Eldorado;
- Apoio para a modelagem e desenvolvimento do Banco de Dados do Programa Vale do Ribeira;
- Apoio para elaboração dos sites da Campanha Cílios do Ribeira, Circuito Turístico Quilombola, Inventário de Referências Culturais Quilombola;
- Elaboração de diversos mapas para reuniões, trabalhos de campo e parceiros com destaque para os materiais produzidos sobre os conflitos entre títulos minerários, UCs e territórios quilombolas e sobre os processos de criação de parques municipais em Iporanga;
- Apoio em finalizações de diversos mapas.

• Circuito Turístico Quilombola

- Produção de mapas para o site do Circuito Quilombola e material gráfico para cartilha;
- Acompanhamento da criação do site do Circuito Quilombola;
- Mapas de apoio às oficinas junto às comunidades quilombolas envolvidas no projeto;
- Finalização do Projeto - elaboração dos mapas e relatórios finais.

• Planejamento Territorial - Quilombos São Pedro e Morro Seco

- Participação de todo o processo de implementação do projeto incluindo o desenvolvimento dos conteúdos a serem trabalhados, a elaboração das oficinas e sua execução;
- Produção de material cartográfico para as publicações;
- Encerramento do projeto e finalização dos produtos;
- Plano Diretor para recomposição florestal visando à conservação de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio ribeira de Iguape e Litoral Sul

- Continuidade da parceria com Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC) para permuta de informações geográficas;
- Ajuste da base cartográfica do IGC na escala de 1:50.000;
- Apoio na elaboração e impressão dos mapas;
- Construção da matriz para escolha das áreas prioritárias para conservação e recuperação.

• Inventário de Referências Culturais

- Produção de mapas para publicação no site do Inventário e no livro; projetos de pagamento por serviços ambientais (Funbio) e plano municipal da mata atlântica (PDA)
- Classificação supervisionada e produção dos primeiros resultados do uso do solo com base nas imagens do satélite SPOT;
- Reunião de dados espaciais disponíveis sobre a área de estudo;
- Elaboração dos relatórios finais dos projetos.

► Núcleo de Geoprocessamento

- Armazenamento e manutenção de dados espaciais em bancos de dados corporativos e serviços de disponibilidade de informação através de web services;
- Modelo de dados permanente para a nova estrutura de armazenamento;
- Apoio técnico ao projeto do PDA junto à instituição 3ª Via;
- Busca de ferramentas interativas para aplicações web;
- Apoio e desenvolvimento de atividades junto aos programas;
- Capacitação e apoio técnico aos especialistas e estagiários.

Indicadores

- Mapas impressos em papel e em formato digitais utilizados pelos programas do ISA em suas atividades e distribuídos entre outras instituições e parceiros;

| | Uso interno | | Uso externo |
|------------------|-------------|----------|-------------|
| | digital | impresso | digital |
| Monitoramento | 61 | 55 | 2 |
| Rio Negro | 153 | 84 | 34 |
| Xingu | 318 | 504 | 2 |
| Ribeira | 259 | 73 | - |
| Raisg | - | 170 | - |
| SE | 4 | 11 | 1 |
| Geoprocessamento | - | 11 | 1 |
| total | 795 | 904 | 39 |

- Os atendimentos de pedidos e disponibilização de informações (documentos, shapefiles e imagens) totalizaram 76 respostas/atendimentos;
- Além destes, foram vendidos ou doados para outras instituições (governo, pesquisadores e outros) seis mapas impressos.

Avaliação

Houve mudanças na equipe de pessoas do núcleo, prejudicando a transferência de conhecimento e apoio aos especialistas. Ainda com a equipe reduzida, foi possível, em função dos conhecimentos e capacidades acumuladas, atender a demandas não previstas, internas e externas, fornecendo informações e orientações.

No entanto, precisamos buscar mudanças para o núcleo, buscando um melhor planejamento de atividades juntos aos programas e especialis-

tas, bem como fazer uma avaliação da capacidade de atendimento atual de demandas solicitadas. Foi possível promover a capacitação da equipe em ferramentas de geoprocessamento, mas é necessário inovar e buscar novas tecnologias, principalmente com ferramentas relacionadas à banco de dados e web.

Perspectivas

- Viabilizar a organização dos dados analógicos existentes para versão digital;
- Realizar novos treinamentos e capacitar tecnicamente à equipe;
- Integração dos dados geográficos em banco de dados corporativo para disponibilização na internet;
- Investir no uso de ferramentas de gestão para acúmulo de informações técnicas e memória;
- Estudos para absorção de novas ferramentas tecnológicas e produtos orbitais com o objetivo de atender as novas demandas dos programas e projetos (videografia, fotografias aéreas, imagens de satélites etc).

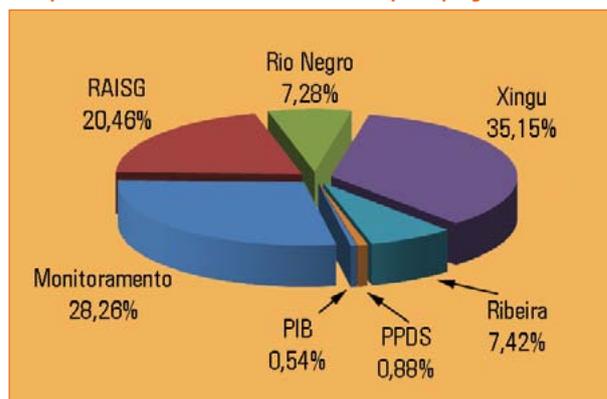
Produtos

- Cartô 5 De Olho na Bacia do Xingu;
- Amazonía bajo presión - RAISG;
- Amazonía 2012 Áreas Protegidas e Territorios Indígenas - RAISG.

Atualizações

- Mapa Terras Indígenas no Brasil;
- Mapa Terras Indígenas e Unidades de Conservação na Amazônia Legal Brasileira;
- Estatísticas de terras na Amazônia Legal Brasileira e no Brasil;
- Análises de dados geográficos e estatísticos para Programa Xingu, Rio Negro, Vale do Ribeira e Monitoramento (Prodes e títulos minerários em TIs).

Impacto das atividades no Núcleo do GEO pelos programas



INFORMÁTICA

Equipe

Antenor Bispo de Moraes (administrador de empresas, coordenador);
Adriana Araújo dos Santos (analista de sistemas, analista de suporte);
Luiz Carlos da Silva (analista de sistemas, auxiliar de suporte);
Oséas Pires Marques (analista de sistemas, assistente de informática);
Wandrieli Nery Barbosa (estudante de Sistemas de Informações, auxiliar de suporte) até janeiro 2012.

O que foi feito

- Implementação da aplicação GLPI – Gestion Libre de Parc Informatique, distribuído sob a licença GPL para a gestão de parques de computador e helpdesk;
- Viagens para manutenção e atualização da rede de computadores do ISA Brasília, ISA Manaus, ISA São Gabriel da Cachoeira e ISA Ribeira;
- Participação na 13ª edição do Fórum Internacional de Software Livre;
- Participação em diversos fóruns e eventos sobre virtualização.

Números da Informática

- **219** computadores (102 desktops; 117 notebooks)
- **14** servidores

Capacidade de Armazenamento

| Local | Total | Usado |
|--------------------------|--------|--------|
| Boa Vista | 1.8 Tb | 52,28% |
| Brasília | 2,2Tb | 15,16% |
| Manaus | 2 Tb | 10,71% |
| São Gabriel da Cachoeira | 2 Tb | 15,04% |
| São Paulo | 13,5Tb | 50,26% |

Suporte e serviços de rede

- **3.096** atendimentos
- **1.838 horas** gastas em suporte
- **35 min** tempo médio de suporte por atendimento

Serviço de e-mail

- **168** caixas postais
- **8.589.154** mensagens processadas
- **3.527.019 (41,06%)** mensagens descartadas
- **3.098 (0,04%)** falso positivo para spam (não eram spam)
- **11.893 (0,14%)** falso negativo para spam (eram spam)

Pessoal

- **147 usuários**, entre funcionários e colaboradores.

PROGRAMAS

MONITORAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS

O que é

O Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas pesquisa, analisa e divulga informações sobre os processos de criação e efetivação de Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs) federais e estaduais. Além disso, atua propositivamente participando de fóruns, redes e consultas que influenciam as políticas públicas e ações do Estado voltadas à defesa dos direitos coletivos, da proteção e conservação ambiental. Esse trabalho iniciou-se no antigo CEDI, Centro Ecumênico de Documentação e Informação, em 1983, com o monitoramento de TIs no Brasil e foi ampliado, em 1992, para as UCs e outras áreas públicas. O CEDI foi uma das organizações que deram origem ao ISA. As atividades baseiam-se na pesquisa, organização e disponibilização de informação.

A atividade de pesquisa é diária sobre as Áreas Protegidas e a política nacional ambiental e indigenista. O monitoramento e indexação dos dados georreferenciados são mediados por um Sistema de Informação de Áreas Protegidas, que possibilita o resgate da informação em diversos recortes espaciais (UF, Área Protegida, Bioma, Jurisdição Legal), temáticos (Áreas Protegidas, Notícias, Pesquisas, Projetos, Pressões e Ameaças, Processos Judiciais e Atos Legislativos, entre outros) e em diferentes níveis de profundidade.

As informações organizadas e classificadas são georreferenciadas e disponibilizadas por meio de diferentes meios: publicações impressas, arquivos digitais, site de informações e mapas online. Isso contribui na produção de reflexões e análises sobre as diversas situações das Áreas Protegidas relativas, por exemplo, à características ambientais, como a proteção dos diferentes tipos de cobertura vegetal; à gestão e administração territorial; aos projetos realizados por comunidades (agrobiodiversidade, educação, gestão territorial); ao histórico de pressões antrópicas (desmatamento, mineração, obras de infraestrutura), entre outros.

O trabalho realizado pelo programa, em cooperação com o Laboratório de Geoprocessamento, foi a base para a articulação e criação Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg), que reúne instituições de oito países amazônicos para consolidar uma base de dados qualificada sobre a região, que permita a produção de conhecimento e subsidie os atores locais. O ISA coordena a rede e é responsável pela consolidação, sistematização e padronização dos dados. (Veja relatório da Raisg na pág. 111)

Parcerias e fontes de financiamento

Embaixada da Noruega; Cafod – Agência Católica para o Desenvolvimento; Fundação Gordon e Betty Moore.

Equipe

Fany Pantaleoni Ricardo (antropóloga, coordenadora); Alicia Rolla (geógrafa, coordenadora adjunta); Bruno Bevilacqua Aguiar (cientista social); Frederico Viegas (cientista social); Graziela Rissato (cientista social); João Ricardo Rampinelli Alves (desenvolvedor web); Marília Garcia Senlle (cientista social); Selma Aparecida Gomes (ecóloga); Silvia de Melo Futada (bióloga, analista de pesquisa socioambiental); Tiago Moreira dos Santos (antropólogo, analista de pesquisa socioambiental). *Estagiários:* Ana Luísa Sertã Almada Mauro; Carolina Bernardes Scheidecker; Francisco d'Albertas Gomes de Carvalho; Maria Carolina Moraes.

Retaguarda institucional

Alex Piaz (bacharel em Marketing, analista web); Cícero Cardoso Augusto (engenheiro cartógrafo, coordenador de Geoprocessamento); Danilo Pereira Leite (estagiário em Geografia); Paulo Henrique Aguiar (geógrafo, analista de geoprocessamento); Rosimeire Rurico (geógrafa, analista de geoprocessamento).

Linhas de ação

- Pesquisa e monitoramento sobre o reconhecimento, implementação e situação de fato das Áreas Protegidas;
- Pesquisa e monitoramento das políticas voltadas às Áreas Protegidas no Legislativo e Executivo e Judiciário;
- Análise e divulgação de informações sobre áreas protegidas em documentos, livros e na internet;
- Elaboração de Sistemas de Indicadores Socioambientais de Áreas Protegidas;
- Construção e fomento de redes de parceria para o monitoramento socioambiental de Áreas Protegidas.

O que foi feito

- ▶ Criação da biblioteca de instituições do Sistema de Informação de Áreas Protegidas (SisArp), integrando-a à biblioteca de órgãos relacionadas às UCs de forma independente ao Cadastro Institucional e revisão de seus dados associados;
- ▶ Análise, atualização e disponibilização do dado cartográfico sobre títulos minerários incidentes em Áreas Protegidas (DNPM);
- ▶ Análise, atualização e disponibilização do dado cartográfico sobre desmatamento em Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira (Prodes/Inpe);
- ▶ Aproximação, obtenção e análise dos dados cartográficos do Projeto de Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite (PMDBBS/lbama/MMA);
- ▶ Censo 2010 (IBGE): por meio do cruzamento dos setores censitários com as Áreas Protegidas, vamos aprofundar o conhecimento sobre as populações que habitam estas áreas – nível de escolaridade, saneamento, renda, pirâmide etária, composição familiar, entre outros;
- ▶ Novo módulo no SisArp que contribuirá no monitoramento de informações sobre Territórios Remanescentes Quilombolas, parceria com o Programa Vale do Ribeira;
- ▶ *Boletim de De Olho nas Áreas Protegidas*: Em 2012, foram lançadas as duas primeiras edições do boletim eletrônico, publicação online que traz informações e um placar especial de acompanhamento de detalhes de reconhecimento, criação e gestão de Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs). Em dezembro, optou-se pela transformação do boletim em Blog, possibilitando a publicação e veiculação de notícias sem limitação temporal. *Acesse:* <http://monitoramento.socioambiental.org>;
- ▶ Map server atualizado diariamente.

Monitoramento das Terras Indígenas no Brasil

O que é

Trata-se de um conjunto de rotinas de pesquisa e sistematização de um amplo conjunto de informações referentes às TIs no Brasil, que são analisadas e disponibilizadas para o público por meio dos sites do ISA (Povos Indígenas no Brasil e De Olho nas Terras Indígenas), e também em análises customizadas, seja para outros programas do ISA ou para parceiros indígenas e não indígenas. Os resultados das pesquisas são disponibilizados também em publicações impressas e mapas customizados.

Diariamente são coletadas informações referentes ao estatuto jurídico das TIs, sobre ações no Judiciário contra elas; incidência de projetos de infraestrutura, dados sobre recursos provenientes de financiadores diversos (públicos e privados), informações sobre as principais pressões que ameaçam sua integridade, além de um quadro detalhado dos projetos e parcerias desenvolvidos em cada uma delas. O resultado é um panorama do uso dos recursos por suas populações, complementado por um conjunto de informações etnográficas e demográficas, incluindo notícias da mídia local e nacional, que permite a elaboração de cenários e diagnósticos que visam subsidiar e influenciar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas no Brasil.

Em 2012 foi iniciado um projeto piloto de indicadores socioambientais das Terras Indígenas em cinco delas, localizadas na região do Lavrado em Roraima, em parceria com o Conselho Indígena de Roraima.

Linhas de ação

- 1) Pesquisa e monitoramento do reconhecimento, implementação e situação de fato das TIs:
 - Pesquisa e monitoramento dos projetos de Lei e projetos de Emendas Constitucionais no Legislativo e das políticas voltadas às Terras Indígenas no Executivo;
- 2) Pesquisa sobre a situação de fato das TIs e a gestão das comunidades e parceiros
 - Pesquisas sobre as pressões e ameaças contra as TIs e as obras de infraestrutura, e captura de notícias em mais de 100 fontes na internet;
 - Pesquisa sobre as organizações indígenas e projetos e parcerias e aldeias;
- 3) Sistematização dessas pesquisas no Sistema de Banco de Dados de Áreas Protegidas
 - Produção e divulgação de informações sobre Terras Indígenas em documentos, livros e internet;
 - Indicadores socioambientais das TIs.

O que foi feito

► **Monitoramento sistemático das políticas e atos públicos que envolvem direitos territoriais indígenas:**

• **Balço da situação jurídica das TIs no Brasil:**

- Em 2012 foram homologadas sete TIs que somam 950.338 hectares.

Foi no dia 5 de junho de 2012, em comemoração ao Dia Internacional do Meio Ambiente, que a Presidente Dilma Rousseff assinou os decretos de homologação de sete Terras Indígenas na Amazônia Legal, cinco delas no Estado do Amazonas, uma no Acre e outra no Pará.

- Já o Ministro da Justiça declarou apenas duas pequenas TIs, que juntas somam 4.950 hectares, uma no Pará e outra no Rio Grande do Sul – a Mato Preto, dos índios Guarani, que apesar de ter 4.230 ha, tem muitos conflitos, porque nela vivem mais de 300 ocupantes não índios.

- Em 2012, o presidente da Funai aprovou os estudos de 13 TIs, que somam 396.195 ha, nos estados de SP, PA, MT, AM, MA, TO e CE.

- O presidente da Funai, Márcio Meira, criou cinco novos Grupos Técnicos para identificar novas TIs, nos estados do Amazonas, RS, MG e MS, e assinou portaria que restringe o uso por terceiros da TI Pirititi, onde vivem índios isolados, em Rorainópolis em RR.

- Foram plotadas em 2012, 13 TIs aprovadas pela Funai e uma terra com Restrição de Uso. Após a captura no Diário Oficial da União, do decreto do presidente, da portaria do ministro da Justiça ou despacho do presidente da Funai relativos ao processo de reconhecimento de TIs, a terra é plotada no Sistema Georreferenciado do ISA – na Amazônia, na escala 1:250.000 as TIs e fora dela, na escala 1:1.000.000. No site, essas terras são disponibilizadas pelo Google Maps.

- Em 2012, foi iniciada uma pesquisa sobre as aldeias existentes nas TIs, Foram cadastradas 495.

Legislativo - A coleta de informações sobre projetos legislativos no Congresso Nacional é uma das atividades de monitoramento da questão indígena. Acompanhamos a tramitação de projetos referentes a Terras Indígenas e de projetos que tratam da política indigenista nacional. Atualmente estão sendo acompanhados 64 projetos na Câmara e 15 no Senado, principalmente a PEC 215/2000, sobre demarcação das Terras Indígenas, e a PL-1610/1996, que regulamenta mineração em Terras Indígenas. O acompanhamento é feito de forma ativa nos sites da Câmara e do Senado e por meio do recebimento de boletins sobre a movimentação das proposições nas Comissões e no Plenário.

Pressões e Ameaças: Das 547 Terras Indígenas com perímetro reconhecido e cadastradas no SisArp, 420 (70.57% do total) sofrem com algum tipo de pressão ou ameaça territorial. Atualmente, os principais registros são de fazendeiros, madeireiros e posseiros, que juntos respondem por 55,38% do total de registros. A exploração de recursos atinge 83.91% das TIs com registro de Pressões e Ameaças, e 64.53% delas possuem registros de conflito fundiário, atualmente.

Organizações indígenas: Ao longo do primeiro semestre de 2012 realizamos uma revisão das organizações indígenas e não indígenas cadastradas e elaboramos um novo banco de instituições no SisArp, criando uma nova base para o sistema de organizações indígenas. Essa elaboração foi necessária porque, anteriormente, as organizações eram registradas no cadastro de endereços do ISA, em que é preciso constar o endereço completo da instituição, o que nem sempre é possível no caso de organizações indígenas. Esse novo banco facilita o cadastro daquelas organizações que possuem poucas informações.

O principal problema na rotina de pesquisa de organizações indígenas é que a maioria delas não tem site e, quando têm, nem sempre as informações estão atualizadas. Os telefones que constam na internet, na maioria das vezes, não funcionam mais, bem como os e-mails e endereços. Boa parte do material é encontrada na leitura do DOU, em notícias da mídia e através de material fornecido por pesquisadores e parceiros.

Projetos e Parcerias: O banco de dados conta hoje com 1733 projetos cadastrados realizados em TIs. No período de janeiro a dezembro de 2012 foram inseridos 57 projetos, com valor total de R\$ 9.935.126,00. Vale ressaltar que alguns desses projetos foram cadastrados sem valor por falta de informação, pois foram encontrados nos sites de organizações indigenistas ou indígenas. Houve maior ocorrência do enfoque temático “Cultura”, seguido do enfoque “Geração de Renda” e consecutivamente o enfoque “Ambiente”.

Realizamos uma pesquisa cotidiana no Diário Oficial da União, na busca de convênios e contratos que atendam ao critério estabelecido. Realizamos ainda, o mapeamento de órgãos governamentais e não governamentais nacionais e estrangeiros, que têm programas de financiamento de projetos voltados aos povos indígenas que vivem em TIs e verificamos constantemente os sites de organizações indigenistas que atuam em Terras Indígenas.

Notícias Atuais: Diariamente monitoramos as notícias produzidas pela mídia local dos estados e municípios, bem como pelos veículos nacionais e internacionais a respeito das populações e Terras Indígenas no Brasil. Essa atividade é realizada a partir da consulta a cerca de 112 fontes da mídia nacional e regional. No período em questão foram cadastradas em nosso sistema 2943 notícias.

As palavras-chave mais citadas no cadastramento de notícias no SisArp mostram questões recorrentes envolvendo populações indígenas. As 12 palavras-chaves mais citadas no período são “Funai” (798), “Demarcação de Terras Indígenas” (753), “Violência” (534), “Mato Grosso do Sul” (499), “Mato Grosso” (415) “Usina Hidrelétrica Belo Monte” (359), “Política indígena” (324), “Infraestrutura na Amazônia” (320), “Pará” (293), “Direitos Indígenas” (257), “Licenciamento Ambiental (245) e “Conflito Fundiário” (204).

Notícias antigas são as anteriores ao ano 2000 de nosso acervo que foram digitalizadas e estão sendo incluídas no SisArp relacionadas a cada povo ou TI. São 31 385 notícias e destas já foram indexadas 13 570, sendo 1 627 em 2012.

► **De Olho nas Terras Indígenas no Brasil**

O site (<http://ti.socioambiental.org>) De Olho nas Terras Indígenas é um painel de indicadores socioambientais que reúne dados comparativos sobre temas como pretensão minerária, direitos territoriais, desmatamento e sociodiversidade, apresentados na forma de mapas, gráficos dinâmicos e rankings. O conteúdo do site está organizado em torno de seis temas principais: Povos, Línguas e Demografia; Direitos Territoriais; Gestão; Ambiente; Sobreposição; e Pressões e Ameaças. Este painel foi elaborado a partir do SisArp, alimentado diariamente pelas rotinas de pesquisa iniciada na década de 1980. De janeiro a dezembro de 2012 o site De Olho nas Terras Indígenas teve 284.716 page views.

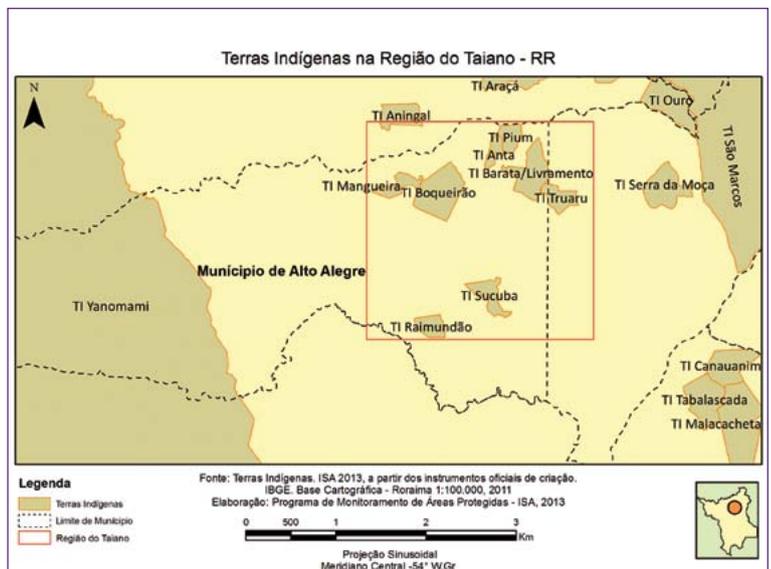
Agente em trabalho do levantamento na TI Sucuba, RR, © Acervo ISA

Construção de um sistema de monitoramento local:

De Olho nas Terras Indígenas de Roraima (os índios do Conselho Indígena de Roraima chamam o projeto de Makuchana, uma mistura de Makuxi com Wapichana, as duas etnias das Terras Indígenas em questão)

Como parte das atividades de elaboração de um sistema de coleta e organização de informações e disseminação de indicadores socioambientais, em 2012, a equipe iniciou uma parceria com o Conselho Indígena de Roraima (CIR) para a realização de uma experiência piloto de levantamento de informações locais em cinco Terras Indígenas na região do Taiano, Roraima (TIs Anta, Boqueirão, Pium, Raimundão e Sucuba). Cinco agentes ambientais indígenas, mais as lideranças locais, participaram de uma oficina de quatro dias para discutir o levantamento de informações socioambientais a partir de um formulário pré-estabelecido. Todas as questões foram discutidas e acordadas entre ISA, CIR e agentes ambientais, que tiveram também, a oportunidade de adicionar perguntas do interesse das comunidades.

Durante quatro meses, agentes e comunidades responderam mais 50 questões organizadas em oito grandes temas. O levantamento serviu para que as comunidades discutissem de modo integrado os problemas socioambientais de suas terras, tomando o protagonismo como principal estratégia para a gestão de seus territórios.





Equipe do ISA em reunião de apresentação dos painéis temáticos, © Acervo ISA



Para o Programa Monitoramento, a realização de um primeiro levantamento socioambiental participativo era fundamental na definição de um escopo inicial de indicadores locais e uma metodologia de coleta correspondente, primeiro passo para a elaboração da Plataforma Colaborativa de Monitoramento de Terras Indígenas. Neste sentido, a parceria com o Conselho Indígena de Roraima (CIR) foi fundamental para o estabelecimento de uma metodologia de trabalho e para a ampliação das parcerias necessárias para a criação de um sistema de coleta de informações socioambientais locais.

As atividades do projeto começaram com a fase de elaboração do questionário pela equipe do Programa Monitoramento e planejamento da estrutura e logística das oficinas pela equipe do CIR. O pessoal da Coordenação Ambiental do CIR foi responsável por toda organização de campo, incluindo as oficinas, o recebimento dos materiais dos agentes ambientais (fotos, mapas, formulários etc.) e a organização das viagens de acompanhamento. Após o levantamento, foram elaborados painéis temáticos para todas as TIs que participaram da iniciativa. Os painéis foram utilizados para expor a síntese dos levantamentos com a intensão fundamental de envolver as comunidades na discussão e caracterização dos principais problemas levantados fortalecendo a gestão local dos desafios socioambientais. Em termos metodológicos, a equipe do ISA seguiu com a exposição dos painéis, tema por tema, em um varal esticado em um local visível para todos. As reuniões para apresentação duravam cerca de quatro horas, durante as quais era servido café da manhã, com intervalos para lanche e almoço. As atividades procuraram contemplar meios mais acessíveis às comunidades, focando no desenvolvimento dos painéis e de um caderno com os resultados do levantamento. Acredita-se que este material será de grande utilidade nas escolas e no trabalho da Coordenação Ambiental do CIR e dos agentes ambientais.

Um grande avanço na proposta foi reforço ao envolvimento e o protagonismo das comunidades dado ao longo do projeto. Uma das preocupações que emergiram ao longo das oficinas e visitas de acompanhamento foi a de estimular o envolvimento comunitário através da conexão entre os temas, correlacionando diferentes problemas socioambientais e estimulando a reflexão sobre suas origens e as possíveis soluções.

A dinâmica de trabalho com a elaboração de painéis e uma ampla discussão com as comunidades deve ser incorporada à metodologia do sistema de indicadores locais para Terras Indígenas em elaboração. Esse processo foi fundamental para a apropriação do material como um levantamento genuinamente produzido pelo protagonismo das comunidades.

Ao final, foram realizadas cinco reuniões nas TIs Sucuba, Raimundão, Boqueirão, Anta e Pium.

Embora a avaliação geral seja de que as reuniões cumpriram o objetivo de apresentar e validar um retrato socioambiental, estimulando o protagonismo das comunidades, é preciso avançar nas estratégias para a gestão ambiental e territorial das TIs, assim como na redução do número de pressões e ameaças. O exercício de um levantamento participativo não pode ser a simples consolidação de uma lista de problemas socioambientais, mas sim, um ponto de articulação para a construção de soluções de gestão. Ainda foi fundamental para o sucesso, a transposição de uma linguagem técnica para uma abordagem mais concreta, enfocando os processos a partir de seus objetivos e a síntese das informações por suas relações diretas com o vivido. Neste sentido, a equipe do ISA trabalhou o conceito do levantamento e da elaboração de indicadores a partir da metáfora da produção de um retrato. Embora o projeto utilize o conceito de indicadores como variáveis quantitativas para se medir conceitos abstratos, a metáfora de um retrato socioambiental foi importante como forma de aproximar um conjunto de informações quantitativas em relação à experiência qualitativa dos problemas vividos pelas comunidades.

É preciso tomar medidas para facilitar a adoção e apropriação de ferramentas de monitoramento por parte das comunidades e de suas organizações. A experiência das reuniões para apresentação e discussão dos painéis relacionados ao levantamento foi fundamental para o conhecimento da demanda indígena por instrumentos de gestão de problemas socioambientais.

A construção de um sistema de informação que provenha dados relevantes, confiáveis e adequados à realidade indígena não pode prescindir de estratégias para estimular o protagonismo comunitário em relação ao levantamento socioambiental. Embora ainda não haja uma avaliação completa sobre os dados, as equipes do CIR e do ISA perceberam que a qualidade dos levantamentos está relacionada diretamente com o nível de envolvimento comunitário. Além da participação comunitária, o levantamento socioambiental deve contar com uma participação ativa de atores como professores, agentes de saúde e lideranças da comunidade.

Melhores momentos

- Iniciado trabalho de campo em Roraima para levantar, em parceria com o Conselho Indígena de Roraima, indicadores de Terras Indígenas, em sete comunidades na região do Taiano.

Monitoramento de Unidades de Conservação no Brasil

O que é

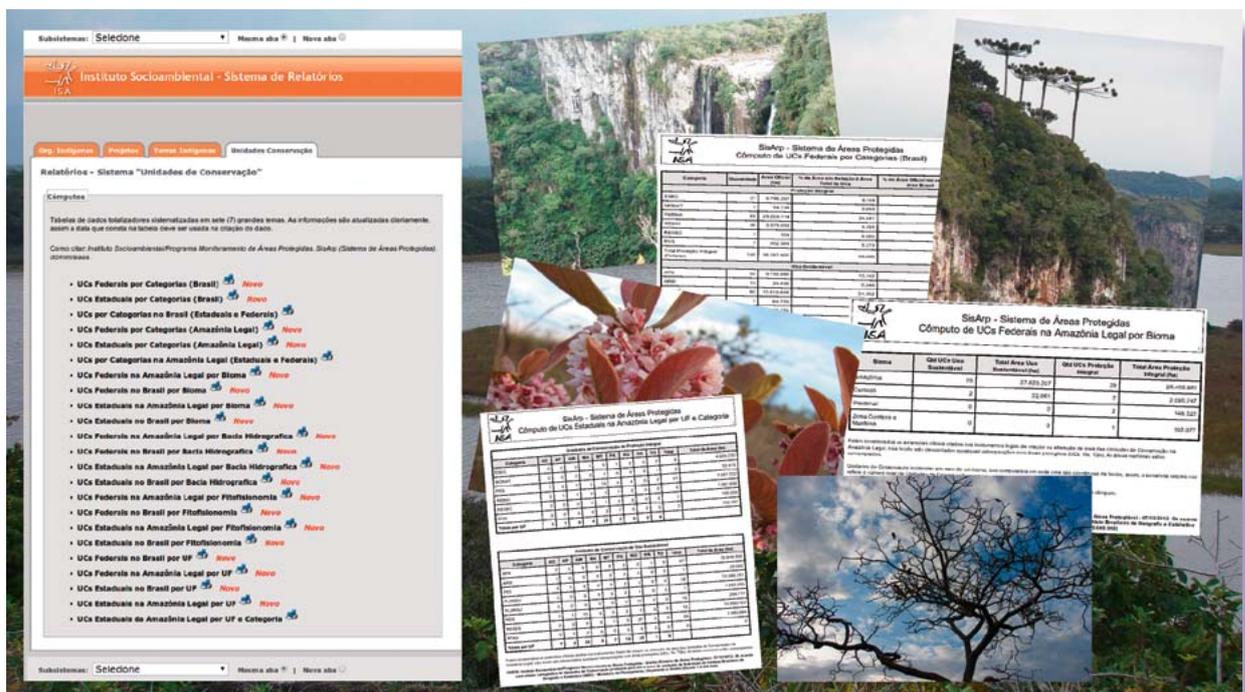
Trata-se da compilação, sistematização e divulgação de dados georreferenciados sobre UCs federais do Brasil e estaduais da Amazônia Legal. Essas informações abrangem: os instrumentos legais de criação e definição de limites; os instrumentos de gestão como planos de uso e manejo; a criação de conselhos gestores e aprovação de seus regimentos; a situação fundiária com as diferentes formas de regularização cabíveis a cada categoria (concessão de direito real de uso, desapropriação etc); os projetos realizados nas UCs e seu entorno imediato, que contribuam para o manejo e gestão do território e alternativas para melhoria da qualidade de vida; a capacitação comunitária e o acesso à informação. Com isso pretendemos avaliar o grau de implementação das UCs, da conservação da biodiversidade e do uso sustentável dos recursos naturais, assim como o grau de assessoria às populações tradicionais e as fragilidades do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, compreendendo o contexto que envolve cada uma das UCs. Uma das importantes fontes de informação são as notícias da mídia e de órgãos ambientais relacionadas a cada UC, pelas quais se pode também avaliar a pressão e ameaças no entorno ou no interior dessas áreas.

Linhas de ação

- Pesquisa e monitoramento do reconhecimento, implementação e situação das Unidades de Conservação estaduais da Amazônia Legal e federais;
- Pesquisa e monitoramento das políticas voltadas às Áreas Protegidas no Legislativo e Executivo;
- Produção e divulgação de informações sobre UCs em documentos, livros por meio de comunicação pessoal e sites.

O que foi feito

- **Monitoramento sistemático das políticas e atos públicos que envolvem Unidades de Conservação**
- Monitoramento sistemático das políticas e atos públicos que envolvem Unidades de Conservação estaduais da Amazônia Legal e federais, levando a inclusão/atualização de aproximadamente 1900 novas informações sobre UCs no SisArp;
- Parceria com a IUCN/Brasil, por meio de reuniões e construção conjunta de documento de referência no processo de preparação para a Lista Vermelha de Ecossistemas do Brasil;
- Participação no Seminário "Governance and Conservation: Towards More Robust Indicators", com a apresentação do trabalho: "Designing and implementing information systems to support governance of Indigenous Lands and Conservation Areas". Universidade de Michigan e Fundação Moore. Fundação Moore, Palo Alto – Califórnia (EUA);
- Aproximação com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), afim de que seja possível uma integração/consumo entre os dados contidos no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC - <http://migre.me/dSG-Dw>) e os dados contidos no Sistema de Áreas Protegidas (SisArp);
- Novos cômputos de Unidades de Conservação com dados detalhados de temas diversos, em múltiplos recortes: unidades da federação, biomas, fitofisionomias, categorias, Amazônia Legal, entre outros. Por meio de análises cartográficas e de uma robusta infraestrutura de sistemas de informação, lançamos cômputos dinâmicos de UCs federais de todo o Brasil e das UCs estaduais da Amazônia Legal;
- Expansão do site para abarcar não apenas as UCs Estaduais e Federais da Amazônia Legal mas também as UCs Federais do resto do Brasil num mapa interativo;



- Desenvolvidos 27 totalizadores de informações específicas sobre UCs para publicação no site, a saber: UCs por categoria e grupo, esfera administrativa, municípios com presença de UCs, entre outros;
- Diversos ajustes pendentes no site, e previstos desde o seu lançamento, ainda seguem em curso. No ano de 2012 foram implementados novos desenvolvimentos visando a resolução de questões específicas, como o longo tempo de carregamento na home do site.
- Pesquisas - Incorporação de 100 novas pesquisas relacionadas a alguma UC. As principais áreas do conhecimento foram Botânica, Zoologia e Ecologia. São monitoradas aproximadamente 30 fontes de pesquisas acadêmicas e não acadêmicas, além do uso da interface de busca do Google Acadêmico. Em relação à concentração de pesquisas por categorias, são mais frequentes os parques estaduais e federais seguidos pelas florestas estaduais e federais.
- Notícias - Incorporação de mais de 2.200 novas notícias relacionadas a alguma UC ou a temas gerais como: Política Ambiental, Energia/UHE, Conferências Gerais (2012 foi o ano da Rio +20), Biodiversidade/Fauna, Desmatamento e Queimadas, por meio do monitoramento de mais de 40 fontes semanais de mídia local e nacional e da ferramenta de busca Google Alerta. Dessas notícias, mais de 1200 são diretamente relacionadas a uma ou mais UCs específicas, sendo que as mais frequentemente citadas pela mídia foram os Parques Nacionais (Parnas) da Amazônia e o Parque Marinho dos Abrolhos e as Florestas Nacionais (Flonas) Itaituba I e II. As categorias de UCs mais frequentes nas notícias são Parques e Reservas Extrativistas (Resex).
- Balanço geral sobre criação/revogação e gestão de UCs em 2012:
 - 1- Criação de duas UCs na esfera federal, (Rebio Bom Jesus, no Paraná, com 34179 hectares e o Parna Furna Feia, no Rio Grande do Norte com 8494 hectares, ambos no domínio Mata Atlântica) . A Rebio Bom Jesus localiza-se nos municípios de Antonina, Guaraqueçaba e Paranaguá (PR) e o Parna Furna Feia em Baraúna e Mossoró (RN). Notícia relacionada: <http://migre.me/dRQ6V>
 - 2- Alteração de categoria: o Parque Ecológico da Lagoa da Jansen, localizado no município de São Luís (MA), criado em 1988, foi reclassificado como UC estadual na categoria Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa da Jansen, com área total aproximada de 196 hectares
 - 3- Alteração de limites: criado um GT Interinstitucional, com a participação do ISA, para analisar a redelimitação do PES da Serra do Araca e a

desafetação da TI Yanomami pela Flona do Amazonas. A Medida Provisória nº 558, de janeiro/2012, embora tenha ampliado promoveu o desafetamento de cinco UCs para a implantação do Complexo Hidrelétrico do Tapajós (PA), uma para a implementação das UHEs Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira e outra para a UHE Tabajara, sendo estas em Rondônia. As UCs afetadas foram: Parnas da Amazônia, Parna dos Campos Amazônicos, Parna Matinguari, APA do Tapajós, Flona do Crepori, Flona de Itaituba I e Flona de Itaituba II. Seis meses depois, a MP nº 558/2012 foi convertida na Lei Federal 12.678/2012, consolidando reduções de Áreas protegidas para a expansão da matriz energética brasileira e evidenciando o risco de uso de MPs para diminuir UCs. Embora tenha havido expansão territorial do Parna dos Campos Amazônicos (AM/RO/MT), todas as demais UCs sofreram redução por algum motivo. No mesmo mês, em comemoração do Dia do Meio Ambiente (5/6) e por meio de outro documento legal foram ampliados o Parna do Descobrimto, a Flona Araripe-Apodi e a Flona Goytacases. Notícias relacionadas: <http://migre.me/dRWig>, <http://migre.me/dRWAY> e <http://migre.me/dRQ6V>

4- Concessão Uso para a Comunidade: assinados dois Termos de Cessão de Uso entre o ICMBio e as seguintes Associações de Moradores e Produtores da Resex Chico Mendes: Amoprex, de Xapuri e Amopreab, de Assis Brasil. Ambos os termos são sob o Regime de Concessão de Direito Real de Uso Gratuito e Resolúvel, sendo as áreas concedidas, respectivamente, de aproximadamente 305.447 hectares e de 172.796 hectares. Ambos os termos têm vigência de 50 anos.

5- Conselhos Gestores: foram criados três novos conselhos gestores nas seguintes UCs: Parna Campos Amazônicos e Nascentes do Lago Jari e Flona Iquiri. Seis outras UCs tiveram a composição de seus conselhos modificada.

6- Foram publicados aproximadamente 30 atos relativos a instrumentos de gestão de UCs estaduais da Amazônia Legal ou federais, sendo que dois deles foram novos planos de uso (Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá e Resex Médio Purus) e 12 novos planos de manejo (APA Lago do Amapá, Estação Ecológica Guanabara, Floresta Estadual Maués, Flonas Passo Fundo, Altamira e Nísia Floresta, Parque Estadual José Inácio da Silva - Zé Bolo Flô, Reserva Biológica Perobas e Resex Médio Juruá, Auatí-Paraná, Rio Jutai e Rio Xingu).



Parna Grande Sertão Veredas (MG/BA),
© Silvia Futada/ISA



Parna Marinho de Fernando de Noronha (PE),
© Rosimeire Rurico/ISA

► Divulgação e publicação de informações sobre UCs

• Ampliação do site de Unidades de Conservação (<http://uc.socioambiental.org/>) do recorte Amazônia Brasileira para Brasil, incorporadas as informações monitoradas das UCs federais do restante do Brasil, com seus mais de 100 textos traduzidos também para as versões em inglês e espanhol. O site está estruturado de forma a integrar informações georreferenciadas de diferentes naturezas, fontes e periodicidades de atualização, assim como de dados textuais e imagens postados por usuários, por meio de um sistema seguro, desenvolvido utilizando o Sistema Gerenciador de Conteúdo de código aberto Drupal e rodando em plataforma LAMP (Linux, Apache, MySQL e PHP), caracterizado pela sua alta complexidade. A utilização de fontes de informações diversas e de naturezas diferentes, complementadas por artigos críticos e explicativos redigidos por diversos parceiros e especialistas, bem como a atualização constante dos dados qualificados, asseguram uma avaliação crítica da situação de cada UC bem como do status de implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) na Amazônia Legal. O site segue ricamente ilustrado, com fotos de diversos parceiros, gestores e fotógrafos profissionais e com a possibilidade de colaboração do usuário no envio de fotos identificadas.

► O site em números em 2012

• Aproximadamente 300 mil visitas oriundas de mais de 71 países ou territórios, sendo mais de 80 % dos usuários provenientes de países de língua portuguesa. Os que mais acessam o site no Brasil são oriundos das cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Brasília e Belém. Em relação aos demais países as visitas mais frequentes vêm Portugal, Estados Unidos, México, Colômbia, Peru e Venezuela, nesta ordem.

• Aproximadamente 85% do fluxo de visitantes no site é oriundo de motores de busca da web (ex: Google) nos quais as buscas mais comuns são 'unidades de conservação, snuc, reserva extrativista, paisagem cultural, reserva de desenvolvimento sustentável e comunidades remanescentes de quilombos'. Aproximadamente, 7% dos visitantes chegam por tráfego de referência na web e 5% por tráfego direto.

• As UCs mais acessadas individualmente foram: Flona Carajás, RDS Mamirauá, Resex Alto Juruá, APA Reentrâncias Maranhenses, Parna Pacaás Novos e Parna Pantanal. A categoria mais acessada é Parques.

► Elaboração de indicadores socioambientais sobre as UCs

As atividades do Sistema de Indicadores Socioambientais de Unidades de Conservação (Sisuc), que vem sendo desenvolvidas pelo ISA desde 2009,

tiveram um momento de descontinuidade em 2012 devido a problemas de financiamento das atividades, que só foram retomadas em setembro, com previsão de mais dois anos de aplicação (até 2014). Ainda assim, houve a participação em diversos eventos para apresentação e discussão de resultados da primeira etapa do projeto, a saber:

- Apresentação dos resultados do Sisuc e do plano de ação socioambiental de UCs do Baixo Rio Negro, na reunião do Conselho Gestor do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro, em março.
- Reunião para nivelamento de instituições parceiras - Fundação Vitória Amazônica (FVA), Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), Centro Estadual de Unidades de Conservação do Estado do Amazonas (Ceuc) e ICMBio, sobre aplicação do Sisuc no Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro, em julho - negociações e potencialidades da segunda fase do projeto.
- Apresentação do Sisuc para a equipe técnica do Arpa (Programa Áreas Protegidas da Amazônia), em julho.
- Monitoramento do desempenho das ações do plano socioambiental do Parna de Anavilhanas, em agosto.
- Participação no Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, na mesa-redonda Áreas Protegidas: gestão para resultados, em julho.
- Em novembro foram realizadas duas reuniões. Uma em Manaus com FVA, IPÊ, ICMBio reunindo gestores das UCs e representantes do Centro Regional do ICMBio e Ceuc e com a presença de coordenadores, para retomada das atividades do Sisuc, com abordagem político-institucional, visando a retomada das parcerias para apresentação de resultados, pactuação interinstitucional e estratégia de integração para próximos passos.
- Em Novo Airão com ICMBio, IPÊ, FVA e gestores das UCs pelo ICMBio e CEUC, com abordagem executivo-operacional, visando o nivelamento sobre encaminhamentos, debate e avaliação de resultados do Sisuc (2010-2012), plano de ação e atividades (2013-2014).

Melhores momentos

- Ampliação do site de Unidades de Conservação para todo o Brasil, conforme planejado desde o lançamento do site de UCs na Amazônia Brasileira.
- Lançados novos cômputos de UCs, com dados detalhados de temas diversos e em múltiplos recortes: unidades da federação, biomas, fitofisnomias, categorias, Amazônia Legal, entre outros.

POLÍTICA E DIREITO SOCIOAMBIENTAL

O que é

O Programa Política e Direito Socioambiental (PPDS) tem como objetivo garantir, pela via legislativa, executiva ou judicial, a implementação de direitos relativos ao meio ambiente, biodiversidade, povos indígenas e populações tradicionais. Reunindo uma equipe multidisciplinar no escritório de Brasília, o PPDS desenvolve uma agenda de monitoramento e intervenção que procura influenciar políticas socioambientais, por meio da atuação em instâncias formais de formulação e discussão de políticas, além de atuar de forma integrada com outros programas do ISA nas interfaces destes com órgãos governamentais e políticas públicas, de modo a garantir a verticalização das ações da instituição.

Parcerias e fontes de financiamento

▶ Financiadores

Fundação Ford; RFN – Fundação Rainforest da Noruega; Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - USAID

▶ Parcerias

Amigos da Terra - Amazônia Brasileira; Apremavi - Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí; Comissão Brasileira de Justiça e Paz – CBJP; CI – Conservação Internacional Brasil; Forest Trends; Fundação SOS Mata Atlântica; Greenpeace; GTA - Grupo de Trabalho Amazônico; ICV – Instituto Centro de Vida; Instituto Ethos; Imafloa - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola; Imazon – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia; Ipam – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia; MST - Movimento dos Sem-Terra; RMA - Rede de ONGs da Mata Atlântica; SBE - Sociedade Brasileira de Espeleologia; The Nature Conservancy - TNC; Via Campesina; WWF Brasil.

Equipe

Marcio Santilli (filósofo, coordenador); Raul Silva Telles do Valle (advogado, coordenador adjunto); Barbara Fontoura Simões Pires (advogada, assessora jurídica); Flávia Camargo de Araújo (agrônoma, assessora de políticas públicas, a partir de maio) Francisco Nascimento (técnico em contabilidade, assistente técnico administrativo); Lea Vaz Cardoso (agrônoma, assessora de políticas públicas, até março); Oswaldo Braga de Souza (jornalista).

Linhas de ação

- Monitoramento, divulgação e incidência na formulação de políticas públicas que afetem direitos socioambientais
- Monitoramento, divulgação e incidência em processos legislativos que afetem direitos socioambientais
- Propositura de ações judiciais em casos paradigmáticos para a agenda socioambiental
- Produção de conhecimento técnico e jurídico
- Assessoria técnica e jurídica a parceiros locais

O que foi feito

▶ Código Florestal: análise e intervenção no processo que culminou com a aprovação da nova lei

Após haver participado intensamente, desde 2009, das discussões no Congresso Nacional em torno do projeto de lei (PL nº 1876/99) que revogava o Código Florestal, o ISA, diante de sua aprovação pelos parlamentares no final de 2011, se engajou, já no começo de 2012, na campanha “Veta, Dilma”, mobilizada no âmbito do Comitê Brasil em Defesa das Florestas. Nesse contexto, desenvolveu as seguintes ações:

- divulgou à sociedade os muitos retrocessos trazidos pelo projeto (33 NSAs, 11 artigos Diretos do ISA, 41 pedidos de entrevistas, 42 citações na grande mídia);
 - visitou autoridades e encaminhou à Presidência da República ofício pedindo, de forma fundamentada, o veto integral ao texto aprovado pelo Congresso Nacional, por ser contrário ao objetivo de desenvolvimento sustentável do País (<https://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3553>);
 - auxiliou a mobilização da campanha “Veta, Dilma” em todo o país, tendo apoiado logística e financeiramente a organização de manifestações de rua (<https://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3560>) e colaborado no posicionamento do Comitê Brasil em Defesa das Florestas (<https://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3557>); Apesar da envergadura que a campanha alcançou, e do compromisso assumido durante a campanha presidencial de 2010, a Presidente Dilma optou por aprovar o projeto, com vetos acessórios, editando ao mesmo tempo uma Medida Provisória (MP nº 571) que acabou piorando alguns de seus dispositivos. Com isso, o ISA:
 - divulgou análises e notícias demonstrando a insuficiência dos vetos e a manutenção da anistia a desmatadores (<https://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3561>; <http://www.socioambiental.org/nsa/direto/direto.html?codigo=2012-05-29-094409>; <http://www.socioambiental.org/nsa/direto/direto.html?codigo=2012-05-29-100625>; outros), incluindo participação na Rio + 20;
 - monitorou o trâmite da MP nº 571, analisando e noticiando os novos retrocessos (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3659>);
 - enviou novo ofício à Presidência da República solicitando vetos a pontos do projeto de conversão da MP nº 571, que havia sido piorada pelo Congresso Nacional (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3682>).
- Novamente foram feitos vetos pontuais que deixaram no texto aspectos muito negativos. E assim entrou em vigor a Lei nº 12651/12, a nova legislação florestal brasileira. Após sua aprovação, o ISA desenvolveu as seguintes ações:
- divulgou análises a respeito do conteúdo da nova lei, mostrando sua complexidade e a injustiça criada por meio da anistia a quem desmatou ilegalmente (um artigo no **Correio Braziliense**, um artigo na revista **Consulex**, e algumas notícias/artigos no site do ISA, como <https://www.socioambiental.org/nsa/direto/direto.html?codigo=2012-10-19-090312>);

por não haver ofensa à Constituição Federal. O MPF recorreu dessa decisão, mas o pleno acabou confirmando a decisão do relator (que não foi previamente incluída na pauta de julgamento), extinguindo o processo.

• Ação cautelar inominada nº 0014204-43.2012.403.6100 (SP) - Laymert Garcia & Stela Senra x ISA e Cinemateca Brasileira

A ação cautelar foi proposta por Laymert Garcia dos Santos e Stella Senra contra o ISA e a Cinemateca Brasileira (União) na Justiça Federal de São Paulo, no ano de 2012, objetivando proibir a exibição do filme Xapiri, alegando que a versão que estaria sendo exibida seria uma versão adulterada da obra. O filme Xapiri é um registro cinematográfico da cultura Yanomami em um de seus rituais de xamanismo mais secretos e sagrados. O projeto do filme Xapiri nasceu da iniciativa de cooperação entre a Cinemateca Brasileira, órgão integrante do Ministério da Cultura (União Federal), e as associações civis sem fins lucrativos Instituto Socioambiental – ISA, Instituto Século XXI – i21 e Hutukara Associação Yanomami – HAY. O ISA apresentou sua contestação à ação cautelar em outubro de 2012, demonstrando que não houve qualquer adulteração ou quebra de acordo entre os autores. Em janeiro de 2013 a juíza proferiu sentença que extinguiu a ação cautelar por ausência do interesse de agir e perda do objeto. Laymert e Stela foram condenados ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, fixados em R\$ 1.000,00 (mil reais), a serem rateados proporcionalmente entre ISA e Cinemateca.

• Ação cautelar nº 2004.36.00.009616-7 (MT) - Demarcação da TI Batelão - Povo Kawaiweté (Kaiabi)

A ação cautelar foi proposta na Justiça Federal de Mato Grosso, em 2004, pela Agropecuária Macisa S/A e outros contra a Comunidade Indígena Kaiabi, Funai e União, com o objetivo de realizar perícia histórico-antropológica acerca da presença indígena, ou seus vestígios, na área em litígio, além de avaliação antropológica do povo Kaiabi no Parque Indígena do Xingu, bem como da perícia fundiária-avaliatória, para aferir o valor da terra nua, das benfeitorias, e outros. As provas produzidas instruirão a Ação Ordinária de Anulação de Atos Administrativos c/c Declaratória de Posse e Domínio Privado e Preceito Cominatório nº 2006.36.00.014901-3/MT (ação principal), distribuída por dependência ao mesmo juízo, em que os autores contestam a demarcação da TI Batelão, que foi suspensa em decisão liminar até a realização das perícias. Em maio de 2010 foi proferida sentença que homologou as provas periciais histórico-antropológica e fundiária-avaliatória na ação cautelar. Os autores recorreram da sentença e o processo foi remetido para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região para que o recurso de apelação fosse julgado. Em novembro de 2012 os desembargadores do TRF1 decidiram, por maioria, negar provimento ao recurso dos fazendeiros, confirmando a sentença que homologou as provas periciais.

► Participação no Comitê Orientador do Fundo Amazônia

O ISA participou do grupo de trabalho sobre demandas indígenas que discutiu propostas para que o Fundo Amazônia apoie iniciativas de interesse dos povos indígenas. O GT discutiu propostas relativas à capacitação e criação de um fundo de apoio a projetos das organizações indígenas, além do apoio do Fundo Amazônia a projetos de implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental das Terras Indígenas (PNGATI), que será uma das prioridades do Fundo Amazônia em 2013. Em 2012 o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), não foi convocado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que o preside.

Resultados alcançados (com indicadores)

► Influência no processo de alteração do Código Florestal, com mobilização da sociedade brasileira em torno do assunto

Apesar de não termos conseguido reverter substancialmente o processo de desfiguração do Código Florestal, uma vez que o processo político não depende fundamentalmente da ação de um único ator, avaliamos que foi atingido o principal objetivo estabelecido no projeto: ser ouvido no processo, apresentando sugestões de aprimoramento no texto, e manter a sociedade bem informada, por meio de notícias e análises técnicas, para que pudesse se posicionar com relação à modificação pretendida. Há alguns indicadores que confirmam isso, como a cobertura de mídia e a audiência em nosso site. Foram 33 Notícias Socioambientais, 11 artigos Diretos do ISA, 41 pedidos de entrevistas, 42 citações na grande mídia sobre o assunto, três artigos publicados em revistas e jornais. Além disso, como destacado no relatório do ano passado, conseguimos influenciar alguns pontos da nova legislação, o que não alterou o resultado final – negativo – mas não deixa de ser um resultado do trabalho realizado.

Vale destacar também a impressionante campanha pelo veto presidencial ao Código Florestal, fruto do longo trabalho realizado nos últimos anos. Embora não tenha revertido a decisão presidencial, a campanha foi um marco no atual regime democrático brasileiro, sendo, sem dúvida, a maior mobilização social em prol de um tema ambiental já ocorrida no País.

► Campanha «não vote em quem votou contra as florestas»

Embora alguns dos candidatos que votaram a favor da nova lei florestal tenham sido eleitos, a maior parte (77%) não foi e, o mais importante, todos os que foram escolhidos como prioritários para a campanha foram derrotados e manifestaram desconforto com o fato de serem taxados de antiambientais. Isso foi percebido em manifestações públicas desses candidatos: alguns tentaram se justificar pelo voto dado, outros trataram de reforçar a propaganda sobre suas propostas para o meio ambiente. Esse era o objetivo da campanha: fazer com que os parlamentares soubessem que seriam cobrados pelo posicionamento em relação ao Código Florestal.



► Proposta de esverdeamento da Política de Aquisição de Alimentos elaborada em conjunto com órgãos de governo

Lançamos uma publicação inédita sobre o tema. Além disso, como relatado acima, logramos, após um período de análise, elaborar e apresentar ao Ministério da Agricultura uma proposta de redução dos juros e aumento

dos limites de empréstimo nos créditos tomados por produtores rurais que estivessem legalizados em relação à legislação florestal. Essa proposta chegou a estágios avançados de análise, mas, em função do imbrólio envolvendo a alteração no Código Florestal, não houve clima político para levá-las adiante no plano safra 2011/2012 e nem no 2012/2013.

Avançamos, no entanto, na elaboração de uma proposta voltada aos pequenos agricultores, como já relatado acima e constante do anexo. Além da proposta em si, a obtenção do apoio da Conab à ideia é um resultado importante, pois abre uma perspectiva concreta de que ela possa ser aprovada (e transformada em política pública) ainda em 2013.

Avaliação

A ênfase do trabalho do PPDS em 2012 esteve, mais uma vez, voltada à luta pelo Código Florestal. A lei sancionada, mesmo com os vetos, é um grave retrocesso para o princípio da função social da propriedade e não garantirá, em diversas regiões do País, o equilíbrio mínimo necessário para a conservação da biodiversidade, para a produção de água, para o bem estar das populações humanas. No confronto parlamentar, o direito difuso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, supostamente garantido em nossa Constituição Federal, perdeu para a força do agronegócio, que, há de se admitir, se organizou de forma competente para ganhar essa batalha.

Há que se reconhecer nesse processo, dois fatores importantes para esse resultado absolutamente indesejado: há cada vez menor disposição do governo federal em levar adiante bandeiras da luta ambiental e a extrema organização com que o setor agropecuário levou o assunto adiante.

A sociedade civil organizada, por sua vez, trabalhou da melhor forma que pôde. Há de se reconhecer uma certa desmobilização no âmbito do movimento socioambientalista brasileiro nos últimos anos, por razões diversas, mas acreditamos que isso não foi o elemento central para o revés legislativo. Conseguimos (ISA e parceiros) ter voz ativa junto à sociedade (ver indicadores de exposição na mídia), angariar importantes aliados para a causa (Igreja Católica, movimentos camponeses, cientistas, organizações estudantis) e influenciar o trâmite legislativo. Mas o contexto se mostrou extremamente desfavorável.

Uma das razões que levou grande parte dos parlamentares a apoiar a mutilação da legislação florestal foi, além de não compreender adequadamente as consequências do projeto (apesar de nossos esforços em contrário), a percepção de que a legislação florestal vem servindo como um instrumento de opressão ao agricultor, por meio da ação fiscalizadora e repressora dos

agentes ambientais. E, de fato, há anos a legislação florestal vem funcionando muito mais na base da repressão do que da orientação ou do incentivo.

Por essa razão, entendemos que, sobretudo porque possivelmente venhamos a ter uma legislação menos protetiva, investir no uso de incentivos econômicos à conservação é algo de fundamental importância. Não só precisamos ter uma Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, como precisamos urgentemente criar coerência entre os instrumentos da política agrícola e o da política ambiental.

Nesse sentido, embora nada de concreto tenha ainda sido aprovado, avançamos bastante no desenho e proposição de alterações na política agrícola, com o intuito de torná-la um indutor da conservação e restauração florestal. Além de lançar um livro sobre o tema, divulgando a ideia a um público mais amplo, conseguimos bons aliados dentro do governo federal para defendê-las e levá-las adiante. A perspectiva trabalhada pelo ISA é razoavelmente diferente daquela trabalhada por outras organizações que atuam no tema de incentivos econômicos à conservação, na medida em que estamos propondo usar políticas já existentes como veículos desses incentivos, e não a criação de novas políticas e sistemas, como é o caso dos sistemas de Pagamento por Serviço Ambiental ou REDD+. Avaliamos, portanto, que há muito a se trabalhar nessa perspectiva.

Para 2013 será fundamental organizar uma espécie de observatório social dos Programas de Regularização Ambiental que serão criados com a nova legislação. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) vem levantando o discurso de que mesmo as ínfimas obrigações de recuperação estabelecidas na nova legislação são excessivas, e que o cadastramento dos produtores rurais é algo inviável, de forma que a lei deve ser revista em cinco anos. É a senha para empurrar os programas de regularização para frente. Parte do setor agropecuário, portanto, trabalhará para boicotar o pouco de conservação que continuará na lei, sabotando os Programas de Regularização Ambiental ou simplesmente usando-os para legitimar a anistia. Nesse sentido, é fundamental que a sociedade civil organizada aja em sentido contrário, trabalhando para que esses programas funcionem e não sejam simplesmente formas de legalizar o desmatamento. Conversas iniciais avançaram em 2012.

Por fim, na área de direitos indígenas, o ano de 2012 mostrou como serão difíceis os próximos anos. A paralisação no processo de demarcação de terras em praticamente todo o território, associada à edição da Portaria nº 303, dão o tom da posição do Poder Executivo para o assunto. A suspensão da portaria foi, sem dúvida, uma vitória. Mas de apenas uma batalha, numa longa guerra que se anuncia.

RIO NEGRO

O que é

O Programa Rio Negro Socioambiental promove e articula processos e múltiplas parcerias para construir uma plataforma de responsabilidade socioambiental transfronteiriça e compartilhada pelo desenvolvimento sustentável da Bacia do Rio Negro no contexto da região do noroeste amazônico, cuja extensão geográfica é de 80 milhões de ha. A Bacia do Rio Negro e Rio Branco (com 71 milhões de ha) é compartilhada por quatro países: Brasil, Colômbia, Guiana e Venezuela. São 40 povos indígenas, 86 territórios indígenas reconhecidos oficialmente, e 16 ainda sem reconhecimento; 66 Unidades de Conservação de Uso Sustentável e 11 de Proteção Integral. Desde a sua fundação, o ISA é parceiro da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e, mais recentemente, da Hutukara Associação Yanomami (HAY) e do Conselho Indígena de Roraima (CIR), entre outras organizações da sociedade civil e instituições de pesquisa.

Parcerias e Fontes de Financiamento

▶ Parcerias Prioritárias

Foirn Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e suas associações filiadas; HAY Hutukara Associação Yanomami; CIR Conselho Indígena de Roraima; Fundación Gaia Amazonas (Colômbia); Wataniba Asociación para el Desarrollo Humano Multiétnico de la Amazonía (Venezuela)

▶ Financiadores

AIN - Ajuda da Igreja Norueguesa; Embaixada Real da Noruega; Fundação Gordon & Betty Moore; Fundação Rainforest da Noruega RFN; Horizont3000/ADA - Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento/Aliança pelo Clima; Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável; Iphan - Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional; UNU - Universidade das Nações Unidas

▶ Apoio especial para o projeto Cruviana

Gisela Moreau e Mariana Moreau

▶ Parcerias Locais e Cooperação Técnica

3TIIC - Associação Três Tribos Indígenas do Igarapé Cucura; Abric - Associação Baniwa do Rio Içana e Cuiri; Acaipi - Asociación de Capitanes Indígenas del Pirá-Paraná; Acep - Associação do Conselho da Escola Pamáali; Acimet - Associação das Comunidades Indígenas do Médio Tiquié; ACIMRN - Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro; Acir - Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas; Acirc - Associação das Comunidades Indígenas do Rio Castanho; Acirp - Associação das Comunidades Indígenas do Rio Preto; Aciru - Associação das Comunidades Indígenas do Rio Umarí; ACWA - Associação Comunidade Waimiri Atoari; Aetu - Associação da Escola Indígena Tuyuka Utapinopona; Aeity - Associação da Escola Indígena Tukano Yupuri; Aeitypp - Associação da Escola Indígena Tukano yepa Piro Porã; Aetikap - Associação da Escola Indígena Tukano Koãpa Ahkuto Paramerã; Aiacaj - Associação Indígena da Área de Canafé e Jurubaxi; Aibad - Associação Indígena da Bacia do Aracá e Demeni; Aifp - Associação Indígena de Floresta e Padauri; Apyb - Associação do Povo Ye'kuana do Brasil; Asiba - Associação Indígena de Barcelos; Atriart - Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié; Ayrca - Associação Yanomami do Rio Cauaboris; ABCB - Coordenadoria de Associações Baniwa e Coripaco; CAIARNX - Coordenadoria das Associações



Indígenas do Alto Rio Negro e Xié; CAIMBRN - Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro; Cedeh - Centro de Estudo e Divulgação da Escola Herieni; Cepi - Centro de Pesquisadores Indígenas de Iauaretê; Cerci - Centro de Estudo de Revitalização da Cultura Indígena; Cinemateca Brasileira; Cipac - Comunidades Indígenas de Pari Cachoeira; Coidi - Coordenação das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê; Coitua - Coordenação das Organizações Indígenas do Tiquié e Uaupés Abaixo; Comagept - Cooperativa Mista Agroextrativista dos Povos Tradicionais do Médio Rio Negro; Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (Caibrn); Coping - Conselho do Povo Indígena Ingarikó; CPDEK - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Kalikattadapa; EIBC-Pamáali - Escola Indígena Baniwa e Coripaco; Funai - Fundação Nacional do Índio/Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami Ye'kuana; FVA - Fundação Vitória Amazônica; Horonami - Organização dos Yanomami da Venezuela; ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas; Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; MCC - Ministério de Cultura da Colômbia; MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário; MMA - Ministério do Meio Ambiente; NEA/UFMA - Núcleo de Energias Alternativas/ Universidade Federal do Maranhão; Oibi - Organização Indígena da Bacia do Içana; OIBV - Organização Indígena de Bela Vista; OIDS - Organização Indígena de Desenvolvimento Sustentável; PDYP - Projeto de Documentação do Yanomama do Papiú; Prododcln - Projeto de Documentação de Línguas Indígenas; Programa Gesac (Governo Eletrônico Serviço ao Cidadão)/Ministério das Comunicações; Programa Mais Cultura/Ministério da Cultura; RCA - Rede de Cooperação Alternativa; Secd/RR - Secretaria de Educação do Estado de Roraima; Secoya - Associação Serviço e Cooperação com o Povo Yanomami; Survival International; UFSCar - Universidade Federal de São Carlos; Vídeo nas Aldeias; Wariró Casa de Produtos Indígenas do Rio Negro; WWF-Brasil

Equipe

Carlos Alberto (Beto) Ricardo (antropólogo, coordenador geral); Carla Dias (bióloga e antropóloga, coordenadora adjunta Rio Negro); Marcos Wesley de Oliveira (coordenador adjunto Roraima); Adeilson Lopes da Silva (ecólogo, Içana); Aline Scolfaro (antropóloga, Uaupés); Aloísio Cabalzar Filho (antropólogo, Tiquié); Ana Maria Antunes Machado (pedagoga, Pró-Yanomami, até maio); Ana Paula Caldeira Souto Maior (advogada); Camila Sobral Barra (antropóloga, Médio Rio Negro); Carlos Barretto (administrador, gerente de projetos); Ciro Campos de Souza (biólogo, Roraima); Felipe Nascimento Araújo (geógrafo, Pró-Yanomami); Francis Miti Nishiyama (jornalista, produtora); Gilmaria Alberta Moraes Andrade (auxiliar de administração em S. Gabriel da Cachoeira); Hildete Marinho (auxiliar de pesquisa em SGC); Joás (Mocotó) Rodrigues da Silva (logística SGC); Laise Lopes Diniz (pedagoga, Içana); Lidia Montanha Castro (pedagoga, Pró-Yanomami); Márcilio Cavalcanti (agrônomo, administrador Manaus); Mar-

colino da Silva (auxiliar administrativo em Boa Vista); **Margarida Murilo Costa** (zeladora em São Gabriel da Cachoeira); **Maria José Rocha** (auxiliar de serviços gerais Boa Vista); **Matthieu Jean Marie Lena** (cientista social, administrador Boa Vista); **Moreno Saraiva Martins** (antropólogo, Pró-Yanomami); **Natasha Mendes Cavalcante** (assessora administrativa Manaus); **Pieter van der Veld** (agrônomo, Tiquié); **Renata Alves** (ecóloga, analista em sensoriamento remoto); **Sidnaldo dos Santos** (auxiliar administrativo Boa Vista); **Silas de Oliveira Nascimento** (estagiário em Geoprocessamento em Boa Vista); **Vicente Albernaz Coelho** (geógrafo, Pró-Yanomami); **Wilde Itaborahy** (geógrafo, Manaus); **Wizer de Oliveira Almeida** (administrador São Gabriel da Cachoeira)

Colaboradores Associados: **Almir de Oliveira** (arquiteto); **Ana Gita de Oliveira** (antropóloga, Iphan); **Andreza Silva de Andrade** (jornalista); **Antonio Nobre** (agrônomo, INPA/INPE Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia / Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais); **Bruce Albert** (antropólogo, IRD Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento em Cooperação); **Cristina Silva** (antropóloga, UFSCar); **Eduardo Neves** (antropólogo, MAE/USP Museu de Arqueologia e Etnologia da Univ. de SP); **Eduardo Viveiros de Castro** (antropólogo, Museu Nacional/UFRJ); **Flávio C. T. Lima** (ictiologista, MZ/USP Museu de Zoologia da Univ. de SP); **Flora Dias Cabalzar** (antropóloga, USP); **François-Michel Le Tourneau** (geógrafo, Centre National de la Recherche Scientifique da França/Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB); **Geraldo Andrello** (antropólogo, UFSCar); **Glenn Shepard Jr.** (antropólogo e ecólogo, MPEG Museu Paraense Emílio Goeldi); **Hanna Limulja** (antropóloga, Wataniba); **Helder Perri Ferreira** (linguista); **Henyo Trindade Barretto Filho** (antropólogo, IEB Instituto Internacional de Educação do Brasil); **José Ribamar Bessa Freire** (jornalista e historiador, UERJ Univ. do Estado do Rio de Janeiro); **Judite Gonçalves Albuquerque** (educadora, Unemat Univ. do Estado de Mato Grosso); **Kristine Stenzel** (linguista, UFRJ); **Laure Emperaire** (etnobotânica, IRD); **Lúcia Hussak van Velthem** (antropóloga, MCT Ministério da Ciência e Tecnologia); **Ludvine Eloy** (geoagrônoma); **Luiza Garnelo** (médica e antropóloga, Ufam – Univ. Federal do Amazonas e Fiocruz Fundação Oswaldo Cruz); **Manuela Carneiro da Cunha** (antropóloga); **Marta Azevedo** (antropóloga e demógrafa, Funai); **Maurice Tomioka Nilson** (geógrafo, Inpa); **Mauro Cornacchioni Lopes** (engenheiro de pesca); **Mauro W. Almeida** (antropólogo, Unicamp); **Melissa Santana de Oliveira** (antropóloga, UFSC Universidade Federal de Santa Catarina); **Paulo Maia** (antropólogo, UFMG Universidade Federal de Minas Gerais); **Pedro Rocha** (antropólogo, Museu Nacional/UFRJ); **Piero Leirner** (antropólogo, UFSCar); **Ralme Gischewski Borges** (apicultor); **Renata Eiko** (zootecnista, mestranda Ufam); **Rogério do Pateo** (antropólogo, UFMG); **Walmir Cardoso** (astrônomo, PUC/SP Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

Linhas de Ação

O programa está estruturado nas seguintes linhas de ação:

- ▶ **Ordenamento e gestão territorial**
- Participação no processo de criação e acompanhamento de Conselhos de UCs (Parnas Pico da Neblina, Monte Roraima, Mocidade e Viruá; Flona de Roraima e Esec Niquiá e Maracá);
- Participação na Expedição de Fiscalização pelo Limite Leste da TI Yanomami;
- Monitoramento do garimpo ilegal na TI Yanomami;
- Elaboração de TCT (Termo de Cooperação Técnica) com Prefeituras Municipais e organizações sociais de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro e com o Idam para realização de Monitoramento Participativo da Pesca no Médio Rio Negro.

▶ Rede Rio Negro e Roraima Socioambiental

• Rede Rio Negro alavanca proposta para redelimitação dos limites do Parna do Jaú e Resex do Rio Unini e participa da criação de GT para redelimitação do Parest Serra do Aracá e revogação da Flona Amazonas.

▶ Fortalecimento de organizações locais

- Apoio à realização das assembleias eletivas da Hutukara e Foirn;
- Recepção da jornada de intercâmbio da RCA na TI Yanomami;
- Apoio à Foirn para o projeto de aprimoramento na comunicação e divulgação institucional: elaboração de um website e blog institucional (<http://www.foirn.org.br>) e dinâmicas de bons usos das redes sociais

▶ Pesquisa Intercultural e Educação Escolar Indígena

- Oficinas de sistematização de conhecimentos tradicionais: plantas medicinais Yanomami, alimento Sanumá e xamanismo Yanomami;
- Seminário de Avaliação dos dez anos do Programa de Educação Yanomami (PEY);
- Consolidação dos resultados do processo de consulta para formulação de um Curso de Formação Avançada Intercultural do Rio Negro;
- Exposição *Peixe e Gente no Alto Rio Negro*, em Manaus, realizada pelo Musa, ISA e organizações indígenas do Rio Tiquié;
- Realização do V Encontro de Canoita Tiquié-Piraparaná.

▶ Políticas Públicas

- Participação na Campanha Salve o Rio Branco (UHE do Bem Querer);
- Atualização do Termo de Cooperação Técnica com a Funai;
- Participação no Fórum Interinstitucional de Políticas Públicas de São Gabriel da Cachoeira.

▶ Energias Alternativas

- Assinatura de TCT entre ISA, CIR e UFMA para realização do projeto Cruviana – pesquisa participativa para desenvolvimento de energias alternativas na TI Raposa-Serra do Sol.

▶ Patrimonialização cultural

- Mapeamento de Sistema de Lugares Sagrados do noroeste amazônico;
- Organização de documentos visando a patrimonialização do xamanismo Yanomami.

▶ Alternativas Econômicas

- Primeira Casa da Pimenta Baniwa inaugurada em Tunuí, Rio Içana;
- Apoio ao manejo e comercialização do cipó-titica pelos Yanomami do Rio Demini e afluentes, e da castanha pelos Yanomami da região do Ajarani.

▶ Coordenação, Relações Institucionais e Captação de Recursos

- Visita de comitivas e intercâmbios com parceiros da RFN, AIN, ERN e Horizont3000;
 - Reforma da sede de Boa Vista;
 - Acompanhamento das denúncias de massacre de grupo Yanomami na Venezuela;
 - Acompanhamento da avaliação de um projeto institucional da Foirn com a RFN;
 - Formulação e implementação de uma experiência piloto de bolsas para pesquisadores indígenas no Rio Negro.
- Desde 2005, as atividades foram organizadas por rios/regiões, e o relatório narrativo segue esse mesmo critério. As linhas de ação citadas acima são transversais a quase todos os rios e regiões.
- Coordenação/Desenvolvimento do Programa (São Paulo, Brasília, Manaus, São Gabriel da Cachoeira, Boa Vista);
 - Formação Superior Indígena, Interdisciplinar e Multicultural;
 - Manaus;

- Médio Rio Negro: Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos;
- São Gabriel da Cachoeira;
- Rio Içana;
- Rio Tiquié;
- Rio Uaupés;
- Roraima.

Transversalmente a esses eixos de trabalho, estratégias gerais têm sido privilegiadas:

- Incentivar a produção, valorização e documentação dos conhecimentos indígenas;
- Apoiar a pesquisa do ponto de vista do diálogo de conhecimentos;
- Favorecer os intercâmbios de experiências, conhecimentos e práticas entre os índios e com a Equipe do PRN;
- Provocar interfaces técnicas e de gestão das redes indígenas e não indígenas afins;
- Assessorar os arranjos e rearranjos institucionais das organizações indígenas;
- Favorecer a circulação de conhecimentos produzidos nos processos em curso;

- Principais agentes com quem o PRN trabalha:

1. professores
2. agentes de manejo
3. alunos jovens das escolas
4. lideranças das associações
5. pesquisadores indígenas
6. artesãos
7. anciões, conhecedores, xamãs

Eixos de trabalho por áreas de atuação

| | São Paulo | Brasília | Manaus | Médio R. Negro | SGC | Rio Içana | Rio Tiquié | Rio Uaupés | Roraima |
|---|-----------|----------|--------|----------------|-----|-----------|------------|------------|---------|
| Ordenamento e Gestão Territorial | | X | X | X | | | | | X |
| Construção de uma base de Informação Socioambiental Georreferenciada Transfronteiriça | X | | | X | X | X | X | X | X |
| Rede Rio Negro e Roraima Socioambiental | X | | X | X | X | X | X | X | X |
| Fortalecimento de organizações locais | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| Educação Escolar Indígena e Pesquisa Intercultural | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| Políticas Públicas | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| Energias Alternativas | | | | | | X | X | | X |
| Patrimonialização Cultural | | X | | X | X | X | X | X | |
| Alternativas Econômicas | X | | X | X | X | X | X | | |
| Coordenação, Relações Institucionais e Captação de Recursos | X | X | X | X | X | X | X | X | X |

Coordenação/Desenvolvimento do Programa

O que é

Trata-se da coordenação permanente do Programa Rio Negro (PRN), com as funções de: elaborar, atualizar e implementar o planejamento estratégico do programa; desenvolver e manter relações interinstitucionais apropriadas, em especial com as parcerias; identificar oportunidades, monitorar a execução do portfólio de projetos, formular e encaminhar projetos; elaborar relatórios narrativos e monitorar os gastos do programa, incluindo a aplicação regular de indicadores de desempenho; propor e viabilizar desdobramentos futuros; disponibilizar informações sobre a região do Rio Negro e as atividades do programa utilizando os meios regulares do Instituto Socioambiental (ISA); conceber e editar publicações relativas ao Rio Negro; promover a articulação entre as equipes e as atividades dos diferentes projetos do programa e deste com a estrutura do ISA; articular e mobilizar uma rede de pesquisadores e colaboradores de instituições externas.

Parcerias e Fontes de Financiamento

Embaixada Real da Noruega; Fundação Gordon & Betty Moore; RFN - Fundação Rainforest da Noruega; Horizont3000/ADA/Aliança Pelo Clima; Instituto Arapyáú.

Equipe

Carlos Alberto (Beto) Ricardo; Carla Dias; Marcos Wesley de Oliveira; Ana Paula Caldeira Souto Maior; Carlos Barretto; Francis Miti Nishiyama; Marcílio de Souza Cavalcante; Matthieu Jean Marie Lena; Renata Alves; Wizer de Oliveira Almeida.

O que foi feito

► RELAÇÃO COM O ISA GERAL

- Coordenação da agenda de trabalho do PRN com os demais setores do ISA (Administração, Comunicação, Geoprocessamento, Informática, Política e Direito Socioambiental);
- Participação em reuniões gerais da Coordenação do ISA para discussão e deliberação de questões institucionais;
- Interface entre o PRN e demais áreas e programas do ISA no que se refere ao planejamento, realização e monitoramento de atividades e de recursos humanos e financeiros.
- Organização e coordenação tanto da reunião de planejamento anual no início do ano quanto da reunião geral de final de ano, dezembro/2012.

► IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES, FORMULAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DE PROJETOS

- Interlocução permanente com representantes das organizações que apoiam o PRN: Lars Løvold e Anne Leifsdatter Grønland (RFN), Brunhilde Haas de Saneaux e Elisabeth Moder (Horizont3000), AVECITA Chicchon, Paul Little e Kirsten Silvius (Fundação Moore), Ana Gita de Oliveira/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Kristian Bengtsson, Sissel Hodne Steen, Patrícia Benthien e Luciano Padrão (Embaixada da Noruega); Pedro Leitão e Andrea Buoro (Instituto Arapyáú), Arne Dale e Fernando Baptista (AIN), Tony Gross (UNU);
- Contatos que visam apoios futuros com o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil (MCTI), seção austríaca da Aliança Pelo Clima, Funbio;

- Início do projeto “Mapeo de lugares sagrados na fronteira Brasil-Colômbia” com apoio do Iphan/MinC;
- Em parceria com a Foirn, início de novo projeto Trienal (2012-2014) submetido a Horizont3000: “Formação, ordenamento territorial e ampliação da rede de colaboração para o bem viver no Rio Negro”;
- Início de um novo projeto: “Peixe e gente no Rio Negro: presente e futuro de uma rede de iniciativas de manejo de peixes na Bacia do Rio Negro”, em parceria com a Fundação Gordon & Betty Moore;
- Formalização do Termo de Cooperação Técnica entre o ISA e o Museu da Amazônia (Musa) para realização de pesquisas, publicações e exposições. A primeira atividade da cooperação resultou na exposição Peixe & Gente no Alto Rio Negro: conhecimentos indígenas sobre a pesca;
- Realização do seminário de avaliação externa dos 16 anos de atividades apoiadas pela Fundação Rainforest da Noruega (RFN) no âmbito do PEY - Projeto de Educação Yanomami (Lago Caracaranã/RR, março);
- Articulação, preparação e apoio (julho a outubro) à avaliação externa do projeto “Direitos Indígenas, Fortalecimento Institucional e Governança na Bacia do Rio Negro, noroeste amazônico”, implementado por ISA, Foirn, Acep e Aeitú e apoiado pela RFN. A avaliação externa ocorreu em novembro, na cidade de São Gabriel da Cachoeira;
- Celebração de Termo de Cooperação Técnica com a UFMA (Universidade Federal do Maranhão) e o CIR (Conselho Indígena de Roraima) visando a implementação de sistemas de medição do potencial eólico e solar na Terra Indígena Raposa-Serra do Sol;
- Celebração de parceria com a Cinemateca Brasileira, Instituto do Século XXI e HAY (Hutukara Associação Yanomami) para a realização do filme Xapiri sobre o xamanismo yanomami;
- Celebração de contrato de coedição com a editora Azougue Editorial, para a reedição do livro *Vocês brancos não têm alma*, de Jorge Pozzobon.

► PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA A BACIA

- Assessoria de gestão e planejamento à Foirn, Hutukara e associações locais e regionais, incluindo ações na blogsfera;
- Apoio à elaboração do Termo de Transparência para a gestão institucional da Foirn, aprovada na reunião do Conselho Diretor da Foirn, que formaliza suas regras de governança institucional;
- Apoio e participação no 2º Encontro de Xamãs Yanomami (abril);
- Participação em reunião entre coordenadorias regionais, Foirn e Embaixada Real da Noruega, visando a avaliação das atividades realizadas em 2011 e 2012 no âmbito da parceria Foirn/Embaixada Real da Noruega e o planejamento das atividades a serem realizadas em 2013 (SGC, agosto);
- Participação em reunião binacional com representantes do Brasil e da Colômbia, onde os dois países apresentaram o projeto “Mapeo” de cartografia cultural, que vêm desenvolvendo desde 2009, para identificar e mapear locais considerados sagrados pelos indígenas da região e contribuir para a sua salvaguarda (Letícia, outubro);
- Apoio e participação na VII Assembleia Geral da Hutukara Associação Yanomami – HAY (aldeia Watoriki, outubro);
- Apoio e participação na XVII Assembleia Eletiva da Foirn, com o tema “Movimento Indígena, Direitos dos Povos e Diálogos sobre Gestão e Sustentabilidade” (SGC, novembro);
- Apoio e acompanhamento do GT de Transição entre a diretoria da Foirn e os novos membros recém-eleitos (SGC, novembro);

- Formação continuada da equipe Foirn e diretores em relação ao planejamento operacional, orçamento institucional e prestação de contas institucionais da Foirn;
- Acompanhamento das pendências das organizações indígenas parceiras com as políticas públicas setoriais (ao longo do ano);
- Lançamentos multirregionais do filme *Xapiri* (junho em SP e na Rio+20, outubro em Boa Vista);
- Consolidação, com a Foirn e mobilizadores, da proposta do Programa de Formação Avançada Indígena do Rio Negro;
- Formulação e implementação de uma experiência piloto de bolsas para pesquisadores indígenas no Rio Negro;
- Avanços na implementação das cadeias de valor dos produtos da floresta não madeireiros, por meio da implementação das Casas de Pimenta no Içana (Tunuí e EIBC), bem como por meio do apoio às lojas especializadas Wariró (SGC) e GaleriAmazônica (Manaus).

▶ ESTRATÉGIA DE BASES DE DADOS

Para contemplarmos as demandas multitemáticas, étnicas e regionais da equipe, dos parceiros da sociedade civil e do Estado, trabalhamos de forma sistemática na atualização, compilação e manutenção de banco de dados vetoriais e de imagens de satélites, como também na elaboração de metodologias de mapeamentos participativos e treinamentos em ferramentas de geoprocessamento para membros da equipe, consultores e parceiros.

No ano de 2012, a manutenção dos sistemas de informações geográficas (SIGs) nos permitiu a disponibilização de tabelas, geodatabase ou shapefiles, numerologias, análises, kmls e mapas de trabalho e para publicações do ISA e parceiros. Alguns dos parceiros com quem trabalhamos e disponibilizamos informações da base de dados em 2012: Foirn, Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI, Rede Rio Negro, Ministério Público do Estado do Amazonas, Funai, Secretaria de Desenvolvimento Sustentável - SDS – AM, Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira, Secretarias de Meio Ambiente Municipal – Semas de Santa Isabel e Barcelos, Expedicionários da Saúde, Museu da Amazônia e pesquisadores associados da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Federal de São Carlos e Inpa.

Os produtos cartográficos elaborados foram:

- Multitemáticos da área de abrangência da Foirn e algumas associações vinculadas, cartas-imagem e dados de campo como subsídios à projetos, fiscalização de invasões, como por exemplo o caso da pesca esportiva no Rio Marié e impactos da BR-317;
- Sob solicitação do coordenador da Funai de S. Gabriel foram elaborados mapas com as abrangências das Coordenadorias Técnicas Locais – CTLs;
- Mapas de trabalho e apoio ao grupo na reunião binacional do projeto “Mapeo”.
- Para a prefeitura e sede de São Gabriel da Cachoeira o mapa da distribuição dos votos das eleições de 2012 e outras demandas para a sede do município;
- Publicações do PRN em elaboração e lançadas - participação na produção de informações cartográficas e elaboração de mapas na publicação dos boletins, relatórios e projetos, e ainda livros como de Educação, Narrativas e Manejo de Peixes no Tiquié;
- Elaboração de cômputos de desmatamento, porções de Áreas Protegidas, características hidrográficas e de paisagens a fim de subsidiar notícias socioambientais, publicações e relatórios;
- Revisão e apoio técnico à equipe de Boa Vista/RR para protocolos de rotina e em especial nos mapas da publicação *Diversidade Socioambiental de Roraima* para versão digital.

▶ PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

- Evento “Avaliação da evolução da agenda socioambiental no primeiro ano do governo Dilma Rousseff”, promovido por ISA e IDS (março, SP);
- Rio +20 /Conferência ONU sobre Desenvolvimento Sustentável;
- Assembleia de Vídeo nas Aldeias (Olinda, junho);
- Assembleia da Wataniba (Caracas, julho);
- XVIII Reunião do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Ye’kuana (Condisi) (Polo Base Demini, outubro);
- Lançamento do livro *Amazônia em questão: Belo Monte, Vale e outros temas*, do jornalista paraense Lúcio Flavio Pinto, centrado na questão da sustentabilidade da região. Na ocasião, o jornalista recebeu o prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos (SP, outubro);
- Segundo encontro Empresas e Povos Indígenas: construindo os padrões brasileiros de referências em boas práticas corporativas com Povos Indígenas, promovido pela TNC do Brasil (SP, novembro).

▶ ADMINISTRAÇÃO DAS SUBSEDES EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, MANAUS E BOA VISTA

As subsedes do ISA em São Gabriel da Cachoeira, Manaus e Boa Vista atuam na viabilização de condições para um pleno desenvolvimento das atividades dos projetos do PRN. Nestes espaços, o ISA mantém rotinas administrativas, logísticas e de suporte às equipes em atividades de campo, executa a manutenção de instalações e equipamentos, assessora organizações parceiras, realiza representação institucional, recebe visitantes, colaboradores e pesquisadores associados.

Indicadores

- Capacidade de interlocução com outras instituições e pesquisadores para constituir parcerias necessárias à consolidação do Programa;
- Número de convênios e colaboradores;
- Crescimento do orçamento vinculado;
- Capacidade de formular projetos e captar oportunidades;
- Publicações colaborativas sobre os temas dos projetos;
- Publicações de autores indígenas;
- Número de pesquisadores e agentes de manejo indígena.

Avaliação

▶ Assembleias Indígenas

- A Assembleia Eletiva da Foirn evento realizado com maturidade política e grande representação foi também comemorativo. Reuniu 230 participantes, dos quais 100 delegados das cinco sub-regiões - 20 de cada uma. A agenda incluiu relatos dos 25 anos de atuação da Federação, o balanço da diretoria 2009-2012, o lançamento do site institucional, a discussão com autoridades e convidados sobre temas de relevância para a região da Bacia do Rio Negro e dos três municípios da área de abrangência da Foirn e a eleição da nova diretoria executiva para a gestão 2013-2016. Elegendo pela primeira vez uma mulher – Almerinda Ramos de Lima, tariana do Rio Uaupés.
- A VII Assembleia Geral da Hutukara Associação Yanomami (HAY) teve como tema os 20 anos da homologação da Terra Indígena Yanomami. A reunião intercalou debates acalorados, caso da mineração, com danças, cantos e os tradicionais diálogos cerimoniais, o wayamu. Um dos momentos mais importantes da assembleia foi o pacto firmado entre os Yanomami presentes contra a mineração. Pela primeira vez em uma assembleia da HAY todas as regiões da TI Yanomami estiveram representadas. Marcaram presença também outras duas organizações yanomami - a Ayrca

(Associação Yanomami do Rio Cauaburis e afluentes) e a Horonami, que representa os Yanomami da Venezuela.

► Políticas Públicas/Educação Escolar

No Rio Negro propriamente, após dez anos de experiências com a criação de escolas piloto indígenas diferenciadas e com projetos e processos de pesquisas colaborativas entre indígenas e não indígenas, com apoio da cooperação internacional e algum grau de reconhecimento oficial pela prefeitura de S. Gabriel da Cachoeira, 2012 foi marcado pela finalização e publicação dos resultados do processo de consulta no âmbito do projeto de “Formação Avançada Indígena do Rio Negro”, a caminho da implementação de um Instituto de Conhecimentos Indígenas do Rio Negro.

► Patrimonialização Cultural

O início do projeto “Mapeo” se deu de forma bastante segura e logo no início de 2013 haverá a primeira expedição de mapeamento dos lugares sagrados localizados entre Manaus e São Gabriel da Cachoeira. Avaliamos que houve um bom, mas ainda inicial, estreitamento da articulação com os parceiros colombianos e multiplicação de ações conjuntas. Por outro lado, o Programa Cultural para o Alto e Médio Rio Negro lançado pelo MinC em dezembro de 2010, por meio de uma portaria, e celebrado com um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Cultura (MinC), o Iphan, a Foirn e o ISA não teve desdobramentos. Ademais, a agenda do Plano de Salvaguarda do Sistema Agrícola também não decolou por falta de recursos públicos e alterações nas prioridades do MinC e Iphan pós eleições presidenciais e alterações dos quadros.

► Políticas Públicas/Ordenamento e gestão territorial

De maneira geral a interlocução com setores dos governos municipais, estaduais e federais precisa sempre ser atualizada e reaquecida devido às constantes alterações nas coordenações e setores de decisão, por ocasião de eleições ou eventuais substituições de cargos. O processo de identificação da TI Cué Cué-Marabitanas, no Alto Rio Negro, foi finalizado e aprovado pelo presidente da Funai, não houve ações de contraditórios, mas o processo aguarda análise do ministro da Justiça. No Médio Rio Negro, entre Santa Isabel e Barcelos, o reconhecimento dos direitos territoriais indígenas avançou a passos estreitos, os GTs de identificação continuam em processo de pesquisa de campo e espera-se que sejam finalizados em 2013. O Programa Rio Negro e parceiros, por sua vez continuam acompanhando o processo e favorecendo a interlocução entre as instituições afins, bem como promovendo pesquisas e propostas para a regulamentação do uso de recursos naturais, sobretudo, aquáticos. Neste sentido, podemos destacar a sistematização dos resultados de levantamentos participativos e recomendações, os quais foram divulgados no *Volume 2 do Pescarias no Rio Negro: Manejo Pesqueiro no Médio Rio Negro – Santa Isabel / Barcelos*. Em paralelo, ações de manejo pesqueiro na TI do Alto Rio Negro, sobretudo nas sub-bacias do Içana e do Tiquié também têm sido destaques da atuação da equipe e parceiros. Os processos participativos de discussão, acordos e produção de conhecimento em torno da temática da gestão territorial nos permite dizer que um único Plano de Manejo para uma TI com grande diversidade étnica e de paisagens só pode ser construído, se assim for necessário, a partir de processos localizados, com acúmulo de informações e com uma agenda de monitoramento e atualizações de pactos e boas práticas.

► Equipe

O ano de 2012 foi marcado por uma redução de disponibilidade da coordenação do Programa Rio Negro. Beto Ricardo, coordenador do Progra-

ma, sofreu uma cirurgia cardíaca imprevista, em meados de março, que o obrigou a cumprir um programa de recuperação prolongada. Além disso, Carla Dias, coordenadora adjunta do PRN, entrou em licença maternidade do mês de agosto em diante. Laise Diniz, mudou-se de S. Gabriel da Cachoeira para Manaus e de setembro em diante também entrou em licença maternidade.

Em setembro contratamos Renato Martelli Soares para ficar sediado em São Gabriel da Cachoeira.

Perspectivas

- Aprimorar a gestão de projetos com fundos públicos;
- Redefinir o quadro de disponibilidades das pessoas da equipe e realizar novas contratações;
- Viabilizar o extenso programa de sistematização e publicação de resultados das atividades do PRN nos últimos anos;
- Preparar uma nova geração de projetos que permitam viabilizar as continuidades e parcerias, desdobramentos e novidades do PRN, em coordenação com o planejamento estratégico do ISA.

Melhores momentos

- Mapeamento de Sistema de Lugares Sagrados do Noroeste Amazônico. Projeto Binacional Brasil-Colômbia iniciado;
- Primeira Casa da Pimenta Baniwa inaugurada em Tunuí, Rio Içana;
- Seminário de Avaliação dos 15 anos do Projeto de Educação Yanomami (PEY);
- Consolidação dos resultados do processo de consulta para formulação de um Curso de Formação Avançada Intercultural do Rio Negro;
- Rede Rio Negro alavanca proposta para redelimitação dos limites do Parana do Jaú e Resex do Rio Unini e participa da criação de GT para redelimitação do Parest Serra do Aracá e revogação da Flona Amazonas;
- Realização do V Encontro de Canoita Tiquié-Piraparaná;
- Exposição *Peixe e Gente no Alto Rio Negro*, em Manaus, realizada pelo Musa, ISA e organizações indígenas do Rio Tiquié;
- Elaboração de TCT (Termo de Cooperação Técnica) com prefeituras municipais e organizações sociais de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro e com o Idam para realização de Monitoramento Participativo da Pesca no Médio Rio Negro;
- Assinatura de TCT entre ISA, CIR e UFMA para realização do projeto Cruviana – pesquisa participativa para desenvolvimento de energias alternativas na TI Raposa-Serra do Sol;
- Participação na Campanha Salve o Rio Branco (Hidrelétrica do Bem Queerer);
- Recepção da jornada de intercâmbio da RCA na TI Yanomami;
- Reforma da sede de Boa Vista;
- Participação no Encontro de Xamãs Yanomami e lançamento do vídeo *Xapiri*.

Formação superior indígena, interdisciplinar e multicultural no Rio Negro

O que é

Esta linha de ação visa desenhar e implementar um programa de formação superior indígena, interdisciplinar e multicultural no Rio Negro, como um espaço inovador e estratégico que possa contribuir para o bem viver dos povos indígenas que habitam essa extensa região da Amazônia, com forte presença indígena e de Áreas Protegidas. As ações estão sendo coordenadas pelo ISA e pela Foirn, juntamente com a sua base de organizações regionais e escolas indígenas. A primeira fase desta linha de ação consiste na organização, análise, divulgação de materiais relacionados a três eixos temáticos (I – Manejo do mundo: conhecimentos indígenas e mudanças climáticas; II – Narrativas de origem, rotas de transformação; III – Economia indígena do Rio Negro), que reúnem a maior parte do material acumulado no desenvolvimento dos projetos no Alto Rio Negro. Para esses três eixos convergem grande parte dos esforços e resultados alcançados no âmbito da parceria ISA-Foirn-associações/comunidades indígenas em mais de 15 anos de parceria estabelecida na região. Trata-se de iniciativas que investem nas possibilidades de manejo ambiental e fortalecimento dos conhecimentos tradicionais a partir do diálogo intercultural, com ênfase na perspectiva indígena. A abordagem desses eixos temáticos visa tanto sistematizar pesquisas em andamento há anos como propor um conjunto de questões a serem desenvolvidas por outros grupos de pesquisa na região, e que farão parte do programa de formação avançada indígena do Rio Negro.

Equipe

Aloisio Cabalzar, Adelson Lopes da Silva, Beto Ricardo, Camila Barra, Carla Dias, Gilmara Andrade, Hildete Marinho, Laíse Lopes Diniz, Lucia Alberta Andrade de Oliveira (coordenadora, até maio), Joás (Mocotó) Rodrigues da Silva, Pieter Van Der Veld, Wizer de Oliveira Almeida.

Colaboradores: Marta Azevedo (Funai), Geraldo Andreello (Ufscar), Paulo Maia (UFMG), Flora Cabalzar, Francinete Soares Martins (Ifam/SGC) e Henyo Trindade Barretto Filho (IIEB).

Parcerias e Fontes de Financiamento

► Financiamento

Instituto Arapyaú

► Parcerias

Foirn, Acep, Acaipi, Acimet, Atriart, Aeitũ, Aeity, Aeitypp, EIBC, CPDEK, Cepi, Cerci, Coidi, Fundación Gaia Amazonas, Oibi, Asiba e Acimrn.

O que foi feito

No ano de 2012, as ações da equipe do PRN concentraram-se principalmente na sistematização de informações e conteúdos gerados pelos três encontros temáticos realizados entre 2009 a 2011.

- O Programa de Formação Avançada Indígena do Rio Negro tem como base o acúmulo da parceira Foirn/ISA, expressos no Projeto de Educação Indígena no Alto Rio Negro, nos projetos alternativos, nos protocolos de pesquisas colaborativas, na patrimonialização de sítios e sistemas de

conhecimentos e práticas, nas reflexões sistematizadas e na emergência dos vários novos atores sociais às escalas local e regional. Esta proposta se pretende uma alternativa diferenciada e inovadora de formação baseada na valorização dos conhecimentos indígenas, construída coletivamente, investindo na diversidade cultural e no diálogo intercultural, e interpelando os atuais problemas vividos pelos povos indígenas no rio Negro, suas comunidades e associações.

- No período de janeiro a março, a equipe RN centrou no trabalho de sistematização das informações reunidas durante os encontros temáticos para a definição da proposta para o Programa de Formação Avançada Indígena do Rio Negro - PFAIRN;
- Consolidação dos dados e informações gerados pelo Grupo de Trabalho resultado da mobilização dos pesquisadores indígenas que apontaram as estratégias de ampliação da proposta;
- Elaboração do relatório técnico: *Programa de Formação Avançada Indígena do Rio Negro – Resultado do processo de consulta realizado entre 2009 e 2012*;
- Elaboração do desenho do Instituto e do PPP do Programa, a partir da sistematização das discussões que emergiram nas mesas redondas, nos grupos de trabalhos e nos debates;



- Concomitantemente, a coordenação do projeto assumiu as articulações interinstitucionais e gestões junto aos órgãos competentes, tais como o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; às Instituições de Ensino Superior Públicas; ao Ministério da Educação e às agências federais e estaduais de fomento à pesquisa e ao ensino; e ao Conselho Nacional de Educação, na Câmara de Educação Superior, com vista de viabilizar o reconhecimento do Instituto e do Programa e o apoio da parte destas;

- Lançamento do livro *Rotas de Criação e Transformação: Narrativas de origem dos Povos Indígenas do Rio Negro*, em sequência à série iniciada com *Manejo do Mundo. Conhecimentos e práticas dos povos indígenas do Rio Negro*, publicado em 2010. Referente a um tema de enorme relevância na vida dos povos indígenas do Rio Negro (a inscrição de suas histórias de origem na paisagem natural), reúne textos que são resultados de pesquisas colaborativas e de múltiplos diálogos entre pesquisadores brancos e indígenas acerca de como fazer pesquisa, do que e como registrar, de como tratar das histórias contadas pelos mais velhos e de como estimular os mais jovens a se envolver neste tipo de atividade.



Indicadores

- Capacidade de interlocução com outras instituições e pesquisadores para constituir parcerias;
- Número de colaboradores;
- Interesse positivo demonstrado pelos participantes;
- Proposta de Programa elaborado e rede de parceiros consolidada;
- Publicações sobre os temas do projeto.

Avaliação

- O levantamento de dados realizado nos encontros e na atuação dos mobilizadores nos revelou a grande necessidade de reformulação da educação escolar indígena na região do Rio Negro. Na sistematização dos dados para a construção do Programa de Formação houve o esforço de acolher as diversas expectativas da população indígena frente a formação escolar e, se não é possível o Programa atender à todas as demandas, indicamos para onde e para quem devemos endereçá-las.
- No que diz respeito a formação do ensino superior, o Programa propõe a criação de um Observatório da Educação Indígena do Rio Negro, que atenderia tanto a um ambiente de discussão e proposição acerca do acesso e da permanência de indígenas rionegrinos no nível superior (em cursos regulares e/ou licenciaturas interculturais) e em outros níveis de ensino, quanto a um embrião de uma rede de proteção social em escala regional, visando influenciar tanto políticas públicas mais amplas relativas ao sistema de ensino superior e ao sistema de ciência, tecnologia e inovação. (CT&I), quanto políticas internas a cada instituição de ensino superior público, em particular para torná-las mais acolhedoras à diversidade indígena.
- O Programa está se desdobrando para os seguintes encaminhamentos: criação do Instituto de Conhecimentos Indígenas do Rio Negro e do Programa de Formação Avançada Indígena que caminham na direção de fortalecer os conhecimentos tradicionais, a partir do conhecimento amplo e claro da história do mundo, do território e seu manejo próprio, dos lugares sagrados e o que eles contêm, dos princípios e critérios da educação indígena, da gestão indígena autônoma, do multilinguismo nas práticas de ensino e pesquisa por meio de políticas linguísticas consistentes e tendo como eixo principal a interculturalidade.

O Instituto operará como uma rede, com sedes locais ou sub-regionais, situadas nas diversas regiões da Foim, geridas pelas associações ou escolas onde se encontram. Em cada uma buscar-se-á implantar ou adaptar uma infraestrutura apropriada (de preferência com biblioteca e telecentro), onde serão desenvolvidas pesquisas e realizadas oficinas específicas.

A proposta de estrutura de gestão tem como núcleo um Colegiado da Formação Avançada, de natureza deliberativa, composto majoritariamente por indígenas (lideranças, professores, pesquisadores, cursistas etc.), organizados em Núcleos Locais de acordo com as coordenadorias da Foim. Também participarão do Colegiado representantes de instituições envolvidas no processo e assessores convidados pelos indígenas. A Foim, os núcleos locais e as instituições parceiras indicarão um representante para compor o Colegiado. Que, por sua vez, será assessorado por conhecedores indígenas, responsáveis pela orientação geral do Instituto, composto de acordo com os recortes culturais relevantes e o envolvimento histórico com o processo da educação na região. A gestão do Instituto será colegiada, participativa, operando em diferentes escalas.

Os participantes serão aqueles que desejarem uma formação diferenciada e aspirarem a melhorar a qualidade de vida das suas comunidades, pensando o "bem viver" na região do Rio Negro. Isso implicará diferentes

formas de acesso e tipos distintos de vínculo. Visa-se contemplar tanto os egressos do nível médio completo (que atendam, portanto, os requisitos formais para admissão no nível superior), quanto o conjunto mais amplo de sujeitos, tais como APIs (Assessores Pedagógicos Indígenas), Aimas (Agentes Indígenas de Manejo Ambiental), lideranças indígenas e outros que porventura não tenham concluído o ensino médio.

O monitoramento e a avaliação dessa proposta se darão em todos os momentos, a partir da definição de indicadores específicos e construídos juntamente com os parceiros desse processo, dentre os quais: número de pessoas envolvidas com a proposta, projetos desenvolvidos nas comunidades de origem dos cursistas, número de parceiros/colaboradores da proposta etc.

Perspectivas

- Criação do Observatório da Educação Indígena do Rio Negro que terá como objetivos fundamentais: (a) acompanhar a formação acadêmica dos indígenas do Rio Negro que optaram por estudar em cursos regulares e convencionais das instituições de ensino superior públicas no Amazonas e além; (b) estimular que os conhecimentos indígenas sejam valorizados e possam fazer parte da formação desses indígenas dentro das instituições de ensino superior público convencionais; e (c) contribuir para que os indígenas formados que optem por retornar para suas aldeias/cidades possam empregar integralmente os conhecimentos que adquiriram em prol da melhoria da qualidade de vida dos seus "parentes";
- Concluir o Projeto Político Pedagógico do Instituto dos Conhecimentos Indígenas do Rio Negro;
- Realizar o seminário temático Economia Indígena do Rio Negro;
- Elaborar um informativo deste processo, traduzido para as três línguas cooficiais de São Gabriel da Cachoeira;
- Finalizar o website do Programa Rio Negro, incluindo um blog específico para tratar do projeto de formação superior e trocar experiências;
- Consolidar a rede de colaboradores;
- Adesão de várias instituições públicas e privadas aos propósitos do Instituto e do Programa, compondo uma espécie de consórcio que garanta tanto a experimentação do Projeto Político Pedagógico, quanto o volume e o perfil de recursos necessários à sua consolidação. Tal aliança também é fundamental para interpelar os potenciais riscos de não reconhecimento do programa;
- Conclusão da proposta, diálogo com financiadores, pesquisa sobre certificação, organização do Colegiado da Formação Avançada, definição do critério de seleção dos futuros cursistas, conhecedores indígenas, e estabelecer estratégia para que esse grupo possa se organizar;
- Organização de um Grupo de Trabalho para finalização da proposta;
- No segundo semestre de 2013: seleção e início da primeira turma

Melhores momentos

- Publicação da série *Conhecimentos Indígenas, Pesquisa Intercultural: Rotas de Criação e Transformação*, novembro de 2012;
- Publicação do livro *A Educação Escolar Indígena do Rio Negro: relatos de experiências e lições aprendidas*, maio de 2012.



Patrimonialização Cultural

Projeto Mapeo: Registro e salvaguarda do sistema de lugares sagrados dos povos indígenas do noroeste amazônico (Brasil-Colômbia)

O que é

Trata-se de uma iniciativa binacional (Brasil-Colômbia) com vistas a construir e implementar um programa de mapeamento, documentação e salvaguarda do sistema de lugares sagrados dos povos indígenas das bacias do Rio Negro e Apaporis, no noroeste amazônico.

Ainda em fase de concepção mas já experimentando algumas iniciativas práticas, o projeto conta com a participação e apoio de organizações indígenas e instituições governamentais e não governamentais que atuam na região, com destaque para a Foirn, Iphan e ISA no Brasil e Acaipi, MCC e Fundación Gaia na Colômbia. O intuito é fortalecer a gestão indígena sobre o seu território e dar visibilidade para a qualidade das relações que estes povos estabelecem com o ambiente em que vivem, contribuindo assim para a proteção das paisagens locais e para a valorização dos conhecimentos e práticas a elas associados. Visa-se com isso construir uma política de patrimonialização e salvaguarda que opere a partir da própria lógica nativa de território, rompendo fronteiras nacionais e reconhecendo usos, ocupações e concepções próprias do espaço.

Parcerias

Foirn e associações de base; Acaipi e associações de base; Iphan/MinC; MCC (Ministério de Cultura da Colômbia); Fundación Gaia Amazonas (Colômbia); Vídeo nas Aldeias.

Fontes de financiamento

Iphan/MinC; Fundação Rainforest da Noruega (RFN)

Equipe

Aline Scolfaro (antropóloga ISA); Erivaldo Cruz (diretor Foirn); Higino Tenório Tuyuka (educador Semec e idealizador da Escola Indígena Utapinopona); Renata Alves (geoprocessamento ISA).

Colaboradores: *Kumuas*, conhecedores tradicionais e lideranças indígenas das calhas dos rios Uaupés, Papuri, Tiquié e Pirá-Paraná; Ana Gita de Oliveira (Antropóloga, Iphan); Aloísio Cabalzar (antropólogo ISA); Beto Ricardo (antropólogo, coordenador do Programa Rio Negro); Geraldo Andreello (antropólogo, Ufscar); Nelson Ortiz (antropólogo, Fundación Gaia); Norma Zamora (bióloga, MCC); Raoni Valle (arqueólogo, Ufopa); Silvia Gomez (antropóloga, MCC); Stephen Hugh-Jones (antropólogo, University of Cambridge); Vincent Carelli (cineasta, Vídeo nas Aldeias).

O que foi feito

► Retomada e reestruturação do projeto

A primeira fase do projeto “Mapeo” consistiu na elaboração de pré-projetos nacionais que pudessem criar as condições para a construção e implementação do programa binacional para mapeamento e documentação de sítios sagrados no noroeste amazônico. Isto começou a ser articulado

ainda no ano de 2009, quando foi realizada a primeira reunião técnica binacional para discutir as diretrizes gerais do projeto/programa. O recurso para o pré-projeto brasileiro foi aprovado pelo Iphan em 2010, entretanto, por conta de uma série de percalços e dificuldades sua execução ficou paralisada. Foi retomado somente em 2012 quando teve início sua execução. Como primeiro passo, foi necessário rever todo o projeto e readequar algumas das ações previstas, o que foi feito em diálogo com a Foirn e com lideranças e conhecedores indígenas mais diretamente envolvidos com o projeto. Este movimento levou a algumas alterações no plano de trabalho, com destaque para a inserção de atividades mais práticas e participativas, incluindo uma experiência piloto de mapeamento de lugares sagrados. Além disso, em 2012 pudemos também retomar o diálogo e a articulação com os parceiros colombianos, realinhando os passos para a continuidade do processo de construção e implementação do programa binacional.

► Elaboração de banco de dados sobre iniciativas de mapeamento de sítios sagrados no noroeste amazônico

Em 2012 também iniciamos um levantamento sobre as iniciativas de mapeamento participativo de sítios sagrados já realizadas na região do noroeste amazônico, bem como a elaboração de um banco de dados com estas informações. O objetivo é construir um painel georreferenciado que apresente estes dados de forma qualificada e indique tanto as áreas onde há uma maior concentração de sítios sagrados, quanto as comunidades, grupos, associações indígenas e instituições não indígenas que poderão apoiar e fazer parte da rede intercultural de colaboradores do projeto.

► Reuniões com lideranças e conhecedores das calhas dos rios Uaupés, Papuri e Tiquié

Entre maio e novembro de 2012 foram realizadas viagens para articulação local e realização de reuniões com lideranças e conhecedores indígenas das calhas dos rios Uaupés, Papuri e Tiquié para apresentar, discutir e repensar aspectos do projeto e das atividades previstas no plano de trabalho. Além das lideranças e conhecedores que já estavam envolvidos desde o início da concepção do projeto, foram contatadas outras comunidades, lideranças e conhecedores para socializar a iniciativa e ampliar a rede de apoiadores/colaboradores. Ao todo foram três encontros: um em lauretê, que reuniu lideranças e conhecedores do Uaupés e Papuri, pertencentes aos grupos Tukano, Desana e Tariano; outro na comunidade São Gabriel, no Médio Rio Papuri, que reuniu lideranças e conhecedores Pira-Tapuia e Desana; e o último na comunidade São Pedro, no Alto Rio Tiquié, aproveitando o contexto de uma Canoita – encontro de intercâmbio entre comunidades e grupos indígenas que vivem em ambos os lados da fronteira Brasil-Colômbia –, evento ocorrido no mês de novembro. Esse diálogo foi fundamental para repensarmos e readequarmos o formato do pré-projeto brasileiro, além de trazer novos atores locais para apoiar e colaborar com a iniciativa.

► Realização da segunda reunião técnica binacional

A segunda reunião técnica binacional foi realizada no mês de outubro, na cidade de Letícia/Colômbia. O objetivo geral da reunião foi retomar e dar seguimento às discussões e acordos iniciados em 2009, ano em que foi realizada a primeira reunião binacional para debater o projeto. Entre os



Participantes da reunião binacional: representantes de organizações governamentais, não governamentais e indígenas do Brasil e da Colômbia, © Acervo ISA

participantes do lado brasileiro, estiveram presentes dois representantes do Iphan/MinC, quatro representantes do ISA e dois da Foirn, instituições empenhadas com a construção e execução do projeto aqui no Brasil. Do lado colombiano, participaram da reunião representantes do Ministério da Cultura da Colômbia, Parques Nacionales Naturales (órgão ligado ao Ministério do Meio Ambiente), Patrimônio Natural, Fundación Gaia Amazonas, Fundación Tropenbos e Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas del río Pirá Paraná. Parte da reunião foi dedicada à apresentação e discussão dos pré-projetos nacionais de cartografia cultural levados à cabo em cada país. O objetivo foi compartilhar as experiências em curso de cada lado da fronteira, identificando os avanços já obtidos e as dificuldades encontradas. As preocupações e dilemas que surgiram ao longo da reunião apontaram para duas questões centrais: em primeiro lugar, como fazer para criar mecanismos que garantam a proteção e a preservação desse inestimável patrimônio cultural e natural dos povos indígenas do noroeste amazônico (os sítios sagrados) frente às políticas nacionais de desenvolvimento e aos interesses econômicos que recaem sobre o território? Em segundo lugar, como construir uma política de salvaguarda que opere a partir da própria lógica nativa de território, rompendo fronteiras nacionais e reconhecendo usos, ocupações e concepções próprias do espaço? A partir destas questões orientadoras, estabeleceram-se acordos entre as instituições participantes dos dois países e definiu-se um plano de ações conjuntas para dar seguimento à construção coletiva e participativa do projeto. A reunião foi finalizada com a elaboração de um documento conjunto, pontuando as metas e os objetivos gerais do projeto e traçando um plano de ações de curto, médio e longo prazos.

► Contatos com colaboradores não indígenas

O ano de 2012 também foi dedicado à identificação e articulação com possíveis colaboradores não indígenas, priorizando pesquisadores e outros profissionais que já atuam no Rio Negro e que possuem um trabalho consolidado com os povos indígenas da região.

► Organização da Expedição Anaconda

Nos dois últimos meses de 2012 a equipe do projeto deu início à organização da Expedição Anaconda: viagem (*recorrido*) intercultural e binacional para identificação e documentação dos sítios sagrados localizados no Baixo e Médio Rio Negro (entre Manaus e São Gabriel da Cachoeira), importante trecho da rota de transformação dos povos indígenas de língua tukano que habitam a região do Alto Rio Negro. Prevista para acontecer no início de 2013, a viagem é uma das ações do pré-projeto brasileiro que envolve uma participação ampla e efetiva dos atores locais.



Reunião na comunidade São Gabriel, rio Papuri, para apresentar e discutir o projeto, © Acervo ISA

Indicadores

- Número de comunidades, associações e conhecedores indígenas envolvidos;
- Grau de atuação dos atores locais na concepção, construção e execução do pré-projeto nacional e do programa binacional;
- Número de atividades práticas e participativas de registro e mapeamento de lugares sagrados realizadas e de reuniões/encontros da rede intercultural de colaboradores do projeto;
- Qualidade e grau de visibilidade dos produtos gerados;
- Proposta de programa binacional elaborado e rede de colaboradores consolidada.

Perspectivas

- Continuidade do projeto e das ações de registro por meio da consolidação de novo convênio com Iphan e do apoio de outras instituições financiadoras, como a Fundação Rainforest da Noruega;
- Estreitamento da articulação com os parceiros colombianos e multiplicação de ações conjuntas, visando dar continuidade ao processo de construção e implementação do programa binacional;
- Realização de ao menos duas experiências pilotos para mapeamento de lugares sagrados, com participação de conhecedores, lideranças e documentaristas indígenas de vários grupos do Brasil e da Colômbia;
- Elaboração de produtos derivados destas experiências pilotos, que possam dar visibilidade para a região e contribuir para a legitimação e consolidação do projeto "Mapeo" (vídeo-documentário, livreto e textos informativos, mapas, acervo fotográfico);
- Articulação com Programa de Formação Superior Indígena no Rio Negro;
- Fomento ao protagonismo indígena: apropriação crescente do projeto e suas ações pelas associações, comunidades e atores locais;
- Consolidação da rede de colaboradores do projeto/programa binacional, tanto indígenas quanto não-indígenas;
- Consolidação da proposta conjunta para a implementação do programa binacional (Brasil-Colômbia) de mapeamento, documentação e salvaguarda do sistema de lugares sagrados dos povos indígenas do noroeste amazônico, com destaque para o Alto Rio Negro.

Melhores momentos

- Reuniões em Iauaretê, Papuri e Tiquié com lideranças e conhecedores indígenas para socializar, debater e repensar o projeto;
- Segunda reunião técnica binacional do projeto "Mapeo", realizada na cidade de Letícia/Colômbia

ISA Manaus (AM)

O que é

A abertura da subsede foi aprovada na 12ª Assembleia Geral Ordinária do ISA e foi inaugurada em 17/5/2005, na Rua 6, nº 73 – Conjunto Vila Municipal – Adrianópolis.

A partir de março de 2007, a subsede foi transferida para o centro de Manaus, em frente ao Teatro Amazonas, no Largo São Sebastião, na Rua Costa Azevedo, nº 272, 1º Andar.

Trata-se de um apartamento residencial adaptado para escritório e casa de hóspedes com duas suítes, duas salas de trabalho, sala de reunião, cozinha, área de serviços, depósito e ampla varanda. Com localização privilegiada, a subsede tem equipe permanente, que atende ao público e disponibiliza hospedagem para integrantes e colaboradores do Programa Rio Negro, além de prestar apoio logístico às atividades e projetos executados pelo ISA no Médio Rio Negro e em São Gabriel da Cachoeira.

Equipe

Marcilio de Sousa Cavalcante (supervisor administrativo); Natasha Mendes Cavalcante (Técnica em Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental); Wilde Itaborahy (geógrafo, técnico em Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental)

Parcerias e fontes de financiamento

Fundação Gordon & Betty Moore; Embaixada Real da Noruega.

O que foi feito

A atual sede alugada foi reestruturada e adaptada a funcionar como escritório e hospedaria. Dispõe de infraestrutura com sistema de Internet Banda Larga conectado ao ISA em São Paulo, um veículo e demais equipamentos que possibilitam o apoio necessário à equipe do Programa Rio Negro em trânsito ou a serviço em Manaus. Também dá apoio logístico às atividades de campo e à subsede do ISA em São Gabriel da Cachoeira, além de dar atendimento ao público, auxiliar os eventos e reuniões realizadas pelo ISA em Manaus e realizar a venda e distribuição das publicações do ISA.

Em 2012, foram 55 pessoas que passaram em trânsito em Manaus, sendo 20 da equipe do PRN e 35 de outras instituições, parceiros e colaboradores, totalizando 482 diárias. Sendo que pessoas da equipe do PRN normalmente se hospedam por mais de uma vez, na ida a viagem a campo e no retorno as suas cidades de moradia.

A administração do ISA-Manaus é responsável pela manutenção e produção de viagens do barco Sebastião Borges, adquirido no início de 2006, como parte da estratégia de ampliação das ações do ISA no Médio e Baixo Rio Negro. Neste ano foram 3 viagens, no entorno de Manaus e Anavilhanas.

Uma das principais atividades é o apoio logístico em Manaus às atividades do ISA em São Gabriel da Cachoeira, aquisição de materiais e equipamentos é a principal demanda, tanto para a manutenção da estrutura do ISA em SGC, como no apoio à Foirn e às associações indígenas parceiras na atuação do ISA na região do rio Negro. Em 2012 foram realizados 39 embarques de materiais para SGC no porto, com 329 volumes despachados.

Manteve-se a parceria com a Associação Comunidade WaimiriAtoari por meio da Galeria Amazônica, localizada no térreo da subsede, para comercialização e exposição de artesanatos indígenas e regionais. A Galeria Amazônica foi inaugurada em abril de 2008.

Em 2012 o ISA Manaus contratou Natasha Mendes, formada em administração, que passou a ser responsável no apoio administrativo, assumiu a articulação para venda de livros produzidos pelo ISA e alimenta o serviço cadastro de pessoas no banco de informação da instituição para maior divulgação das Manchetes Socioambiental. Porém, sua atuação está principalmente centrada na assessoria às atividades da parceria com a Galeria Amazônica, com o intuito de garantir a venda dos produtos indígenas das associações parceiras, assim como, no apoio às atividades da loja Wariró, visando estratégias para a melhor gestão comercial, de modo a manter a comercialização de artesanatos como alternativa econômica, na região do Rio Negro.

▶ APOIO AOS GRUPOS EM TRÂNSITO POR MANAUS

Em 2012 os destaques foram:

- Apoio para visita do Coordenador do PRN Beto Ricardo, do Secretário Executivo do ISA André Villas Boas e Wilde Itaborahy ao Barco Sebastião Borges, seguida visita ao centro de Manaus para compra de materiais e embarque no aeroporto em 27 de fevereiro.
- Apoio na chegada ao aeroporto dos austríacos Heinz Gruber, Elizabeth Scheichl, Hans Gruber, Peter Gruber e Rudolf Schwark, que estavam de passagem por Manaus em viagem para o Rio Içana, em seguida almoço, visita a Ponte Rio Negro e a Galeria Amazônica no dia 09/04/12.
- Visita ao porto no Tarumã, juntamente com Carlos Barretto e Natasha Mendes, para receber e mostrar o Barco Sebastião Borges ao Sr. Silvio Medeiros, com objetivo de venda do referido Barco em 31 de agosto.
- Apoio no traslado ao aeroporto para o Coordenador Beto Ricardo, Aloisio, Aline e Higino para seguirem viagem para Tabatinga e Leticia na Colômbia para participarem da reunião binacional sobre cultura do Alto Rio Negro com representantes da Colômbia em 09/10/12.
- Apoio no traslado ao aeroporto de Davi Yanomami e Mauricio Ye'kuana, de passagem por Manaus para reunião em SGC dia 05/11/12.
- Apoio no encaminhamento do Diretor da Foirn - Eivaldo Almeida para diversos Hospitais em tratamento de saúde a partir do dia 22/11/12.
- Durante todo o ano prestou-se apoio à equipe do ISA e parceiros nos deslocamentos do aeroporto para a subsede do ISA e vice-versa, totalizando 32 traslados de pessoas e apoio logístico ao ISA São Gabriel da Cachoeira.

▶ EVENTOS

A equipe do ISA Manaus representa a instituição junto a órgãos públicos e parceiros na participação de encontros, reuniões, seminários e fóruns, e também organiza eventos relacionados a atividades do ISA.

Em 2012, a representação do ISA em eventos, reuniões e fóruns ficou a cargo de Wilde Itaborahy. Mesmo assim, a equipe de administração da sede Manaus participou dos seguintes eventos:

- Discussão das Metas de Aichi – propostas na COP-10 da Convenção da Diversidade Biológica (Nagoya) – realizada pela SDS, Ceclimae Ceucno dia 27/01/12
- Reunião e jantar acompanhando o Coordenador Beto Ricardo com Marcelo Cavalcante e José Porfírio Carvalho do Programa WaimiriAtoari no Restaurante Assai no dia 06/02/12.

- Participação na cerimônia de lançamento da Campanha para o Desmatamento Zero no Brasil promovida pelo Greenpeace no navio Rainbow Warrior III no Porto Central de Manaus no dia 22/03/12.
- Participação na reunião do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do AM referente a Resolução 11/2012 do Cemaam, que “estabelece procedimentos a serem observados no licenciamento ambiental para atividade de lavra garimpeira de ouro no Estado do Amazonas” no auditório da Suframa dia 14/08/12.
- Apoio ao lançamento da exposição “Peixe Gente”, realizada através da parceria do ISA junto ao Museu da Amazônia (Musa) no Jardim Botânico no dia 06/11/12.
- Viagem para São Paulo para participar da reunião do Programa Rio Negro e do ISA Geral no período de 09 a 21/12/2012.

▶ PARCERIA COM A GALERIA AMAZÔNICA

Em 2012 a parceria com a Associação Comunidade WaimiriAtoari para gestão da Galeria Amazônica continuou, com a participação de Natasha Mendes do ISA, que atuou na assessoria administrativa, com o intuito de definir estratégias de divulgação e vendas da Galeria Amazônica.

As vendas de artefatos, livros e artesanatos tiveram em 2012 uma redução, passando de uma média mensal de vendas de R\$ 25.841,76 em 2010, para R\$ 24.625,13 em 2011, e para R\$ 22.341,36 em 2012.

▶ VIAGENS DO BARCO SEBASTIÃO BORGES

- Viagem 1 – com parceiros da Matueté e um grupo de eslovenos, no período de 14 a 17 de fevereiro. Destino: Encontro das Águas e Anavilhanas.
- Viagem 2 – com a família do Sr. Kiko Farkas, no período de 06 a 10 de setembro. Destino: Encontro das Águas, Lago Janauka e Anavilhanas.
- Viagem 3 – com equipe da Natura e Pedro Martinelli, no período de 5 a 9 de novembro. Destino: Encontro das Águas, Lago Janauka, Anavilhanas e Lago Apuaú.

Indicadores

- Capacidade de interlocução com diversos públicos;
- Visibilidade das ações dos projetos do PRN;
- Número de hospedagens na sede do ISA em 2012: 55 pessoas, sendo 20 da equipe do PRN e 35 parceiros de outras instituições, totalizando 482 diárias. Sendo 203 diárias (42,12%) de pessoas do PRN e 279 diárias (57,88%) de colaboradores e parceiros – principalmente da Foirn;
- Capacidade de apoio logístico às atividades dos projetos e às equipes de campo;
- Qualidade da infraestrutura de trabalho das equipes permanentes no escritório de Manaus;
- Venda de 63 publicações, doação de 561 e transferência de 1.141 publicações para outras sedes do ISA, Galeria Amazônica e Banca do Largo;
- Envio de 329 volumes de materiais diversos e publicações para São Gabriel da Cachoeira;
- Ampliação do leque de apoio aos parceiros do ISA;
- Representação do ISA junto aos órgãos ambientais do Estado.

Avaliação

A localização da sede proporciona a inserção do ISA na cidade e amplia a articulação com as organizações locais. A sede do ISA em Manaus é imprescindível no apoio às equipes em trânsito e no apoio logístico a São Gabriel da Cachoeira e às instituições parceiras, bem como à Rede Rio Negro.

Perspectivas

- Espera-se a manutenção e o aperfeiçoamento das ações de apoio às atividades dos projetos e às equipes de campo do PRN, bem como a participação em eventos e seminários;
- Buscar alternativas para aumentar as vendas de artesanato da Galeria Amazônica.

Melhores momentos

- Três viagens do barco Sebastião Borges.
- Participação no Conselho do Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas.
- Continuidade no apoio institucional à Galeria Amazônica.

Manaus - Rede Rio Negro

O que é

Trata-se do conjunto de ações que visam à construção de uma rede de interlocução de atores que desenvolvem suas atividades na Bacia do Rio Negro. Pretende-se com a Rede Rio Negro abrir um espaço de referência para o diálogo e a elaboração de propostas para a gestão compartilhada do território da bacia rumo ao desenvolvimento racional e socioambientalmente sustentável da região. A construção da Rede passa pelo mapeamento das iniciativas, conflitos e atores da região, pela caracterização socioambiental da bacia, pela elaboração e realização de encontros estratégicos e pelo desenvolvimento de ações compartilhadas que resultem na melhoria da qualidade de vida e na conservação na Bacia do Rio Negro.

Equipe

Carlos Alberto (Beto) Ricardo; Carla Dias; Camila Barra; Ana Paula Caldeira Souto Maior; Wilde Itaborahy; Renata Alves.

Colaborador: Marcílio Cavalcante.

Parcerias e Fontes de Financiamento

► Financiadores

Fundação Rainforest da Noruega (RFN); Horizont3000; Fundação Gordon e Betty Moore.

► Parcerias

FVA; IPÊ; Secoya; WWF-Brasil; HAY; Foirn; técnicos da SDS/AM e do ICMBio.

O que foi feito

- Mobilização em parceria com Museu da Amazônia, junto ao Ministério Público Federal e Rede Grupo de Trabalho Amazônico para reverter uma resolução que legalizava o garimpo e o uso de mercúrio no Amazonas;
- Incremento no mapeamento de iniciativas, conflitos, ameaças e questões que merecem atenção em andamento na Bacia do Rio Negro;
- Mobilização para discussão junto ao MPF, ICMBio e SDS, para discussão das sobreposições à TI Yanomami no Amazonas;
- Iniciada a elaboração do plano de comunicação da Rede Rio Negro;
- Contribuição à formulação de políticas públicas no Estado do Amazonas, em conselhos e fóruns, onde a Rede possui representação: Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, Conselho Gestor do Mosaico de Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro, Conselho da Reserva da Biosfera do Amazonas;
- Elaboração de estudo sobre a Política Estadual de Mudanças Climáticas do Amazonas, no âmbito da Câmara Técnica de Florestas, em parceria com Idesam, GTA, Coiab, e CNS;
- Composição de Mesa Redonda durante a conferência Rio+20, espaço do Fórum Amazônia Sustentável;
- Aplicação e contribuição ao Sistema de Indicadores de Sustentabilidade Socioambiental nas Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro;
- Mobilização de 20 organizações da Sociedade Civil e elaboração de Carta sobre os retrocessos socioambientais do governo do Amazonas;
- Acompanhamento de denúncias e investigações junto ao Ministério Público Federal: Minorias e Meio Ambiente.

Perspectivas

- Agregação de novas instituições, incluindo organizações da Bacia do Rio Branco, Colômbia e Venezuela;
- Implementação da plataforma e do protocolo para o compartilhamento de dados georreferenciados da Bacia do Rio Negro;
- Ampliação do movimento em torno da Hidrelétrica do Bem-Querer;
- Consolidação da estrutura organizacional da Rede;
- Realização de seminário conjunto sobre a Bacia do Rio Negro.

Avaliação

O ano de 2012 foi dedicado ao acompanhamento dos processos discutidos no seminário de novembro de 2011 junto às instituições públicas e organizações da sociedade civil. Foram realizadas diversas mobilizações em torno de questões socioambientais do Rio Negro e do Estado do Amazonas. As intervenções e a participação na formulação de políticas públicas mais adequadas à realidade local, visando um meio ambiente mais equilibrado, maior reconhecimento dos direitos dos povos da região, foi bastante expressiva neste ano. Entretanto, a conjuntura social e política em 2012 foi pouco favorável a ações conjuntas em campo. Tais ações devem receber maior atenção em 2013.

Melhores momentos

- Divulgação de carta assinada por 20 instituições sobre os retrocessos socioambientais no Amazonas;
- Contribuições na formulação de políticas públicas mais adequadas à região.

Médio Rio Negro: Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos

O que é

Linha de ação que articula pesquisas, levantamento de dados e suporte às associações indígenas do Médio Rio Negro, municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, tendo por objetivo principal apoiar o ordenamento e gestão territorial associados ao reconhecimento e valorização do conhecimento tradicional na região.

Atualmente essa atuação se dá em quatro frentes:

1) Fortalecimento Institucional: assessoria antropológica, jurídica e administrativa à Foirn (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro) e às associações indígenas locais: Asiba (Associação Indígena de Barcelos), ACIMRN (Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro), Acir (Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas), Acirp (Associação das Comunidades Indígenas do Rio Preto) Aifp (Associação Indígena de Floresta e Padauri), Aibad (Associação Indígena de Base Aracá e Demeni) e Aiaca (Associação Indígena da Área de Canafé e Jurubaxi) contribuindo na elaboração de projetos, na organização de eventos e oficinas, na elaboração de estratégias de mobilização social e circulação de informações acerca de atualização dos direitos, agendas de políticas públicas e afins;

2) Ordenamento Territorial: assessoria antropológica e jurídica à Foirn e às associações de base para mobilização da sociedade civil e governo (federal, estadual e municipal) vislumbrando a construção de um planejamento participativo de um Mosaico de Áreas Protegidas, incluindo a demarcação de Terras Indígenas (TIs);

3) Pesquisas colaborativas e interculturais: por meio de levantamentos e projetos participativos, as atividades na região concentram-se nas seguintes temáticas: a) Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, com vistas à valorização da agrobiodiversidade e conhecimentos associados a partir desenvolvimento do Plano de Salvaguarda deste patrimônio cultural do Brasil reconhecido pelo Iphan (MinC) em 2010; b) Levantamento Socioambiental Participativo continuado nas comunidades de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro e c) mapeamento das regiões foco de interesses múltiplos dos recursos pesqueiros entre moradores das comunidades indígenas e ribeirinhas e monitoramento do funcionamento das atividades de pesca esportiva e comercial;

4) Gestão de recursos e ordenamento pesqueiro: oficinas e reuniões com comunidades, organizações sociais indígenas, ribeirinhas e de pescadores e setores dos governos federal, estadual e municipais para a construção de um Programa de Manejo Pesqueiro, que contemple um zoneamento das diferentes atividades pesqueiras, elaboração de Termos de Conduta e Acordos para uso e acesso dos recursos, tendo em vista os conflitos decorrentes de interesses divergentes entre moradores e empreendedores da pesca comercial e do turismo de pesca e da falta de regulamentação e ordenamento do uso dos recursos.

Essas ações ocorrem em paralelo ao investimento na assessoria para o fortalecimento das associações de base com vistas a articular a mobilização, as discussões e a participação destas no processo de ordenamento territorial.

Esta região foi apontada como sendo de altíssima importância para a conservação da biodiversidade (ver *Resultados do Seminário Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e*

Repartição de Benefícios da Biodiversidade da Amazônia Brasileira - Macapá (AP), setembro de 1999 no site do ISA – http://www.socioambiental.org/instsem/amazonia/macapa/index_html), com recomendações para criação de Áreas Protegidas, sem prejuízo dos direitos coletivos das populações tradicionais indígenas e ribeirinhas.

Equipe

Ana Paula Caldeira Souto Maior, Camila Sobral Barra, Carla Dias, Renata Alves, Wilde Itaborahy, pesquisadores (bolsistas) indígenas locais e consultor Guillermo Moisés Bendezú Estupiñán

Parcerias e fontes de financiamento

Acir; ACIMRN; Asiba; Acirp; AIFP; Aibad; Aiaca; Caibrn; Foirn; Comagept; Iphan; MDA; MMA, Fundação Gordon & Betty Moore, Cooperação Austríaca, Aliança pelo Clima e Horizont3000.

O que foi feito

▶ FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

- Assessoria antropológica e jurídica para realização de reunião intersectorial em São Gabriel da Cachoeira com participação da assessoria da presidência da Funai em agosto e novembro de 2012 com objetivo de discutir: a) reestruturação da CR da Funai no Rio Negro; b) atualizações sobre os processos de demarcação das Terras Indígenas e c) elaboração de Termo de Cooperação Técnica (TCT) a ser firmado entre Funai, Foirn, ISA, Exército Brasileiro, Ifam e ICMBio;
- Acompanhamento de reuniões e fóruns de discussão (Comissão Nacional de Política Indígena) ao longo do ano com vistas à articulação de apoios para regulamentar e fortalecer o processo de demarcação de TIs, que vem sendo ameaçado pela PEC 215 e pela Portaria 303 da Advocacia Geral da União;
- Apoio para realização de Assembleia extraordinária da Asiba em abril;
- Apoio para realização da Assembleia Eletiva da Aibad, no Rio Aracá em novembro;
- Apoio para realização da XVII Assembleia Eletiva da Foirn em novembro.



Apoio à Assembleia da Foirn. © Beto Ricardo/ISA

- Apoio para realização da Assembleia Eletiva da Asiba em novembro.

► ORDENAMENTO TERRITORIAL

- Assessoria antropológica e jurídica para realização de viagem de lideranças indígenas à Brasília e Manaus em março, junho e dezembro de 2012 para reuniões com a presidência da Funai e departamentos sobre: a) acompanhamento de planejamento e ações no âmbito da reestruturação da Funai na Coordenação Regional (CR) de São Gabriel da Cachoeira e b) acompanhamento dos processos de demarcação de TIs no Rio Negro;
- Assessoria e articulação para organização de reuniões em Manaus com o Ministério Público Federal, em março, agosto e dezembro, para acompanhamento dos procedimentos abertos junto ao órgão em relação a: 1) processo de demarcação das TIs do Médio Rio Negro; 2) atividade de pesca esportiva ilegal no Rio Marié, TI Médio Rio Negro I; 3) turismo da TI Yanomami em área sobreposta ao Parna Pico da Neblina e 4) processo de ordenamento pesqueiro do Médio Rio Negro no âmbito do Decreto Estadual que regulamenta a pesca na Bacia do Rio Negro (nº 31.151 de abril de 2011);
- Articulação para revogação da Flona Amazonas e redelimitação do Parest Serra do Aracá sobrepostos à TI Yanomami na região de Barcelos e Roraima por meio de diversas reuniões ao longo de 2012, incluindo interlocução com o governo do Estado do Amazonas por meio do Ceuc-SDS e com a Coordenação Regional do ICMBio no Amazonas (março, julho, agosto e outubro);
- Participação no Grupo do Trabalho Interinstitucional, coordenado pelo Ceuc-SDS, para realizar a redelimitação do Parest Serra do Aracá, com participação do ICMBio, com vistas a receber recomendação do GT em relação à Flona Amazonas (novembro e dezembro);
- Acompanhamento de mobilização de 20 organizações da sociedade civil e movimentos sociais junto à Câmara Técnica de Florestas do Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas para discussão e publicação de documento sobre a Política Estadual de Mudanças Climáticas e do Sistema Estadual de Unidades de Conservação.

► PESQUISAS COLABORATIVAS E INTERCULTURAIS

- Elaboração de publicação com os resultados oriundos do Levantamento Socioambiental Participativo de Barcelos, com textos de autoria da equipe do PRN e dos pesquisadores indígenas. O levantamento produziu entrevistas domiciliares para conhecimento do perfil socioambiental das comunidades, trajetórias e mapeamento das áreas de uso e ocupação tradicional, bem como das áreas ricas em recursos (principalmente fibras vegetais e recursos hídricos);

- Elaboração do 2º volume da Série *Pescarias no Rio Negro*, de forma colaborativa com os pesquisadores indígenas, conhecedores tradicionais e pesquisadores acadêmicos focados no tema. Revisão e edição de entrevistas e desenhos referentes às técnicas tradicionais de pesca utilizadas no Médio Rio Negro;
- Realização de levantamento e análise aprofundada de material sobre cursos de formação de lideranças indígenas a partir de fontes secundárias e entrevistas na cidade de São Gabriel da Cachoeira e durante a XVII Assembleia da Foirn
- Elaboração de dossiê sobre cursos de formação de lideranças indígenas e experiências de educação diferenciada e de proposta preliminar para Projeto Político-Pedagógico de um curso de formação de lideranças no Rio Negro.

► GESTÃO DE RECURSOS E ORDENAMENTO PESQUEIRO

- Acompanhamento das reuniões do GT interministerial para conclusão do Plano Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas – PNGATI, publicado em junho;
- Publicação dos volumes 2 e 3 da Série *Pescarias no Rio Negro*;
- Realização de reuniões em Manaus, Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro nos meses de fevereiro e março para apresentação dos resultados do Levantamento Pesqueiro ISA/Foirn 2011, publicados no volume 2 da Série *Pescarias no Rio Negro*, intitulado *Manejo Pesqueiro no Médio Rio Negro: Recomendações do processo participativo de oficinas para o ordenamento das atividades pesqueiras nos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, Amazonas (AM)*;
- Reuniões de aproximação com a Colônia de Pescadores de Barcelos (Colpesca Z-33), Aspasirn (Associação de Pescadores Artesanais de Santa Isabel do Rio Negro), Colônia de Pescadores de São Gabriel da Cachoeira e Associação de Empresas Operadoras de Turismo de Barcelos com vistas a apresentar os resultados do Levantamento Pesqueiro ISA/Foirn 2011 (março) e estabelecer parceria na implementação de um monitoramento das pescas esportiva e comercial no Rio Negro (agosto);
- Realização de reuniões com a Associação Nacional de Ecologia e Pesca Esportiva (Anepe), com sede em São Paulo, congregando pescadores amadores e esportivos, com vistas a conhecer a instituição, apresentar as ações realizadas pela parceria ISA/Foirn no Rio Negro, apresentar os resultados do Levantamento Pesqueiro ISA/Foirn 2011, as publicações sobre o tema e o Monitoramento Participativo da Pesca, bem como propor uma parceria com vistas à ampliação dos estudos e monitoramento da pesca esportiva (setembro);
- Realização de levantamento das instituições públicas e privadas, com atuação atual ou futura no Médio e Alto Rio Negro com foco no ordenamento e manejo pesqueiro com potencial de interação positiva com ISA e Foirn e construção de Cadastro Institucional para inserção de dados e monitoramento das potenciais parcerias conforme relatório entregue pelo consultor (julho e agosto);
- Realização de reuniões com a Associação dos Operadores de Barcos de Turismo (AOBT) (março e julho) para apresentação de iniciativas e proposta de parceria para atuação no monitoramento da pesca no Rio Negro, porém sem continuidade ou agenda pactuada;
- Acompanhamento e participação nas reuniões do Grupo de Trabalho (GT) que discute a demanda de estudos técnico-cienti-



No ICMBio, em Manaus, Davi Kopenawa foi recebido pelo coordenador regional e sua equipe. © Wilde Ithaboray/ISA



Encontro em Manaus apresenta publicação sobre ordenamento pesqueiro. © Arquivo SDS

ficos que possam subsidiar a implementação do Decreto de Pesca da Bacia do Rio Negro (nº 31.151 de 06/04/2011), envolvendo Secretaria Estadual (do Amazonas) de Ciência, Tecnologia e Inovação, Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas, Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, via Centro Estadual de Unidades de Conservação (SDS/Ceuc), Universidade Federal do Amazonas, Ministério da Pesca, Secretaria Executiva de Pesca e Aquicultura, via Secretaria de Produção Rural do Amazonas (Sepa/Sepror), Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (Ipaam) e Secretaria Estadual Indígena (Seind) (julho a dezembro);

- Elaboração de um projeto para orientar a criação de um Programa Inter-cultural de Manejo e Monitoramento de Peixes no Rio Negro e afluentes e um conjunto de recomendações para o ordenamento pesqueiro do Médio Rio Negro (setembro a novembro);
- Realização de reuniões para apresentação de proposta de Monitoramento Participativo da Pesca no Rio Negro, com foco nas pescas esportiva e comercial em Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, envolvendo as respectivas Prefeituras, Asiba, ACIMRN, Colpesca Z-33 e Aspasirn, além das gerências locais do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal (julho-agosto), com implementação das atividades de Monitoramento Participativo da Pesca Esportiva (agosto-novembro) nos portos e aeroportos de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro e sistematização dos primeiros resultados;
- Elaboração de Termo de Cooperação Técnica para implementação do Monitoramento Participativo da Pesca no Rio Negro, envolvendo as respectivas prefeituras, Asiba, ACIMRN, ColpescaZ-33 e Aspasirn e Idam;
- Treinamento e acompanhamento de equipe de pesquisadores do Monitoramento Participativo da Pesca no Rio Negro com elaboração de metodologia de análise dos resultados (agosto a dezembro).

Indicadores

- Atualização e incremento da base de dados georreferenciada do PRN/ISA;
- Finalização da publicação *Barcelos indígena e ribeirinha – um perfil socioambiental*, com os resultados do Levantamento Socioambiental Participativo de Barcelos (no prelo);
- Publicação do volume 2 da série Pescarias no Rio Negro: *Manejo Pesqueiro no Médio Rio Negro: Recomendações do processo participativo de oficinas para o ordenamento das atividades pesqueiras nos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, Amazonas (AM)*;
- Publicação do volume 3 da série Pescarias no Rio Negro: *Peixes, pescarias e os modos de viver no Médio Rio Negro*;
- Elaboração de dossiê sobre cursos de formação de lideranças e construção de proposta-modelo para um curso de formação de lideranças inovador no âmbito da parceria ISA/Foirn;
- Três notícias socioambientais redigidas e divulgadas.

Avaliação

Os processos de identificação das TIs na região do Médio Rio Negro, nos municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, não avançaram em 2012. No entanto, a continuada articulação Foirn/ISA com a Funai ao longo do ano facilitou o diálogo e promoveu importantes encaminhamentos para a retomada dos processos em 2013. Foi publicada a Portaria da Funai nº 14 (07/01/ 2013), constituindo GT para complementação de estudos e levantamento fundiário nos meses de janeiro e fevereiro de 2013 com vistas à finalização do relatório de identificação da TI Jurubaxi-Uneuixi. A equipe do GT espera entregar relatório final para a Funai em abril de 2013. Para o GT de identificação das Terras Indígenas de Barcelos, o CGID aguarda entrega de relatório parcial de identificação que está sendo elaborado pelo coordenador Sidnei Peres até final de fevereiro de 2013. Em paralelo, houve avanços significativos no processo de demarcação da TI Cué-Cué/Marabitanas – Alto Rio Negro – com a publicação do despacho nº 595, de 16/12/2011, concluindo o processo de identificação e aprovação pela Funai do relatório circunstanciado. Após período de contestação, foi elaborado parecer final favorável à demarcação o qual foi encaminhado ao Ministério da Justiça em outubro de 2012. As lideranças indígenas mantêm constante acompanhamento do processo aguardando que sejam declaradas as Terras Indígenas ainda em 2013.

No âmbito do processo de ordenamento territorial do Médio Rio Negro, uma vez que não houve conclusão dos processos de identificação de TIs, o diálogo interinstitucional foi prejudicado por conta do receio dos órgãos ambientais de atuar em áreas onde há processos oficiais de reconhecimento de território indígena. Ainda assim, está em curso uma articulação para revogação da Flona Amazonas e redelimitação do Parest Serra do Aracá sobrepostos à TI Yanomami na região de Barcelos (AM) e em Roraima. Foi constituído um GT interinstitucional coordenado pelo Ceuc-SDS para realizar a redelimitação do Parest Serra do Aracá, por meio da Portaria nº 151 de 14/11/ 2012.

Em relação à articulação com as instâncias governamentais para discussão e elaboração de acordos de uso e termos de ajuste de conduta em relação às atividades pesqueiras, mais uma vez os avanços esperados não se concretizaram devido às indefinições e modificações no cenário governamental, em muito influenciada pelas eleições. Como agravante, o Centro Estadual de Unidades de Conservação (Ceuc) da SDS, encontra-se totalmente desarticulado, sem funcionários, com quatro trocas da coordenação ao longo de 2012.

As instâncias federal, estadual e municipal encontraram-se paralisadas, impossibilitando o avanço do processo formal. O indicativo positivo de consolidação da APA Tapuruquarapor parte da gestão municipal anterior de Santa Isabel do Rio Negro, não gerou nenhum ação concreta. Ainda assim investiram-se esforços para manter a discussão ampliada com os diversos atores envolvidos e para tanto realizaram-se reuniões para apresentação e entrega formal do 2º volume da Série Pescarias no Rio Negro para integrantes de diferentes órgãos federais, estaduais e municipais, além das associações de base e comunidades dos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro. A publicação reúne resultados de três anos de pesquisas, mapeamentos e discussões. O objetivo é subsidiar um marco regulatório para as diferentes modalidades de pesca no Médio Rio Negro. Ainda focados na ampliação do debate para a gestão dos recursos pesqueiros, foi publicado em agosto de 2012 o 3º volume da Série Pescarias no Rio Negro: *Peixes, pescarias e os modos de viver no Médio Rio Negro*,

com o objetivo de valorizar o modo de vida dos indígenas e ribeirinhos do Médio Rio Negro, junto ao público do turismo de pesca esportiva. Considerando o público alvo e o contingente de turistas internacionais, foram elaboradas versões em português e inglês.

A publicação foi distribuída nos aeroportos e portos de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, durante a última temporada da pesca esportiva entre os meses de agosto de 2012 e março de 2013, bem como para os demais atores e instituições envolvidos com as atividades pesqueiras na região.

Em paralelo à distribuição da publicação, teve início o monitoramento das atividades de pesca na região do Médio Rio Negro, municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro. Durante a temporada da pesca esportiva foi realizado um levantamento nos aeroportos e portos municipais para compreender o perfil do pescador esportivo que chega à região, quantos são, sua origem e sua percepção do sucesso da pescaria. No âmbito da consultoria contratada investiu-se em: a) realizar levantamento de instituições potenciais para parcerias e cooperações técnicas, b) estabelecer diálogo continuado com os atores e c) elaborar projeto integrado para a pesca no Rio Negro contemplando futuras parcerias.

Manteve-se também o acompanhamento às associações de base da região do Médio Rio Negro que moram e usam o Rio Marié, alvo de pesca esportiva ilegal, dentro das Terras Indígenas Médio Rio Negro I e Médio Rio Negro II. A atuação desordenada e competitiva de duas empresas de pesca esportiva no Rio Marié gerou conflitos entre as comunidades e lideranças que foram aliciadas e induzidas a assinar contratos ilegais de prestação de serviço e exclusividade com as empresas. A Foirn, com apoio do ISA, manteve constante diálogo com a Funai e o MPF e colaborou na articulação de uma ação integrada com o Exército Brasileiro para retirada das empresas. Em paralelo, foram feitas reuniões com as comunidades com intuito de informar sobre o funcionamento da pesca esportiva e os passos necessários no caso de regulamentação da atividade: estudos de impacto com acompanhamento e licitação para estabelecimento de contratos formais. Os conflitos se desdobraram em Inquérito Policial Federal (IPL 0049/2012-4) que está investigando a atuação das empresas no Rio Marié, e denúncia de ameaças sofridas por lideranças e servidores da Funai.

A discussão de um programa de formação de lideranças partiu de um cuidadoso levantamento para analisar os materiais e cursos já produzidos bem como as entrevistas de lideranças que participaram de cursos de formação, e de funcionários da Foirn para produção de um dossiê que sistematiza as experiências de cursos de formação. Na sequência foi elaborada uma proposta preliminar de curso de formação de lideranças provisoriamente intitulado "Lideranças no Rio Negro, entre tradições, cotidianos e associações indígenas", que foi apresentada e discutida na Assembleia da Foirn, incorporando contribuições e a orientação para que a formatação do curso seja estruturada em oficina de Projeto Político Pedagógico a se realizar em junho de 2013.

A XVII Assembleia da Foirn realizada em novembro de 2012 reuniu 230 participantes, dos quais 100 delegados das cinco sub-regiões, sendo 20 de cada uma, com direito a voz e voto. A agenda da reunião incluiu relatos de seus 25 anos de atuação, o balanço da diretoria 2009-2012, o lançamento do site institucional, a discussão com autoridades e convidados sobre temas de relevância para a região e dos três municípios da área de abrangência da Foirn e a eleição da nova diretoria executiva para a gestão 2013-2016. Para surpresa geral

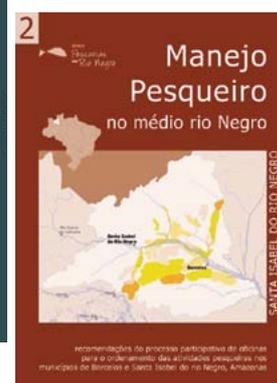
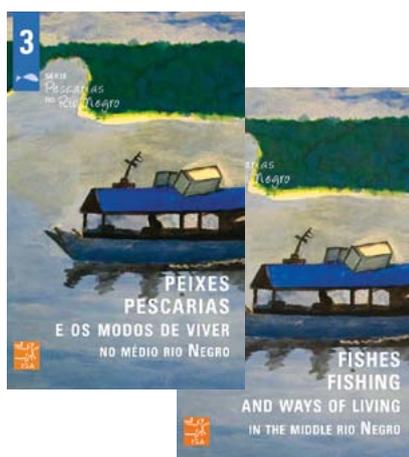
Almerinda Ramos de Lima (representante eleita pela Coidi), Tariana de lauretê, ex-presidente da Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de lauretê (Amidi), foi eleita para presidir a Foirn pelos próximos quatro anos. Os outros diretores são: Isaías Fontes (CABC) vice-presidente e os suplentes em ordem de votação, Renato Matos (CAIARNX), Nildo Fontes (Coitua) e Marivelton Barroso (CAIMBRN).

Perspectivas

- Publicação de *Boletim Rio Negro Socioambiental* com as atualizações das prioridades para gestão e ordenamento territorial do Médio e Baixo Rio Negro, a partir dos resultados do seminário Prioridades para a Gestão e Ordenamento Territorial do Médio e Baixo Rio Negro;
- Publicação do livro *Barcelos indígena e ribeirinha – um perfil socioambiental*;
- Realização do II curso de História do Médio Rio Negro;
- Início da primeira turma do curso de Formação de Lideranças Indígenas, coordenado pela Foirn com apoio do ISA;
- Finalização dos estudos de identificação e publicação pela Funai dos relatórios circunstanciados das TIs do Médio Rio Negro;
- Publicação dos resultados do Monitoramento Participativo do Rio Negro;
- Realização de oficinas intersetoriais para elaboração de um Programa de Zoneamento Pesqueiro do Médio Rio Negro por meio da articulação com Ministério Público do Amazonas, Núcleo de Pesca da SDS/Amazonas, prefeituras municipais, empresas, turistas e associações locais;
- Elaboração e implementação do Plano de Salvaguarda do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro.

Melhores momentos

- Hutukara e Rede Rio Negro discutem gestão da TI Yanomami com órgãos ambientais no Amazonas: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3651>;
- Ordenamento pesqueiro do Médio Rio Negro é discutido com governo do Amazonas: <http://www.socioambiental.org/nsa/nsa/detalhe?id=3524>;
- XVII Assembleia da Foirn: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3704>;
- Publicação dos volumes 2 e 3 da Série Pescarias no Rio Negro, disponíveis em: http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/manejo_pesqueiro_santaisabel_02; http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/manejo_pesqueiro_barcelos_02; http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/pescarias_3_port; http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/pescarias_3_ingles.



Subsede São Gabriel da Cachoeira

O que é

A subsede em São Gabriel da Cachoeira (SGC) atua na viabilização de condições para um pleno desenvolvimento das atividades dos projetos do Programa Rio Negro. Em SGC, o ISA mantém rotinas administrativas, logísticas de suporte a equipes em atividades de campo, que atuam nas quatro calhas de rios: Tiquié, Uaupés, Içana e Negro. Executa a manutenção de instalações e equipamentos, realiza articulação e representação institucional em eventos na cidade, recebe visitantes, colaboradores e pesquisadores associados, assessora as associações indígenas parceiras e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn).

Possui uma infraestrutura composta por três casas, uma delas onde está implantado o espaço público, salão audiovisual, biblioteca, seis apartamentos para hospedar integrantes da equipe e eventuais convidados e colaboradores e sala de reunião e de trabalho. As outras instalações são ocupadas pelo escritório administrativo e seus anexos como sala de trabalho da equipe e dois apartamentos. Há uma garagem para barcos e motores, um almoxarifado e um depósito para publicações.

Parcerias e fontes de financiamento:

▶ Financiadores

Embaixada Real da Noruega; Fundação Gordon & Betty Moore; RFN; Horizont3000/ADA/Aliança Pelo Clima; Instituto Arapyáú

▶ Parcerias

Programa Gesac/Ministério das Comunicações; Programa Mais Cultura/Ministério da Cultura; Iphan/Ministério da Cultura

Equipe local

Gilmara Alberta Morais Andrade; Joás Rodrigues da Silva; Laise Lopes Diniz, Margarida Murilo Costa, Maria Hildete Marinho, Renato Martelli Soares, Wizer de Oliveira Almeida.

O que foi feito

- Apoio e participação no encontro da Embaixada da Noruega, representada por Patrícia Benthien e Luciano Padrão, com as coordenadorias regionais e a diretoria da Foirn;
- Apoio e participação nas reuniões do Conselho Diretor da Foirn em janeiro e setembro;
- Participação no encontro de elaboração do Termo de Cooperação Técnica entre as agências locais da Funai, Foirn, Exército, ICMBio e Ifam (Instituto Federal do Amazonas);
- Participação na avaliação do projeto de fortalecimento institucional da Foirn, da Fundação Rainforest da Noruega;
- Participação na XVII Assembleia da Foirn e apoio a grupos convidados da RFN e Horizont3000;
- Participação do grupo de transição entre a diretoria eleita na XVII Assembleia da Foirn e a diretoria da gestão 2009-2013;
- Participação em eventos institucionais (Exército, Diocese de SGC, Ifam e outros) representando o ISA;
- Apoio e acompanhamento à visita da comitiva de parceiros austríacos ao Rio Içana;

- Apoio à equipe dos Expedicionários da Saúde que atendeu a região da comunidade de Taracua e à equipe da Rede Globo que registrou a expedição dos profissionais de saúde;
- Acompanhamento à visita da representante da Rainforest da Noruega, Anne Leifsdatter Grønland, no mês de março, para reunião de trabalho sobre a parceria Foirn/ISA/Acep/Aeitu/RFN;
- Realização, junto com a Foirn, da Feira de Conhecimentos e Trocas e Experiências em Multimídia em abril, com a ideia de proporcionar o intercâmbio de experiências de projetos e processos de valorização cultural, com o objetivo de aproximar tais experiências com o projeto de comunicação da Foirn;
- Apoio a eventos promovidos por instituições governamentais que desenvolvem atividades em conjunto com a Foirn (à equipe da Funai/Brasília na realização da assembleia da Aircana comunidade Maturacá e à equipe da Sepror/AM (Secretaria de Produção Rural do Amazonas) no lançamento do projeto Bacalhau da Amazônia);
- Contratação de articulador institucional residente em SGC com início em agosto;
- Apoio logístico às equipes de campo, preparação de viagem e envio de materiais para atender demandas das atividades nas regionais;
- Apoio a questões burocráticas entre ISA-SP e Foirn, como recolhimento de assinaturas, entrega de documentos, sedex e outros;
- Manutenção das dependências da subsede;
- Apoio a organizações parceiras com o objetivo de fortalecer as associações de base do Rio Negro. O ISA-SGC presta assessoria em diversas questões às organizações parceiras, filiadas a Foirn. Entre os principais beneficiários dessas ações destacam-se:
 - Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié (Atriart) - Apoio para compra de materiais em Manaus e SGC, transporte entre as cidades e a comunidade, pagamentos e compras de materiais, manutenção de equipamentos, prestação de contas junto ao Programa Demonstrativo Povos Indígenas (PDPI) e envio de combustível, rancho e equipamentos de SGC para a comunidade;
 - Associação Escola Indígena Tuyuka (Aeittu) - Apoio na elaboração da contabilidade completa anual, na conciliação bancária, arquivamento de documentos oficiais necessários para auditoria e prestação de contas no projeto de educação e do projeto do PDPI. Também auxiliamos nas compras de materiais, pagamentos diversos e prestação de contas para a comunidade sobre a destinação dos recursos da Associação. Envio de combustível, rancho, material pedagógico;
 - Associação das comunidades Indígenas do Médio Tiquié (Acimet) - Apoio na elaboração de projeto junto ao PDPI e envio de combustível, rancho e equipamentos de SGC para a comunidade;
 - Associação da Escola Indígena TukanoYupuri (Aeity) - Apoio para compra de materiais em Manaus, transporte entre as cidades e a comunidade, pagamentos e compras de materiais, prestação de contas junto ao PDPI e envio de combustível, rancho e material pedagógico;
 - Associação do Conselho da Escola Pamáali (Acep) - Apoio para licitações e compra de materiais em Manaus e em São Gabriel da Cachoeira. Apoio na elaboração de relatórios de atividades e prestação de contas junto ao PDPI, Natura e Rainforest da Noruega. Manutenção de arquivo para os documentos oficiais da associação;

- Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi) - Apoio no transporte de artesanatos (cestarias de arumã), na comercialização e logística da Pimenta Baniwa e apoio logístico em traslado de materiais de viagem e ajuda na prestação de contas junto ao projeto do PDPI;
- Associação da Escola KhumunoWu'uKootiria (Asekk)- Apoio nas prestações de contas e envio de documentos e contatos com pessoas referidas no projeto com o PDPI, Projeto Wananode registro das danças tradicionais.

► TELECENTRO

Em 2012 foram 786 novos usuários cadastrados, número menor em relação aos anos anteriores. Mas que não implica menor uso, já que cadastrados mais antigos continuam a usar o espaço. Continuamos majoritariamente com o mesmo perfil de usuários: faixa etária entre 12 e 25 anos e estudantes são os mais frequentes. Neste ano houve uma grande demanda por parte de associações e estudantes universitários da Ufam (Universidade Federal do Amazonas) e UEA (Universidade do Estado do Amazonas) que realizam pesquisas na biblioteca e utilizam internet no telecentro. Um público crescente é o de pessoas participantes de cursos à distância e que têm o espaço público do ISA como ponto de referência para pesquisar e assistir aulas online. As associações indígenas utilizam a estrutura para enviar e-mails aos assessores, ter conhecimento de novos editais de projetos, regularizar documentos e elaborar relatórios e prestações de contas junto aos financiadores. O público que busca o telecentro o faz principalmente para realizar pesquisas escolares e acadêmicas, leitura e envio de e-mail, além de acessar sites de redes sociais, entretenimento e notícias. Além disso, há muita demanda de jovens que vêm ao ISA em busca de aperfeiçoamento nas práticas e conhecimento de informática e ferramentas de internet. A ajuda da equipe do telecentro é constante neste acompanhamento. As restrições de acesso continuam em vigência como a proibição a sites pornográficos, de jogos, bate-papo ou sites que incitem a violência ou crimes.

Em 2012 continuamos com as parcerias feitas em anos anteriores com instituições da cidade como o PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, a CAPS - Centro de Atendimento Psicossocial, o Pró-Jovem, a Escola Infantil Adana, a Diocese, o Ifam e as já citadas Ufam e UEA.

O Telecentro é um espaço de multiuso. Investimos em apresentações culturais que envolvam os jovens e as famílias residentes na cidade de São Gabriel da Cachoeira. No ano de 2012 continuamos investindo na exibição de filmes no âmbito da parceria com o Cineclube, e apoiamos duas apresentações teatrais, do grupo Pombal com exibição da peça lapinari no telecentro e da peça Rastros Híbridos da Escola de Artes e Turismo da UEA.

- Balanço geral de usuários do Telecentro
- Desde 2006 foram 11.000 acessos e 2.340 pessoas cadastradas.
- 2006 a 2012 por etnia: 430 Baré, 180 Baniwa, 203 Tukano, 66 Tariano, 42 Piratapuaia, 43 Desano, 18 Wanano, 6 Arapaso, 1 Tikuna, 1 Aripunã, 12 Ku-beo, 12 Yanomami, 1 Barasana e 25 Tuyuka.

► BIBLIOTECA

A biblioteca da subsele do ISA São Gabriel da Cachoeira continua sendo referência na região para pesquisas escolares, universitárias, científicas e outras, principalmente em relação aos temas povos indígenas do Rio Negro e do Brasil e meio ambiente além de um vasto acervo de literatura. A biblioteca funcionadas 14h às 17h com possibilidade de prévio agendamento. Em 2012 mantivemos o atendimento ao público, principalmente aos alunos que estão cursando graduação nos cursos ofertados pela UEA e Ufam.

Indicadores

- Capacidade de apoio logístico às atividades dos projetos e às equipes de campo;
- Qualidade da infraestrutura para o trabalho das equipes do programa;
- Assessoria às comunidades e associações indígenas do Alto Rio Negro;
- Relação de reciprocidade com as instituições locais;
- Visibilidade das ações dos projetos do Programa Rio Negro;
- Espaço Público estruturado com todos os equipamentos adequados para realização de atividades em audiovisual;
- Telecentro e Biblioteca utilizados pela comunidade local;
- Banco de dados contendo o perfil dos usuários do Telecentro e Biblioteca Socioambiental;
- Implementação de uma programação fixa de cinema aberta à comunidade;
- Participação em eventos institucionais sediados em SGC.
- Elaboração de quadro contextual das atividades da Foirn;
- Organização e planejamento para 2013 das coordenadorias regionais da Foirn;
- Elaboração de informativo sobre a XVII Assembleia da Foirn com os documentos reivindicatórios.

Avaliação

O ISA e a Foirn em São Gabriel da Cachoeira são referências aos povos indígenas e diariamente recebemos demandas por apoio logístico, questões institucionais das associações de base e das instâncias municipais e federais presentes no município. Tais demandas são cuidadosamente consideradas e solucionadas ou encaminhadas a setores competentes.

Proporcionamos condições de infraestrutura para receber nossa equipe, pesquisadores associados e colaboradores em geral. Na medida do possível, cumprimos as atividades e atendemos as solicitações e demandas das equipes que estão em área, com compra e envio de materiais, muitas vezes com urgência.

Buscamos ajudar as associações indígenas que estão executando projetos próprios, com assessoria, na compra de materiais, equipamentos e prestações de contas junto aos seus fornecedores. A equipe está sempre disponível para atender e executar as demandas que diariamente surgem e busca o aprimoramento para atender melhor a todos.

Em SGC, o segundo semestre de 2012 foi fortemente marcado pelas eleições municipais e eleições da Foirn. Apesar das atenções estarem primordialmente voltadas às eleições foi possível elaborar uma agenda de transição com a Foirn que reuniu diretorias e coordenadorias tanto atuais quanto eleitas para discussões, diálogos e planejamento. Foram realizadas também as primeiras discussões para a articulação com a prefeitura e a câmara de vereadores da cidade.

Perspectivas

- Ampliar parcerias com as instituições locais;
- Ampliar a parceria com as associações de base para apoio à formação, principalmente no âmbito do Instituto de Conhecimento Indígena do Rio Negro;
- Estabelecer parceria com as escolas indígenas para que os alunos possam fazer estágio em gestão do espaço público/biblioteca;
- Aprimorar os mecanismos de consulta e distribuição gratuita dos livros, publicações e cartilhas das escolas indígenas;

- Continuar mantendo o atendimento da biblioteca disponibilizando o acervo às escolas municipais e estaduais e às universidades;
- Continuar a parceria com a Foirn, garantindo as atividades de apoio às associações indígenas e o desenvolvimento de ações propostas em conjunto;
- Manutenção da estrutura física, visando garantir espaços confortáveis aos profissionais e público do ISA/SGC.

Melhores momentos

- XVII Assembleia Geral da Foirn (25 anos da Foirn e Eleição da nova diretoria - <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3704>).
- Participação no grupo de transição entre diretorias da Foirn.
- Encontro entre coordenadorias regionais da Foirn e Embaixada da Noruega.
- Formulação do relatório com as informações e dados do Programa de Formação Avançada Indígena do Rio Negro e Instituto de Conhecimento Indígena do Rio Negro.

Rio Tiquié

▶ RIOS E PEIXES

O que é

Desenvolvimento de modelos de manejo sustentável dos peixes na Bacia do Rio Tiquié, aliando conhecimentos tradicionais e conhecimentos técnicos adaptados, por meio de parceria direta com associações indígenas. São duas as linhas de ação:

1. Elaboração, implementação e avaliação de medidas de manejo sustentável dos peixes; construir e implementar experiências de gestão desse recurso.
2. Pesquisa e monitoramento de práticas e produção da pesca com pesquisadores locais denominados agentes indígenas de manejo ambiental (Aima).

Parcerias e Fontes de Financiamento

▶ Parcerias

Acimet, Acirc, Aciru, Aeity, Aeitu, Aetikap, Atriart, Cipac, Oibv, Oids, 3Tiic, Foirn.

▶ Financiadores

Fundação Gordon & Betty Moore, Fundação Rainforest da Noruega (RFN), Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI/MMA - associações indígenas)

Equipe

Agentes indígenas de manejo ambiental (Aimas) das associações Acimet, Acirc, Aciru, Aeity, Aeitu, Aetypp, Aetikap, Atriart, Cipac, Oibv, Oids, 3Tiic; Atriart; Aloisio Cabalzar; Pieter-Jan van der Veld, Hildete Marinho Araújo.

O que foi feito

- Registro diário da produção da pesca em unidades domésticas do Tiquié e afluentes, em conjunto com os agentes de manejo, 30 atualmente.
- Banco de dados com mais de 17.300 registros de pescarias entre 2005 e 2012.
- Encontros nas comunidades com os agentes de manejo envolvidos nessa pesquisa.
- Publicação *Manejo dos Peixes na Bacia do Rio Tiquié. Memórias e Perspectivas*, transcrição dos encontros sobre manejo de peixes ocorridos em 2008 e que reuniram todas as organizações indígenas da bacia, em tukanó e tradução para português.

• Produção do vídeo *Manejo dos Peixes no Rio Tiquié*, de 23min, com Juan Gabriel Soler e aprendizes indígenas.

• Produção, em parceria com o Museu da Amazônia (Musa) e com as associações Acimet, AEITY e Atriart, da exposição *Peixe e Gente no Alto Rio Negro*. No âmbito dessa atividade, foram produzidos cinco vídeos de 10 minutos sobre armadilhas, sua construção e uso, realizados por Juan Gabriel Soler, aprendizes indígenas, agentes indígenas e artesãos e conhecedores indígenas. A exposição contou com a colaboração de Melissa Oliveira e cinco artesãos do Tiquié.

Indicadores

- Elaboração e implementação de planos de manejo de recursos pesqueiros pelas associações;
- Oficinas sobre manejo sustentável dos peixes nos rios, lagos e outros ambientes aquáticos;
- Publicações de apoio ou com base nessas iniciativas;
- Número de comunidades e pesquisadores indígenas envolvidos na pesquisa.

Avaliação

• Monitoramento de práticas e produção da pesca
O Banco de Dados está sendo reparado. Uma nova versão foi testada, mas apresentou falhas, que até o final de 2012 não foram corrigidas. O registro digital de dados ficará parado até que o Banco de Dados corrigido possa ser usado. Decidiu-se que 2012 foi o último ano dessa pesquisa, e só será retomada depois que os dados coletados até aqui sejam analisados, publicados e discutidos.

Uma parte do grupo dos agentes de manejo, somando nove pessoas, vai continuar com a pesquisa e aprofundar algumas questões. A pesquisa entrou em nova fase, que vai continuar até 2014.

Perspectivas

- Relatório com as primeiras análises de pesquisa sobre a produção da pesca, com dados de 2007 até 2011;
- Primeiros resultados de nova pesquisa sobre a pesca, no final do ano.

▶ PAISAGENS FLORESTAIS

O que é

Conjunto de pesquisas sobre as paisagens florestais no Tiquié e seu manejo sustentável, com base nos conhecimentos indígenas e sua interface com técnicas e conhecimentos científicos. É desenvolvido com o ensino médio da Escola Tuyuka e os agentes de manejo indígenas, membros das Associações Aeity, Acirc e Acimet. Os alunos e os agentes (Aimas) são formados por meio de pesquisa participativa. Os dados coletados podem servir como uma plataforma de discussão sobre a gestão territorial e o manejo de recursos florestais. Os resultados são levados para a sala de aula onde servem como material pedagógico, sendo utilizados nas escolas e para sua formação profissional. É uma pesquisa intercultural e interdisciplinar.

Parcerias e Fontes de Financiamento

▶ Parcerias

Aeitu, Aeity, Acirc, Acimet, Escola Tuyuka

▶ Financiadores

Fundação Gordon & Betty Moore



Equipe

Conhecedores tuyuka, tukano e desana (Aeitu e Acimet); Aimas das associações Aeity e Acimet; professores e alunos do ensino médio Tuyuka, Aloisio Cabalzar, Pieter-Jan van der Veld.

O que foi feito

- Levantamento ecológico e etnobotânico em duas florestas vizinhas, sendo uma capoeira avançada de mais de 40 anos e a outra com mata primária. O objetivo era comparar as duas florestas para entender melhor o impacto que a ação humana (agricultura indígena) tem na biodiversidade e estimar o tempo que uma floresta precisa para chegar a uma restauração florestal completa;
- Oficina de formação dos Aimas, sobre matemática instrumental e agrimensura.

Indicadores

- Pesquisadores indígenas (alunos e professores do ensino médio Tuyuka, Aimas) aprimorados nas técnicas de representação das paisagens florestais e formados para a pesquisa participativa e monitoramento ambiental;
- Relatórios de pesquisa;
- Plano de manejo de paisagens;
- Materiais publicados nas línguas indígenas.

Avaliação

Os alunos do Ensino Médio Tuyuka estão muito interessados e participam da pesquisa com entusiasmo. A formação profissional dos agentes indígenas de manejo ambiental é satisfatória. É uma forma adequada de descrever as paisagens florestais, aliando conhecimentos indígenas e científicos ocidentais.

Perspectivas

Em novembro 2012 formou-se um grupo de quatro agentes que vão estudar as frutas silvestres. No final de 2013, pretendem apresentar os primeiros resultados.

► PESQUISA DO SISTEMA AGRÍCOLA INDÍGENA

O que é

Trata-se de uma análise do sistema agrícola indígena em todos seus aspectos, por meio de uma pesquisa participativa com as alunas e alunos de ensino médio da Escola TukanoYupuri no Médio Tiquié. A metodologia envolve registro das roças com GPS, medições de área cultivada por comunidade, medição de produtividade da roça, levantamento de agrobiodiversidade, redes de troca de material filogenético e entrevistas com as agricultoras e os agricultores. Essas agricultoras e agricultores que participam da pesquisa são os próprios pais de alunos ou parentes. É uma pesquisa intercultural e interdisciplinar. Os resultados são levados para sala de aula onde servem como material pedagógico.

Parcerias e Fontes de Financiamento

► Parcerias

Acimet; Aeity; Ensino Médio Tukano

► Fontes de Financiamento

Fundação Gordon & Betty Moore

Equipe

Alunos de ensino médio Tukano (Aeitu); agricultoras e agricultores das comunidades São José e Pirarara Poço; Pieter-Jan van der Veld

O que foi feito

- Treinamento (aula) em matérias básicas que as alunas e os alunos precisam saber para executar a pesquisa;
- Entrevistas, medições e levantamentos de agrobiodiversidade na comunidade São José II.

Indicadores

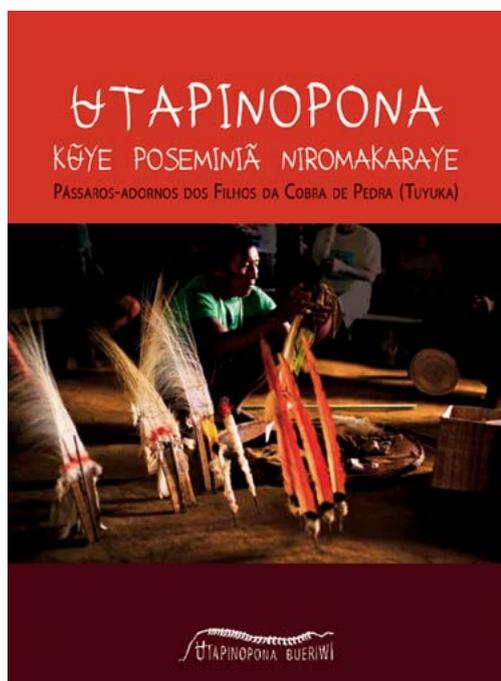
- Quantidade de roças registradas com GPS;
- Quantidade de roças onde foi pesquisada a agrobiodiversidade;
- Quantidade de entrevistas;
- Quantidade de registros de produtividade;
- Quantidade de alunas e alunos envolvidos na pesquisa.

Avaliação

No primeiro semestre, a formação dos alunos foi muito satisfatória. No segundo semestre, porém, as atividades programadas foram canceladas porque a Escola TukanoYupuri está enfrentando problemas internos.

Perspectivas

No curto prazo, a pesquisa na comunidade São José II será suspensa.



Tuyuka: escola e língua de fronteiras



Rio Içana

O que é

O trabalho do Programa Rio Negro junto às comunidades Baniwa e Coripaco na Bacia do Rio Içana parte do princípio de que é necessário contribuir para que se fortaleça um ambiente virtuoso de ideias e práticas que visem reconhecer, sistematizar, debater, valorizar e intercambiar conhecimentos e formas de atuação e de organização relevantes para a segurança alimentar, para a economia, para a manutenção e melhoria da qualidade de vida, e que fortaleçam a autoestima, a governança indígena sobre seu território e as boas práticas de manejo, respeitando a diversidade socioambiental da bacia e estabelecendo o diálogo e cooperação entre os conhecimentos tradicionais e outras formas de conhecimentos com os quais seja possível interagir.

Na Bacia do Içana, o ISA tem como principais parceiros a Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi), a Coordenadoria de Associações Baniwa e Coripaco (CABC), que por sua vez representa outras 12 associações e, sobretudo, a Escola Indígena Baniwa e Coripaco (EIBC-Pamáali), que desde 2008 coordena a Rede de Escolas Baniwa e Coripaco que articula 63 comunidades do Médio e Alto Içana, Ayari e Cuiari. As atividades desenvolvidas atingem direta e indiretamente uma população indígena de seis mil pessoas em 93 comunidades, distribuídas numa área que cobre 2.747.186 ha de terras que essa bacia ocupa no lado brasileiro.

Desde 2005 a atuação da equipe do Programa Rio Negro-Içana se dá em seis frentes de ação:

1) Apoio e Assessoria ao Fortalecimento do Ambiente Institucional na Bacia do Içana: apoia atividades de planejamento estratégico, de negociações com o Estado e com a sociedade civil, de discussão sobre os arranjos e rumos de processos e de organizações indígenas da bacia e apoiando a captação de recursos. Essa ação concentra-se, sobretudo no apoio e cooperação institucional com a EIBC-Pamáali, no apoio à Rede de Escolas Baniwa e Coripaco, à CABC e à Oibi.

2) Manejo Ambiental: contempla as ações de pesquisa e projetos que visam acionar um amplo conjunto de atores e de conhecimentos indígenas e não indígenas, no sentido de traçar e implementar estratégias para diagnosticar a situação de uso, conservação e manejo de recursos, ambientes e relações importantes para viver e estar bem na Bacia do Içana e no mundo. Uma peça importante deste eixo é a série Kaawhiperi Yoodzawaaka: *O que a GENTE precisa para VIVER e estar BEM no MUNDO*, que foi concebida para organizar e divulgar, de maneira cumulativa, os resultados de pesquisas e planos de manejo ambiental realizadas pelos colaboradores da Rede de Escolas Baniwa e Coripaco sob a ótica de diferentes trechos da Bacia do Içana.

3) Atlas do Içana (Cartografia): o Atlas Baniwa-Coripaco do Içana é parte essencial de um processo de acúmulo e divulgação de informações-diagnóstico com vistas a apoiar a gestão territorial da bacia. Baseia-se, sobretudo, na produção de mapas contextualizados e na sistematização de informações em uma base georreferenciada que possa resultar num atlas cumulativo, elaborado e atualizado de forma participativa, e que promova a circulação dessas informações nas escolas, organizações e entre os diferentes atores, seja da sociedade civil organizada ou do Estado, dedicados ao processo de desenvolvimento sustentável na Bacia do Içana. Os seguintes interesses temáticos vêm sendo trabalhados: 1) Territorialidade e Sociodiversidade; 2) Biodiversidade e Manejo Ambiental; 3) Geografia Mítica e Histórica; 4) Economia e Organização Sociopolítica; 5) Demografia, Saúde e Educação.

4) Alternativas Econômicas (Arte Baniwa), Inovação Tecnológica e Inclusão Digital: concentra-se principalmente em facilitar o acesso ao mercado pela marca Arte Baniwa, atualmente comercializando cestaria de arumã e pimenta jiquitaia. Busca atuar prospectando oportunidades e analisando os potenciais geradores de renda para outros produtos da bacia, incluindo a análise de oportunidades derivadas de possíveis pagamentos por serviços socioambientais, do uso de imagem e também dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. Promove e apoia a formação de jovens e lideranças baniwa em gestão de negócios e empreendedorismo, e também busca promover o acesso à tecnologia apropriada para a região, concentrando as ações no desenvolvimento de um piloto com energias alternativas, na experimentação de inovações na arquitetura de taipa e no fortalecimento do processo de inclusão digital dos Baniwa e Coripaco.

5) Escola Indígena Baniwa e Coripaco Pamáali: a escola está no centro de nossa cooperação com os Baniwa e Coripaco e é nosso parceiro privilegiado, com a qual colaboramos, desde 1999, no cumprimento da missão de “desenvolver a formação dos cidadãos Baniwa e Coripaco com metodologia de ensino-pesquisa participativo com base nos princípios e valores interculturais para serem protagonistas no desenvolvimento sustentável de suas comunidades e na construção da Política de Educação Escolar Indígena no Rio Negro”.

6) Rede de Escolas Baniwa e Coripaco: concentra-se no apoio à consolidação de espaços de formação e autoformação de professores, viabilizando as práticas pedagógicas apropriadas. Fazem parte da rede 13 escolas das regiões do Rio Içana e Ayari, que atendem a 63 comunidades e cerca de 1.400 alunos. Tem como princípio os valores tradicionais e novos conhecimentos que apoiem o desenvolvimento de ensino de qualidade e a concretização do Programa de Educação Baniwa e Coripaco. Desde 2009, além do foco no manejo ambiental a Rede de escolas também vem participando de forma mais ativa nas discussões e estruturação de um Programa de Formação Avançada Indígena para o Rio Negro.

Parcerias e Fontes de Financiamento

► Financiadores

Cafod, Fundação Gordon & Betty Moore, Fundação Rainforest da Noruega (RFN), Horizont3000/ADA/Aliança Pelo Clima, Instituto Arapyáú.

► Parcerias

Oibi, Abric, Cedeh, CABC, EIBC-Pamáali, Foirn, Acep.

Equipe

Adeilson Lopes da Silva; Carlos Alberto (Beto) Ricardo, Laise Lopes Diniz, Natasha Mendes Cavalcante

Colaboradores: Aimas, lideranças, pesquisadores indígenas e professores associados à Oibi, à EIBC/Pamáali e à Rede de Escolas Baniwa e Coripaco; Alex Atala (chef de cozinha do restaurante D.O.M. e Dalva&Dito); Andreza Andrade (jornalista); Almir de Oliveira (arquiteto); Carlos Barretto; Carol Da Riva (fotógrafa); Deise Lucy Montardo (antropóloga do Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas); Eduardo Petta (jornalista); Glenn Shepard Jr. (antropólogo, MPEG); Hans Denis Schneider (fotógrafo-fotografologia); Joás (Mocotó) Rodrigues; Lucia Alberta Andrade; Luiza Garnelo (médica e antropóloga-Fiocruz-AM); Paulo de Abreu e Lima (MSC.

Food Culture–Estilo Gourmand); Renata Alves de Souza (designer gráfico–Tipográfico Comunicação); Renata Aparecida Alves; Renata Eiko Minematsu (zootecnista, mestranda da Ufam); Rogério Assis (fotógrafo e editor da revista Pororoca); Vera Feitosa (editora de arte, ISA); Thiago Oliveira (antropólogo/MN e fotógrafo, pesquisador associado com tese de doutorado em curso no Alto Rio Aiari), Wizer Oliveira.

O que foi feito

▶ APOIO E APOIO AO FORTALECIMENTO DO AMBIENTE INSTITUCIONAL

- apoio à realização e participação do Encontro Baniwa e Coripaco: Discutindo Direitos e Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Indígenas, ocorrida em Castelo Branco, em março de 2012 e promovida pela Coordenadoria das Associações Baniwa e Coripaco – CAB, com o objetivo avaliar os programas e projetos desenvolvidos na região do Rio Içana e de avançar na formulação da política de comercialização de produtos Baniwa, como a pimenta Baniwa;
- apoio à execução de projetos na região do Içana (PDPI, Apoio Institucional da Natura à EIBC, Rainforest da Noruega);
- apoio à realização do I Seminário de diálogo sobre a vida Baniwa diante das mudanças climáticas: *O que a GENTE precisa FAZER para VIVER e ESTAR bem no mundo?*, promovido pela Rede de Escolas Baniwa e Coripaco, em setembro de 2012. Com a participação de cerca de 150 pessoas, representantes de 11 escolas e de 36 comunidades;
- apoio na sistematização final dos resultados do Projeto Podáli: valorização da música baniwa em parceria com a Acicc (Associação Cultural Indígena Casa de Conhecimento), Foirn e Ufam/PPGAS. Resultados alcançados: fundação da Acicc, a construção da Maloca Casa de Conhecimento na comunidade de Itacoatiara-mirim, a formação de dois cineastas baniwa, lançamento do documentário *Podáli – um documentário da música baniwa*, elaboração de um dossiê e de uma etnografia do processo denominados – “Podáli: valorização da música Baniwa e a Maloca Casa do Conhecimento – narrativa de um processo de transformação dos lugares do mundo” – publicado no livro *Rotas de Criação e Transformação: Narrativas de origem dos povos indígenas do Rio Negro* pelo ISA/Foirn em 2012.

▶ MANEJO AMBIENTAL

- realização de oficinas para revisão e organização de pesquisas relacionadas ao manejo ambiental nas escolas Kayakaapali (Alto Içana), Herieni (Alto Aiari) e EIBC-Pamáali, que estão compondo três novos cadernos da série *Kaawhiperi Yoodzawaaka: O que a GENTE precisa para VIVER e ESTAR bem no mundo*;
- finalização da organização do segundo número da série *Kaawhiperi Yoodzawaaka* junto a Escola Herieni e ao Centro de Estudo e Divulgação da Escola Herieni (Cedeh);
- organização do artigo: “As escolas indígenas e o manejo ambiental no Alto Rio Negro” publicado no livro *Educação Escolar Indígena do Rio Negro 1998-2011*.

▶ ATLAS DO IÇANA (CARTOGRAFIA)

- investimento na reunião de pesquisadores indígenas e não indígenas que atuaram no Içana e/ou com temas relacionados com os Baniwa e Coripaco para escrever artigos que serão publicados no atlas;
- revisão de textos e seleção de imagens para os capítulos do Atlas;

- sistematização de informações sobre a Bacia do Içana no formato de mapas.

▶ ALTERNATIVAS ECONÔMICAS (ARTE BANIWA), INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E INCLUSÃO DIGITAL:

- acompanhamento das atividades iniciais do Núcleo de Gestão e Empreendedorismo Indígena associado ao ensino médio da EIBC-Pamáali e Oibi, sobretudo no que se refere à comercialização experimental da pimenta Baniwa;
- apoio à construção de duas casas da Pimenta Baniwa, na comunidade Tunuí Cachoeira e na Escola Pamáali. A Casa de Pimenta é um espaço para a produção, envase e armazenamento da pimenta jiquitaia, sob protocolo especial de produção;
- tratativas e elaboração do projeto e início da construção da Casa da Pimenta do Alto Rio Aiari, na comunidade de Ucuqui Cachoeira;
- instalação, testes e início da produção de pimenta Baniwa na Casa da Pimenta Dzoroo, em Tunuí Cachoeira, fortalecendo a parceria com a Abric (Associação Baniwa do Rio Içana e Cuiari);
- desenvolvimento de diversos protocolos de funcionamento e geração de informação da produção em conjunto com a equipe de gerentes indígenas de produção e comercialização da Casa da Pimenta Dzoroo, Oibi e Abric;
- atualização do rótulo da Pimenta Baniwa;
- ampliação do escopo de comercialização experimental em pontos de vendas em São Gabriel da Cachoeira, Manaus, São Paulo, Brasília;
- início da geração hidrocinética a partir da estação comunitária de Nazaré do Içana com capacidade de geração de 1,52 KWA.

▶ ESCOLA INDÍGENA BANIWA E CORIPACO PAMÁALI

- acompanhamento ao projeto financiado pelo PDPI “Panheexooa Pee-maka Matsia: formação Profissional para o Desenvolvimento Sustentável no Rio Içana”. Acompanhamento da capacitação de uso de recurso do PDPI e apoio à execução das atividades;
- acompanhamento às atividades do projeto relativo ao apoio institucional da Natura à EIBC-Pamáali;
- articulação com a gerência de Educação Escolar Indígena, equipe da Seduc e do Ceei-AM, para o reconhecimento do ensino médio da EIBC-Pamáali, de acordo com o Projeto Político Pedagógico aprovado no Conselho Estadual;
- apoio nas atividades de pesquisa-ação, visando o desenvolvimento de estratégias de manejo da bacia;



Primeira Casa da Pimenta Baniwa inaugurada em Tunuí, rio Içana, © Adeilson Lopes da Silva/ISA



Rede de escolas Baniwa Coripaco lança publicação *O que a gente precisa para viver e estar bem no mundo*. © Laise Lopes Diniz/ISA

- apoio na produção dos informativos da Escola Pamáali;
- apoio e acompanhamento à comitiva austríaca em visita a Escola Pamáali;
- apoio à organização da matéria sobre a experiência da EIBC na revista *Horizonte Geográfico*.

▶ REDE DE ESCOLAS BANIWA E CORIPACO

- apoio ao planejamento estratégico da Rede de Escolas Baniwa e Coripaco;
- implantação de infraestrutura e testes de geração hidrocínética na Escola Pamáali (EIBC);
- realizações de oficina de sistematização de informações e organização de publicação para as escolas Herieni, Kalikadapaata e EIBC-Pamáali.

Indicadores

- a EIBC-Pamáali atende a 80 jovens Baniwa e Coripaco, pertencentes a 22 comunidades do Médio e Alto Rio Içana, Aiari e Cuiari, sendo 55 alunos do ensino fundamental e 25 do ensino médio;
- quatro textos publicados nos livros *Educação Escolar Indígena do Rio Negro* e *Rotas de criação e transformação*;
- desenvolvimento das atividades desenvolvidas no âmbito dos dois projetos institucionais da EIBC (PDPI e Natura);
- geração hidrocínética instalada com capacidade de 1,52KWA funcionando experimentalmente na bacia (comunidade de Nazaré do Içana);
- uma Casa da Pimenta em funcionamento e duas em construção;
- vendas de pimenta Baniwa multiplicada por um fator de 3,7 em relação a 2011 e 5,7 em relação a 2010; incremento de 15% no valor médio de venda do potinho de 40 ml e de 36% no número de mulheres fornecedoras em relação a 2011.

Avaliação

A Escola Pamáali não se prende a modelos escolares convencionais, e por esse motivo é considerada uma das experiências de base com maior relevância no campo da educação escolar indígena da Amazônia brasileira. Tal reconhecimento faz com que seja referência na Bacia do Içana e impulsiona as atividades da Rede de Escolas Baniwa e Coripaco, tendo a

Escola Pamáali como a principal articuladora e que coloca questões desafiadoras e traz inovações para enriquecer debates e propor caminhos para inspirar boas iniciativas para a Bacia do Içana. Em 2012 houve avanços significativos quanto ao aprofundamento da experiência de ensino via pesquisa proposto pelo projeto de educação na região do Alto Rio Aiari, por meio da consolidação da parceria com a Escola Herieni e com o Centro de Pesquisa e Documentação da Escola Herieni (Cedeh). As atividades desenvolvidas pelas escolas em parceria com o ISA contribuem no desenvolvimento de experiências inovadoras, consolidado no ensino fundamental e em construção no ensino médio indígena na região. Neste ano, o investimento maior foi na implantação das casas de pimentas na comunidade Tunuí Cachoeira e Escola Pamáali: a primeira com previsão de inauguração oficial em janeiro de 2013 e a segunda em meados deste mesmo ano. Este trabalho requer ações nas comunidades e com as equipes de parceiros indígenas envolvidas, com uma série de protocolos desenvolvidos, testados e implementados neste ano, e também na articulação com atores externos, vinculados ao mercado da gastronomia, para divulgação e comercialização de pimenta.

Entretanto, a assessoria do ISA que atua de modo permanente na região do Rio Içana, tem uma sobrecarregada atuação com a ampliação do leque de atores e iniciativas em curso. Há um aumento do volume de materiais e processos para serem encaminhados, em contrapartida ao quadro de progressiva redução da equipe (de quatro para um nos últimos anos).

Produtos

- Segundo número do Caderno de Manejo: *O que a GENTE precisa para VIVER e estar BEM no MUNDO* (no prelo).
- Comunicação de experiências em forma de textos e artigos para os livros *Educação Escolar Indígena no Rio Negro* e *Rotas de Criação e Transformação: Narrativas de origem dos povos indígenas do Rio Negro*.

Perspectivas

- Publicação do Atlas do Içana, da série de monografias dos alunos da EIBC-Pamáali e de dois novos números da série *Kaawhipere Yoodzawaaka*.
- Início da implementação do Programa de Formação Avançada Indígena no Rio Negro tendo a EIBC, e possivelmente mais dois centros de pesquisa e formação do Içana como Núcleo Local, formando parte do conselho do programa.
- Avanço no tema de autonomia energética a partir dos testes de instalação e geração hidrocínética na EIBC e Nazaré do Içana, rumando para a construção de um programa mais amplo de conversão energética para a Bacia do Içana.
- Incremento da capacidade de diagnóstico da situação de uso e proposição de planos de manejo da biodiversidade pelos próprios Baniwa e Coripaco com a consolidação da série *Kaawhiperi Yoodzawaaka* em outras escolas da bacia.
- Pimenta Baniwa lançada no mercado, com as casas de Pimenta Dzoroo de Tunuí Cachoeira, EIBC-Pamáali e Ucuqui Cachoeira em pleno funcionamento e acompanhamento do núcleo de gestão e empreendedorismo indígena atuando em toda a rede de produção e vendas, que seguirá incrementando o valor agregado do produto e o número de mulheres/família beneficiárias da experiência.

Melhores momentos

- Publicação do livro *Educação Escolar Indígena do Rio Negro. Relatos de experiências e lições aprendidas: 1998-2011*;
- Oficinas de edição e revisão do caderno nº 2 da série Kaawhipere Yoodzawaaka com o título *O que a GENTE precisa para VIVER e estar BEM no MUNDO* da Escola Herieni;
- Geração hidrocínética na Bacia do Içana;
- Instalação, desenvolvimento e teste de protocolos e início do funcionamento da Casa da Pimenta Dzoroo, em Tunuí Cachoeira, Médio Içana.
- Ampliação das vendas da pimenta Baniwa na Wariró, Galeria Amazônica, Mercadinho do Dalva e Dito e Mercado Jacarandá, indicando o potencial comercial;
- Fortalecimento da parceria do ISA com a Abric (Associação Baniwa do Rio Içana e Cuiari), e com o Centro de Pesquisa e Documentação da Escola Herieni (Cedeh), no Alto Rio Aiari.

ISA Roraima

► PROJETO DE EDUCAÇÃO YANOMAMI (PEY)

O PEY, após 15 anos de existência e tendo alcançado seus principais objetivos, foi encerrado em 2012 e sucedido pelo projeto “Terra, Recursos e Saberes: Gestão Socioambiental na Terra Indígena Yanomami”. Iniciando o processo escolar em diversas comunidades yanomami, o PEY teve como objetivo o reconhecimento oficial da rede escolar yanomami multilíngue baseada no respeito aos processos próprios de aprendizagem, nas propostas pedagógicas e subsídios didáticos desenvolvidos com as comunidades e na formação e contratação de um quadro de docentes yanomami. Como fruto do trabalho do PEY, atualmente o governo do Estado de Roraima mantém 21 escolas yanomami para as quais contratou 22 professores oriundos das comunidades. O governo também reconheceu e se apropriou, em dezembro de 2012, do Projeto Político Pedagógico Magistério Yarıpiari elaborado pelo ISA/CCPY para a formação de professores yanomami.

Em face da transição para o novo projeto, o PEY iniciou, em 2012, atividades que caracterizam o trabalho que será realizado nos próximos anos, a saber, o desenvolvimento de pesquisas interculturais que fortaleçam o conhecimento Yanomami. Essas iniciativas devem se relacionar com as ações desenvolvidas no âmbito escolar, mas não se vinculam necessariamente a um reconhecimento oficial por parte do estado. Além disso, será dada maior ênfase na assessoria à Hutukara Associação Yanomami (HAY) e, de maneira transversal, à gestão da TI Yanomami. O objetivo principal do novo projeto que substitui o PEY, portanto, é criar plano(s) de gestão socioambiental na Terra Indígena Yanomami sob uma perspectiva conjunta de proteção territorial, sustentabilidade dos recursos naturais e valorização dos saberes tradicionais, com o protagonismo da HAY.

Fontes de financiamento

Fundação Rainforest da Noruega (RFN)

Parcerias

Hutukara Associação Yanomami (HAY); Diocese de Roraima; Secretaria de Educação do Estado de Roraima (Secd/RR); Projeto de Documentação do Yanomama do Papiu (PDYP); Projeto de Documentação de Línguas Indígenas (Prodoclin), financiado pelo Museu do Índio

Equipe

Ana Maria Machado, assessora do ISA/PEY, até maio; Felipe Nascimento Araújo, assessor do ISA/PEY; Vicente Albernaz Coelho, assessor do ISA/PEY; Eliseu Yanomami, coordenador de Educação da HAY; Morzaniel Iramari Yanomami, pesquisador yanomami; Anita Yanomami, pesquisadora yanomami; Denise Yanomami, pesquisadora yanomami; Ehuana Yanomami, pesquisadora yanomami; Guiomar Yanomami, pesquisadora yanomami; Juninho Yanomami, pesquisador yanomami; Nilson Yanomami, pesquisador yanomami; Salomé Yanomami, pesquisadora yanomami; Suanã Yanomami, pesquisadora yanomami; Bruce Albert (IRD), antropólogo, pesquisador associado ao ISA; Willian Milliken (Royal Botanic Gardens, Kew), botânico, pesquisador associado ao ISA.

O que foi feito

Para alcançar o reconhecimento oficial do Projeto Político Pedagógico Magistério Yarıpiari, entre 2008 e 2012 foram necessárias sucessivas adequações na proposta, considerando os pareceres técnicos emitidos pela própria Secd/RR. A aprovação do Magistério Yarıpiari pelo Conselho Estadual de Educação de Roraima deu-se em dezembro de 2012 e resultará

também na certificação dos primeiros 18 professores Yanomami formados. Esta aprovação foi uma grande conquista e simboliza o reconhecimento do legado deixado pelo PEY para as políticas públicas de educação indígena.

Para consolidar as bases da nova proposta de atuação a ser desenvolvida nos próximos anos, em março ocorreu o seminário de conclusão da avaliação externa do programa, que contou com a presença de toda a equipe do ISA/Roraima, do avaliador externo Bruce Albert, representantes da RFN, professores e lideranças Yanomami das regiões onde o PEY atua, convidados de outros programas do ISA e um representante da Associação Wataniba da Venezuela que trabalha com os Yanomami daquele país. Sob o nome de “Terra, Recursos e Saberes: Gestão Socioambiental na Terra Indígena Yanomami”, o novo projeto plurianual será realizado de 2013 à 2017 em parceria com a HAY. Durante o seminário foram definidas duas novas linhas de atuação, a pesquisa intercultural sobre plantas medicinais yanomami e o apoio à extração e comercialização de cipó-títica.

Em 2012 ocorreu a primeira oficina sobre Plantas Medicinais na comunidade do Demini, organizada pelo ISA e pela HAY e com a participação dos pesquisadores yanomami e pesquisadores associados ao ISA. Também seguindo as reflexões e deliberações do processo de avaliação, foi realizado de 29 de julho a 30 de agosto, nas regiões do Toototobi e Ajuricaba, um diagnóstico preliminar sobre a extração e comercialização de recursos naturais (cipó-títica, castanha) pelos Yanomami do Rio Demini e afluentes, conjugando ações de gestão territorial e pesquisa intercultural.

Na região de Auaris, TI Yanomami, onde vive o subgrupo yanomami conhecido como Sanõma e também o povo Ye’kuana, foi produzido o mapa *Sanõma Kama Samakö Ulipö (Mapa Sanõma)*. Conclui-se, assim, um ciclo de debates com os Sanõma sobre sua ocupação territorial e seu histórico de contato. Junto aos Ye’kuana, o ISA assessorou as oficinas de elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) específico da escola.

Na região do Papiu as atividades foram desenvolvidas em parceria com o Projeto de Documentação do Yanomama do Papiu (PDYP) a partir da proposta feita pelo Museu do Índio (Funai) que irá promover uma exposição sobre o trabalho feito com miçangas por diversos povos indígenas do Brasil. Os trabalhos tiveram como fio condutor a preparação do material audiovisual e escrito que documenta as tangas de miçangas que as mulheres da região confeccionam e usam cotidianamente.

Em relação à HAY consolidou-se um apoio maior por meio de um planejamento anual realizado em conjunto e por um acompanhamento mais próximo das atividades de rotina da associação durante todo o ano de 2012.

Indicadores

- Aprovação do Projeto Político Pedagógico Magistério Yarıpiari (formação de professores yanomami elaborada pelo ISA/CCPY) pelo Conselho Estadual de Educação de Roraima (<http://www.imprensaoficial.rr.gov.br/diarios/doe-20130103.pdf>).
- Consolidação do novo projeto plurianual 2013-2017 “Terra, Recursos e Saberes: Gestão Socioambiental na Terra Indígena Yanomami”, elaborado em parceria com a HAY e aprovado pela RFN.
- Diagnóstico preliminar sobre a extração e comercialização de cipó-títica pelos Yanomami na Bacia do Rio Demini e afluentes.

-floresta" (*urihi a*), promovendo a "limpeza" xamânica das áreas degradadas pelo garimpo e desmatadas pelas fazendas, intensificando a luta dos espíritos da floresta (*xapiri pè*) contra os invasores.

As imagens registradas durante os dois encontros de xamãs já realizados, em março de 2011 e abril de 2012, foram utilizadas na produção do filme *Xapiri*, lançado em 2012.

Xapiri é um filme experimental que procura, através da sensibilidade, levar o espectador a uma viagem pelo mundo imagético e sonoro do universo yanomami e, mais precisamente (e ousadamente), a experimentar o que seria a "viagem" dos xamãs yanomami. Tem a direção de Bruce Albert (IRD), Gisela Mota, Laymert dos Santos, Leandro Lima e Stella Senra. Outra iniciativa realizada em 2012 foi a pesquisa dos jovens yanomami sobre o xamanismo, visando a produção de um livro escrito em língua indígena. Esta iniciativa é importante tanto pelo registro desses conhecimentos para as futuras gerações quanto pelo potencial de divulgação hoje desses conhecimentos entre os mais jovens. A pesquisa também é interessante porque durante o seu processo promove a aproximação de jovens pesquisadores e anciãos em torno do tema xamanismo.

Fontes de financiamento

Cinemateca Brasileira (II Encontro de Xamãs e filme *Xapiri*); Embaixada Real da Noruega (apoio institucional à HAY e ISA); Fundação Rainforest da Noruega (RFN) (oficinas para a produção do livro sobre xamanismo).

Parcerias

Cinemateca Brasileira; Hutukara Associação Yanomami; Instituto do Século XXI (i21); SESC Roraima (para o lançamento do filme *Xapiri* em Boa Vista).

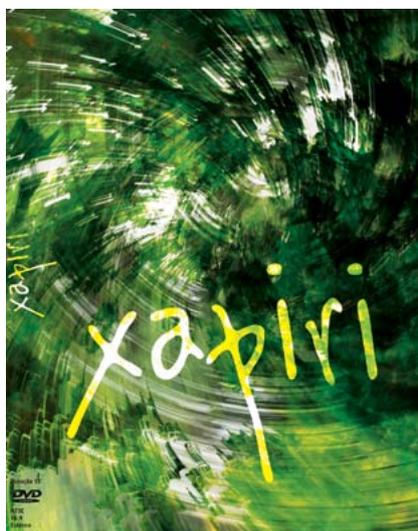
Equipe

Davi Kopenawa (presidente da HAY); Ana Maria Machado (ISA/RR); Marcos Wesley de Oliveira (ISA/RR).

O que foi feito

A convite de Davi Kopenawa, presidente da Hutukara Associação Yanomami, 33 dos principais xamãs yanomami reuniram-se na aldeia *Wateriki* (AM) entre os dias 24 e 28 de abril para trocar experiências e juntar forças na defesa do território yanomami invadido por garimpeiros e fazendas. O II Encontro de Xamãs contou ainda com a participação de Vicente Castro, o mais antigo e prestigiado xamã Ye'kuana, etnia que também vive na Terra Indígena Yanomami. O encontro teve ainda a participação de xamãs das regiões do Demini, Toototobi, Parawau, Novo Demini, Missão Catrimani e Komixi. (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3543>)

Com as imagens registradas durante os dois encontros de xamãs já realizados, em março de 2011 e abril de 2012, foi produzido o filme *Xapiri*



que foi lançado na cidade do Rio de Janeiro no mês de junho, durante a Rio+20, e na cidade de Boa Vista/RR no mês de outubro. (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3593> e <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3696>)

Ocorreram oficinas para a continuidade da pesquisa sobre xamanismo realizada pelos jovens. O material já foi registrado, transcrito e iniciada a edição para o livro que tem lançamento previsto para 2013.

Avaliação.

Os xamãs expressaram o desejo de que eventos desse tipo devam continuar para que eles possam ampliar a troca de experiências e conhecimentos. Além disso, percebeu-se que de um ano para outro houve um aumento na participação dos mais jovens, o que é avaliado positivamente.

Perspectivas

- Realizar dois encontros de Xamãs no ano de 2013, um no mês de abril na região do Catrimani e outro em outubro na região do Ajarani.
- Lançar um DVD do filme *Xapiri* em 2013.
- Lançar o livro sobre xamanismo yanomami em língua indígena em 2013.

► GESTÃO TERRITORIAL YANOMAMI

O que é

As atividades de Gestão Territorial na TI Yanomami buscam promover a reflexão sobre a ocupação da Terra Indígena Yanomami (TIY) e entorno, desenvolvendo ações de manejo agroflorestal; elaborando diagnósticos socioambientais; promovendo a fiscalização e vigilância territorial; realizando atividades de fortalecimento cultural; e acompanhando as políticas públicas, em complementação às atividades de Proteção e Monitoramento da TIY.

Parcerias

Funai - Frente de Proteção Etnoambiental, Hutukara Associação Yanomami (HAY), Horonami Organización Yanomami (HOY), Wataniba - Asociación para el Desarrollo Humano Multiétnico de la Amazonía (Venezuela), Yanomami Ye'kuana, Associação do Povo Ye'kuana do Brasil (APYB).

Fontes de financiamento

Fundação Rainforest da Noruega (RFN)

Equipe

Moreno Saraiva Martins (ISA), Marcos Wesley de Oliveira (ISA), Ana Paula Caldeira Souto Maior (ISA), Davi Kopenawa (HAY), Maurício Tomé Rocha (HAY), Júlio Ye'kuana (HAY), Silas de Oliveira Nascimento (ISA).

O que foi feito

- Elaboração de mapas e produção de outros subsídios para a qualificação das denúncias realizadas pela Hutukara sobre o garimpo ilegal na TI Yanomami. A sistematização destas informações e denúncias culminaram num trabalho investigativo da Polícia Federal que desencadeou a Operação Xawara, em que a Polícia Federal e a Funai utilizaram serviço de inteligência para investigar os empresários financiadores da atividade e a cadeia de comercialização de ouro ilegalmente explorado. Houve mudança no foco de ação com relação às operações anteriores, que até então se contentavam em retirar poucos garimpeiros capturados em área, mediante altos custos logísticos.
- Pressão para a desintrusão da TI Yanomami, que resultou na conclusão, por parte da Funai, do processo administrativo para o pagamento das benfeitorias para os ocupantes da TI Yanomami. A Hutukara e o ISA sistematicamente vêm exigindo a retirada desses ocupantes. Durante o ano de 2012, ISA e HAY acompanharam os trabalhos da comissão de pagamento das benfeitorias das fazendas e cobraram celeridade no processo.

- Uma parceria HAY, Funai e ISA percorreu 209 km de fronteira leste da TI Yanomami. Pressões dos moradores do entorno da TI e invasões recém-iniciadas foram registradas e coibidas pela Funai e Polícia Federal.
- Consolidação SIG Yanomami: finalizada a estruturação do Banco de Dados Georreferenciados das Comunidades Yanomami.
- Continuação da pesquisa sobre “Alimentação Sanõma” na região de Auaris.

Indicadores

- Garimpeiros retirados da TI Yanomami e empresários do garimpo presos (http://pib.socioambiental.org/es/noticias?id=115219&id_pov=318);
- Polícia Federal e Funai retirando invasores da TI Yanomami no limite Leste (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3694>, <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3698>, <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3705>);
- Encontro das comunidades do limite Leste da TI Yanomami para discutir problemas em comum;
- Conclusão do processo administrativo de desintrusão da TI Yanomami e autorização da Justiça para que a Funai procedesse ao pagamento em juízo das benfeitorias consideradas de boa fé;
- Mapas temáticos: Comunidade Yanomami Brasil e Venezuela; Garimpo na TI Yanomami; regiões de atuação do Projeto de Educação Yanomami (PEY); Pressões e ameaças no limite Leste da TI Yanomami; Histórico do desmatamento no limite Leste da TI Yanomami; Mapas de apoio para a apuração de denúncias de massacre de comunidades Yanomami; Mapas das regiões do Surucucus e Novo Demini.

Avaliação

O ano de 2012 foi um ano de consolidação das ações bem sucedidas do projeto nos últimos anos:

- Na região do Ajarani estabelecemos relações de confiança com os Yanomami e definimos as linhas de atividade na região: proteção territorial, alternativas econômicas e fortalecimento cultural. Também a consolidação da metodologia de expedições para a proteção territorial foi um importante passo para a construção de um plano de proteção territorial do limite Leste. Ainda tivemos um importante avanço na retirada dos fazendeiros da região.
- A Operação Xawara realizada pela Funai e pela Polícia Federal foi um resultado expressivo do trabalho de qualificação e sistematização das denúncias de garimpo vindas da TI Yanomami. Enfrentando não apenas garimpeiros, mas também e principalmente toda a cadeia econômica do garimpo.
- A finalização do Banco de Dados do SIG Yanomami foi um progresso relevante para o conhecimento cada vez mais aprofundado sobre a ocupação do território Yanomami, imprescindível para se pensar a gestão da TI.

Perspectivas

- Aprofundamento de atividades na região do limite Leste da TI Yanomami, seguindo as linhas de proteção territorial, alternativas econômicas e fortalecimento cultural;
- Conclusão do processo de retirada dos fazendeiros da TI Yanomami;



Participação na Expedição de Fiscalização pelo Limite Leste da TI Yanomami. © Moreno Saraiva Martins/ISA

- Diminuição da presença de garimpeiros na TI Yanomami após a intensificação das operações de inteligência que agem na cadeia produtiva do garimpo;
- Publicação sobre alimentos Sanõma.

► PROTEÇÃO E MONITORAMENTO DA TERRA INDÍGENA YANOMAMI

O que é

São ações voltadas para a defesa dos direitos à terra e ao uso dos recursos naturais existentes na TIV, em complementação às realizadas pela equipe de Gestão Territorial do ISA e da Hutukara. As ações contemplam o acompanhamento do desenrolar de políticas públicas e projetos legislativos voltados para estes temas, provocações e subsídios para Polícia Federal, Ministério Público e Funai e capacitação e fortalecimento institucional da Hutukara.

Fontes de financiamento

Embaixada da Noruega; Fundação Rainforest da Noruega

Parcerias

Hutukara, Rede Rio Negro, Fundação Vitória Amazônica, Secoya, Ayrca, Apyb, Funai.

Equipe

Ana Paula Caldeira Souto Maior, Ciro Campos, Marcos Wesley, Moreno Saraiva Martins

O que foi feito

O ano de 2012 resultou muito produtivo no sentido de que obtivemos resultados para esforços realizados ao longo de anos de trabalho.

Em relação ao garimpo, em julho, a Polícia Federal realizou a Operação Xawara em que pela primeira vez identificou e prendeu financiadores do garimpo ilegal da TI Yanomami: pilotos de aeronaves, donos de joalherias e donos de balsas. As investigações não fecharam o ciclo completo para identificar a cadeia do ouro: falta saber quem mais financia o garimpo, quem compra o ouro destes empresários médios e para onde vai o ouro extraído na TI. Mas a mudança na atuação da Polícia Federal já foi uma mudança na direção demandada.

Por outro lado, a Polícia Federal, reagiu contra as pressões exercidas pela Hutukara indiciando em maio, o seu presidente Davi Kopenawa Yanomami por fazer denúncias falsas. No final de junho, a Hutukara ofereceu ao

MPF um documento sólido de 51 páginas solicitando o arquivamento do IPL 214/2011, em que é indiciado, e reiterando a necessidade de o MPF orientar a Polícia Federal no sentido de que realize investigação sobre a base financeira do garimpo e de mudança do foco em relação aos crimes cometidos, deixando de ver apenas crime de garimpo e investigando os crimes conexos à exploração mineral ilegal dentro da TI Yanomami.

Relacionado a este tema o ISA, em parceria com a Hutukara, orientou o encaminhamento de relatos de massacres de Yanomami por garimpeiros brasileiros, possivelmente ocorridos na Venezuela. A Hutukara solicitou à Funai averiguar os fatos e não encontrou indícios de massacre. No entanto, como no lado venezuelano, foi denunciada a existência de um massacre e o ISA e a Hutukara colaboraram para que os fatos fossem esclarecidos.

Outro avanço obtido foi a criação pela Funai, em julho de uma Comissão para pagar os fazendeiros da região do Ajarani, pelas benfeitorias construídas de boa fé. A Comissão chegou à Boa Vista em agosto. Os fazendeiros não aceitaram receber a indenização e a Funai por meio de sua Procuradoria preparou ações judiciais para realizar o pagamento em juízo e proceder a retirada dos mesmos. A presidente da Funai, que participou da Assembleia Geral da Hutukara, no final de outubro, anunciou que o órgão havia impetrado ações para pagar judicialmente os fazendeiros. O pagamento das indenizações devidas é o último passo para que o órgão possa efetivar a desintração dos fazendeiros.

Enquanto a saída dos fazendeiros da região do Ajarani caminha para a solução, o limite leste onde o Ajarani se encontra é foco de crescente pressão de colonos. Em expedição de fiscalização realizada no segundo semestre de 2012, em parceria com a Hutukara e a Funai, foram localizados pontos onde colonos estavam invadindo a TI para loteá-la. O fato foi comunicado à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal.

Já em 2010 o problema da sobreposição de três Unidades de Conservação sobrepostas à 85% da TI Yanomami no Estado do Amazonas havia entrado na agenda de Gestão da TI Yanomami. Foram feitos encaminhamentos perante órgãos ambientais estaduais e federais com o apoio da Rede Rio Negro. No final de novembro, a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas (SDS) convidou a Hutukara para participar de reunião em que anunciou decisão de excluir a sobreposição do Parque Estadual Serra do Aracá da TI Yanomami. Foi criado um grupo de trabalho interinstitucional para redefinir os limites do Parest e propor uma solução para a sobreposição com a Flona Amazonas.

Em termos gerais, no entanto a situação para os povos indígenas piorou: a Advocacia Geral da União (AGU) expediu a Portaria 303, em julho, orientando toda Administração Federal a aplicar as condicionantes do STF criadas no julgamento da validade da demarcação da TI Raposa-Serra do Sol, para todos os procedimentos relativos a todas as Terras Indígenas (TIs) no País. Estas condicionantes limitam a demarcação de TIs e o uso exclusivo dos índios sobre os recursos naturais existentes em suas terras. Não existe uma posição definitiva do STF sobre as condicionantes, pois foram interpostos embargos de declaração para estabelecer o significado destas condicionantes e estes ainda não foram julgados. As organizações indígenas e indigenistas reagiram contra ela. A Hutukara e a Apyb também expediram documentos contrários a ela. O governo federal diante da pressão suspendeu a aplicação da Portaria até um posicionamento final do STF.

No âmbito do Congresso Nacional continuou a tramitar o PL nº 1610/96, que regulamenta a mineração em Terras Indígenas. O relatório do projeto apresentado em outubro pelo relator Édio Lopes do PMDB/RR é extremamente danoso aos direitos indígenas e ao meio ambiente. No entanto o governo federal não tem orientado a sua bancada no Congresso para me-

lhorar o texto do projeto. As organizações indígenas têm demandado que o PL do Estatuto dos Povos Indígenas volte também a tramitar e a matéria seja discutida neste PL. Em relação ao direito de consulta, de acordo com a Convenção 169 da OIT sobre o tema, o entendimento expresso por organizações indígenas é que durante a elaboração da proposta para o novo Estatuto já foi realizada a consulta aos povos indígenas.

Indicadores

- Realização da Operação Xawara, que pela primeira vez em cinco anos identificou e prendeu financiadores do garimpo e indiciou pessoas na prática de outros crimes, como formação de quadrilha, apreendeu aviões e cassou a licença de pilotos.
- Continuação das operações realizadas contra o garimpo pela Funai, Polícia Federal e Exército dentro da TIY.
- Realização da Assembleia da Hutukara comemorativa dos 20 anos de homologação da TI Yanomami, com a participação da presidente da Funai, do Secretário de Saúde Indígena e do Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República.
- Participação da Hutukara e do ISA na Rio + 20 onde foram divulgados os problemas do garimpo, dos fazendeiros e a necessidade de elaboração de um Plano de Gestão para a TIY.
- Realização de reunião com a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas e com o ICMBio, em Manaus, sobre as sobreposições de UCs com a TIY.
- Criação de Comissão da Funai para pagar os fazendeiros do Ajarani e o ajuizamento de ações judiciais para efetivar o pagamento.

Avaliação

Continua na agenda a resolução dos problemas de garimpo e de fazendeiros no Ajarani, mas a partir de novos patamares em 2013, considerando-se os avanços obtidos. Os riscos de regulamentar a mineração em Terras Indígenas e outras ameaças à exploração dos recursos naturais devem aumentar, uma vez que a política econômica do governo Dilma é desenvolvimentista e com foco na Amazônia como nova fronteira de expansão. Foram positivos em 2012 os esforços no sentido de avançar na solução dos problemas e de constranger as autoridades a agir, como também no sentido de apoiar ações complementares dos Yanomami, que efetivamente aumentaram a presença física do Estado dentro da TIY e de fiscalização do seu entorno. Falta dar seguimento a ações que visem a construção de uma agenda positiva que pense a gestão territorial e ambiental da TIY, compreendendo sua extensão de mais de nove milhões de hectares, distribuídos nos estados de Amazonas e Roraima.

Perspectivas

Melhorar o relacionamento com a Polícia Federal investindo em comunicação mais regular e frequente com o órgão e por meio do acompanhamento sistemático dos ofícios enviados pela HAY denunciando o garimpo. Concluir a desintração dos fazendeiros do Ajarani e continuar a articulação para que haja mais presença do Estado e de ação fiscalizadora na área leste da TIY. Monitorar os trabalhos do Grupo de Trabalho criado pela SDS, em Manaus, para concluir a exclusão das sobreposições com a UC estadual e federal. Criar um ambiente que permita desenvolver uma estratégia para o envolvimento das diversas instituições que operam na TI Yanomami visando à construção de um Plano de Gestão, com foco no fortalecimento da governança indígena sobre os seus territórios e de suas instituições próprias.

▶ ACESSORIA À HUTUKARA

O que é

São ações voltadas para o fortalecimento institucional da HAY e apoio ao cumprimento de seu objetivo de defender os direitos dos Yanomami, representação interna e externa (para fora da TI Yanomami), e propor alternativas para a gestão autônoma e sustentável do seu território.

Fontes de financiamento

Embaixada da Noruega; Fundação Rainforest da Noruega (RFN)

Parcerias

Hutukara, Rede Rio Negro, Fundação Vitória Amazônica, Secoya, Ayrca, Apyb, Funai/Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye'kuana.

Equipe

Ana Paula Caldeira Souto Maior, Beto Ricardo, Carlos Barreto, Ciro Campos, Marcos Wesley, Matthieu Lena, Marcolino da Silva, Moreno Saraiva Martins.

O que foi feito

Sob o mote de comemoração dos 20 anos da TI Yanomami houve uma maior visibilidade em relação aos problemas pendentes e foi possível avançar na solução de alguns deles de forma considerável, como no caso da exploração ilegal mineral e da permanência de fazendeiros na região do Ajarani. As ações da Hutukara na defesa dos direitos e interesse dos povos Yanomami e Ye'kuana foram reconhecidas e várias homenagens foram prestadas ao seu presidente, Davi Kopenawa Yanomami.

O trabalho da HAY não agrada a todos e lamentavelmente, foi instaurado um Inquérito Policial Federal para investigar o que alguns policiais consideraram acusações falsas por parte do presidente da Hutukara e o indiciaram. Isto é uma ação deliberada para cercear o trabalho da Hutukara e intimidar seu presidente, e foi respondida por escrito em documento entregue ao Ministério Público Federal, em junho.

Houve um enorme esforço de toda a equipe do ISA/RR para ajudar na realização da Assembleia de comemoração dos 20 anos da homologação da TI Yanomami, que aconteceu na aldeia Atorik, na região do Demini (AM). A mobilização resultou na forte presença de autoridades federais, de organizações de apoio e de Yanomami vindos da Venezuela.

No período anterior a realização da assembleia geral, a Hutukara organizou e recebeu, com o apoio do ISA/RR, membros da Rede de Cooperação Alternativa (RCA) que vieram para participar de uma das atividades de intercâmbio. A equipe se dividiu na visita em duas comunidades indígenas, participou da assembleia e realizou um seminário sobre o direito de consulta, na cidade de Boa Vista. Este evento contribuiu para fortalecer a equipe da HAY em termos de planejamento e organização de eventos, de aprofundamento de conteúdo e de troca de experiência com representantes de outras associações indígenas e indigenistas.

Indicadores

- Homenagem realizada pela Organização Mundial Contra a Tortura por meio da produção de um filme sobre o trabalho do presidente da Hutukara, Davi Kopenawa contra o garimpo e de sua participação na exibição do filme durante um festival de filmes de direitos humanos, realizado em março em Genebra.
- Realização de matéria de doze páginas destacando o trabalho e liderança de Davi Kopenawa, pela *Revista Trip*, de tiragem nacional, que o colocou na capa na edição de junho.
- Câmara Municipal de Boa Vista concedeu a Davi Yanomami o título de Honra ao Mérito Rio Branco, em novembro.

- Organização e realização do intercâmbio com a Rede de Cooperação Alternativa (RCA) na TI Yanomami e na cidade de Boa Vista.

Avaliação

Apesar da rotatividade do pessoal da HAY no exercício de funções, o que às vezes dificulta maior especialização por temas de trabalho, no conjunto, muitas pessoas vêm sendo capacitadas e têm tido oportunidades de aprendizado enriquecedoras. Este ano, o ISA e a Hutukara aprofundaram a parceria com a Funai, em razão das atividades de combate ao garimpo, de fiscalização na região Leste e do fato de que o vice-presidente da HAY assumiu a função de coordenar uma equipe da região do Auaris na Funai. A realização de atividades de planejamento em conjunto tem colaborado para que as ações se concretizem, apesar das limitações de ordem administrativa do órgão indigenista.

Na assembleia passada foi eleita uma nova diretoria da HAY, que tem entre os seus membros o ex-coordenador da Ayrca, Associação Yanomami do Rio Cauaburis, no Amazonas, responsável pelas ações de gestão territorial. A presença dele, pela experiência que tem, deve melhorar a atuação da HAY e aumentar a comunicação com os Yanomami desta organização.

A Ayrca está envolvida na gestão do Parque Nacional (Parna) Pico da Neblina, que incide sobre a TI Yanomami no Estado do Amazonas. Ao contrário das outras duas sobreposições com UCs anteriormente mencionadas, o Parna é visto como uma oportunidade de implementar ações de valorização do conhecimento e da cultura Yanomami, que possam ser revertidas em favor deles.

Perspectivas

- Fortalecer a comunicação da HAY com outras organizações Yanomami.
- Fazer acompanhamento sistemático das denúncias de garimpo encaminhadas à Polícia Federal, dos processos judiciais referentes à desintração do Ajarani e da invasão do limite Leste.
- Realizar o aprofundamento da discussão sobre temas relativos à implementação de políticas públicas e de funcionamento do Estado, com a diretoria da HAY.
- Avançar na proposta de criação de um Plano de Gestão.

▶ ENERGIAS ALTERNATIVAS: PROJETO CRUVIANA

O que é

Tem como objetivo a implantação de projetos de geração de energia elétrica de origem solar-eólica para as comunidades não interligadas à rede de transmissão na Terra Indígena Raposa-Serra do Sol. A implantação do projeto poderá ampliar a oferta de energia, reduzir as emissões de gases estufa pelas comunidades indígenas e também a dependência por agentes externos para o fornecimento de diesel. A potencialidade da região para a produção de energia eólica foi destacada no relatório técnico Demandas e Potencialidades para o Aproveitamento de Energia Limpa de Origem Eólica nas Comunidades Indígenas de Roraima (ISA, 2009), que apresenta uma análise preliminar do potencial eólico segundo o Atlas do Potencial Eólico Brasileiro.

Fontes de financiamento

Ajuda da Igreja Norueguesa (AIN); Gisela Moreau e Mariana Moreau.

Parcerias

Conselho Indígena de Roraima (CIR); Núcleo de Energias Alternativas da Universidade Federal do Maranhão (NEA/UFMA).

Equipe

Ciro Campos (coordenação); Aldenir Cadete Wapichana (documentação, ISA/RR).

Colaboradores: Ana Paula Souto Maior, Marcos Wesley de Oliveira, Matthieu Jean Marie Lena

O que foi feito

- Realização do I Seminário de Energias Alternativas da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, em março/2012, com a participação de lideranças do CIR, técnicos do ISA e do Núcleo de Energias Alternativas da Universidade Federal do Maranhão (NEA/UFMA).
- Consolidação do NEA/UFMA como parceiro técnico do projeto com a realização da segunda visita à Terra Indígena Raposa-Serra do Sol e elaboração da metodologia e orçamento para o estudo do potencial eólico, em março/2012.
- Conversações sobre ajustes na redação do Termo de Cooperação Técnica, incorporando demandas do CIR e NEA/UFMA (abril a junho/2012);
- Reunião entre CIR, ISA e Funai (Coordenação/RR e Coordenação de Infraestrutura-Funai/DF), na sede da Funai/RR. O resultado foi a inclusão do Projeto Cruviana dentro das demandas da Funai para o Ministério de Minas e Energia/Programa Luz Para Todos, visando a eletrificação da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol com energia solar-eólica (maio/2012);
- Aprovação pela UFMA do projeto Estudo de viabilidade de exploração de fontes solar e eólica para atendimento de comunidades isoladas, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMA (Resolução COSEPE nº 937). A aprovação do projeto de pesquisa era um pré-requisito para a assinatura do Termo de Cooperação Técnica (junho/2012);
- Planejamento das ações e elaboração do cronograma de atividades do Cruviana para 2012, incluindo a definição dos locais para instalação das duas estações anemométricas para estudo do potencial solar-eólico. As localidades escolhidas foram (a) comunidade Maturuca e (b) Centro de Produção do Tamanduá. Reunião dos Tuxauas da Região das Serras, comunidade do Maturuca (junho/2012);
- Reunião com a organização mexicana Yansa e empresas privadas do setor energético, sobre as características e o estado atual do projeto de geração de energia eólica em larga escala, levado adiante pela Yansa em parceria com o povo indígena Zapotec, da comunidade Ixtepec, em Oaxaca, México. Rio de Janeiro/RJ (21/06/2012);
- Formalização do Termo de Cooperação Técnica (julho-setembro/2012, em conclusão);
- Apresentação da situação atual do Projeto Cruviana, orçamento, cronograma e perspectivas de trabalho para 2012, durante a reunião ampliada do CIR. As lideranças solicitaram ao ISA facilitar o contato do CIR com o povo Zapotec, do México, para buscar mais informações sobre o projeto de geração eólica em larga escala, em parceria com a organização Yansa. O ISA iniciou o contato com a organização mexicana para viabilizar a conversa entre o CIR e o povo Zapotec (Boa Vista/RR, 4-6/julho/2012);
- Aquisição das estações anemométricas para a realização do estudo da viabilidade do potencial solar-eólico na Região das Serras (agosto/2012);
- Reunião com a coordenação nacional do Programa Luz Para Todos, com presença do ISA, Funai-DF, Companhia Energética de Roraima (CERR), Gerência Técnica do Programa Luz Para Todos em Roraima (LPT-RR), Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e Ministério de Minas e Energia (MME). O chefe nacional do Programa Luz Para Todos, Sr. Aurélio Pavão de Farias, decidiu analisar a viabilidade de apoio do governo federal ao estudo de viabilidade do Projeto Cruviana (que se daria através da CERR), visando a realização do estudo de forma simultânea em toda a Região das Serras (Brasília-DF, 21/08/2012);
- Elaboração do plano de ampliação do estudo de viabilidade da geração solar-eólica, visando o eventual o apoio do governo federal, contendo or-

- çamento e cronograma para a aquisição e implantação de mais quatro estações anemométricas (setembro-dezembro/2012);
- Oficina de capacitação para a formação do Grupo de Trabalho e Grupo de Acompanhamento, na comunidade Maturuca (30-31/8/2012), com as seguintes atividades:
 - a) Realização da primeira etapa de capacitação do Grupo de Trabalho para operação dos cinco GPS adquiridos para a atividade de mapeamento e pesquisa de demanda energética. O treinamento envolveu atividades práticas na comunidade Maturuca e também a entrega dos aparelhos (mediante assinatura de Termo de Responsabilidade) aos integrantes do Grupo de Trabalho para continuidade do treinamento nas suas próprias comunidades (31/08 a 25/9/2012);
 - b) Início da elaboração do questionário a ser aplicado na atividade de pesquisa de demanda energética. Foi apresentado o questionário padrão do 'Luz Para Todos' e o questionário usado pelo ISA/Programa Xingu, e iniciada a discussão sobre as alterações, inclusões e exclusões para a elaboração do questionário específico do Projeto Cruviana;
 - c) Apresentação e debate sobre o histórico de atividades de março/2010 a agosto/2012, orçamento e cronograma para 2012;
 - Início do levantamento e providências para o cumprimento normas legais para a instalação dos equipamentos destinados ao estudo do potencial e dos sistemas de geração solar-eólico (agosto/2012).
 - Conversas com a organização mexicana Yansa visando o intercâmbio entre o CIR e o povo indígena Zapotec, da comunidade Ixtepec, México, para discutir o estado atual do projeto para geração de energia eólica em larga escala (setembro/2012);
 - Realização de reuniões entre ISA e Universidade Federal de Roraima (Departamento de Engenharia Elétrica/UFRR) visando a adesão da UFRR no Termo de Cooperação Técnica entre CIR-ISA-NEA/UFMA (setembro-dezembro/2012);
 - Assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre CIR e NEA/UFMA (outubro/2012);
 - Conclusão e apresentação do questionário a ser aplicado na atividade de pesquisa de demanda energética (outubro/2012);
 - Segunda etapa da capacitação na operação dos aparelhos de GPS para a realização da atividade de mapeamento georreferenciado e pesquisa de demanda energética (outubro/2012);
 - Realização de reuniões para apresentação do Projeto Cruviana e das atividades de mapeamento georreferenciado e pesquisa de demanda energética nos Centros Regionais Morro, Carapuru e Pedra Preta (outubro/2012);
 - Início da atividade de mapeamento georreferenciado e pesquisa de demanda energética (a atividade foi adiada a pedido das lideranças, para evitar o período eleitoral). O mapeamento está sendo realizado por uma equipe de 14 bolsistas de pesquisa indígenas, em 76 comunidades de sete Centros Regionais: Morro, Maturuca, Pedra Branca, Willimon, Caracaranã, Carapuru e Pedra Preta. A realização desta atividade nos Centros Regionais Campo Formoso e Serra do Sol (que não tem acesso rodoviário) estão sendo avaliadas para eventual início em 2013 (novembro/2012);
 - Primeira reunião mensal com a equipe de pesquisadores indígenas responsáveis pela atividade de mapeamento georreferenciado e pesquisa de demanda energética, Willimon, novembro/2012.
 - Publicação do Extrato de Convênio/Termo de Cooperação Técnica entre CIR-ISA-NEA/UFMA no Diário Oficial da União (<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/43421899/dou-secao-3-22-11-2012-pg-43>) (novembro/2012);

- Reunião com a coordenação estadual do Programa Luz Para Todos em Roraima, com a participação de técnicos da Ajuda da Igreja Norueguesa (AIN), para debater o Projeto Cruviana e as políticas públicas voltadas à eletrificação na Terra Indígena Raposa-Serra do Sol (novembro/2012);
- Conversas com o Ibama visando a dispensa de processo de licenciamento ambiental para instalação dos equipamentos destinados ao estudo do potencial e dos sistemas de geração solar-eólico (dezembro/2012);
- Segunda reunião mensal com a equipe de pesquisadores indígenas responsáveis pela atividade de mapeamento georreferenciado e pesquisa de demanda energética, Pedra Branca, dezembro/2012;
- Conclusão e entrega do orçamento para a aquisição e implantação de mais quatro estações anemométricas, visando o eventual o apoio do governo federal ao estudo do potencial eólico por meio da subsidiária local (Companhia Energética de Roraima – CERR) (dezembro/2012);
- Apresentação e debate do Projeto Cruviana, durante a Assembleia Regional dos Tuxauas da Região das Serras/CIR (dezembro/2012);
- Realização de visita da equipe da AIN à Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, para visita aos locais de instalação das torres anemométricas nas serras do Maturuca e Tamanduá, reunião com a Coordenação Geral do CIR, e apresentação da equipe da AIN durante a Assembleia Regional dos Tuxauas da Região das Serras/CIR (dezembro/2012);
- Recebimento das estações anemométricas em Boa Vista e planejamento conjunto com CIR e NEA/UFMA para a instalação das torres na Terra Indígena Raposa-Serra do Sol/Região das Serras (dezembro/2012);
- Obtenção da dispensa de procedimento de licenciamento ambiental para a instalação das torres de medição do vento;
- Continuidade da interlocução com potenciais parceiros/financiadores e com as agências governamentais do setor energético.

(Todas as atividades continuam sendo registradas em áudio e vídeo pelo videomaker do projeto)

Indicadores

- Formação e capacitação do grupo de 14 bolsistas/pesquisadores indígenas para a realização da atividade de mapeamento georreferenciado e pesquisa de demanda energética;
- Realização de reuniões nos Centros Regionais Maturuca, Tamanduá, Pedra Branca, Morro, Willimon e Caraparu, para debater o andamento e planejar as futuras ações do projeto;
- Realização do trabalho de mapeamento georreferenciado e pesquisa de demanda energética em 76 comunidades de sete Centros Regionais (em conclusão);
- Instalação de três torres anemométricas para medir o vento e o sol nas comunidades do Tamanduá, Maturuca e Pedra Branca.

Avaliação

O ano de 2012 foi o momento de consolidação do Projeto Cruviana e fortalecimento da parceria entre ISA, CIR e UFMA. O processo de debate e consulta foi fortalecido e, após dois anos de reuniões e assembleias, o projeto foi interiorizado pelo movimento indígena. A parceria técnica com a UFMA também se consolidou. O TCT foi publicado no DOU, as conversas com o governo brasileiro também avançaram, e a instalação das três torres para medir o vento e sol representou o início da fase operacional do estudo do potencial da energia eólica.



Capacitação de agentes ambientais indígenas para a pesquisa participativa para desenvolvimento de energias alternativas na TI Raposa Serra do Sol. © Aldenir Cadete/ISA

Perspectivas

Durante o ano de 2013 estará em andamento o estudo do potencial eólico com a coleta mensal dos dados armazenados nas torres de vento. Também está prevista a conclusão das atividades de mapeamento georreferenciado e pesquisa da demanda de energia elétrica, com a realização de um seminário de apresentação dos resultados e produção de materiais para divulgação dentro da Terra Indígena e para os órgãos governamentais. Será realizada uma visita de lideranças para conhecer mini-hidrelétricas, e também um intercâmbio com o povo Zapotec da comunidade Ixtepec, em Oaxaca, México, que desenvolve um projeto visando a instalação de uma fazenda eólica com potência de 100 MW para vender energia ao governo. O projeto entra também em um momento de intensificação da interlocução com as agências governamentais do setor energético, neste caso visando o fortalecimento do estudo dos ventos e a inclusão do potencial eólico como uma das escolhas técnicas do Luz Para Todos no Estado de Roraima. Novas possibilidades na interlocução com potenciais parceiros/financiadores se apresentam e também entre as empresas que atuam no mercado brasileiro de energia eólica.

Melhores momentos

- Publicação do Extrato de Convênio/Termo de Cooperação Técnica entre CIR-ISA-NEA/UFMA no Diário Oficial da União.
- Reunião com a coordenação nacional do Programa Luz Para Todos, em Brasília, com presença do ISA, Funai-DF, Companhia Energética de Roraima, Gerência Técnica do Programa Luz Para Todos em Roraima, Empresa de Pesquisa Energética e Ministério de Minas e Energia.
- Realização de reuniões entre ISA e Universidade Federal de Roraima (Departamento de Engenharia Elétrica/UFRR) visando à adesão da UFRR no TCT entre CIR-ISA-NEA/UFMA.
- Visita da equipe da AIN à TI Raposa-Serra do Sol, para conhecer os locais de instalação das torres anemométricas nas serras do Maturuca e Tamanduá, reunião com a Coordenação Geral do CIR, e apresentação da equipe durante a Assembleia Regional dos Tuxauas da Região das Serras/CIR.
- Início da atividade de mapeamento georreferenciado e pesquisa de demanda energética (a atividade foi adiada a pedido das lideranças, para evitar o período eleitoral). O mapeamento está sendo realizado por uma equipe de 14 bolsistas de pesquisa indígenas, em 76 comunidades de sete Centros Regionais: Morro, Maturuca, Pedra Branca, Willimon, Caracaranã, Caraparu e Pedra Preta.

VALE DO RIBEIRA

O que é

Programa regional que tem como unidade de atuação a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuário Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá. Trata-se da mais importante área de Mata Atlântica remanescente no Brasil, tendo sido reconhecida em 1992 pela Unesco como Reserva da Biosfera e Patrimônio Natural da Humanidade. O Vale do Ribeira - que abrange as regiões sudeste do Estado de São Paulo e leste do Estado do Paraná, ganha ainda mais importância no contexto das Mudanças Climáticas por conservar com suas florestas a rica biodiversidade e sociodiversidade de um importante manancial de água próximo da região mais populosa do país.

O objetivo do programa é contribuir para o desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira, atuando em esferas diversas, passando pelos indivíduos, pelo fortalecimento organizativo local e regional por meio da educação, da cultura, do planejamento e gestão territorial com interface em políticas públicas.

O ISA, por meio do Programa Vale do Ribeira (PVR), participa de diversos conselhos de Unidades de Conservação estaduais e federais e fóruns de articulação e discussão de políticas públicas: Mosaico Jacupiranga, Comitê da Bacia do Rio Ribeira de Iguape, Conselho do Pólo de Biotecnologia da Mata Atlântica, Coordenação da Campanha contra a construção de barragens no Rio Ribeira de Iguape; Pacto Pela Restauração da Mata Atlântica. Coordena ainda a Rede de ONGs da Mata Atlântica e participa da Coordenação da Campanha Cílios do Ribeira entre outros.

O PVR desenvolve projetos-piloto de diagnóstico, planejamento e desenvolvimento socioambiental, fortalecimento organizativo, fortalecimento da cultura tradicional e geração de renda em dezoito comunidades remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira.

Equipe

Nilto Ignácio Tatto (coordenador do Programa); **Raquel Pasinato** (Bióloga, Coordenadora Adjunta do Programa); **Anna Maria Andrade Castro** (Antropóloga, técnica de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); **Camila Pontes Abuy Yaghi** (Pedagoga, auxiliar técnica administrativa); **Ivy Wiens** (Relações Públicas, técnica de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); **Juliana de Melo Leonel Ferreira** (Jornalista, técnica de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); **Marcos Miguel Gamberini** (Engenheiro Agrônomo, técnico de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); **Maria Fernanda do Prado** (Bióloga, assessora em Geoprocessamento); **Maurício de Carvalho Nogueira** (Biólogo, técnico de pesquisa e desenvolvimento socioambiental) até novembro de 2012; **Náutica Pupo Pereira de Moraes** (auxiliar de serviços gerais); **Renato Flavio Nestlehner** (Técnico agrícola, auxiliar de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); **Wellington de Oliveira Fernandes** (Estudante de geografia, estagiário de Geoprocessamento).

Colaboradores: **Altair de Matos Pereira** (Itesp); **Ângela Biagioni** (Eaacone); **Clodoaldo Armando Gazzetta** (Instituto Ambiental Vidágua, biólogo); **Cristina Adams** (pesquisadora da USP/Leste); **Felipe Leal** (fotógrafo, Núcleo Oikos); **Francisca Alcivânia de Melo Silva** (pesquisadora Unesp/Registro); **Iara Rossi** (Itesp, assessora de capacitação); **Kjersti Thorkildsen** (pesquisadora da Noragric); **Lucia Munari** (mestranda do IB/USP); **Maria Ignêz Mariconi** (Itesp); **Marcos Barros** (Núcleo Oikos); **Marcos Robert Viotti** (Itesp); **Maria Elisa Garavello** (pesquisadora Esalq/USP); **Maria Walburga** (pesquisadora,

USP/Educação); **Michael M. Nolan**; **Monica Barroso** (Núcleo Oikos); **Nivaldo Maia** (Banco de Alimentos de Campinas); **Sydnei Santana e Silva** (Itesp, engenheiro agrônomo); **Simoni Toji** (Iphan); **Rosely Alvim Sanches** (doutoranda Unicamp); **Sueli Berlanga** (Eaacone)

Parcerias e fontes de financiamento

► Parceiros locais

Associação Quilombo Abobral Margem Esquerda; Associação Quilombo André Lopes; Associação Quilombo Bairro Galvão; Associação Quilombo Bairro Mandira; Associação Quilombo Bairro Morro Seco; Associação Quilombo Bombas; Associação Quilombo Cangume; Associação Quilombo do bairro Poça; Associação Quilombo Ivaporunduva; Associação Quilombo Maria Rosa; Associação Quilombo Nhunguara; Associação Quilombo Pedro Cubas de Cima; Associação Quilombo Pedro Cubas; Associação Quilombo Pilões; Associação Quilombo Porto Velho; Associação Quilombo Praia Grande; Associação Quilombo São Pedro; Associação Quilombo Sapatu; Asstraf Associação da Agricultura Familiar de Cerro Azul (PR); Equipe de Articulação e Assessoria das Comunidades Negras do Vale do Ribeira (Eaacone); Faquivar – Federação das Associações quilombolas do Vale do Ribeira; Cepece – Centro de Educação, Profissionalização e Cultura Empreendedora. .

► Parcerias institucionais locais, regionais, nacionais e internacionais

Aceid – Agência de Cooperação Espanhola: apoio financeiro; Adecc – Associação Desportiva e Cultural de Capoeira Nossa Senhora da Guia: apoio na execução de atividades; AIN – Ajuda da Igreja da Noruega: apoio financeiro; AIN/OD – Operação Dia do Trabalho dos estudantes secundaristas da Noruega: apoio financeiro; CFDD-Conselho Federal Gestor do Fundo de Direitos Difusos do Ministério da Justiça; Diocese de Registro: parceria nas atividades do projeto da Campanha de Recuperação da Mata Ciliar e Campanha contra Tijuco Alto; Diretorias regionais de ensino de Miracatu, Registro e Apiaí: parceria na execução das atividades e Campanha Cílios do Ribeira; Fehidro/CBH-RB Fundo Estadual dos Recursos Hídricos/Comitê de Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul: apoio financeiro; FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente: apoio financeiro; Funbio: apoio financeiro; Fundação Florestal (FF-SMA-SP): parceria na implementação de atividades; Fundação Banco do Brasil: apoio financeiro; Idesc – Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira: parceria na execução de atividades regionais; Instituto Ambiental Vidágua: parceria na implementação da Campanha Cílios do Ribeira; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan; Ital – Instituto de Tecnologia dos Alimentos: apoio técnico na implementação de atividades; Itesp – Fundação Instituto de Terras “José Gomes da Silva”: parceria na implementação de atividades; Mariana Moreau: apoio financeiro; MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário: apoio financeiro; Ministério da Cultura; MMA/PDA Ministério do Meio Ambiente: apoio financeiro; Moab – Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira; MTUR Ministério do Turismo: apoio financeiro; Núcleo Oikos: parceria na execução de atividade e apoio financeiro; Petrobrás: apoio financeiro; Prefeitura da Estância Turística de Eldorado(SP); Prefeitura Municipal de Ilha Comprida (SP); Prefeitura Municipal de Iporanga (SP); Prefeitura Municipal de Itaóca (SP); Rede Juçara: parceria na execução de atividades do projeto em rede sobre palmeira juçara; USP Leste: apoio técnico; Vitae Civilis: apoio na execução de atividades.

O que foi feito

O ISA vem atuando no Vale do Ribeira desde 1996, quando elaborou o Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira. A partir daí a abrangência de suas atividades vem crescendo e diversificando-se. Atualmente o programa está estruturado em três linhas de ação: *Desenvolvimento Sustentável Local*; *Monitoramento Socioambiental Regional* e *Educação e Cultura*.

► Parcerias

O ISA vem trabalhando conjuntamente com algumas instituições regionais, com o objetivo de alcançar sinergia nos esforços, ganhar em eficiência na alocação de recursos físicos, humanos e financeiros e em eficácia na apresentação dos resultados das atividades.

Avalia-se que em 2012 o diálogo e as ações conjuntas com parceiros locais e regionais foi mantido e melhorou em termos de resultados para a região.

As parcerias com órgãos públicos foram mantidas, como o termo de cooperação com o Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) e a construção dos projetos de PSA (Pagamento de Serviços Ambientais) e do Plano Municipal de Recuperação e Conservação da Mata Atlântica com a Prefeitura Municipal de Eldorado.

O ISA continua apoiando o fortalecimento organizativo das associações de forma transversal e integrada nos projetos. A parceria busca contribuir na organização administrativa das associações e na execução de projetos de cultura, gestão territorial, educação e geração de trabalho e renda.

O programa investiu esforços para incentivar o fortalecimento cultural das comunidades quilombolas como estratégia de reconhecimento, valorização e manutenção do modo de vida tradicional em seus territórios.

Indicadores

► Linha de Ação: Desenvolvimento Sustentável Local

- Econômicos: Aumento na renda das comunidades através do acesso às políticas públicas de comercialização como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar; renda complementar com as atividades turísticas.

- Sociais: aumento do número de famílias e jovens participando das atividades, principalmente relacionadas a turismo e cultura; cerca de 60 jovens envolvidos.

- Ambientais: Áreas de Preservação Permanente de duas comunidades sendo recuperadas; áreas de interesse para roças identificadas em duas comunidades; documento de diretrizes de manejo de frutos e polpa de juçara; variedades de sementes levantadas e trocadas entre as famílias quilombolas.

► Linha de Ação: Educação e Cultura

- Valorização dos bens culturais de 16 comunidades quilombolas; início do processo para o registro do sistema agrícola quilombola como patrimônio imaterial;

- Sete grupos culturais fomentados e estruturados; um folder de grupos culturais produzido.

► Linha de Ação: Monitoramento Socioambiental Regional

- Número de parceiros regionais (aproximadamente 15);

- Diversidade de parceiros (número de parceiros/área de atuação);

- Uso do solo das APPs do Vale do Ribeira (SP);

- 24 nascentes de água georreferenciadas no município de Eldorado e nove agricultores no programa Mina d' água;

- Diagnóstico Socioambiental do município de Eldorado identificando áreas florestadas e outros usos;

- Dois seminários organizados em temáticas socioambientais.

Participação em Comitês e Conselhos Regionais:

Comitê Regional de Bacias CBH-RB; Consad - Câmara Técnica de Turismo; Conselho do Mosaico Jacupiranga; Conselho do Pólo de Biotecnologia da Mata Atlântica; Conselho Municipal de Meio Ambiente de Eldorado/SP; Conselho Municipal de Turismo de Eldorado/SP; Gerco Vale do Ribeira - ZEE-Zoneamento Ecológico e Econômico; Pacto pela Restauração da Mata Atlântica; Rede de ONGs da Mata Atlântica; Rede Traf - Rede de Turismo da Agricultura Familiar; Rede Turisol - Rede de Turismo Solidário; Reju - Rede Juçara.

Produtos

- Novo site da Campanha Cílios do Ribeira
- Site Circuito Quilombola
- Site Inventário de Referências Culturais Quilombolas
- Folder Circuito Quilombola
- Folder Grupo Cultural Nhamaruca
- Catálogo Circuito Quilombola
- 18 notícias socioambientais produzidas
- Publicação - Planejamento Territorial
- DVD a Capoeira Volta pra Casa

Campanhas

- Contra a construção de barragens no Rio Ribeira de Iguape.
- Recuperação das Matas Ciliares do Rio Ribeira de Iguape - Cílios do Ribeira.

Avaliação

O Vale do Ribeira tem importância socioambiental reconhecida há algum tempo, quando a Unesco lhe concedeu o título de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica por tratar-se da principal área remanescente desta floresta no planeta.

O PVR se estabeleceu no vale enquanto uma organização importante e articuladora regional da sociedade civil. Além de atuar apoiando 18 associações quilombolas com atividades diretas e outras da região indiretamente.

Em 2012, infelizmente a conjuntura política continuou sendo desfavorável ao avanço do marco legal relacionado aos direitos territoriais quilombolas. Praticamente não houve avanços relacionados à titulação das terras de quilombo. O Incra continua se ausentando de suas obrigações de titulação na região.

Por outro lado, aconteceram boas discussões sobre temas nacionais como o Pagamento de Serviços Socioambientais e acompanhamento das discussões sobre o novo Código Florestal brasileiro.

Com as políticas públicas de PAA (Programa de aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), houve oportunidades para os quilombolas desenvolverem sua agricultura para geração de renda e aumento da segurança alimentar. O PVR, juntamente com outros parceiros, forneceu apoio técnico à constituição e criação da Cooperquival (Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira) para o fortalecimento organizativo visando ajudar as famílias quilombolas a acessarem tais programas e também impulsionando a manutenção das roças por meio do resgate e valorização das variedades tradicionais com a feira de troca de sementes.

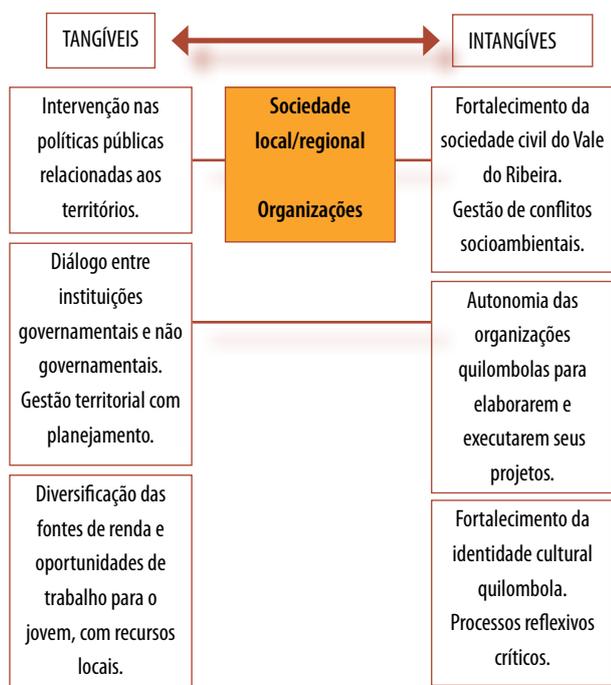
Em relação aos desafios climáticos, na avaliação geral do programa, as

ações estão contribuindo no sentido de mitigar alguns impactos, por meio das atividades da Campanha Cílios do Ribeira com ações de recuperação de áreas degradadas e nascentes, bem como o apoio a iniciativas de gestão territorial e de recursos naturais de territórios quilombolas. Estas ações e o acompanhamento dos processos de elaboração dos planos de manejo das Unidades de Conservação ajudam a manter a biodiversidade da Mata Atlântica, além de contribuírem na regulação do fluxo de chuvas e conservação do solo.

A realização do plano diretor de matas ciliares da Bacia do Ribeira e o plano municipal da Mata Atlântica no município de Eldorado, em execução pelo ISA, são instrumentos de gestão e tomada de decisão que devem auxiliar a determinação de políticas públicas adequadas às condições ambientais e sociais da região.

O conjunto de intervenções do programa em suas três linhas de ação, poderá contribuir para reduzir os impactos regionais das mudanças do clima, colaborando com as metas e diretrizes do Plano Nacional de Mudanças Climáticas em nível regional e local, especialmente se integradas às outras ações que estão em curso, realizadas por diferentes atores, potencializando seus resultados.

Impactos gerais e alcance das ações do Programa



Perspectivas

O Programa Vale do Ribeira continuará em 2013 com a implantação, consolidação e monitoramento das atividades descritas neste relatório, e para isto conta com projetos já aprovados, projetos novos encaminhados e outras fontes de apoio que poderão ser acessadas.

Em 2013 serão monitoradas as áreas em recuperação de matas ciliares, resultado da mobilização da Campanha Cílios do Ribeira.

O PVR irá ampliar sua participação no campo das políticas públicas regionais, atuando em fóruns locais acompanhando a elaboração dos planos de manejo do Mosaico do Jacupiranga; em fóruns estaduais, na conclusão do Plano Diretor para Recomposição de Matas Ciliares na Bacia Hidrográfica do Ribeira, no acompanhamento da provação da Resolução 16 da SMA/SP sobre o manejo do palmito juçara que reformula a regulamentação do manejo dos frutos da palmeira juçara (polpa e sementes), na discussão

da aplicação da resolução SMA 027/2010 sobre o licenciamento de roças tradicionais e na realização da feira de troca de sementes tradicionais quilombolas.

Fará diálogo com as comunidades para propor projeto de comercialização da polpa de juçara de quintais quilombolas e outras comunidades tradicionais do VR para o Programa de Merenda Escolar. Isto tem um efeito direto no desenvolvimento da cadeia produtiva da juçara, visando incentivar o uso múltiplo da espécie para a sustentabilidade da palmeira na Mata Atlântica. Fará esforços para ajudar os agricultores quilombolas a organizar a Cooperquival e a produzir variedades tradicionais para alimento e comercialização nos programas PAA, PNAE e PPAIS (Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social

Em 2013 o PVR vai monitorar as ações de fomento cultural das manifestações quilombolas visando fortalecimento da cultura imaterial e material destas comunidades. Fará lançamento da publicação sobre as referências culturais quilombolas.

Também em 2013 será finalizado o projeto do plano municipal da Mata Atlântica para o município de Eldorado/SP. Estão previstos ainda seminários e atividades específicas para informação e produção de conhecimento dos agricultores do Vale sobre a regulamentação do novo Código Florestal e a implementação das reservas legais, políticas públicas para Pagamento de Serviços Socioambientais e foco na valorização da floresta em pé.

A região de atuação do Programa é uma reserva importante de Mata Atlântica para o Estado de São Paulo, o qual já está desenvolvendo uma política estadual de reduções de emissões.

A região localiza-se entre duas grandes cidades brasileiras, São Paulo e Curitiba, que usufruem dos serviços prestados por esta floresta, como a água, por exemplo, e muitos outros recursos naturais, ainda que extraídos ilegalmente, como o palmito juçara, por exemplo.

Melhores momentos

- V Feira de trocas de sementes das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira;
- Visitas técnicas e imersões nos roteiros do Circuito Quilombola de Turismo de Base Comunitária;
- Seminário "Roças: Cultura e Biodiversidade";
- Seminário "Pagamentos de Serviços Ambientais e Planos de Conservação e Restauração da Mata Atlântica - oportunidades e desafios para o Vale do Ribeira";
- Publicação sobre Planejamento Territorial;
- Decisão coletiva das comunidades quilombolas pelo processo de registro e patrimonialização do sistema agrícola.

Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira

O que é

Monitoramento socioambiental participativo e interativo, atualização e disponibilização das informações produzidas, capacitação dos atores locais e apoio ao desenvolvimento de ações e projetos visando à formação de agenda positiva para o desenvolvimento sustentável na região e a elaboração de políticas públicas relativas à gestão dos recursos naturais e dos direitos de comunidades tradicionais aí residentes.

Equipe

Nilto Ignácio Tatto (responsável); Ivy Wiens; Anna Maria Andrade; Juliana Leonel Ferreira; Maria Fernanda do Prado; Wellington Fernandes.

Parcerias e fontes de financiamento

Fehidro/CBH-Ribeira; Coaliar- Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Ribeira; Idesc; Associação Prosa na Serra; Eacone (Equipe de Articulação e Assessoria das comunidades negras e quilombolas do Vale do Ribeira); Instituto Ambiental Vidágua; Moab (Movimento dos Ameaçados por Barragens).

O que foi feito

- Participação nas Assembleias e reuniões da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão, do Grupo Técnico da Cobrança pelo uso da água, da Câmara Técnica de Educação Ambiental e do grupo da Vertente Litorânea (Comitê de Bacia Hidrográfica Ribeira);
- Participação no Grupo Setorial de Coordenação do Vale do Ribeira do Gerenciamento Costeiro do Estado de São Paulo – Gerco;
- Participação na elaboração do relatório de situação da Bacia Hidrográfica;
- Realização da 9ª Semana da Água do Vale do Ribeira;
- Realização da 3ª Semana Integrada do Meio Ambiente;
- Apoio na articulação da Campanha contra a Usina Hidrelétrica (UHE) de Tijuco Alto, com a sociedade civil organizada do Vale do Ribeira, em especial o Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab);
- Participação nas discussões e reuniões públicas sobre a criação de Parques Municipais em Apiaí, Eldorado e Iporanga;
- Acompanhamento do processo de criação da nova lei do Mosaico Jureia Itatins e do Mosaico da Serra do Paranapiacaba;
- Acompanhamento e assessoria à comunidade quilombola de Bombas para discussão do território e acordos de trabalho com a Fundação Florestal para seguimento no processo de reconhecimento do território quilombola;
- Acompanhamento e assessoria às comunidades quilombolas ameaçadas por pedidos de mineração em terras de quilombo, em especial no quilombo de Porto Velho, Iporanga/SP;
- Reuniões com as comunidades quilombolas da APA Quilombos do Médio Ribeira para definir estrutura e forma do Conselho Gestor;
- Reuniões com as comunidades sobre as oportunidades e ameaças relacionadas aos Serviços Ambientais e compensação de Reserva Legal em seus territórios;

- Adaptação do Sistema de Monitoramento de Áreas Protegidas do ISA para receber informações sobre quilombos do Brasil e a inserção dos quilombos do Vale do Ribeira no sistema.

Indicadores

- Oito municípios envolvidos nas atividades da Semana da Água e Semana do Meio Ambiente;
- Acordo para definição do território da comunidade quilombola de Bombas entre a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo/Fundação Florestal, o Itesp e a comunidade;
- Proposta de minuta de estrutura e forma de funcionamento do Conselho da APA Quilombos do Médio Ribeira;
- Elaboração de proposta de Pagamento por Serviços Socioambientais (PSA) no território quilombola de São Pedro;
- Sistema de monitoramento dos territórios quilombolas.

Avaliação

▶ Pontos Fortes

- Articulação entre os membros do Comitê para conseguir aprovação da cobrança pelo uso da água, intervindo junto ao Conselho Estadual de Recursos;
- Discussão sobre a transposição das águas do Sistema Produtor São Lourenço;
- O Comitê é um ponto aglutinador para discussão de diversas políticas públicas estratégicas para o PVR, como PSA, mudanças climáticas etc.;
- Avanços no diálogo de comunidades tradicionais sobre os limites territoriais e a sobreposição com UCs e no relacionamento entre comunidades e UCs;
- Capacidade institucional para montar e manter atualizado um sistema de monitoramento dos territórios quilombolas.

▶ Pontos de Atenção

- Comitê de bacia ainda têm discussões e decisões centralizadas, o desafio é ampliar a participação de representantes de municípios mais distantes de Registro;
- Discutir e democratizar o sistema Fehidro;
- Elaborar estratégia para resolver o déficit de saneamento urbano e rural na região;
- É necessário envolver os municípios paranaenses do Vale que não estão inseridos no Coaliar;
- Ameaça das mineradoras para as comunidades tradicionais do Vale;
- Ameaça do licenciamento para instalação do projeto de barragem do Rio Ribeira para construção da Hidrelétrica de Tijuco Alto.

Perspectivas

Implementação da cobrança pelo uso da água; continuar as discussões da cobrança para a zona rural; fortalecer discussões sobre mudanças climáticas e serviços socioambientais na Bacia; revisão do Plano de Bacia; coordenar as discussões sobre o processo de chancela da paisagem cultural do

Rio Ribeira; consolidar a articulação dos dois Comitês de Bacia (SP) e (PR). Em 2013 continua a luta contra as barragens e aumenta o desafio ao PVR: ser um dos protagonistas nessa luta e ao mesmo tempo, dialogar com atores regionais e locais favoráveis à barragem, mas simpáticos à Campanha de Recuperação das Matas Ciliares do Vale do Ribeira, situação agravada pelos resultados do processo de discussão sobre o Código Florestal brasileiro

Melhores momentos

- 9ª Semana da Água e a aprovação da cobrança pelo uso da água;
- Reuniões de fechamento de acordos com a comunidade de Bombas, Ea-acone, Itesp e Fundação Florestal sobre acordo para pesquisas do Plano de manejo do Parque Estadual do Alto Ribeira (Petar) no território quilombola;
- Protocolo de intenções assinados entre os comitês de bacias do Rio Ribeira;
- Reuniões para fechar acordo sobre o projeto de Mosaico da Jureia.



Campanha Cílios do Ribeira

Ribeira Sustentável: Articulação e Mobilização Social para a Conservação e Recuperação das Matas Ciliares do Vale do Ribeira

O que é

A Campanha Cílios do Ribeira parte de parceria entre o Instituto Socioambiental, o Instituto Ambiental Vidágua e a Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras e Quilombolas do Vale do Ribeira (Eaacone) para o desenvolvimento de ações estratégicas e permanentes para a recuperação e conservação ambiental das Áreas de Preservação Permanente (APPs) da bacia hidrográfica, em especial as matas ciliares do Rio Ribeira de Iguape e seus afluentes, para preservar os recursos hídricos da bacia, essenciais para a qualidade de vida de toda a população do Vale do Ribeira.

O objetivo principal é garantir a sustentabilidade desses recursos hídricos.

Equipe e colaboradores da Campanha

Nilto Tatto (coordenador - ISA); Ivy Wiens (responsável - ISA); Fernanda Ribeiro De Franco (Vidágua); Reinaldo Gomes Ribeiro (ISA)

Laboratório de Informações Geográficas e Sensoriamento Remoto do ISA: Cícero Augusto, Maria Fernanda do Prado; Wellington Fernandes

Imprensa e website: Maria Inês Zanchetta/ISA, Alex Piaç/ISA, Renata Takahashi – coordenadora de Comunicação (Vidágua)

Colaboradores: Adriana Araújo dos Santos, Informática/ISA; Antenor Bispo de Moraes, Informática/ISA; Claudio Aparecido Tavares, Documentação/ISA; Clodoaldo Armando Gazzetta (Vidágua); Prof. Dr. João Vicente Cóffani Nunes (pesquisador, Unesp/Registro); Profª Drª Francisca Alcivânia Melo Silva (pesquisadora, Unesp/Registro); Jonas Costa Rangel (coordenador de Fomento Florestal Vidágua); Náutica Pupo Pereira de Moraes/ISA; Oci-mar Bim (conselheiro, Idesc); Raquel Pasinato/ISA; Rosimeire Rurico Sacó, Geoprocessamento/ISA; Vera Feitosa, Editora de arte/ISA; Mauricio de Carvalho/ISA; Ana Cristina Bertalot (Lumiar Socioambiental).

Parcerias

- ▶ Conselho Gestor da Campanha Cílios do Ribeira
Eaacone - Equipe de Assessoria e Articulação das Comunidades Negras; Sintravale – Associação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira e Litoral Sul; Asstraf - Associação Sindical dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar de Cerro Azul
- ▶ Representantes dos Médios e Grandes Produtores (agricultura, banana, chá, pecuária, mineração, reflorestamento e sindicatos rurais): Abavar - Associação dos Bananicultores do Vale do Ribeira; Amavales - Associação dos Mineradores de Areia do Vale do Ribeira e Baixada Santista
- ▶ Representantes das Áreas urbanas (Prefeituras): Prefeitura de Registro; Prefeitura de Ilha Comprida; Prefeitura de Cerro Azul
- ▶ Representantes dos Governos Estaduais e Federais:
Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo; Comitê da Bacia Hidrográfica Ribeira de Iguape/Litoral Sul; Instituto Ambiental do Paraná; Itesp – Fundação Instituto de Terras do Estado de São

Paulo; Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SP; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos-PR/Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná; Cati – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral; ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

▶ Representantes das Diretorias de Ensino: Diretoria de Miracatu; Diretoria de Registro

▶ Representante das Entidades, Associações, Cooperativas, ONGs:
Instituição/ Segmento: Instituto Socioambiental (Coordenação); Instituto Ambiental Vidágua; Idesc - Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira; Unesp - Universidade Estadual Paulista

Fontes de financiamento

Fundo Estadual dos Recursos Hídricos (Fehidro); Comitê Bacias Hidrográficas - Rio Ribeira de Iguape; Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

O que foi feito

- Capacitação para restauração de área (atividade de campo) na Aldeia Uru-ity, em Miracatu;
- Orientações para plantios em propriedades no bairro Guapiruvu, em Sete Barras;
- Participação na 9ª Semana da Água do Vale do Ribeira;
- Duas apresentações da peça “O segredo do Rio”, da Cia Ópera na Mala, em escolas públicas de Cananeia e Sete Barras
- Apoio ao Passeio Ciclístico do município de Eldorado, na Semana do Meio Ambiente;
- Apoio no planejamento e execução de atividades do projeto de formação da “Rede de Viveiros do Vale do Ribeira” – construção de viveiro, implantação de câmara fria e inventário de viveiros comunitários, executado pelo Instituto Ambiental Vidágua no âmbito da Campanha Cílios do Ribeira;
- Reformulação da página eletrônica www.ciliosdoribeira.org.br, com alteração do layout, inserção da ferramenta Google Maps para localização dos plantios, criação de páginas específicas sobre Pagamento por Serviços Ambientais e Planos Municipais de Conservação e Restauração da Mata Atlântica, mais interatividade com o usuário.

Indicadores

- Número de notícias publicadas no site;
- Visitas realizadas em área;
- Público atingido.

Avaliação

▶ Pontos fortes

- Mesmo sem recursos, a campanha se manteve ativa;
- No âmbito do Comitê de Bacia, a campanha é referência para as discussões sobre mata ciliar;
- Inventário sobre viveiros de mudas;
- Interesse de produtores em formar rede de sementes e mudas.

▶ Pontos de atenção

- Garantir a continuidade da campanha;
- Monitoramento das áreas de plantio;
- Cumprimento dos compromissos financeiros assumidos com os proprietários, que seriam de responsabilidade dos parceiros;
- Desafio de envolver a parte paranaense da bacia na campanha.

Perspectivas

- Parceria com a Iniciativa Verde (*The Green Initiative – TGI*) para fomento aos plantios em áreas já diagnosticadas;
- Implementar todos os projetos já elaborados;
- Iniciar a formação da Rede de Sementes e Mudas Florestais.

Melhores momentos

- Apresentação de ações desenvolvidas pelos alunos da EE Plácido de Paula e Silva (Sete Barras) sobre o Rio Ribeira, fomentadas pela campanha;
- Transparência e divulgação das ações, com a publicação da nova página eletrônica.

Floresta e Água – Experiências em Pagamento por Serviços Ambientais no Vale do Ribeira

O que é:

O objetivo desta ação é promover a conservação da biodiversidade, da água e da sociodiversidade no Vale do Ribeira criando instrumentos para o desenvolvimento regional sustentável e apoiando a implantação do Projeto Mina D'Água, em Eldorado.

Equipe:

Nilto Tatto (coordenador geral); Marcos Gamberini (responsável técnico); Ivy Wiens; Maria Fernanda do Prado; Wellington Fernandes; Renato Flávio Nestlehner e Reinaldo Gomes Ribeiro (técnicos do projeto)
Colaborador: Marcos Barros (Núcleo Oikos).

Parcerias e Fontes de Financiamento

Funbio/GIZ/ KfW: apoio financeiro; Prefeitura Municipal de Eldorado: parceria na implementação; Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo: apoio técnico.

O que foi feito

- Diagnóstico Socioambiental do Município de Eldorado;
- Reuniões nos bairros rurais de Eldorado para divulgação aos agricultores da Chamada Pública para o Programa Mina D'Água;
- Participação na Comissão de Seleção dos agricultores inscritos na Chamada Pública;
- Realização de vistoria das nascentes cadastradas;
- Elaboração dos mapas dos imóveis inscritos, com malha fundiária, diagnóstico do uso e ocupação, situação de conservação/degradação das nascentes;
- Reunião com prefeitura de Eldorado e SMA para definir os procedimentos de implantação do Mina D'Água;
- Participação do Seminário de PSA em S. Paulo;
- Participação na Comunidade de Aprendizagem em PSA;
- Elaboração de um projeto de REDD+ para o território quilombola de São Pedro;
- Realização do Seminário Regional Oportunidades e Desafios do PSA no Vale do Ribeira;
- Participação na Publicação sobre experiências de PSA no Bioma da Mata Atlântica que está sendo elaborada pelo Funbio e será publicada em 2013;
- Finalização do projeto.

Dona Jovita, coordenadora da Associação do Quilombo Galvão, levanta questões durante o Seminário "Oportunidades e desafios para o Vale do Ribeira: PSA e Planos Municipais da Mata Atlântica", em Registro, © Juliana Ferreira/ISA

Indicadores

- Mapas elaborados
- Número de participantes nas reuniões
- Número de agricultores inscritos
- Projeto de REDD+ elaborado e encaminhado ao mercado voluntário (Iniciativa Verde)
- Número de participantes no seminário regional
- Publicação do Funbio sobre PSA na Mata Atlântica (sairá em 2013).

Avaliação

- ▶ **Pontos Fortes**
- Abertura do município de Eldorado para a experiência;
- Potencial do tema para dialogar com outras estratégias do programa;
- Aprofundamento da discussão com os quilombolas sobre PSA em seus territórios;
- Estudo de caso de PSA em território quilombola com produção de dados sobre estoque de Carbono e Biodiversidade, parceria com a USP;
- Participação em duas oficinas de PSA com os 14 projetos financiados pelo Funbio na Mata Atlântica foi uma rica contribuição para a capacitação do ISA nesta temática, e o fato de o nosso projeto ter sido o único desenvolvido com uma comunidade tradicional contribuiu fortemente para a discussão.
- ▶ **Pontos de Atenção**
- Baixo interesse dos agricultores de Eldorado em aderir ao projeto;
- Interferência negativa da discussão sobre o Código Florestal na adesão dos agricultores ao Programa Mina D'Água;
- Interferência negativa do processo eleitoral municipal na implantação do Programa Mina D'água;



- Impossibilidade de cumprir cronograma de projeto quando este fica condicionado à agenda de órgãos públicos municipais ou estaduais;
- Necessidade de maior reflexão sobre a viabilidade das ações do projeto, no aspecto do carbono para o Vale do Ribeira;
- Alto custo de transação dos projetos de PSA é inconsistente com o valor do serviço ambiental, para se pagar 10 se gasta 10 mil;
- Necessidade de discussão aprofundada com os quilombolas sobre as consequências do PSA em seus territórios.

Perspectivas

- Contribuir para a discussão sobre mecanismos de PSA no Vale do Ribeira e nas comunidades tradicionais e implantar novos projetos.

Melhores momentos

- Oficina de PSA-São Paulo;
- Lançamento da Chamada Pública do Programa Mina D'água em Eldorado;
- Seminário Regional de PSA no Vale do Ribeira;
- Realização de um estudo de campo para a aferição do estoque de carbono no quilombo de São Pedro.

Plano Diretor para Recomposição Florestal Visando à Conservação de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e Litoral Sul

O que é

Trata-se de um projeto institucional do CBH-RB para mapeamento das Áreas de Preservação Permanente (APPs) hídricas da bacia e elaboração de Plano de Ação para recuperá-las.

Equipe

Ivy Wiens (responsável técnica); Nilto Tatto (coordenação geral); Maria Fernanda do Prado, Reinaldo Gomes Ribeiro; Wellington Fernandes.

Colaboradores: Lúcia Munari (USP); Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais); Fundação Florestal.

Parcerias e fontes de financiamento

Fehidro: apoio financeiro; **CBH – RB:** apoio na execução das atividades.

O que foi feito

- Encaminhado relatório técnico e financeiro ao Fehidro;
- Respondidos questionamentos do agente técnico.

Perspectivas

Liberação da segunda parcela para finalização do projeto.

Conservação e Recuperação da Mata Atlântica no Vale do Ribeira: Planejamento Socioambiental do Município de Eldorado

O que é

As ações do projeto tem o objetivo de promover a conservação e recuperação da Mata Atlântica no Vale do Ribeira através da capacitação de gestores e líderes comunitários e da elaboração do Plano Municipal de Conservação e Recuperação do Município de Eldorado (SP).

A iniciativa faz parte de uma articulação nacional entre três experiências piloto de Planos Municipais de Conservação da Mata Atlântica.

Equipe

Ivy Wiens (responsável técnica); Nilto Tatto (coordenação geral), Maria Fernanda do Prado; Wellington Fernandes; André Luiz Moraes (Eaacone).

Colaboradores: Prefeitura Municipal de Eldorado - Departamento de Meio Ambiente; Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Parcerias e fontes de financiamento

PDA/GIZ/KFW: apoio financeiro; Eaacone: apoio na execução das atividades; RMA — suporte em rede: diálogo entre os projetos pilotos.

O que foi feito

- Oficina de diagnóstico socioambiental do município;
- Quatro oficinas para elaboração do plano municipal;
- Seis reuniões do Comdema;
- Entrevistas com departamentos da Prefeitura, Eaacone, Cati, Fundação Florestal e Cetesb;
- Seminário “Desafios e Oportunidades para o Vale do Ribeira: pagamento por serviços ambientais e planos municipais da Mata Atlântica”.
- Duas edições de curso sobre elaboração de planos municipais da Mata Atlântica — Registro e Apiaí;
- Participação em três eventos de troca de experiências com os demais projetos apoiados, com a participação do gestor de Eldorado, em abril, agosto e dezembro.

Indicadores

- Quantidade de participantes nos cursos (40 pessoas);
- Quantidade de participantes no seminário (100 pessoas por dia, durante três dias);
- Qualidade das informações levantadas;
- Número de notícias publicadas na internet e jornal impresso (6).

Avaliação

- ▶ **Pontos Fortes**
- Diagnóstico socioambiental do município de Eldorado;
- Aprofundamento das discussões sobre a criação de UC municipal;

- Articulação com diversidade de atores da região para discussões sobre o bioma Mata Atlântica, durante o seminário e os cursos;
- Contribuir na construção de diretrizes federais, tendo em vista que é uma iniciativa recente.

▶ Pontos de Atenção

- Desafio de articular os municípios para pressionarem o governo federal a regulamentar o Fundo da Mata Atlântica;
- Desafio de transformar o Plano em uma oportunidade de desenvolvimento regional, em especial para as comunidades quilombolas do município;
- Baixa participação da população nas atividades;
- Desafio de elaborar uma proposta de implementação que seja incorporada e executada pelos atores locais.

Perspectivas

- Ter o Plano Municipal da Mata Atlântica de Eldorado publicado e que seja referência no Vale do Ribeira para elaboração de outros planos;
- Criar estratégia para atender a grande demanda por capacitação, identificada durante a realização dos cursos.

Melhores momentos

- Construção da linha do tempo sobre o município;
- Apresentações de experiências positivas no bioma Mata Atlântica, no Vale do Ribeira e em outras regiões e estados;
- Interação entre indígenas e quilombolas nas discussões sobre a Mata Atlântica e direitos das populações tradicionais;
- Articulação dos atores locais fomentados pelos cursos: em Registro, para o fortalecimento do Comdema e em Apiaí, para a criação de APA Estadual Apiaí e Guapiara.



Grupo Guarani participa do Seminário “Oportunidades e desafios para o Vale do Ribeira: PSA e Planos Municipais da Mata Atlântica”, em Registro, © Juliana Ferreira/ISA

RMA - Rede de Organizações Não Governamentais da Mata Atlântica

O que é

Articulação criada em 1992 para reunir organizações ambientalistas com atuação na Mata Atlântica, visando estabelecer e implementar políticas de conservação e restauração no bioma nos 17 estados de sua abrangência.

Equipe

Ivy Wiens (coordenadora geral); Paulo Pizzi – Mater Natura (coordenador institucional); 18 organizações em coordenações regionais e elos estaduais.

Parcerias e fontes de financiamento

GIZ/MMA, para eventos; FBOMS – Fórum Brasileiro de Ongs e Movimentos Sociais; RBMA – Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; Rebea – Rede Brasileira de Educação Ambiental; Rede Cerrado

O que foi feito

- Apoio à Comunidade de Aprendizagem em Pagamento por Serviços Ambientais (parceria com Vitae Civilis);
- Organização da Cúpula dos Povos, evento da sociedade civil paralelo à Rio+20;
- Realização de oficinas na Cúpula dos Povos;
- Membro do campo socioambiental, articulação que reúne redes e movimentos para o fortalecimento da sociedade civil organizada;
- Elaboração de projetos;
- Apoio às demandas locais das organizações filiadas;
- Criação de página na rede social Facebook.

Avaliação

- ▶ **Pontos Fortes**
 - Mobilização de organizações;
 - Construção de agenda comum com outros atores e redes;
 - Reconhecimento do papel da RMA pelos parceiros e órgãos públicos.
- ▶ **Pontos de Atenção**
 - Retrocessos das políticas socioambientais;
 - Alterações à legislação de proteção ao bioma (Lei da Mata Atlântica, SNUC, PEC 215, Código Florestal, Código de Mineração);
 - Ausência de uma estrutura dedicada ao bioma no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.

Perspectivas

- Fomentar uma nova equipe de coordenação;
- Viabilizar apoio financeiro para manter estrutura física.

Melhores Momentos

- Celebração dos 20 anos da RMA durante a Rio+20;
- Apresentação sobre a RMA e sobre a agenda socioambiental do bioma em evento em Colônia (Alemanha), em parceria com a Rede Alemã das Florestas Tropicais (Tropenwaldnetzwerk Brasilien).

Projeto Rede Juçara: o Uso Sustentável da Palmeira Juçara como Estratégia para Conservação da Mata Atlântica

O que é

O projeto tem o objetivo de promover ações em rede para geração de conhecimentos e experiências que subsidiem a construção de programas e políticas públicas para o desenvolvimento da cadeia produtiva da polpa de juçara, aliado à formação da identidade socioambiental do produto e ao fortalecimento do protagonismo de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais no bioma Mata Atlântica.

O projeto é executado pela Anama (Ação Nascente Maquine) e envolve 13 instituições parceiras, governamentais e não governamentais e de pesquisa, que desenvolvem ações efetivas com o uso sustentável da palmeira juçara e produção de polpa, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro.

O papel do ISA neste projeto foi articular os quilombolas na discussão e colaborar na formulação das propostas para a legalização do manejo dos frutos da juçara e a legalização da polpa extraída, processo que foi encaminhado para as secretarias estaduais de meio ambiente, para o Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Agricultura.

Equipe

Marcos Gamberini, Raquel Pasinato

Colaboradores: Maria Fernanda Prado (ISA); Wellington Fernandes (ISA); Ivy Wiens (ISA).

Parcerias e fontes de financiamento

Ipema – Instituto de Permacultura e Eco vilas da Mata Atlântica, coordenação técnica do projeto; Agua – Associação de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável Guapiruvu, parceiro na execução de atividades; Akarui – Associação para Cultura Meio Ambiente e Cidadania, parceiro na execução de atividades; Anama – Ação Nascente Maquine, parceiro na execução de atividades; Cemear – Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais, parceiro na execução de atividades; Centro Ecológico – CE, parceiro na execução de atividades; Acevam – Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba, parceiro na execução de atividades.

O que foi feito

Em 2012 o ISA não participou diretamente dos encontros e atividades da Rede Juçara. O ISA manteve os quilombolas informados dos encaminhamentos que estavam sob a coordenação da Anama e articulou a ida de um quilombola para a oficina que ocorreu no Rio Grande do Sul e que definiu o documento final a ser encaminhado ao governo que contém as diretrizes de manejo e processamento dos frutos da juçara.

Os informes e discussões sobre a juçara ocorreram no GT da Roça, mas nenhuma ação efetiva foi empreendida.

Elaboramos em parceria com a Cooperagua um projeto que concorreu no edital do PDRS-SMA, mas não foi aprovado.

Indicadores

- Participação do Sr. Vandir (Quilombo de Ivaporunduva) nas oficinas da Rede Juçara;
- Documento final da Rede Juçara encaminhado para subsidiar as políticas públicas e regulamentação.

Avaliação

É necessária uma ação mais contundente do ISA nesta questão, resgatando o trabalho de repovoamento realizado e promovendo mais atividades de capacitação, dias de campo, etc que recoloca a juçara na pauta de discussão, dentro da perspectiva das cadeias de produtos da sociodiversidade.

Mas para isso, o ISA Vale do Ribeira precisa ter um orçamento que permita o trabalho sistemático e há dificuldades neste ponto.

- ▶ Pontos de Atenção
- Necessidade de projetos e parcerias novas para continuidade das ações.

Perspectivas

Que as comunidades produtoras possam elaborar e executar projetos de comercialização da fruta da juçara, processada em polpa.

Melhores momentos

- Documento de referência sobre o manejo da juçara;
- Participação do Vandir, da comunidade quilombola de Ivaporunduva em duas oficinas da Rede Juçara no Rio Grande do Sul.

Projeto Inventário de Referências Culturais Quilombolas

O que é

Levantamento do patrimônio cultural imaterial de 16 comunidades quilombolas do Vale do Ribeira por meio da aplicação da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Iphan, desenvolvido no âmbito do plano de salvaguarda do patrimônio imaterial.

Equipe

Anna Maria Andrade (responsável técnica); Juliana de Melo Leonel Ferreira; Nilto Tatto (coordenação geral)

Colaboradores: Dominique Gallois (Iepé/USP); Felipe Leal (Núcleo Oikos); Monica Barroso (Núcleo Oikos); Simone Toji (Iphan); Pascoal Baptistiny Savio Samba (intercambista) **Agentes Culturais locais:** Sandra Rosa de Oliveira (Porto Velho), Jaime Maciel de Pontes (Cangume), Pedro Peniche (Bombas), Lázaro de Jesus Gomes (Praia Grande), Levina Franco de Lima (Maria Rosa), Arlete Aparecida Rocha de Almeida (Pilões), José Nolasco de França e José Rodrigues da Costa (Nhunguara), Liamara Cristina Pereira (Morro Seco), Leonila Pricila da Costa Pontes (Abobral), Aurico Dias (São Pedro), Valdir Rodrigues da Silva e Jair Rodrigues dos Santos (Galvão), Ivo Santos da Rosa (Sapatu), Neire Alves da Silva e Vandir R da Silva (Ivaporunduva), Thaís Josiane Pereira (Mandira), Kauê Santos da Silva e Jorlei da Costa Pereira (Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima).

Parceiros e fontes de financiamento

Eaacone - Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira: parceria nas atividades; Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional: apoio técnico na metodologia INRC; Núcleo Oikos: apoio financeiro e parceria na execução de atividades; Petrobrás: apoio financeiro; SEC - Secretaria Estadual da Cultura: apoio financeiro; Associação Quilombo Cangume; Associação Quilombo Galvão; Associação Quilombo Ivaporunduva; Associação Quilombo Mandira; Associação Quilombo Morro Seco; Associação Quilombo Nhunguara; Associação Quilombo Pedro Cubas; Associação Quilombo Pedro Cubas de Cima; Associação Quilombo Porto Velho; Associação Quilombo São Pedro; Associação Quilombo Sa-

patu; Associação Quilombo Bombas; Associação Quilombo de Abobral; Associação Quilombo de Praia Grande; Associação Quilombo de Pilões; Associação Quilombo de Maria Rosa.

O que foi feito

- Elaboração de 180 Fichas de Identificação do INRC com base na sistematização de informações de 590 entrevistas;
- Entrega do INRC com arquivos específicos da metodologia + relatório técnico ao Iphan;
- Decisão conjunta com as comunidades quilombolas de prosseguir ações de patrimonialização com foco no Sistema Agrícola, bem cultural considerado estruturante do modo de vida quilombola;
- Solicitação de Registro do Sistema Agrícola quilombola junto ao Iphan-SP para reconhecimento como patrimônio imaterial brasileiro.

Indicadores

- Número de Fichas de Identificação elaboradas = 180
- Número de Bens culturais associados ao Sistema Agrícola = 79

Avaliação

- ▶ **Pontos Fortes**
- Parte considerável dos bens culturais quilombolas poderão ser protegidos por meio do Registro do Sistema Agrícola;
- Aumento da percepção das comunidades sobre a importância da cultura para valorização dos conhecimentos tradicionais dos mais velhos e para a consolidação de direitos
- ▶ **Pontos de Atenção**
- Como garantir que o registro do sistema agrícola gere resultados concretos para o fortalecimento do modo de vida quilombola;
- Como contribuir para promover a troca de conhecimentos entre as gerações dentro das comunidades;
- Como garantir a compreensão das relações entre os conhecimentos tradicionais que formam a cultura quilombola e as políticas públicas voltadas para o setor das comunidades tradicionais.

Perspectivas

Elaborar o dossiê de registro do Sistema Agrícola uma vez instruído o processo dentro do Iphan.

Melhores momentos

- Conclusão do INRC incluindo entrega do conjunto de arquivos/formulários que compõem a metodologia, e perspectiva de continuidade por meio da solicitação do registro do Sistema Agrícola.

Reunida de colheita de arroz no Quilombo Praia Grande, em Iporanga/SP, © Anna Maria Andrade/ISA



Ponto de Cultura Socioambiental

O que é

Um ponto de cultura que visa fortalecer as expressões culturais quilombolas por meio da promoção de práticas e vivências das expressões culturais voltadas aos quilombolas e do levantamento participativo dos bens culturais das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.

Equipe

Anna Maria Andrade; Juliana Leonel Ferreira; Raquel Pasinato
Colaboradores: Alex Sander Sales (Oficineiro - Adecc); André Luiz Moraes (Eaacone); Ederli Silverio da Costa (monitora quilombola de Pedro Cubas); Paulo Afonso de Souza - mestre Peixe (Associação de Capoeira Quilombo dos Palmares); Wanderley Junior Novaes (Oficineiro - Adecc); Wellington (monitor quilombola de Pedro Cubas).

Parceiros e fontes de financiamento

SEC - Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo: apoio financeiro; Associação Quilombo Pedro Cubas; Associação Quilombo Pedro Cubas de Cima; Adecc - Associação Desportiva e Cultural de Capoeira Nossa Senhora da Guia: apoio na execução de atividades.

O que foi feito

- Duas aulas semanais de capoeira nos quilombos de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima durante nove meses;
- Evento de apresentação do grupo de capoeira durante a Feira de Sementes;
- Reunião com pais e lideranças das comunidades para avaliação conjunta do andamento do projeto;
- Festa de Capoeira para entrega das graduações dos alunos;
- Produção de um DVD do projeto e do evento de graduação.

Indicadores

- Número de crianças e adolescentes quilombolas envolvidos nas atividades do Ponto de Cultura, (em média 40 indivíduos);
- Número de apresentações no ano;
- Maior envolvimento dos jovens com a cultura afrodescendente e o modo de vida tradicional.

Avaliação

- ▶ **Pontos Fortes**
- Fortalecimento cultural e da identidade quilombola por meio da prática da capoeira e danças;
- Valorização interna e autoestima das crianças e adolescentes elevadas com as apresentações culturais realizadas e com a realização da festa para entrega das cordas;
- Integração com outros grupos de capoeira do Estado de São Paulo.
- ▶ **Pontos de Atenção**
- Monitoramento e manutenção das ações após o término do projeto;
- Recursos para continuidade.

Perspectivas

Fomentar parceiros locais para a continuidade das ações em Pedro Cubas

Melhores momentos

- Apresentação do grupo de capoeira na V Feira de troca de sementes tradicionais das comunidades quilombolas;
- 1ª Festa de Capoeira no Quilombo de Pedro Cubas.

Proteção e Difusão do Patrimônio Cultural Quilombola do Vale do Ribeira e a Relação Cultura e Território

O que é

Projeto que visa difundir o patrimônio cultural quilombola por meio de criação de site, publicação e vídeo. Fomentar expressões culturais quilombolas por meio de apoio aos grupos culturais e celebrações. Valorizar e gerar renda a partir da inserção de atrativos culturais no circuito turístico quilombola e fomentar a discussão sobre paisagem cultural do vale do Ribeira.

Equipe

Anna Maria Andrade (responsável técnica); Juliana Leonel Ferreira; Nilto Tatto (coordenação geral)

Colaboradores: Cláudio Tavares (documentação ISA); Felipe Leal (Núcleo Oikos); Maria Fernanda Prado (ISA); Maurício Carvalho (ISA); Mauro Ricardo S. Teixeira (Global Map internet & marketing); Vera Feitosa (editora de arte ISA); Wellington Fernandes (ISA).

Parcerias e fontes de financiamento

Acid - Agência de Cooperação Espanhola: apoio financeiro; Associações quilombolas: parceria na execução das atividades; CFDD - Fundo de Direitos Difusos - Ministério da Justiça: apoio financeiro; Eacone: apoio na execução das atividades.

O que foi feito

- Reuniões de validação dos textos do livro e site;
- Construção de site sobre os bens culturais (em andamento);
- Revisão e diagramação do livro (em andamento);
- Apoio aos grupos culturais, confecção de figurinos, adereços e uniformes e folder de apresentação do grupo;
- Apoio às apresentações de grupos culturais quilombolas em eventos da região;
- Apoio a celebrações que integram o calendário quilombola, com material de divulgação e reuniões de planejamento;
- Oficinas de capacitação e elaboração de projetos culturais.

Indicadores

- Número de participantes nas oficinas de elaboração de projetos (25);
- Número de projetos enviados ao Programa de Ação Cultural do Estado de São Paulo (4);
- Número de grupos culturais apoiados (8);
- Celebrações fomentadas (6);
- Apresentações culturais realizadas (9);
- Número de verbetes dos bens culturais que compõem o conteúdo do site e publicação (180).

Avaliação

- ▶ **Pontos Fortes**
- Estruturação dos grupos culturais atrai atenção de jovens para expressões culturais tradicionais;
- Apoio aos grupos culturais e celebrações envolvem relação com circuito turístico e aumentam potencialidade de geração de renda;
- A elaboração de textos e imagens voltados à publicação do patrimônio cultural quilombola abre um campo promissor para difusão e fortalecimento da identidade quilombola.
- ▶ **Pontos de Atenção**
- Refletir sobre processo de objetificação da cultura a partir da formatação de apresentações culturais e/ou celebrações voltadas para público externo;
- Garantir formas de apoio aos grupos e celebrações que promovam sua sustentabilidade após o término do projeto.

Perspectivas

Continuidade e conclusão das ações em curso, visando o fortalecimento de expressões culturais e da possibilidade de salvaguarda de bens culturais imateriais.

Melhores momentos

A Feira de Sementes realizada pelas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira reuniu apresentações de dança e música de várias comunidades, revelando no contexto urbano a diversidade de expressões artísticas que existem nos quilombos.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL

Projeto Roças, V Feira de Sementes & Seminário “Roças: Cultura, Alimento e Biodiversidade”

O que é

O objetivo desta ação foi articular a discussão sobre as roças tradicionais e realizar a V Feira de Troca de Sementes que aconteceu no dia 18 de agosto de 2012 visando o resgate e a valorização das sementes tradicionais (crioulas) das comunidades, e o incentivo à sua comercialização. A realização da Feira de Troca de Sementes faz parte de uma estratégia mais ampla, que diz respeito a roça, ou seja a atividade que, embora em crise hoje, constitui o esteio social, econômico e cultural das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. O seminário realizado dia 17 de agosto teve o objetivo de promover o debate do papel da roça na segurança alimentar, na cultura quilombola e na biodiversidade. Também foram discutidos aspectos legais sobre o licenciamento das roças.

Equipe

Marcos Miguel Gamberini (responsável técnico); Nilto Tatto (coordenação geral); Anna Maria Andrade; Camila Pontes Abuy-Yaghi; Ivy Wiens; Juliana Leonel Ferreira; Nautica Pupo; Renato Netlheber
Colaboradores: Cristina Adams (USP); Lucia Munari (USP); Maria Fernanda do Prado (ISA); Monica Barroso (Núcleo Oikos); Pedro Lima (Itesp); Wellington Fernandes (ISA).

Parcerias e Fontes de Financiamento

Associações Quilombolas; Instituto de Terras do Estado de S. Paulo (Itesp); Equipe de Assessoria e Articulação das Comunidades Negras do Vale do Ribeira (Eaacone); Prefeituras Municipais de Eldorado; Núcleo Oikos, apoio financeiro; Secretaria de Estado da Cultura de SP; Financiamento coletivo via site Catarse.

O que foi feito

- Visitas às comunidades a serem envolvidas na feira;
- Seminário Roças: Cultura, Alimento e Biodiversidade;
- Articulação com parceiros e organização da Feira;
- V Feira de Trocas de Sementes e Mudanças Tradicionais dos Quilombos do Vale do Ribeira;
- Articulação entre Cetesb, Itesp, Fundação Florestal e comunidades quilombolas para andamento dos procedimentos de Licenciamento das Roças;
- Reuniões do GT da Roça - Tratando de questões de comercialização. PAA, PNAE, PPAIS.
- Participação na organização da Cooperquival - Cooperativa dos Quilombos do Vale do Ribeira



V Feira de Trocas de Sementes e Mudanças Tradicionais dos Quilombos do Vale do Ribeira, © Claudio Tavares/ISA

Indicadores

- Número de comunidades participantes na feira: 12 comunidades quilombolas, um assentamento rural, visitantes das comunidades indígenas da região;
- 80 pessoas participaram do seminário.

Avaliação

► Pontos Fortes

- Boa participação na feira, com frutos das feiras anteriores, grande variabilidade de sementes e mudas;
- Grupos Culturais enriqueceram o evento;
- Excelente nível de debate no seminário, com presença de vários atores, além dos quilombolas;
- Apresentação da pesquisa sobre a biodiversidade associada às roças nos territórios quilombolas (USP-Leste);
- Criação da Cooperquival - Cooperativa dos Quilombos do Vale do Ribeira
- Articulação da Cetesb com o Itesp para o licenciamento das roças (quase deu certo !);
- Carta aberta do Seminário às autoridades estaduais solicitando prosseguimento das discussões para o licenciamento das roças quilombolas.

► Pontos de Atenção

- Licenciamento das Roças ainda sem solução, impulsionando o processo de abandono das roças pela população jovem;
- Entrada da cultura comercial da pupunha nos quilombos também vai disputar mão de obra com as roças tradicionais, além de estar competindo com espaço pelos quintais e pomares domésticos;

- Desinteresse pelo plantio de cultivos tradicionais que ajudam na segurança alimentar.

Perspectivas

- Realização da VI Feira de Trocas de Sementes e Mudanças Tradicionais dos Quilombos do Ribeira, em agosto de 2013;
- Promover o intercâmbio entre os quilombolas e outras feiras de sementes;
- Contribuir na organização da Cooperquivalé para a comercialização de produtos tradicionais.

Melhores Momentos

- V Feira de Troca de Sementes e Mudanças Tradicionais das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira;
- Seminário Roças: Cultura, alimento e biodiversidade.



Seminário Roças: Cultura, alimento e biodiversidade, © Claudio Tavares/ISA.

Projeto Desenvolvimento Sustentável do Quilombo de Ivaporunduva

O que é

Em parceria com a Associação Quilombo de Ivaporunduva, o projeto pretende apoiar ações e iniciativas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico, à conservação ambiental e à melhoria da qualidade de vida das famílias locais. A ênfase atual é buscar mecanismos de geração de renda por meio da comercialização e processamento de banana orgânica, produção de artesanato, repovoamento do palmito juçara e ecoturismo para que, em médio prazo, estes produtos possam ser comercializados observando as normas legais e ambientais.

Equipe

Nilto Tatto (coordenação geral); Raquel Pasinato (responsável técnica)

Colaboradores: Benedito Alves da Silva; Cristiano Furquim; Erica Helena da Silva Pedroso; Maria Lúcia Pupo; Paulo Sílvio Pupo; Sidnei Santana e Silva (Itesp); Vândir dos Santos.

Parcerias e Fontes de Financiamento

Associação Quilombo Ivaporunduva; Banco de alimentos da Prefeitura de Campinas; Conab (Companhia Nacional de Abastecimento); Ital (Instituto de Tecnologia de Alimentos); Itesp (Instituto de terras do Estado de São Paulo); PDA – Subprograma de projetos demonstrativos do Ministério do Meio Ambiente: apoio financeiro; IBD (Instituto Biodinâmico); Cati - Casa de Agricultura de Eldorado

O que foi feito

O quilombo de Ivaporunduva tem várias atividades de geração de renda apoiadas pelo ISA:

- Apoio à renovação do certificado de produção orgânica de banana de 42 produtores;
- Pelo oitavo ano consecutivo foi renovado o contrato de comercialização da banana orgânica certificada para o Banco de Alimentos de Campinas. Trata-se de parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas, Ceasa-Campinas e Companhia Nacional de Abastecimento), através do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar do Governo Federal;
- Treinamento do grupo de trabalho do projeto PDA na consolidação na prestação de contas ao financiador;
- Acompanhamento do grupo de trabalho do projeto PDA na consolidação da Unidade de Beneficiamento de frutas;
- Finalização dos relatórios físicos e financeiros para o projeto financiado pelo PDA;
- Apoio para comercialização do artesanato;
- Obtenção da licença de construção, Prévia e de Operação da unidade de beneficiamento de frutas junto a Cetesb;
- Visitas técnicas no roteiro turístico da comunidade visando a melhoria no roteiro e recepção de grupos, no âmbito do circuito quilombola de turismo.

Indicadores

- Aumento dos rendimentos econômicos obtidos pela comunidade com a comercialização da banana orgânica; com a comercialização do artesanato da fibra da bananeira e com o turismo em Ivaporunduva;
- 42 produtores envolvidos no processo de certificação da banana;
- Número de comunitários envolvidos com a atividade turística, cerca de 60 pessoas diretamente.

Avaliação

▶ Pontos Fortes

- Novo contrato com o programa PAA envolvendo outras comunidades;
- Retomada do projeto da Unidade de Beneficiamento – finalização da obra e obtenção das licenças junto a Cetesb;
- A atividade turística está ganhando qualidade no quilombo; o turismo está sendo amplamente discutido na comunidade, através dos encontros promovidos pelo circuito quilombola;
- Boa área de palmitos em crescimento no território; quintais produtores de sementes e polpa.

▶ Pontos de Atenção

- Necessidade de regulamentação da Pousada;
- Dificuldades da Associação para mobilizar mais;
- Participação das pessoas na implementação da Unidade de processamento de frutas.

Perspectivas

- Iniciar a produção na Unidade de Beneficiamento de frutas;
- Potencializar a atividade turística do quilombo com o desenho do Circuito Quilombola de turismo comunitário;
- Renovar o certificado orgânico e conquistar novos mercados melhorando a produtividade.

Melhores momentos

- Comercialização de banana orgânica para o PAA;
- Visitas técnicas de grupos turísticos ao circuito quilombola de turismo;
- Finalização do projeto com o PDA.

Projeto de Desenvolvimento da Atividade Apícola nas Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira

O que é

Desenvolvimento de atividades para incremento na produção de mel dos quilombolas, que contribuam para o aumento da segurança alimentar e como alternativa de geração de renda para as famílias das comunidades envolvidas.

Equipe

Nilto Tatto (coordenação geral); Raquel Pasinato; Renato Flavio Nestlehner (responsável técnico)

Colaboradores: Associação Quilombo de Cangume; Associação Quilombo de Porto Velho; Associação Quilombo de Pilões; Associação Quilombo de Praia Grande; Associação Quilombo de Piririca; Pronato Mel e derivados; Roberto Moraes (Ital); Gasparino (Ital); Marcos Roberto Viotti (Itesp); Altair de Matos Pereira (Itesp); Iara Rossi (Itesp); Prefeitura Municipal de Iporanga; Prefeitura Municipal de Itaóca; Sinelmo Renato de Oliveira. (licenciamento da Casa do Mel).

Parcerias e fontes de financiamento

Itesp: parceria na execução de atividades; Fundação Banco do Brasil: apoio financeiro; Ital - Instituto de Tecnologia de Alimentos: apoio técnico.

O que foi feito

- Monitoramento dos Processos de Licenciamento da obra da Casa do Mel; licenças ambientais e sanitárias;
- Acompanhamento da colheita de mel;
- Articulação com os órgãos públicos para o licenciamento;
- Participação do encontro entre apicultores, Itesp, ISA e Instituto Adolfo Lutz para projeto de qualidade e rastreamento da cadeia do mel organizado pelo Itesp.

Indicadores

- 100% de participação dos apicultores nas atividades;
- Envolvimento de mais quatro comunidades no projeto.

Avaliação

▶ Pontos Fortes

- Aumento da área de pasto apícola;
- Melhoria nas instalações dos Apiários, os acessos aos apiários estão melhores e também e as normas técnicas sanitárias como foram demonstradas para a comunidade na capacitação estão sendo respeitadas;
- Liberação de parte das licenças para regularização da Casa do Mel.

▶ Pontos de Atenção

- 70% do Território da comunidade ainda na mão de terceiros;
- Captar recursos complementares para continuidade e fortalecimento da comercialização do mel na Casa construída em Porto Velho;
- Alto nível de chuvas nos períodos de produção de mel causando prejuízos à florada, implicando baixa produção de mel;
- Problema da qualidade e da escassez de água potável no quilombo de Porto Velho.

Perspectivas

- Capacitar mais apicultores de quatro quilombos em melhoria no manejo apícola e inserir a produção na comercialização formal;
- Obtenção do selo de inspeção estadual para a Casa do Mel (SISP) e o selo federal SIF;
- Obtenção do sistema de água tratada via Sabesp para o quilombo de Porto Velho - apoio da prefeitura municipal de Iporanga;
- Comercializar o mel de Porto Velho no programa PNAE para merenda escolar dos municípios vizinhos;

Melhores momentos

- Encontro de Apicultores promovido pelo Itesp;
- Aprovação do projeto de consolidação pela Fundação Banco do Brasil.

Projeto Circuito Quilombola

O que é

O projeto tem objetivo de atender as demandas da agenda quilombola, relacionada aos arranjos produtivos do turismo, por meio do fomento de um circuito turístico integrado, envolvendo, informando e formando as comunidades locais e contribuindo para geração de renda e qualidade de vida das famílias.

Equipe

Maurício de Carvalho (técnico responsável), até novembro/2012; Maria Fernanda do Prado; Nilto Tatto (coordenação geral); Raquel Pasinato; Anna Maria Andrade; Wellington Fernandes

Colaboradores: Conselho Gestor do Circuito Quilombola: Jorley da Costa Pereira (secretaria executiva do conselho), Ana Lopes (Reserva da Biosfera da Mata Atlântica), Camila Pontes Abu-Yaghi (ISA), Carlos Roberto (Amamel); Juliana de Melo Leonel Ferreira (ISA); Ivo Rosa; Ivy Wiens (ISA); Monica Barroso (Núcleo Oikos); Renato Flávio Nestlehner (ISA).

Parcerias e fontes de financiamento

Eaacone - Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Quilombolas e Negras do Vale do Ribeira: parceria na implementação das atividades; Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria da Agricultura Familiar: apoio financeiro; Ministério do Turismo: apoio financeiro; Amamel - Associação dos monitores ambientais de Eldorado: parceria na implementação das atividades; Prefeitura Municipal Eldorado: parceria na implementação de atividades; Prefeitura Municipal de Cananéia: parceria na implementação de atividades; Prefeitura Municipal de Iporanga: parceria na implementação de atividades; Associação Quilombo Ivaporunduva; Associação Quilombo São Pedro; Associação Quilombo Mandira; Associação Quilombo Sapatu; Associação Quilombo André Lopes; Associação Quilombo Pedro Cubas; Associação Quilombo Pedro Cubas de Cima

O que foi feito

- Evento oficial de lançamento no SESC SP e também no Quilombo de Ivaporunduva/SP;
- Confeção de placas indicativas do circuito turístico de cada comunidade com atrativos e trilhas e mapa do circuito integrado;
- Site do Circuito Quilombola no ar;
- Construção participativa da estratégia da divulgação do Circuito Quilombola;
- Aproximação com operadoras de turismo;
- Participação em feiras e eventos turísticos, caso do Revelando Vale do Ribeira;
- X Encontro realizado durante a Rio+20 onde debateram o turismo sustentável no Brasil;
- Duas visitas de grupos estruturados para testes do circuito; imersões no Vale;
- Visita técnica para intercâmbio de experiência com o Quilombo Campinho da Independência, Paraty (RJ).

Indicadores

- Número de participantes das reuniões e oficinas de trabalho nas comunidades (homens e mulheres), cerca de 45 em média;
- Número de pessoas capacitadas: 33 monitores e 25 jovens capacitados em processos de gestão;
- Disseminação de informações por meio de materiais impressos e documentos audiovisuais produzidos;
- Número de visitas recebidas pelo circuito: dois grupos em 2012.



Visita técnica na Queda do Meu Deus, Quilombo Sapatu.

© Maurício de Carvalho/ISA

Avaliação

▶ Pontos Fortes

- Envolvimento das comunidades, principalmente das seis componentes do circuito;
- Construção participativa do planejamento anual das atividades do circuito;
- Agregar turismo como alternativa de desenvolvimento sustentável;
- Jovens e mulheres participando do processo;
- Construção de um circuito integrado e estruturação do escritório do circuito;
- Construção participativa do formato de gestão, tabela de preços dos produtos e serviços oferecidos pelo circuito.

▶ Pontos de Atenção

- Estar legalizado para receber o visitante com segurança;
- Autonomia das associações e fortalecimento para dar continuidade à comercialização dos produtos turísticos;
- Cuidar para que o turismo seja desenvolvido com bases comunitárias e de forma sustentável e não descaracterize o modo de vida quilombola.

Perspectivas

- Visita técnica com o grupo de turismo Rio de Janeiro – Comunidade Campinho Independência – Paraty;
- Aproximação das operadoras que já atuam com turismo de estudo do meio nos Parques Petar, Caverna do Diabo, Intervales, Ilha do Cardoso e Carlos Botelho, das regiões do Sul (Curitiba) e Sudeste (São Paulo);
- Visita do conselho gestor de turismo quilombola às operadoras de turismo;
- Promover o diálogo entre comunidades quilombolas, organizações governamentais e sociedade civil;
- Realizar um encontro de turismo de base comunitária.

Melhores momentos

- Intercâmbio Circuito Quilombola & Comunidade de Monte Alegre (ES);
- Oficina de Manutenção de Trilhas de Ivaporunduva

Planejamento Territorial Estratégico: uma Ferramenta de Gestão para a Sustentabilidade dos Territórios Quilombolas

O que é

O projeto tem como objetivo contribuir com as comunidades no equacionamento das demandas levantadas na Agenda Socioambiental Quilombola, desenvolvendo, de forma participativa, um instrumento de organização e planejamento do território.

Equipe

Maria Fernanda Prado; Nilto Tatto (coordenação geral); Raquel Pasinato (responsável técnica); Renato Flávio Nestlehner; Rosely Alvim Sanches
Colaboradores: Marcos Gamberini (ISA), Maurício de Carvalho (ISA), Anna Maria Andrade (ISA), Juliana Leonel Ferreira (ISA), Wellington Oliveira (ISA), Kjersti Thorkildsen (Doutoranda Norueguesa); Cristina Adams (USP –Leste); Lucia Munari (USP); Sidneia Morato (Agente quilombola local); Edmilson de França (Agente quilombola Local); Vanessa de França (Agente Local); Porfíria (Agente Local); Armando (Agente Local); Maria Sueli Berlanga (Moab/Eacone); Vera Feitosa (ISA), Vitor Flynn (ilustrador).

Parcerias e Fontes de Financiamento

Associação do Quilombo São Pedro; Associação do Quilombo Morro Seco; Aecid - Agência de Cooperação Espanhola: apoio financeiro; FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente: apoio financeiro.

O que foi feito

- Atualização dos mapas dos territórios de acordo com as novas regras do código florestal;
- Oficina de validação dos textos do livro de planejamento em cada comunidade envolvida;
- Publicação sobre a experiência metodológica do trabalho de planejamento territorial;
- Aprovação de um projeto para programar as ações de gestão territorial nos dois quilombos.

Indicadores

- Dois documentos de planejamento territorial comunitário elaborados;
- Um projeto de implementação aprovado.

Avaliação

- ▶ **Pontos Fortes**
 - Alguns planos de ação já em execução pelos comunitários com apoio de parceiros;
 - Projeto trouxe apoio ao fortalecimento da organização comunitária;
 - Projeto despertou interesse governamental pela metodologia.
- ▶ **Pontos de Atenção**
 - Problemas que ameaçam a sustentabilidade dos territórios: saída dos jovens da comunidade; terra com terceiros e escassez de mão de obra;
 - Necessidade de maior esclarecimento e informação para as comunidades sobre as políticas públicas e fontes de financiamentos voltadas à agricultura familiar (PNAE, PAA, Pronaf e outros);
 - Necessidade de alternativas sustentáveis de geração de renda no médio prazo com tecnologias que possam manter os jovens na terra;
 - Alerta para os “pacotes de soluções agrícolas e culturas não tradicionais” que vêm com os programas do governo; com eles vêm a introdução de práticas da agricultura convencional.

Perspectivas

- Investir no fortalecimento organizativo das duas associações para que fortaleçam seus mecanismos de gestão e implementem seus planos de desenvolvimento.

Melhores momentos

- Conclusão da publicação da experiência do projeto.



XINGU

O que é

O Programa Xingu visa contribuir com o ordenamento socioambiental da Bacia do Rio Xingu, considerando a expressiva diversidade socioambiental que a caracteriza e a importância do corredor de áreas protegidas de 28 milhões de hectares, que inclui Terras Indígenas e Unidades de Conservação ao longo do Rio Xingu. Desenvolve um conjunto de projetos e iniciativas voltados à proteção e sustentabilidade dos 24 povos indígenas e das populações ribeirinhas que habitam a região, a viabilização da agricultura familiar, adequação ambiental da produção agropecuária e proteção dos recursos hídricos numa perspectiva de desenvolvimento territorial.

Equipe

Coordenadores:

André Villas-Bôas (indigenista, coordenador); **Marcelo Salazar** (engenheiro de produção, coordenador adjunto); **Paulo Junqueira** (psicólogo, coordenador adjunto); **Rodrigo Gravina Prates Junqueira** (engenheiro agrônomo, coordenador adjunto).

Equipe:

André Barreto Machado (auxiliar de serviços administrativos); **Angela Idelvais Oster** (técnica de sementes); **Biviany Rojas** (advogada, acompanha condicionantes de Belo Monte e PDRS Xingu); **Bruna Ferreira** (bióloga, responsável pela comercialização na Rede de Sementes); **Carlos Garcia** (economista, facilitador da Articulação Xingu Araguaia (AXA) até setembro); **Cassiano Marmet** (técnico agrícola, assessor técnico em restauração florestal); **Christiane Peres** (jornalista, assessora de imprensa); **Célia Nascimento** (estagiária); **Cladineia Pesamosca** (bióloga, auxiliar técnico em sensoriamento remoto); **Cleudemir Peixoto** (educadora, auxiliar administrativa); **Cleiton M. dos Santos** (viveirista); **Cristiano Tierno de Siqueira** (mestre em educação, técnico responsável pelo processo de formação em gestão territorial das Resex da Terra do Meio); **Cristina Velasquez** (engenheira florestal, assessora técnica em pesquisa e desenvolvimento socioambiental); **Dannyel Sá** (biólogo, assessor da Rede de Sementes do Xingu); **Eduardo Malta Campos Filhos** (consultor técnico), **Eric Deblire** (administrador, gestor financeiro); **Erica Iegli** (auxiliar de serviços de gerais); **Fabiola Andressa Moreira da Silva** (estagiária); **Flora Cabalzar** (antropóloga, assessora do curso Território e Serviços socioambientais no PIX); **Francinaldo Ferreira de Lima** (biólogo, acompanhamento das associações e conselhos gestores das UCs da Terra do Meio); **Heber Queiroz** (biólogo, analista em sensoriamento remoto); **Joanatan Fernandes** (biólogo, até novembro); **José Nicola Costa** (biólogo, responsável pela Rede de Sementes); **Junior Micolino da Veiga** (tecnólogo em gestão ambiental, assessor técnico de restauração florestal); **Karla Patrícia Oliveira** (auxiliar administrativo); **Katia Ono** (ecóloga, responsável pelo projeto de manejo do fogo); **Luciano Langmantel Eichholz** (engenheiro florestal, assessor técnico em restauração florestal); **Luiza Andrade** (estagiária); **Marcelo Hercowitz** (economista, consultor técnico); **Marcelo Martins** (engenheiro agrônomo); **Márcio Luis Silva Souza** (técnico florestal, acompanhamento das atividades produtivas); **Maria Beatriz Monteiro** (antropóloga); **Maria Martha Mota** (gestora em políticas públicas, assistente da coordenação até agosto); **Marisa Gesteira Fonseca** (bióloga, analista de geoprocessamento); **Moisés Carvalho** (agrônomo, responsável pelo trabalho de apicultura no Parque Indígena do Xingu até julho); **Natalia Guerin** (bióloga, coordenadora da restauração

florestal); **Raquel dos Santos** (bióloga, assistente no processo de formação em gestão territorial das Resex da Terra do Meio); **Renan Veronese Garcia** (auxiliar de restauração florestal); **Renato Mendonça** (cientista social, responsável pelo trabalho com a Atix); **Rita de Cássia Chagas** (auxiliar administrativo); **Roberto Oliveira** (PIX); **Rosana Gasparini** (geógrafa, assessora técnica do Projeto Formação de Professores Indígenas do Parque Indígena do Xingu até maio); **Sadi Eisenbach** (motorista e auxiliar de serviços gerais); **Vanderlei da Costa e Silva** (técnico em restauração florestal e viveirista).

Colaboradores e pesquisadores associados: Ana Cristina Silveira (diagramação); Angelise Nadal Pimenta (psicóloga); André Ricardo Mocelin (IEE-USP), André Tabanez (Firminish); Antônia Martins (Movimento de Mulheres de Altamira); Antonia Melo da Silva (Movimento Xingu Vivo para Sempre - MXVPS); Antonio Donato Nobre; Antonilson O. Rodrigues (técnico em meliponicultura); Antonio Melo (IF/SP); Arnaldo Luchtenberg (Naturais da Amazônia); Atossa Soltani (diretora, Amazon Watch); Benki Ashaninka; Boris Cesar (Ibama/Direc); Brent Millikan (coordenador, Rios Internacionais); Bruna Franchetto (linguista, Museu Nacional); Bruno Alexandre Gütschow (MPF); Cássio Noronha Inglez de Sousa; Christian Poirier (analista, Amazon Watch); Cláudio Lopes (etnomatemático), Claudio Terre do Amaral (MPF); Daniel Braga Brandão (Move); Daniel Penteadó (ICM-Bio); Danilo Ignacio de Urzedo (ESALQ/USP), David Reeks (cinegráfiista, Territórios do Brincar); Douglas Rodrigues (médico, Unifesp); Eneida Melo (Funai, Fundação Toçaia); Fábio Halmenschlager (Laet/UFGA); Fátima Conceição Marques Piña-Rodrigues (UFSC); Felício Pontes (MPF); Flavia de Freitas Berto (antropóloga, Unimep); Gabriela Prado (Funai); Geraldo Mosimann Silva (agrônomo, Universidade da Flórida); Giselda Durigan (IF-SP); Gisela Moreau; Helga Yamaki (Imaflora); Hélio Ricardo (Solares); Ivaide Rodrigues dos Santos; Janice Muriel Cunha (UFPA); Januária Mello (educadora); Jeferson Straatmann (USP, Décima Visão Consultoria); Jeronimo Villas-Boas (ecólogo); José Strabelli; Juan Doblaz (geoprocessamento, Brancaléone Consultoria); Juliana Nazatto Mondini (antropóloga); Kátia Maria Pacheco (engenheira agrônoma); Lea Tomass (antropóloga, UnB); Luciana Nascimento Viana (ICMBio); Lucio Kodato; Luiz Wagner (ICMBio); Maria Beatriz Monteiro Beltrão; Marcela Coelho (antropóloga, UnB); Marco Antonio Delfim (médico, Unifesp); Maria Cristina Troncarelli (educadora); Maria Luiza Camargo (USP); Maria Paula Fernandes (Movimento Gota D'Água); Maura Campanili; Mauricio Torres (pesquisador, USP/Departamento de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas); Mauro Braga (ICMBio); Mayumi Rodolfo (Funai); Namaste Messerschmidt; Natália Guerreiro (jornalista, USP); Natália Ivanauskas; Ney Carvalho (Sesma/Altamira); Nilcéia Alves de Moura Oliveira (Semec/Altamira); Patrícia Cota Gomes (Imaflora); Paula Mendonça de Menezes (pedagoga); Paulo Amorim (IFT); Rafael Henrique Rodrigues Filho (engenheiro elétrico); Rafael Nonato (Linguista, MIT – Massachusetts Institute of Technology, Departamento de Linguística e Filosofia); Rainério Meireles (UFPA); Raquel Lopes (UFPA); Regis Bueno (engenheiro agrimensor); Renata Meireles (educadora, Comunidades do Brincar); Renata Pinheiro; Roberto Oliveira (apicultor), Roberto Zilles (IEE-USP); Rogério Luiz Milliszewski (Mercur S.A.); Rosely Nakagawa; Rosely Sanches; Rosimeire Rurico Sacó; Sérgio Marone (Movimento Gota D'Água); Sílvia;

Simão Lindoso de Souza (Laet/UFGA); Sofia Mendonça (médica, Unifesp); Simone Athayde (bióloga, Universidade da Flórida); Stephan Schwartzman (antropólogo, EDF); Taina Menegasso (ICMBio); Tarcila Rigo Andrade (Comunidades do Brincar); Tatiana Botelho (Funai); Thomas Jaeschke (coordenador Amazônia, GIZ); Tica Minami; Valéria Vasconcelos (Uniuibe).

Parcerias e fontes de financiamento

► Financiadores

Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid); Ajuda da Igreja da Noruega (AIN/NCA); Associação de Franquias Sustentáveis (Afras); Embaixada da Noruega; ED – Defesa do Meio Ambiente; ED/ Fundação Gordon & Betty Moore; Fundação Rainforest da Noruega (RFN); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – (FNDE), Fundo Vale de Desenvolvimento Sustentável; Guarany Indústria e Comércio; Icco; Instituto Bacuri; JYSK; MMA/FNMA – Ministério do Meio Ambiente/ Fundo Nacional do Meio Ambiente; MMA/PDA/Padeq – Ministério do Meio Ambiente/ Subprograma Projetos Demonstrativos/ Projeto Alternativas ao Desmatamento e as Queimadas; Natura; Rede de Ação para Amazônia (RAN); Rios Internacionais (IR); Solaris; The Forest Trust (TFT).

► Parcerias

Agência Nacional de Águas (ANA); Agropecuária Fazenda Brasil; Agropecuária Rica; Aliança da Terra; Associação Agroecológica Estrela da Paz do Assentamento Brasil Novo; Associação Cultura Franciscana (ACF); Associação de Extrativistas da Maribel (Aerim); Associação de Moradores da Resex do Rio Iriri (Amoreri); Associação de Moradores da Resex do Rio Xingu (Amomex); Associação de Moradores da Resex do Riozinho do Anfrísio (Amora); Associação Iakio Panará; Associação Tapawia Kaiabi; Associação Indígena Kisêdjê (AIK); Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng (Aimci); Associação Nossa Senhora da Assunção de Educação e Assistência Social (Ansa); Associação dos Fazendeiros do Araguaia e Xingu (Asfax); Associação Terra Viva (ATV); Associação Tulukai Waura; Associação Terra Indígena Xingu (Atix); Associação Yarikayu Yudja; Centro de Conservação da Natureza da Bacia do Xingu (CNX); Centro de Organização Kawaiwete (COK); Conselho Municipal de Meio Ambiente de Querência; CPT- Araguaia – Comissão Pastoral da Terra; Defensoria Pública Estadual de Altamira; Distrito Sanitário Especial do Xingu (DseiX); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Fazenda Bang Bang (São José do Xingu/MT); Fazenda Nova Esperança (Canarana/MT); Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad); Fundação Nacional do Índio/Coordenação Regional do Xingu (Funai/CR Xingu); Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP); IF-SP – Instituto Florestal de São Paulo; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama); Instituto Centro de Vida (ICV); Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora); Laboratório Agroecológico da Transamazônica (Laet); Ministério Público Federal (MPF); Move; Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Cidade de Altamira (MMTCCA); NBS Comunicação; Prefeitura Municipal de Altamira/ Secretaria de Saúde/ Secretaria de Educação/ Secretaria de Meio Ambiente; Prefeitura Municipal de Canarana/ Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente/ Secretaria de Educação; Prefeitura Municipal de Querência; Prefeitura Municipal de São José do Xingu; Projeto Vídeo nas Aldeias; Projeto Sementes da Floresta; Rios Internacionais (IR); Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat); Universidade Federal de São Paulo/ Departamento de Medicina Preventiva (Unifesp); Universidade Federal do Pará (UFPA).

Linhas de ação

- Manejo sustentável de recursos naturais e apoio ao desenvolvimento de alternativas econômicas para as populações indígenas, caboclas e agricultura familiar;
- Apoio à qualificação das escolas indígenas e ribeirinhas nas iniciativas educacionais comunitárias no Parque Indígena do Xingu (PIX), Terra Indígena Panará e populações extrativistas da Terra do Meio;
- Capacitação em gestão e fortalecimento institucional das associações indígenas e das populações extrativistas;
- Apoio às iniciativas indígenas de revitalização e registro de manifestações culturais;
- Diagnóstico, gestão socioambiental, planejamento e ordenamento territorial dos formadores do Rio Xingu;
- Campanha Y Ikatu Xingu: proteção dos recursos hídricos e recuperação das nascentes e matas ciliares;
- Formação e educação agroflorestal nas cabeceiras do Xingu;
- Consolidação e gestão integrada do Mosaico de Unidades de Conservação (UCs) da Terra do Meio e do corredor de áreas protegidas da Bacia do Rio Xingu;
- Acompanhamento do processo de licenciamento da UHE Belo Monte, no Rio Xingu;
- Desenvolvimento, implantação, avaliação e sistematização de projetos piloto de geração de energia menos dependentes de óleo diesel, voltados à atender as demandas de comunidades isoladas.

Coordenação do Programa

O que é

A coordenação é responsável pelo planejamento estratégico do Programa Xingu e pela articulação política com os diversos atores envolvidos direta e indiretamente com os projetos do Instituto Socioambiental (ISA) na região da Bacia do Xingu. Esses atores são os parceiros indígenas locais, suas lideranças e associações; populações ribeirinhas; pequenos, médios e grandes agricultores; agências de financiamento; instituições do Estado brasileiro; lideranças indígenas da Amazônia e autoridades locais e regionais. A coordenação acompanha a elaboração e a execução dos projetos e a negociação dos financiamentos, monitorando a implantação dos projetos e a gestão dos recursos, a produção dos relatórios narrativos e analíticos pelas equipes e a articulação de suas atividades, buscando sinergia entre as linhas de ação que compõem o programa e as de outros programas do Instituto Socioambiental.

Equipe

André Villas-Bôas; Marcelo Salazar; Paulo Junqueira; Rodrigo Gravina Prates Junqueira.

Fontes de financiamento

ED/Fundação Gordon & Betty Moore; Fundação Rainforest da Noruega (RFN); Fundo Vale; Usaid.

O que foi feito

- Participação ativa no Comitê Gestor do Programa Municípios Verdes (PMV) do Estado do Pará com o estabelecimento de um termo de cooperação;
- Coordenação compartilhada e apoio ao programa de restauração florestal e adequação socioambiental do município de Canarana;
- Participação nas articulações políticas e apoio técnico no processo de adequação socioambiental do município de Santa Cruz do Xingu, por meio do programa "Santa Cruz do Xingu Verde Legal";
- Mobilização e apoio no processo de institucionalização da Rede de Sementes do Xingu;
- Articulação técnica, política e monitoramento do processo de negociação com a empresa Natura sobre projeto de neutralização dos seus passivos de carbono com associação de produtores regionais, como incentivo à restauração florestal nas cabeceiras do Xingu;
- Coordenação do processo de formação "Território e Serviços Socioambientais";
- Coordenação do processo de construção do Plano de Gestão do Parque do Xingu;
- Desenvolvimento de intensos esforços para captação de recursos, com destaque para projetos elaborados para a Fundação Rainforest da Noruega/Pacote Amazônico, Fundo Vale e Fundação Moore, todos aprovados, fundamentais para estruturação das ações do programa;
- Articulação, mobilização, elaboração e aprovação de um projeto na modalidade aglutinadora para o Fundo Amazônia visando o apoio de 12 sub-projetos para apoiar diferentes cadeias produtivas da sociobiodiversidade;
- Acompanhamento do processo de licenciamento da usina hidrelétrica de Belo Monte e participação em mobilizações contra a obra;
- Participação no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS Xingu);

- Sistematização de informações e publicação do Atlas *De olho na bacia do Xingu*, com a análise de indicadores socioambientais na Bacia do Rio Xingu;
- Articulação, coordenação e organização das reuniões de planejamento e avaliação das atividades do Programa Xingu;
- Acompanhamento das atividades de articulação política voltadas para a garantia de políticas públicas para as escolas indígenas do PIX e Panará;
- Articulação dos projetos do PIX, TI Panará e Terra do Meio em um programa voltado à sustentabilidade da Bacia do Rio Xingu;
- Acompanhamento do processo de resgate do território de ocupação tradicional dos Ikpeng e Kisêdjê;
- Coordenação do projeto e elaboração de relatório e inventário dos sítios culturalmente importantes para os Panará, Yudja, Kawaiwete e Kisêdjê, encaminhado para o Iphan;
- Reuniões com diretores e presidência do ICMBio, Secretaria Geral da Presidência da República, Ministério Público Federal para articulação de proteção e atração de políticas públicas para as UCs da Terra do Meio;
- Apoio no desenvolvimento socioambiental das Reservas Extrativistas (Resex) da Terra do Meio;
- Participação na agenda de reuniões com as etnias do Parque Indígena do Xingu, em torno do diálogo sobre mudança climática, serviços ambientais e mercado de carbono, apoiando a organização dos índios em sua decisão de construção de planos de gestão para o PIX;
- Elaboração de relatórios e projetos para Fundação Rainforest da Noruega (RFN); Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid); Defesa do Meio Ambiente (ED); Fundo Vale de Desenvolvimento Sustentável; Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Instituto HSBC Solidariedade; Fundação Gordon & Betty Moore; Natura; Afras e Funbio

Indicadores

- Capacidade de articulação e interlocução com as lideranças do PIX e da TI Panará;
- Capacidade de articulação e interlocução com os diferentes atores regionais no âmbito da Campanha Y Ikatu Xingu;
- Capacidade de formular projetos, sistematizar relatórios de atividades e aproveitar oportunidades de financiamento e parcerias;
- Assegurar a captação de recursos de fontes diversificadas compatível com o planejamento do programa;
- Capacidade de promover sinergia entre as diferentes equipes técnicas e pessoas do programa;
- Capacidade de atualização estratégica das ações do programa;
- Grau de empoderamento e fortalecimento da equipe para assumir suas funções e tarefas com responsabilidade.

Avaliação

Em 2012 o Programa Xingu consolidou suas estratégias em seus três componentes: Altamira/TM, PIX, Cabeceiras.

Duas iniciativas que envolveram os três componentes da bacia mereceram destaque: a articulação perante a Agência Nacional de Águas e as re-

apresentações indígenas e ribeirinhas e de agricultores familiares para que pudéssemos desenhar uma estrutura de planejamento e gestão para a bacia. Algo inovador no âmbito da gestão de recursos hídricos na Amazônia, e que demandou grande esforço da coordenação do programa. A iniciativa de se colocar à disposição para liderar um projeto que aglutinasse outros subprojetos visando o apoio e fortalecimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade foi encarado no momento do lançamento de um edital pelo BNDES. O projeto foi elaborado com 13 subprojetos de organizações parceiras distribuídos por toda a bacia em um esforço concentrado de articulação e apoio às atividades produtivas sustentáveis.

Na região de Altamira, o trabalho do Programa Xingu do ISA se alterou entre avançar na implantação de um conjunto de iniciativas voltadas à consolidação das Resex da Terra do Meio com projetos de formação, saúde, produção, gestão do território e uma intensa agenda de mobilização, manifestações políticas contra a construção de Belo Monte e acompanhamento da execução das condicionantes previstas no licenciamento da obra, além de participação ativa no PDRS Xingu.

Na região das cabeceiras do Xingu, um dos destaques foi o término da fase de implementação de um contrato com a empresa Natura para neutralização das suas emissões, envolvendo agora uma associação de produtores do município de Santa Cruz do Xingu, articulada para esta finalidade, como titulares dos créditos de carbono e parceiros do ISA no projeto. Chegamos ao cômputo de 2,750 mil hectares de áreas em processo de restauração alcançados na região das cabeceiras do Xingu. O reconhecimento público de eficiência e a disseminação da técnica da semeadura direta, desenvolvida no âmbito da Campanha Y Ikatu Xingu, e o avanço da agenda de adequação socioambiental nos municípios xinguanos de Santa Cruz do Xingu e Canarana, são alguns destaques que marcam o trabalho nas cabeceiras em 2012.

O Programa Xingu estabeleceu em seu plano quinquenal para o Parque do Xingu e Terra Indígena Panará uma série de iniciativas voltadas à construção e implantação de mecanismos participativos de gestão do Parque, já em andamento, com destaque para o processo de formação Território e Serviços Socioambientais e o processo de construção do Plano de Gestão. Também envolve uma série de ações voltadas a construir um programa de manejo do fogo para o Parque; a construção das bases para a implantação do Território etnoeducacional do PIX; e o fortalecimento das associações indígenas. Destacam-se ainda as ações voltadas ao desenvolvimento de alternativas econômicas para os índios do PIX, que tem no Mel dos Índios do Xingu e na coleta e beneficiamento e comercialização de sementes florestais, dois produtos consideravelmente consolidados e com capacidade de expansão. Novos investimentos vêm sendo feitos no sentido de desenvolver novas alternativas, diversificando as possibilidades para os índios. Nesse sentido merecem destaque a produção de óleos vegetais e de pimentas do povo Kisêdjê

Perspectivas

- Contratar o projeto aprovado pelo Fundo Amazônia e fazer sua gestão articulada com as organizações contempladas;
- Ampliar as condições de trabalho do Programa Xingu junto às Resex do Riozinho do Anfrísio, Iriri e Xingu, com ênfase nas questões voltadas à sustentabilidade econômica, ambiental e cultural da população local, acesso à assistência e regularização das Unidades de Conservação;
- Desenvolver diferentes iniciativas voltadas para melhorar as condições de planejamento e financiamento de atividades voltadas à gestão territorial sustentável das Terras Indígenas da Bacia do Xingu;
- Dar sequência ao processo de formação socioambiental de gestores indígenas, a partir de um currículo-síntese do acúmulo das diferentes atividades desenvolvidas pelo Programa Xingu;
- Consolidar proposta piloto voltada ao pagamento por serviços socioambientais, especialmente o mercado de carbono visando apoiar projetos de restauração florestal tanto no âmbito da Campanha Y Ikatu Xingu, quanto em relação ao pagamento de serviços socioambientais prestados pelas Terras Indígenas;
- Consolidar, sistematizar e disseminar as experiências de neutralização de emissões de carbono, iniciado por uma empresa com renome internacional na Bacia do Xingu;
- Rearticular as agendas relacionadas à adequação socioambiental da produção agropecuária da região das cabeceiras do Xingu, a partir da qualificação dos municípios da região na gestão florestal;
- Ampliar o processo de formação e profissionalização de quadros locais de nível técnico e superior para atender as demandas de restauração florestal na Amazônia e no Cerrado;
- Dar continuidade às discussões com índios sobre sustentabilidade futura, associando a questão dos serviços socioambientais prestados no contexto do Parque Indígena do Xingu e TI Panará, por meio do processo de construção do Plano de Gestão do Parque do Xingu;
- Implantar a primeira fase do projeto piloto de desenvolvimento de energia renovável menos dependente de óleo diesel em comunidades isoladas, no Polo Diauarum, no Parque Indígena do Xingu;
- Acompanhar ativamente o processo de licenciamento da hidrelétrica de Belo Monte;
- Coordenar o esforço de mobilização de uma rede ativa em torno da criação de uma Entidade Moral para o Corredor de Unidades de Conservação do Xingu, como uma forma de promover iniciativas voltadas a fortalecer e proteger o patrimônio socioambiental do Xingu;
- Consolidar as articulações políticas e mobilização dos diferentes atores sociais da região do Xingu e suas organizações visando a constituição de um instrumento de gestão e planejamento adequados às características e desafios da Amazônia e Bacia do Xingu similar aos Comitês de Bacia Hidrográfica existentes em outras regiões do Brasil;
- Articulação e mobilização política voltadas a ampliar o controle social sobre o cumprimento das condicionantes socioambientais previstas no licenciamento de Belo Monte.

Parque Indígena do Xingu e Terra Indígena Panará

O que é

O Programa Xingu atua em parceria com as associações e comunidades do Parque Indígena do Xingu e da Terra Indígena Panará na construção de mecanismos participativos de gestão do seu território, por meio de processos de formação e da construção de planos de gestão ambiental e territorial, valorizando os serviços socioambientais e o protagonismo dos povos xinguanos e suas organizações. Envolve a organização dos grupos para lidar com as ameaças e conflitos internos que hoje existem, apontando para perspectivas de articulação de políticas públicas, captação de recursos e articulação interna.

Equipe

André Villas-Bôas, Christiane Peres, Cristina Velasquez, Flora Cabalzar, Joanan Fernandes (até novembro), Katia Ono, Maria Martha Mota (até agosto), Marisa Gesteira, Moisés Félix de Carvalho (até julho), Paulo Junqueira, Renato Mendonça.

Colaboradores: Ana Cristina Silveira, André Ricardo Mocelin, Antonio Donato Nobre, Antonilson O. Rodrigues, Benki Ashaninka, Cássio Noronha Inglez de Sousa, Cláudio Lopes, David Reeks, Douglas Rodrigues, Eduardo Malta Campos Filho, Flavia de Freitas Berto, Geraldo Mosimann Silva, Jerônimo Villas Boas, Hélio Ricardo, José Strabelli, Juliana Nazatto Mondini, Kátia Maria Pacheco, Lea Tomass, Marcela Coelho, Maria Beatriz Monteiro Beltrão, Murilo Passarelli, Namaste Messerschmidt, Natália Ivanauskas, Paula Mendonça de Menezes, Rafael Henrique Rodrigues Filho, Renata Meireles, Roberto Oliveira, Roberto Zilles, Rosimeire Rurico Sacó, Sofia Mendonça, Stephan Schwartzman, Tarcila Rigo Andrade.

Pesquisadores Associados: Rosely Sanches, Simone Athayde.

Parcerias e fontes de financiamento

► Financiadores

Ajuda da Igreja da Noruega (AIN/NCA), ED/Fundação Gordon & Betty Moore, Embaixada da Noruega, Fundação Rainforest da Noruega (RFN), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Fundo Vale de Desenvolvimento Sustentável, TNC/Usaid.

► Parcerias

Associação Iakiô Panará, Associação Indígena Kisêdjê, Associação Moygu Comunidade Ikpeng, Associação Tapawia Kaiabi, Associação Tulukai Waurá, Associação Yarikayu Yudja, Associação Terra Indígena Xingu, Centro de Organização Kawaiwete, Dsei Xingu, Funai/CR Xingu, Funai/CR Colíder, Guarany Indústria e Comércio, Instituto Catitu, Projeto Vídeo nas Aldeias, Unifesp.

Oficina sobre Plano de Gestão, Diauarum, PIX,
© Acervo/ISA

O que foi feito

► CONSTRUÇÃO DE MECANISMOS PARTICIPATIVOS DE GESTÃO DO PARQUE INDÍGENA DO XINGU

- Realização do segundo e terceiro módulos do curso "Território e Serviços Socioambientais no Xingu", com a participação de 35 alunos de 14 povos do Alto, Médio, Leste e Baixo Xingu. O curso terá duração de três anos e tem foco na interlocução dos índios com os processos de valorização dos serviços ambientais prestados a partir da proteção florestal no PIX;
- Início do processo de construção dos planos de gestão do PIX, com a contratação dos consultores para assessoria técnica e apoio ao registro do processo, Cássio Noronha Inglez de Sousa e Kátia Maria Pacheco; finalização de um documento base com a metodologia para a construção do plano. O documento foi detalhado em reunião com a participação das instituições responsáveis pela coordenação do processo de construção do Plano de Gestão: ISA, Associação Terra Indígena Xingu (Atix), Instituto de Pesquisa Etnoambiental do Xingu (Ipeax), e Coordenação Regional do Xingu da Funai (CR-Xingu);
- Em cada uma das quatro regiões do PIX, foi realizada uma oficina com o objetivo de construir as bases para o Plano de Gestão do Parque, onde foram discutidos os objetivos do plano e traçados os diagnósticos iniciais e propostas para as questões relacionadas à cultura, integridade territorial, segurança alimentar, desenvolvimento de alternativas econômicas, saúde, educação e territórios importantes que ficaram fora do Parque;
- Apoio e acompanhamento ao presidente da Atix e ao diretor da Atix (Alto Xingu) na reunião da Rede Terra do Meio que discutiu, entre outros temas, a construção do Comitê de Bacia do Rio Xingu, integrando os índios à Rede e ao processo de construção do Comitê.

► MANEJO DO FOGO

• Atividades de prevenção

- Reuniões de apresentação da proposta de trabalho do ISA nas aldeias Boa Esperança no Médio Xingu e Kwaruja no Baixo Xingu;
- Oficinas para discussão e pactuação de acordos comunitários e planejamento de ações de prevenção nas aldeias Capivara, Tuiararé, Tuba Tuba, Piyulaga, Boa Esperança, Ipatse e Kwaruja;



- Reunião para organização do plano de campanha de conscientização com representantes do povo Kawaiwete.

• **Ações de controle de queimadas e combate aos incêndios florestais**

- Oficinas de queimada controlada de roças e combate aos incêndios florestais nas aldeias Boa Esperança, Kwaruja e Ipatse;
- Apoio às iniciativas das comunidades para o controle de queimadas e combate aos incêndios florestais nas aldeias Tuba Tuba e Paquisamba do povo Yudja, aldeias Kawaiwete da região da aldeia Tuiararé, aldeia Ngojhwêrê Kisêdjê, comunidades da região do Pavuru e aldeia Piylulaga.

• **Monitoramento das queimadas**

- Publicação de boletins de queimadas;
- Publicação de produto de análise das áreas afetadas pelas queimadas em 2011 no PIX.

• **Articulação de parcerias e captação de recursos**

- Elaboração de projeto com a Funai e Associações Locais;
- Participação em reuniões para definir parcerias e diretrizes: CRXingu, CGMT/Funai Brasília, Guarany Indústria e Comércio (fabricante de equipamentos anti-incêndio);
- Apoio logístico e técnico à equipe de brigadistas do Ibama na ação do incêndio da aldeia Ngossoko na TI Wawi;
- Acompanhamento da visita da pesquisadora Imma Oliveras em aldeias do PIX.

▶ **APOIO E FORMAÇÃO AOS PARCEIROS LOCAIS**

• **Capacitação e assessoria técnica, política e administrativa de forma contínua**

- Capacitação e assessoria técnica, política e administrativa para a Atix e associações Yarikayu do povo Yudja; Centro de Organização do Povo Kawaiwete; Tulukai, do povo Waura; Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng; Associação Indígena Kisêdjê; e Associação Iakiô do povo Panará, de forma contínua;
- Assessoria à Atix no planejamento, realização e registro do Fórum de Organizações Indígenas do Parque do Xingu;
- Assessoria na regularização cartorial, contábil e na alteração do estatuto da AIMCI;
- Assessoria às atividades políticas das Atix a fim de definir as estratégias de relacionamento com outras instituições parceiras e com as associações locais de dentro do PIX;
- Assessoria à Atix na elaboração do plano de trabalho, planejamento orçamentário e nos processos de avaliação e registro de suas atividades para 2012;
- Assessoria à diretoria da Atix;
- Realização de oficina de capacitação em Excel para os quadros gestores da associação, da loja de artesanato, da coleta de sementes para os professores e agentes de saúde da comunidade Kisêdjê;
- Realização de oficina de introdução em informática e internet para os diretores da Associação Indígena Tulukai;
- Realização de oficina com lideranças Kawaiwete para esclarecimento da portaria 303 da Advocacia Geral da União;



Treinamento para controle de queimadas e combate a incêndios florestais no Parque do Xingu, © Acervo/ISA

- Desenvolvimento de agenda com a diretoria da Atix para alinhamento da proposta de construção dos planos de gestão para o PIX;
- Assessoria e formação aos diretores regionais da Atix na interlocução política com as comunidades e regiões;
- Facilitação de formas de intercâmbio e articulação da Atix com as associações locais;
- Apoio ao Centro de Organizações do Povo Kawaiwete (COK) no encaminhamento de denúncia de extração ilegal de madeira e monitoramento das ações posteriores.

• **Assessoria e acompanhamento às associações indígenas para a elaboração, gestão e desenvolvimento de projetos**

- Assessoria na realização de oficina para apresentação dos formulários e elaboração dos relatórios semestrais da Atix para a Fundação Rainforest da Noruega (RFN);
- Assessoria à Atix na elaboração dos relatórios plurianuais (2008-2012), e na solicitação Norad plurianual 2013-2017;
- Assessoria à Atix na execução e gestão do projeto "Awasi Rerojewya - Recuperação de terras degradadas com árvores 'donas da capoeira' e resgate cultural de sementes de milho do povo Kaiabi", financiado pelo PDPI;



Faixas de protesto contra iniciativas anti-indígenas do governo federal foram espalhadas durante Kuarup realizado na aldeia Yawalapiti. © Acervo/ISA

- Assessoria à AIMCI na execução e gestão do projeto “Mawo Ewri – Casa da Cultura Ikpeng”, financiado pelo PDPI e pela Petrobras;
- Assessoria à AIK na execução e gestão do projeto “Ngrwa rëni: uma corrida de toras para criação do Centro de Pesquisa da Cultura Kisêdjê”, financiado pelo PDPI;
- Assessoria na organização logística da viagem técnica do PDPI e na realização das oficinas para solucionar as dificuldades encontradas pelas associações na execução, prestação de contas financeiras e técnicas através dos relatórios semestrais e finais de cada um dos projetos. O PDPI visitou cinco aldeias e foi acompanhado nas três primeiras;
- Assessoria à Yarikayu na execução do projeto “Ka’a Kataha - Plantando Floresta”, financiado pelo Fundo Casa;
- Assessoria à AIMCI na execução do projeto “Casa de sementes do movimento das mulheres yarang”, financiado pelo Fundo Casa;
- Assessoria à Tulukai na realização de oficina para elaboração do projeto “Makulatain”, enviado ao Fundo Casa.
- Assessoria à Tulukai na execução do projeto “Makulatain”, financiado pelo Fundo Casa;
- Assessoria à Tulukai na realização de oficina para elaboração do projeto “Capacitação e estruturação para resgate, aumento da produção e comercialização do artesanato Waujá”, enviado para a Caixa Econômica Federal;
- Assessoria à Atix na elaboração de projeto para apoio à realização do Fórum das Organizações Xinguanas, encaminhado à Fundação Ford;
- Assessoria e participação em oficina com a comunidade Ikpeng para elaboração de proposta para a chamada pública de projetos produtivos sustentáveis do Fundo Amazônia em parceria com o ISA;
- Assessoria ao Centro de Organizações do Povo Kawaiwete (COK) na elaboração do projeto “Resgate, valorização e comercialização do artesanato Kawaiwete”, encaminhado à Embaixada da Austrália.

▶ DESENVOLVIMENTO DE ALTERNATIVAS ECONÔMICAS SUSTENTÁVEIS

▶ Apicultura

• Aprimoramento técnico, formação de novos apicultores e apoio para implantação de novos apiários e ampliação dos existentes

- Reunião de planejamento das atividades de 2012 com 40 participantes entre apicultores e lideranças Kawaiweté envolvidas;
- Desenvolvido um módulo de formação para apicultores Kisêdjê, onde foram tratados conceitos básicos sobre ecologia das abelhas, técnicas de captura de enxame, introdução sobre a técnica de manejo racional de enxames, higiene e padrões de produção, processamento de cera, manutenção do apiário e organização da produção;

- Três rodadas de visitas de acompanhamento nas aldeias em 2012, momento de vivência prática onde são trabalhadas as dificuldades dos apicultores;
- Visita às aldeias para avaliação dos materiais em uso pelos apicultores e definição de demandas para a atualização dos materiais apícolas, com posterior distribuição dos materiais necessários para a modernização da atividade e atendimento das demandas básicas dos apicultores;
- Apoio material à implantação de novos apiários;
- Intercâmbio cultural com a presença de dois experientes apicultores suíços, no qual foi possível trocar informações e conhecer realidades distintas fomentando novas ideias e possibilidades para a atividade;
- Oficina sobre alimentação artificial de enxames, técnica fundamental para auxiliar a boa continuidade e retorno financeiro da atividade apícola.
- **Assessoria e formação nos processos de gestão e certificação da atividade apícola**
- Assessoria no levantamento dos fornecedores de materiais apícolas, considerando o planejamento orçamentário da Atix, a venda da produção e a necessidade de materiais;
- Assessoria na atualização das planilhas da Gestão do Mel 2012 na Atix Diauarum, fundamental para verificar a situação financeira do mel e estabelecer a relação de prazos, dívidas, pagamentos em atrasos com a economia no mundo do não índio;
- Assessoria e formação aos gestores para o pagamento do código de barra, tarifas bancárias, fornecedores de embalagens e materiais apícolas, rótulos e tags;
- Assessoria na reorganização dos documentos e contratos referentes ao mel na Atix Diauarum;
- Acompanhamento e formação à Atix na relação com os órgãos de certificação- SIF (Serviço de Inspeção Federal) e com o IBD (Instituto Biodinâmico, que certifica o mel como orgânico), envolvendo assessoria na organização documental, acompanhamento da visita e apoio para o cumprimento das exigências das certificadoras;
- Assessoria à Atix na interlocução com a Funai para a construção do entreposto de mel e cera no Polo Diauarum.

▶ Sementes florestais

- Visitas técnicas de acompanhamento aos coletores e aos administradores da atividade nas aldeias para distribuição das listas de pedidos; apoio ao controle qualitativo e quantitativo da produção; e garantir boas condições fisiológicas por meio de técnicas adequadas de coleta, beneficiamento e armazenamento;
- Assessoria às aldeias envolvidas na elaboração das listas de coleta e distribuição de pedidos – quais espécies e quantidades encomendadas;
- Apoio à regularização da comercialização, envolvendo atualização do cadastro de coletores; identificação dos lotes de sementes (garantia de rastreabilidade); e georreferenciamento de matrizes de sementes;
- Realização da IV Reunião da Rede de Sementes do Xingu no PIX;
- Assessoria aos índios durante o IX Encontro Geral da Rede de Sementes do Xingu;
- Participação junto à comitiva xingwana na I Feira Mebengokré de Sementes Tradicionais, realizada na TI Kaiapó;

Mulheres indígenas coletoras de sementes para a Rede de Sementes do Xingu. © Acervo/ISA



- Realização de oficina de pesos e medidas para coletores Kawaiwete com contribuição de etnomatemático;
- Construção de casa para armazenamento de sementes florestais na aldeia Tuba Tuba do povo Yudja.

► Óleos vegetais

- Avaliação e atualização da infraestrutura de processamento de óleos do povo Kisêdjê;
- Apoio à Associação Indígena Kisêdjê no processamento experimental de óleo de pequi da safra de 2012.

► APOIO A INICIATIVAS DE REVITALIZAÇÃO E REGISTRO CULTURAL DOS POVOS DO PARQUE INDÍGENA DO XINGU

• Projeto “Expedições a Sítios Históricos dos Povos Indígenas Panará, Kisêdjê, Kawaiwete e Yudja”

- Expedição com os Kisêdjê para a região denominada por eles de Horenhô ngo e com os Yudja para a região denominada Bitahamã, com marcação dos pontos importantes do trajeto e registros de histórias dos mais velhos;
- Elaboração de mapas base para as expedições e localização em campo, realizados pelo Laboratório de Geoprocessamento do ISA;
- Elaboração de relatório final e vídeo com o resultado das expedições feitas pelos Yudja, Kisêdjê, Panara e Kawaiwete, com inventários de sítios importantes do ponto de vista cultural. O relatório foi encaminhado para o Iphan.

• Comunidades do Brincar

Apoio e assessoria ao projeto Comunidades do Brincar em atividades de animação e registro de brincadeiras tradicionais do Povo Panará.

Indicadores

- Realizado o III e IV módulos do curso “Território e Serviços Socioambientais no Parque Indígena do Xingu”, com grande envolvimento das comunidades;
- Realizada primeira rodada (Alto, Médio, Baixo e Leste PIX) de oficinas para elaboração do Plano de Gestão/ Plano de Ação do Parque Indígena do Xingu;
- Identificação do calendário de uso do fogo alto xinguno;
- Queda do número de focos na região do Baixo Xingu por dois anos consecutivos;
- Aumento na autonomia dos grupos do Baixo Xingu para as atividades de prevenção;
- Intensificação da participação dos índios do Alto Xingu no contexto das atividades do Programa Xingu, com a integração dos povos Waurá e Kuikuro nas atividades de prevenção e controle de incêndios florestais e dos Waurá na Rede de Sementes do Xingu;
- Cinco associações desenvolveram em 2012 sete projetos com distintas fontes de financiamento, com considerável nível de autonomia;
- Desembolso do convênio do FNDE possibilitou iniciar trabalho de assessoria e fortalecimento da articulação de lideranças e professores para atuar nos territórios educacionais;



Oficina de Pesos e Medidas para coletores Kawaiwete de 6 aldeias. © Acervo ISA

- Aumento de aproximadamente 40% na quantidade de sementes entregues e de 125% na renda gerada em relação a 2011;
- 29 matrizes de sementes georreferenciadas, sendo 21 na aldeia Piyulewene e oito na aldeia Nãsêpotiti – TI Panará;
- Aumento da produção apícola para 2 toneladas em 2012;
- Certificação orgânica do Mel dos Índios do Xingu regularizada.

Avaliação

Os índios do Parque do Xingu vêm participando ativamente dos processos desencadeados no contexto do Programa Xingu voltados à leitura de sua realidade, discussão e construção de seus mecanismos de gestão e formação de lideranças, fundadas principalmente por oficinas e reuniões para a construção do Plano de Gestão do Parque do Xingu e a realização do curso “Território e Serviços Socioambientais no Xingu”, mas que permeia as várias ações do Programa. Destaca-se também a participação dos índios no contexto da reunião da Rede Terra do Meio, integrando-os aos processos de construção de mecanismos de gestão da bacia e do Comitê de Bacia do Rio Xingu.

As ações de prevenção e combate a incêndios florestais vêm se estruturando em cinco conjuntos de ações que se complementam: diagnósticos participativos; pactuação de acordos comunitários, que consistem na



Exibição do filme Xingu, durante o curso Território e Serviços Socioambientais, realizado no posto Diauarum, no PIX. © Acervo/ISA

organização de um repertório de boas práticas de manejo do fogo; capacitação dos índios para as queimadas controladas; monitoramento dos focos de calor, desmatamentos e degradação florestal e seus impactos; e a articulação de parcerias e captação de recursos, definido para o desenvolvimento de arranjos institucionais que sejam direcionados para a constituição de um Programa de Prevenção de Incêndios para o Parque Indígena do Xingu.

É notória a queda do número de focos na região do Baixo Xingu, principal área de atuação por dois anos consecutivos. Outro ponto que merece destaque é o início das ações no Alto Xingu, aumentando a abrangência das ações em um local ambientalmente mais vulnerável ao fogo, pela existência de vastos campos.

A apicultura e a coleta e beneficiamento de sementes florestais vêm se consolidando enquanto alternativas de geração de renda a partir de produtos florestais não madeireiros para os índios. As duas atividades já contam com estrutura de processamento, índios aptos a desenvolver as atividades, estrutura de gestão razoavelmente consolidados e mercado para os produtos capaz de escoar a produção, tanto de sementes quanto de mel, com capacidade de assimilar os consecutivos aumentos de produção. Além das sementes e do mel, continuam os investimentos do Programa Xingu no desenvolvimento da meliponicultura, que atende ao mercado interno e duas novas alternativas estão em fase de implantação: as pimentas e os óleos vegetais dos Kisêdjê.

No contexto associativista do Parque do Xingu, em que pesem diferenças entre as várias associações, é visível o nível de autonomia que vem alcançando as associações com as quais mais trabalhamos, tanto nos aspectos de gestão administrativa quanto de desenvolvimento das atividades que se propõe. A Atix, principal associação e parceira do Programa Xingu em diversas atividades, vem movendo esforços em sua reestruturação e nos processos de articulação, tanto com as demais associações quanto com as comunidades xinguanas, introjetando uma crescente agenda interna. Por fim e consolidando os processos de construção dos mecanismos de gestão, o Programa conseguiu se estruturar a partir da assinatura de convênio com o FNDE, para apoiar os índios na construção das bases do Território Etnoeducacional do Xingu, proposta do governo federal para a organização e gestão das escolas indígenas, e pactuado pelos índios do Xingu em 2008.

Perspectivas

- Finalizar a primeira versão do Plano de Gestão/ação do Parque Indígena do Xingu;
- Aprofundar o entendimento dos regimes de queima dos índios do Alto Xingu e seu impacto na paisagem local;
- Desenvolver projetos junto às associações do Baixo Xingu, que assimilaram as rotinas de prevenção para que possam atuar de forma mais estruturada junto às comunidades de suas etnias;
- Desenvolver estudo de caso sobre os impactos dos incêndios florestais a partir da ótica dos recursos estratégicos para um dos povos do PIX;
- Aprofundar os estudos sobre mudanças ambientais que influenciam o regime de umidade no PIX;
- Fortalecer os grupos que têm iniciativas próprias de prevenção e combate a incêndios florestais;
- Intensificar os processos de formação gerencial do quadro de gestores das associações;
- Investir na articulação das diversas associações para fortalecer sua ação política, e na busca por parceiros e financiadores;

- Aumentar o número de projetos encaminhados e executados pelas associações;
- Maior autonomia na gestão dos pequenos negócios por parte das associações e aumento da renda obtida com eles;
- Aumentar o número de aldeias participantes da Rede de Sementes do Xingu;
- Diversificar a oferta de produtos e mercados para a Rede de Sementes do Xingu, buscando oportunidades como o Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal;
- Promover intercâmbio de sementes entre as aldeias e troca de informações entre os indígenas;
- Valorizar as técnicas desenvolvidas pelos próprios coletores, ressaltando os benefícios no custo da produção e manutenção de práticas culturais;
- Atualizar o plano de negócios do Mel dos Índios do Xingu, com ênfase nos processos de gestão da apicultura;
- Avaliar as possibilidades de certificação participativa do Mel dos Índios do Xingu;
- Dar apoio material e formação técnica aos apicultores para o aumento da produção;
- Apoio à AIK para a produção e comercialização do óleo processado no projeto Hwin Mbene, de produção de óleo de pequi;
- Desencadear processos de reflexão com os índios para a efetiva implantação do Território Etnoeducacional do Xingu;
- Implantar no Polo Diauarum a primeira etapa do projeto piloto de desenvolvimento de energia menos dependente de óleos combustíveis em comunidades isoladas. ção de sítios de importância cultural.

Melhores momentos

- Qualidade das sementes da aldeia Piyulaga, do povo Waurá e da administração da Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng (AIMCI), responsável pelas aldeias Moygu e Arayo, publicamente reconhecidas durante o IX Encontro Geral da Rede de Sementes do Xingu realizado em São Félix do Araguaia (MT);
- Conclusão da primeira etapa de construção do Plano de Gestão/ação para o Parque do Xingu;
- Intensificação do trabalho de manejo do fogo, com redução significativa dos focos de calor em relação a 2011 nas regiões onde o Programa Xingu atua;
- Realização da IV Reunião dos Coletores da Rede de Sementes do Xingu, no PIX, onde participaram somente os coletores e gestores do Parque, discutindo sobre todas as dúvidas e dificuldades que envolvem o trabalho da comercialização de sementes;
- Construção da Casa de Sementes da comunidade Yudja, da aldeia Tuba Tuba;
- Finalização e encaminhamento de relatório e vídeo para o Iphan com identificação de 265 locais de importância cultural para os povos Kawaiwete, Kisêdjê, Yudja e Panará;
- Realização do segundo e terceiro módulos do curso "Territórios e Serviços Socioambientais no Xingu", com participação de lideranças indígenas do PIX;
- Intensificação da participação dos índios do Alto Xingu no contexto das atividades do Programa Xingu, com a integração dos povos Waurá e Kulkuro nas atividades de prevenção e controle de incêndios florestais e dos Waurá na Rede de Sementes do Xingu.

Adequação Socioambiental da Bacia do Rio Xingu

O que é

Trata-se de um conjunto articulado de estratégias socioambientais que tem como ação prioritária a Campanha Y Ikatu Xingu, uma coalizão ativa de interesses para a proteção e recuperação das matas ciliares e nascentes da Bacia do Xingu no Mato Grosso. Suas ações desenvolvem-se no sentido de mobilizar e articular diferentes atores na esfera municipal, estadual, nacional e internacional para garantir a integridade dos recursos hídricos e alertar sobre os impactos ambientais do uso e da ocupação desse território.

Articulam-se em três eixos – planejamento e gestão territorial, pesquisa e desenvolvimento de técnicas em restauração florestal e educação agroflorestal – que contribuem efetivamente para a construção de um modelo de desenvolvimento que alie a produção e a conservação dos recursos naturais, valorizando a diversidade socioambiental da Bacia do Xingu.

Equipe

André Villas-Bôas; Angela Idelvais Oster; Bruna Ferreira; Carlos Garcia Paret; Cassiano Marmet; Christiane Peres; Cladineia Pesamosca; Cleiton Marcelino dos Santos; Cleudemir Peixoto; ; Erica Iggli; Heber Queiroz; José Nicola Costa; Junior Micolino da Veiga; Karla Patrícia Oliveira; Luciano Eichholz; Marcelo Hercowitz; Marisa Gesteira; Natalia Gueirin; Rodrigo Junqueira, Renan Veronese Garcia; Vanderlei da Costa.

Pesquisadores associados: Antonio Melo; Edson José Vidal da Silva; Fátima Conceição Marques Piña-Rodrigues; Danilo Ignacio de Urzedo; Giselda Durigan; Natalia Macedo Ivanauskas; Sarah Domingues de Oliveira Andrade.

Retaguarda institucional: Equipes de manejo e educação do Parque Indígena do Xingu; Programa Política e Direito Socioambiental; Secretaria Executiva..

Parcerias e Fontes de Financiamento

► Financiadores

Afras – Associação de Franquias Sustentáveis; Funbio; ED/ Fundação Gordon & Betty Moore Fundação Rainforest da Noruega (RFN); Fundo Vale; Instituto Bacuri; Instituto Ventura; MMA/FNMA; MMA/PDA/Padeq; Natura; Usaid; The Forest Trust (TFT); JYSK.

► Parcerias

Agropecuária Fazenda Brasil; Agropecuária Rica; ANA – Agência Nacional de Águas; Ansa – Associação Nossa Senhora da Assunção de Educação e Assistência Social; Asfax (Associação dos Fazendeiros Xingu e Araguaia); Associação Agroecológica Estrela da Paz do Assentamento Brasil Novo (Querência); Associação Indígena Kisêdjê; Atix; Associação Terra Viva (ATV), AXS – Associação Xingu Sustentável; Conselho Municipal de Meio Ambiente de Querência; CPT; Embrapa; ; Fazenda Bang Bang; Fazenda Nova Esperança; ICV; Opan – Operação Amazônia Nativa; Prefeitura Municipal de Altamira, Prefeitura Municipal de Canarana; Prefeitura Municipal de São José do Xingu; Sindicato Rural de Santa Cruz do Xingu; TNC; Unemat.

O que foi feito

► RESTAURAÇÃO E REDE DE SEMENTES DO XINGU

- Nas chuvas de 2012 foram restaurados mais 160 hectares em 20 propriedades por meio da viabilização de diferentes arranjos institucionais. Nessas chuvas, Tropical Forest Trust (TFT), Usaid, Natura, Associação de Franquias Sustentáveis (Afras) foram parceiros do ISA e dos produtores na realização dos plantios. Após atingir 2.650 hectares em processo de restauração, o desafio agora é manejar, monitorar e aprender para garantir um processo de disseminação consistente e adaptado às diferentes realidades na Amazônia e no Cerrado;
- Finalização dos plantios referentes ao projeto Carbono Nascentes do Xingu/Pagamento por Serviços Ambientais, realizado em parceria com a Associação Xingu Sustentável – formada por produtores rurais de Santa Cruz do Xingu (MT) –, que visa a restauração das Áreas de Preservação Permanentes (APPs) para neutralização de 75 mil toneladas de carbono num período de 30 anos. Foram plantados mais 136 hectares em sete propriedades de Santa Cruz do Xingu;



Área da Fazenda São Roque com 2,5 anos de restauração, © Acervo ISA.



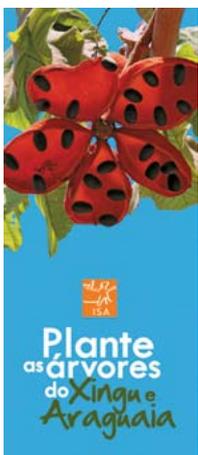
Plantio mecanizado de sementes comercializadas pela Rede, © Acervo ISA.



IX Encontro da Rede de Sementes do Xingu, © Acervo ISA

- Realização do manejo e enriquecimento de 50 hectares em áreas em processo de restauração em São José do Xingu;
- Consolidação de parceria com a prefeitura de Canarana com o Programa Aroeira para recuperação de áreas degradadas. O programa institucionalizou a restauração ecológica como política pública municipal. As áreas plantadas e monitoradas já passam de 150 hectares;
- Implementação, monitoramento e manejo das áreas do projeto de plantio e aproveitamento de Reserva Legal, realizado em parceria com a Embrapa Agrossilvipastoril Sinop (MT), em Mato Grosso. A ideia é testar se é viável para o produtor plantar e utilizar, ou não, a Reserva Legal dentro de sua propriedade, conforme consta na legislação vigente;
- Produção e comercialização de 25 toneladas de sementes de 200 espécies diferentes na Rede de Sementes do Xingu gerando R\$ 414.000,00 de renda para as 350 famílias envolvidas;
- Realização do 9º Encontro da Rede de Sementes do Xingu que reuniu 90 coletores e convidados especialistas em São Félix do Araguaia. Durante três dias, coletores trocaram experiências entre si e com especialistas, apresentaram suas técnicas de limpeza e beneficiamento de sementes, discutiram a legislação brasileira de sementes e refletiram sobre as alternativas para conquistar a autonomia da rede;
- Processo de institucionalização do Fundo Rotativo de Crédito de Sementes do Xingu concluído através da migração do Fundo para a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) de microcrédito Oeca – início do processo de institucionalização da Rede de Sementes do Xingu, com a criação de uma associação e de um consórcio de microempreendedores individuais;

- Articulação e estabelecimento de parceria com a Universidade Estadual de Mato Grosso para montagem do laboratório de sementes no campus de Nova Xavantina;
- Desenho e negociação para montagem do Banco de Dados da Restauração e Rede de Sementes;
- Publicação da III edição do livro *Plante as árvores do Xingu e Araguaia* e do *Calendário 2013*.



Intercâmbio com a Rede de Sementes da Amazônia, © Acervo ISA

► FORMAÇÃO E DISSEMINAÇÃO

- Promoção e formação de dois processos formativos em restauração florestal na região de Lucas do Rio Verde-MT, no eixo da BR 163, e em São Félix do Xingu, no Estado do Pará com a participação de 70 técnicos;
- Participação em encontros regionais para disseminação do processo da Rede de Sementes do Xingu: Canarana (grupos de Canarana, Água Boa, Querência e Nova Xavantina); Porto Alegre do Norte (Porto Alegre do Norte, Confresa, Bom Jesus do Araguaia, São Félix do Araguaia);
- Realização de intercâmbio formativo dos técnicos envolvidos na Rede de Sementes junto a Universidade Federal do Amazonas.



Atividade do curso em São Félix do Xingu, © Acervo ISA

► ARTICULAÇÃO XINGU ARAGUAIA

- Realização do processo de avaliação participativa das experiências socioambientais das entidades da AXA. A avaliação foi discutida depois com as comunidades pelas organizações que participam da AXA com o objetivo de otimizar o trabalho realizado;
- Produção e disseminação da série *A Resposta da Terra* (1 dvd e 2 livros).

► PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

- Membro do Comitê Gestor do Programa Municípios Verdes (PMV) do Estado do Pará;
- Participação ativa no Grupo de Trabalho de Combate ao Desmatamento do município de Altamira visando a sua retirada da lista do Ministério do Meio Ambiente, dos maiores desmatadores da Amazônia;

- Participação na criação e assessoria técnica do Observatório Ambiental de Altamira com o objetivo de monitorar a degradação e desmatamento do município além de fomentar atividades produtivas sustentáveis;
- Realização dos diagnósticos do uso e ocupação do solo em quatro municípios prioritários, identificando a dinâmica de alteração do uso (agricultura e pastagem) e a situação de suas Áreas de Preservação Permanente (APPs);
- Participação ativa no Conselho Municipal de Meio Ambiente de Canarana exercendo a função na presidência do órgão;
- Publicação de boletins mensais *De Olho no Xingu* sobre focos de queimadas e em meses críticos, boletins diários, além de boletins bimensais de desmatamento e degradação.

▶ ARTICULAÇÃO DE PARCERIAS E AÇÕES DE COMUNICAÇÃO

- Produção e divulgação do boletim anual da Rede de Sementes do Xingu;
- Publicação e divulgação da série *A Resposta da Terra – Iniciativas socioambientais entre o Xingu e Araguaia e Realidade e História da região do Araguaia Xingu*. As publicações retratam experiências socioambientais realizadas pelas organizações integrantes da Articulação Xingu Araguaia (AXA) entre as bacias dos rios Xingu e Araguaia (MT);
- Divulgação do documentário *A Resposta da Terra*;
- Publicação da terceira edição do livro *Plante as árvores do Xingu e Araguaia*;
- Maior inserção nas mídias sociais, sobretudo com a reformulação da página do Facebook da Campanha Y Ikatu Xingu;
- Mais de 35 mil visitas no site da Campanha Y Ikatu Xingu, 5 mil a mais que no ano anterior;
- Cobertura da Rio+20.

Indicadores

- Aumento da área sob planejamento para conservação e uso sustentável de recursos naturais na região das nascentes do Rio Xingu;
- Número de parceiros mobilizados e envolvidos nos processos de conservação, recuperação e gestão ambiental da região das nascentes do Rio Xingu;
- Número de hectares em processo de restauração florestal por intermédio de diferentes métodos;
- Quantidade e qualidade de sementes coletadas pela Rede de Sementes do Xingu;
- Número de projetos aprovados e/ou negociados que contribuem para proteção e recuperação das matas ciliares e nascentes;
- Melhoria da qualidade das águas e das matas da Bacia do Rio Xingu;
- Estruturação e fortalecimento de arranjos institucionais que contribuem para a governança florestal nas cabeceiras do Xingu;
- Quantidade e qualidade de iniciativas socioambientais em andamento.

Avaliação

O ano de 2012 foi marcado pelas incertezas e retrocessos impostos pela tramitação e depois aprovação do novo Código Florestal, fato que colocou uma série de estratégias e de atividades em curso no campo da adequação ambiental em compasso de espera.

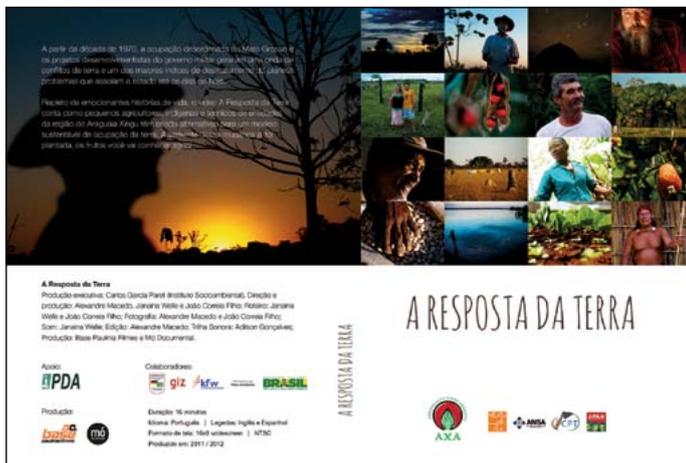
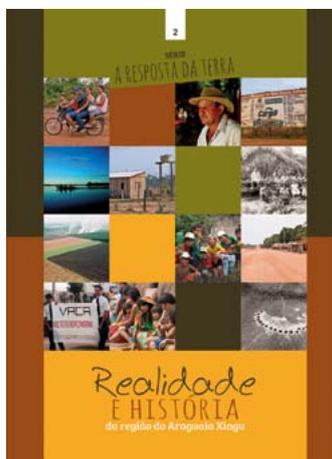
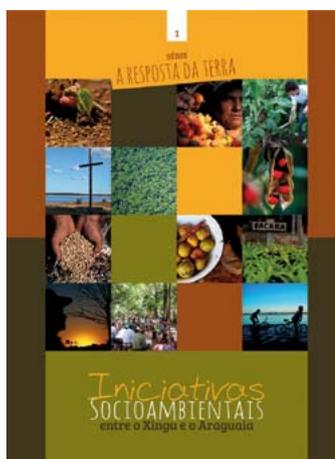
Mesmo assim, a consolidação da estratégia de restauração florestal e da Rede de Sementes não foi condenada (apesar de ter sido abalada) em função dos acordos estabelecidos para além da força da lei. Continua merecendo destaque o arranjo institucional integrador da diversidade, a Rede de Sementes do Xingu, que gera renda efetiva através da valorização da floresta e sua possibilidade de disseminação por outras regiões da Amazônia e Cerrado. Neste ano foram R\$ 424.000,00 transferidos para as famílias envolvidas.

No campo da formação e disseminação, ocorreu a finalização dos ciclos de formação de agentes socioambientais ao longo da Bacia, completando o gesto do ciclo básico formativo na perspectiva da valorização da cultura (agro)florestal.

Paralelamente a isso, tomou forma e relevância a AXA (Articulação Xingu Araguaia) junto a cinco organizações do campo dos movimentos sociais na direção de apoiar e aproximar a lógica das organizações desse campo ao ISA, executando um projeto em rede apoiado pelo PDA/Padeq para avaliação, sistematização e disseminação das iniciativas socioambientais em curso.

Perspectivas

- Consolidar e disseminar os arranjos institucionais que viabilizam a cadeia da restauração florestal, sobretudo a metodologia de restauração por plantio direto de sementes florestais e a Rede de Sementes;
- Criar instrumentos econômicos e financeiros e estratégias de marketing climático para dar escala aos projetos de restauração florestal;
- Consolidação e profissionalização da Rede de Sementes do Xingu, com o aprimoramento do plano de negócios e a criação do consórcio de micro empreendedores individuais;
- Prospectar novos mercados e gerar novos produtos por meio da Rede de Sementes do Xingu;
- Monitorar os processos de adequação ambiental municipal na esteira da implementação do novo arcabouço jurídico institucional das florestas brasileiras e após os processos de cadastramento ambiental rural;



- Articular regionalmente com municípios e lideranças, as alternativas de regularização ambiental dos territórios à luz do novo Código Florestal;
- Ativar a participação no Comitê Gestor do Programa Municípios Verdes (PMV) no Estado do Pará;
- Trabalhar junto ao grupo de combate ao desmatamento visando a retirada do município de Brasil Novo (PA) da lista dos maiores desmatadores da Amazônia.

Melhores momentos

- Realização da formação em restauração florestal em outras regiões do Cerrado e Amazônia;
- Realização do 9º Encontro da Rede de Sementes;
- Produção e disseminação da nova edição do *Plante as Árvores do Xingu e Araguaia*;



! Feira Mebengokré de Sementes Tradicionais reuniu indígenas de 15 etnias diferentes na aldeia Moikarakó, na Terra Indígena Kayapo, © Acervo ISA

- Consolidação da parceria com a Embrapa no projeto de aproveitamento econômico de Reserva Legal;
- Disseminação do trabalho de restauração florestal e da Rede de Sementes em outras regiões da Amazônia e Cerrado;
- Reconhecimento da Rede de Sementes do Xingu como uma iniciativa geradora de renda através da valorização da floresta;
- Participação no Fórum Mundial de Negócios Sociais, ocorrido entre 16 e 18 de outubro de 2012 no Rio de Janeiro (RJ), na ocasião em que os resultados da Rede de Sementes do Xingu foram apresentados no painel “Celebrando Inovação em Negócios Sociais no Brasil – exibindo 10 negócios sociais inovadores de todo o Brasil.

Terra do Meio

O que é

Situada no no curso médio e baixo do Rio Xingu, no interflúvio dos rios Iriri e Xingu, a Terra do Meio é marcada pela disputa entre direitos e interesses envolvendo o modelo regional de ocupação agropecuária, grandes obras, como Belo Monte e asfaltamento da rodovia Transamazônica, povos indígenas, e populações extrativistas. O Programa Xingu atua nessa região em três frentes de trabalho, buscando parceria com instituições governamentais, não governamentais, associações locais e comunidades. Desenvolve um conjunto articulado de ações voltadas a consolidar as Unidades de Conservação da Terra do Meio, com ênfase nas Reservas Extrativistas (Resex), procurando ampliar a autonomia econômica das comunidades, a capacidade de gestão de suas organizações; atrair e adequar as políticas públicas de assistência, ampliar a proteção territorial e o fortalecimento cultural dessas populações. Paralelamente, a equipe vem realizando o monitoramento das grandes obras do Xingu, com ênfase no cumprimento das condicionantes socioambientais da Usina hidrelétrica de Belo Monte, ao mesmo tempo em que promove a governança florestal e a adequação socioambiental municipal.

Equipe

André Villas-Bôas; Benedito Bento; Biviany Rojas; Augusto Postigo; Celia Nascimento; Christiane Peres; Cristiano Tierno de Siqueira; Eric Deblire; Fabíola Andressa Moreira Silva; Francinaldo Lima; Juan Doblas; Leonardo Amorim; Marcelo Salazar; Márcio Souza; Marisa Gesteira; Raquel Santos; Rita de Cássia Chagas da Silva; Tatiane Souza Dias de Oliveira.

Retaguarda Institucional: Adriana Ramos; Antenor Moraes; Christiane Peres; Cristina Velásquez; Edson Mendes Guimarães; Eric Deblire; Fábio Endo; Margareth Nishiyama; Maria Inês Zanchetta; Moisés Pangoni; Raul Telles do Valle; Rosemeire Ruriko Saco; Sandra Mara Ribeiro; Simone Pereira; Tatiane Souza Dias de Oliveira; Vera Feitosa.

Colaboradores: Ana Paula Souza (Fundação Viver Produzir e Preservar - FVPP); André Tabanez (Firminish); Antônia Martins (Movimento de Mulheres de Altamira); Antônia Melo da Silva (Movimento Xingu Vivo para Sempre - MXVPS); Brent Millikan (International Rivers); Cleanton Curioso (Cimi Altamira); Daniel Penteadó (ICMBio); Dom Erwin Kräutler; Estela Libardi (Funai Altamira); Felício Pontes; Helga Yamaki (Ima-

flora); Jeferson Straatmann; Maitê Guedes; Marcos Froes Nachtergaele (Imaflora); Maurício Torres (Pesquisador/USP); Mauro Braga Luiz Wagner; Mayumi Rodolfo; Meliza Alves Barbosa (MPF); Ney Carvalho (Sesma/Altamira); Nilcéia Alves de Moura Oliveira (Semec/Altamira); Patricia Cota Gomes (Imaflora); Paulo Amorim (IFT); Rainério Meireles (UFPA); Raquel Lopes (UFPA); Renata Pinheiro (MXVPS); Rogério Luiz Miliszewski (Mercur S.A.); Stephan Schwartzman (EDF); Taína Menegasso (ICMBio); Tathiana Chaves; Tatiana Botelho; Thais Santi; Valéria Vasconcelos (Uniube).

Parcerias e Fontes de Financiamento

► Financiadores

Defesa Ambiental (ED)/Fundação Gordon & Betty Moore; Fundação Mott; Fundação Rainforest da Noruega (RFN); Fundo Vale de Desenvolvimento Sustentável

► Parcerias

Amazon Watch; Associação de Extrativistas da Maribel (Aerim); Associação de Moradores da Resex do Rio Iriri (Amoreri); Associação de Moradores da Resex do Rio Xingu (Amomex); Associação de Moradores da Resex do Riozinho do Anfrísio (Amora); Centro de Conservação da Biodiversidade da UFPA; Defensoria Pública Estadual de Altamira; ED; Funai/Altamira; FVPP; Gisela Moreau; ICMBio; Ibama; MPF - Ministério Público Federal de Altamira; Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Cidade de Altamira (MMTCCA); Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS); Prefeitura Municipal de Altamira/ Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Secretaria de Meio Ambiente; Rios Internacionais (IR); Universidade Federal do Pará (UFPA).

O que foi feito

► GESTÃO TERRITORIAL

- Organização e realização da 7ª reunião da Rede Terra do Meio com participação de associações indígenas Kayapó, da Associação Terra Indígena Xingu (Atix) e da Articulação Xingu Araguaia (AXA);
- Suporte a quatro associações comunitárias da Terra do Meio na organização da gestão;
- Qualificação de informações de degradação florestal no noroeste da Resex Riozinho do Anfrísio, subsidiando reuniões e ações do Ministério Público Federal;
- Apoio na articulação de reuniões e organização de informações sobre a retirada ilegal de madeira no norte da Resex Riozinho do Anfrísio e Flona Trairão;
- Participação do ISA e Atix no Encontro de Sementes dos Kayapó;
- Articulação para formalização do Mosaico de Áreas Protegidas da Terra do Meio;
- Criação do Observatório Ambiental de Altamira;
- Participação no GT de combate ao desmatamento de Altamira e integração do Conselho Gestor do Programa Municípios Verdes do Pará;

Formação de Lideranças em Gestão Territorial nas Resex da Terra do Meio, © Acervo ISA



- Produção de notas técnicas sobre roubo de madeira e desmatamento na Terra do Meio;
- Fortalecimento das associações extrativistas por meio de organização interna, gestão de novos projetos e participação no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX);
- ISA passou a integrar o conselho consultivo da Estação Ecológica da Terra do Meio.

▶ SAÚDE E EDUCAÇÃO - ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

- Realização do segundo, terceiro e quarto módulo e das atividades entre módulos do curso de Formação em Gestão Territorial para a Terra do Meio;
- Participação em grupo de trabalho constituído pelo Ministério da Educação para definir linhas de educação diferenciada para as Resex da Terra do Meio;
- Articulação com a Secretaria de Saúde e Educação para missões de saúde e recursos específicos destinados às Resex e novos professores, respectivamente;
- Plano de atuação diferenciada para a saúde das populações extrativistas da Terra do Meio construído a partir de diagnóstico de Saúde nas Resex.

▶ ATIVIDADES ECONÔMICAS

- Apoio na execução de convênio entre empresa compradora de borracha e associações comunitárias das Resex da Terra do Meio;
- Renovação de contrato da comunidade do Riozinho do Anfrísio com a empresa Firmenich para comercialização de óleo de copaíba;
- Comercialização de 50 toneladas de castanha para a empresa Ouro Verde;
- Intercâmbios sobre modos de produção de óleos na Resex do Rio Iriri com participação das três Resex da Terra do Meio e agricultores familiares do projeto Sementes da Floresta;
- Realização de intercâmbio com extrativistas na Mercur S.A. e Quirino Borrachas; e revisão de contrato de borracha;
- Implantação de seis barracões de armazenamento de castanha;
- Construção de uma casa de seringa na Resex Riozinho do Anfrísio;
- Implantação do fundo de capital de giro para o babaçu.

▶ BELO MONTE

- Monitoramento do processo de licenciamento ambiental da usina hidrelétrica de Belo Monte;
- Análise e acompanhamento das condicionantes para implantação da obra. Destaque para condicionantes relativas ao componente indígena, desmatamento regional associado com a implantação da obra e monitoramento de impactos socioambientais da Volta Grande do Xingu;
- Elaboração e publicação semestral de análise de atendimento de condicionantes e implantação do PBA com base em relatórios da empresa concessionária, pareceres técnicos do Ibama e pronunciamentos oficiais de demais órgãos envolvidos no licenciamento;
- Participação como conselheiro do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS Xingu). Membro permanente da Câmara Técnica de Monitoramento de Condicionantes Ambientais da UHE de Belo Monte (CTM);
- Elaboração de Termo de Referência e avaliação de propostas para monitoramento independente do atendimento e eficácia das condicionantes socioambientais de Belo Monte;
- Notificação extrajudicial ao BNDES relativa aos danos socioambientais decorrentes do descumprimento de obrigações estipuladas no licenciamento ambiental (condicionantes e PBA);



Encontro de Sementes dos Kayapó, © Acervo ISA

- Acompanhamento de condições de aprovação e desembolso do empréstimo do BNDES para implantação da UHE de Belo Monte;
- Solicitação de indeferimento da licença ambiental do projeto de mineração de ouro para ser executado na Volta Grande do Xingu, exatamente na área mais atingida pela implantação da hidrelétrica de Belo Monte, e a menos de 10 km das Terras Indígenas Paquiçamba e Arara da Volta Grande. O projeto denominado Belo Sun está sendo licenciado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Pará;
- Produção de notícias sobre o processo de licenciamento de Belo Monte para esclarecimento da sociedade e atendimento à imprensa por meio de entrevistas para revistas, jornais, rádios e televisões dos principais meios de comunicação brasileiros e internacionais.

Indicadores

- Aprovação de projeto para as associações extrativistas da Terra do Meio no PDRS Xingu;
- Construção de infraestrutura de saúde e formação na Resex do Rio Iriri;
- Processamento de aproximadamente 1,2 toneladas de sementes convertidas em óleos na mini-usina da Resex do Rio Iriri.

Avaliação

O ano de 2012 foi conturbado na região de Altamira e Terra do Meio, com obras de Belo Monte a todo vapor, chegada de 50 mil novos habitantes na região e aumento de conflitos na região. Apesar de duas grandes operações do ICMBio, Ibama, PF e Exército na região do Riozinho do Anfrísio e Flona Trairão, a exploração de madeira aumentou e diversas estradas madeireiras foram abertas no interior da Resex, uma delas chegando até a beira do rio próximo à comunidade Lajeado no Alto Riozinho. Mesmo com esse cenário, alguns marcos importantes foram atingidos como a consolidação da unidade produtiva de óleos na Resex do Rio Iriri, a construção de escola, posto de saúde, alojamento e outras obras formando um pólo de desenvolvimento e inclusão social na Resex do Rio Iriri completando a infraestrutura básica em uma Resex da Terra do Meio. O ISA também continuou ativo no Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS Xingu), atuando em três

câmaras técnicas com intensas articulações: Monitoramento das Condiçantes; Povos e Populações Tradicionais; e Regularização Fundiária.

Perspectivas

Em 2012, com a finalização das obras na Resex do Rio Iriri, encerrou-se a implantação de pólos de desenvolvimento e inclusão social nas Resex da Terra do Meio. O grande desafio é, a partir das estruturas prontas, atrair o governo estadual para a realidade das Resex com vistas à melhoria na implantação das políticas públicas de saúde e educação iniciadas nos últimos anos e também na inclusão de novas políticas capazes de dialogar com a realidade das populações extrativistas.

Outro grande desafio que se coloca para os próximos dois anos é o diálogo sobre a valorização de produtos do Xingu, com a criação de um selo de origem para eles. Prevê-se ainda o aumento da produção de borracha e funcionamento de um sistema de capital de giro e financiamento, combinando recursos doados e políticas públicas. Serão também realizados os dois módulos finais (de um total de oito) do curso de formação em gestão territorial, atividade fundamental para que os extrativistas compreendam melhor as expectativas da sociedade em relação a eles, e que eles consigam dialogar com essas expectativas no sentido de melhorar as políticas públicas de consolidação de seus territórios.

Com relação ao acompanhamento do processo de licenciamento de Belo Monte, o ISA contratou duas pessoas para aprofundar o acompanhamento do monitoramento de impactos referentes ao desmatamento, à vulnerabilidade territorial das Terras Indígenas no entorno da usina e impactos socioambientais na região da Volta Grande do Xingu. Em 2013, deve se iniciar o processo de monitoramento independente de condicionantes no marco da Câmara Técnica de Monitoramento dentro do PDRS Xingu cujo foco é conferir o atendimento de obrigações socioambientais da empresa, sua eficácia e o grau de satisfação social de sua implantação na região. Preveem-se ainda articulações entre as diversas redes da Bacia do Xingu no sentido da formação de uma instância de gestão para o ordenamento da bacia.

Melhores momentos

- Finalização da construção de três pólos de inclusão social nas Resex da Terra do Meio;
- Aprovação de R\$ 795.000,00 em projetos para gestão das Associações das Resex da Terra do Meio;
- Intercâmbio de comunitários da Terra do Meio em São Paulo e Rio Grande do Sul para conhecer fábricas de processamento de borracha (Quirino) e artefatos de Borracha (Mercur).



Intercâmbio de comunitários da Terra do Meio para conhecer fábricas de processamento de borracha, © Marcelo Salazar/ISA

AMAZÔNIA

RAISG - REDE AMAZÔNICA DE INFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL GEORREFERENCIADA

O que é

A Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg) é um espaço de intercâmbio e articulação de informações socioambientais georreferenciadas, a serviço de processos que vinculam positivamente os direitos coletivos com a valorização e sustentabilidade da diversidade socioambiental na Panamazônia.

O principal objetivo da Raisg é produzir e divulgar informação qualificada sobre a Amazônia e suas Áreas Protegidas e Territórios Indígenas, para assegurar a defesa dos direitos socioambientais, dos territórios indígenas e das áreas protegidas; inserir as populações locais nos processos de planejamento da conservação e do desenvolvimento; monitorar políticas públicas. Estimular e viabilizar a cooperação, com metodologia baseada em coordenação de esforços, mediante processo acumulativo, descentralizado e público de intercâmbio, produção e divulgação de informação.

É formada por 11 instituições de oito países amazônicos, sob coordenação do ISA:

- ACT - The Amazon Conservation Team Suriname
- DEAL - Direction de l'environnement, de l'aménagement et du logement - Guyane
- EcoCiencia
- FAN - Fundación Amigos de la Naturaleza
- FGA - Fundación Gaia Amazonas
- IBC - Instituto del Bien Común
- ICV - Instituto Centro de Vida
- IMAZON - Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia
- IVIC - Instituto Venezolano de Investigaciones Científicas - Centro de Ecología, Laboratorio de Biología de Organismos
- Provita



RAISG REDE AMAZÔNICA DE INFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL GEORREFERENCIADA

Fontes de financiamento

Avina; Rainforest Foundation Noruega, Ford Foundation, Skoll Ford Foundation

Equipe

Pelo ISA, participam da Rede:

Beto Ricardo (Programa Rio Negro), coordenador; Alicia Rolla (Programa Monitoramento de Áreas Protegidas); coordenadora adjunta; Cícero Cardoso Augusto (Geoprocessamento)

Linhas de ação

- Compilação e sistematização de informações cartográficas;
- Produção e análise de dados;
- Avaliação do desmatamento;
- Capacitação e fortalecimento institucional.

O que foi feito

No ano de 2012 demos seguimento às atividades destinadas à avaliação das pressões e ameaças às Áreas Protegidas e Territórios Indígenas na Amazônia, que culminaram neste ano no *Atlas Amazonía Bajo Presión* (tiragem de 2.000 exemplares), que traz encartado o mapa *Amazonía 2012, Áreas Protegidas e Territórios Indígenas: Desmatamento 2000-2010*. Estão previstas para 2013 as versões em português e inglês (tiragem de 1.000 exemplares em cada língua).

Além destes produtos, as instituições sócias continuaram trabalhando na avaliação do desmatamento na Amazônia de todos os países, sendo que o Imazon é a instituição responsável pela parte brasileira. A avaliação é feita com base em imagens de 2000, 2005 e 2010, e encontra-se em fase de validação dos dados.

Em junho de 2012, durante a Rio+20 a Raisg foi apresentada no stand da Fundação Ford, para mais de 100 pessoas, com resultados preliminares do desmatamen-



Reunião da RAISG em Lima, Peru, 2012, © Acervo ISA

to. Notícias e um vídeo amador documentando a apresentação podem ser vistos no site da rede: www.raisg.socioambiental.org.

Em agosto/2012 foi realizada uma ampla reunião de trabalho em Lima, com o objetivo de: 1) revisar em grupo e validar o conteúdo dos capítulos do Atlas por tema, agregando informação específica como Box e fotos; 2) avaliar em grupo os resultados alcançados na avaliação do desmatamento por país e; 3) escrever um projeto novo para captação de recursos, com metas até 2015.

A reunião anual da rede de 2012 foi realizada de 1º a 6 de dezembro, em Santa Cruz, na Bolívia, com o lançamento simultâneo do Atlas *Amazonía bajo Presión*.

A página da rede na web foi reformulada, e disponibiliza os dados do mapa Amazonía 2012 em versão online e também por meio de webserviços, que permitem a visualização e utilização dos dados compilados e dos produzidos pela Raisg nos serviços particulares de informação.

Produtos

▶ Amazonía Bajo Presión

• informação sobre um conjunto de seis pressões e ameaças sobre a Amazônia na última década:

- estradas
- petróleo e gás
- hidroelétricas
- mineração
- focos de calor
- desmatamento
- analisados por cinco unidades territoriais:
 - Toda a Amazônia
 - Amazônia de cada país
 - Bacias Hidrográficas
 - Áreas Naturais Protegidas
 - Territórios Indígenas

• 55 mapas, 61 tabelas, 23 gráficos, 16 boxes e 73 fotografias, 68 páginas.

O produto foi lançado simultaneamente nos países integrantes da Rede, mediante um plano de comunicação sob embargo, acordado com os principais meios de comunicação em cada país resultando em:

- + de 120 inserções na mídia impressa e online em mais de oito países
- inserções de TV e rádio no Brasil, Bolívia e Peru
- 7.543 visitas ao blog Raisg (www.raisg.socioambiental.org)
- 4.875 downloads do arquivo pdf do Atlas
- 1.620 leituras completas da publicação online (ISSUU)
- 22.326 visualizações de páginas da publicação online (ao menos 10% das páginas visualizadas em uma única visita)

Indicadores

- Capacidade de interlocução com outras instituições e pesquisadores para constituir parcerias necessárias à consolidação da Rede;
- Capacidade de formular projetos e captar oportunidades;
- Crescimento do orçamento vinculado;
- Publicações/produtos próprios;
- Publicações/produtos em parceria.

Avaliação e perspectivas

O ano de 2012 foi decisivo para a Rede, em função do esforço envolvido na elaboração e publicação do Atlas. Foram muitas reuniões presenciais e virtuais, com um grande esforço coletivo para equalizar informações e perspectivas tão diferentes entre tantas instituições/países. A avaliação geral na reunião de 2012, realizada em dezembro, foi altamente positiva, e garantiu um bom desenho de um plano estratégico para a Rede de 2013 a 2015.

Em 2013 a Raisg deve lançar um produto específico sobre o desmatamento, além de um artigo científico sobre a experiência.



TEMA

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

O que é

O tema Povos Indígenas no Brasil é referência nacional na produção, análise e difusão de informações qualificadas sobre os povos indígenas no Brasil. Mantém, desde o início da década de 1980, uma ampla rede de colaboradores e, paralelamente, estabelece trocas cotidianas com os programas do ISA, principalmente aqueles que trabalham em parceria com as associações indígenas (Xingu e Rio Negro). Essa rede contribui com informações para as publicações e os sites do tema.

Ao disponibilizar à sociedade brasileira e ao público de línguas portuguesa, inglesa e espanhola um conjunto sistematizado de informações sobre povos indígenas, o tema supre uma grande lacuna. Os sites Povos Indígenas no Brasil e PIB Mirim podem ser acessados a partir do portal do ISA (www.socioambiental.org) ou diretamente em (<http://pib.socioambiental.org> / <http://pibmirim.socioambiental.org/>)

A série *Povos Indígenas no Brasil*, publicada desde 1980, é outra importante fonte de informações produzida pela equipe e evidencia o acompanhamento permanente das políticas públicas voltadas a essas populações. O último volume abarca o período de 2006 a 2011 e foi lançado em novembro de 2011.

Equipe

Fany Pantaleoni Ricardo (coordenação); Bruno Bevilacqua Aguiar, Frederico Viegas, Graziela Rissato, João Ricardo Rampinelli, Marília Garcia Senlle, Silvio Carlos, Tiago Moreira dos Santos, Tatiane Klein.

Colaboradores: Julio Cezar Melatti, Beto Ricardo, Renato Sztutman, Valéria Macedo, Marcos Rufino, Luis Donisete, Marta Amoroso, Majoi Gongora.

Fontes de financiamento

Embaixada da Noruega

Cafod – Agência Católica para o Desenvolvimento



Site Povos Indígenas no Brasil

O que é

É hoje a principal fonte de informação qualificada na internet sobre os Povos Indígenas no Brasil, lançado em 1997, reestruturado em 2002 e finalmente reformulado em 2008, o site traz informações gerais sobre a situação atual dos índios no Brasil: quem são, onde estão, quantos são, que línguas falam, seus modos de vida, direitos, organizações, projetos e parcerias, as questões que envolvem a demarcação de Terras Indígenas, depoimentos indígenas, em mais de 170 de artigos temáticos gerais.

Além destes, o site disponibiliza a Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil, com 209 verbetes que abarcam 204 povos indígenas e nove regiões culturais/contextos. Tanto artigos quanto verbetes estão ricamente ilustrados com imagens que compõem também a galeria online do site, disponibilizando para visualização pública cerca de 2400 imagens, uma parte do importante acervo do ISA.

O site também apresenta uma compilação de notícias que permite pesquisar um acervo de mais de 100 mil notícias publicadas entre 1945 e os dias atuais. Ademais, o site conta com uma seção de downloads na qual é possível baixar boa parte das publicações do ISA gratuitamente.

A reformulação do site feita em 2008 vinculou as informações apresentadas ao sistema de bancos de dados sobre Terras Indígenas, produzido pelo Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas. As informações sobre TIs foram disponibilizadas online primeiramente na plataforma Caracterização Socioambiental das Terras Indígenas, que em 2011 foi substituída pelo painel de dados e indicadores “De Olho nas Terras Indígenas”.

Alcance

O número de visitantes do site continua crescendo. No período de janeiro a dezembro de 2012, o número total de visitas foi de 1.257.641, que realizaram 3.054.549 visualizações de páginas. O número de visitas representa um aumento de 6,13% em relação ao mesmo período do ano de 2011 (Fonte: Google Analytics). Do total de visitas, 1.072.587 são do Brasil.

O site está traduzido para o inglês (<http://pib.socioambiental.org/en>) e foi acessado no período por outros 194 países/territórios, como Estados

Unidos, com 28.355 visitas, Colômbia, com 14.010, Argentina, com 11.711 e Portugal com 10.981 (janeiro a dez de 2012).

Desde 2009 o conteúdo tem sido traduzido para o espanhol (<http://pib.socioambiental.org/es>), com prioridade para os verbetes dos povos indígenas que vivem na Amazônia brasileira e na fronteira sul do país, além de parte do conteúdo geral do site, completando 149 verbetes publicados nesse idioma.

Para ampliar o alcance das informações disponibilizadas, o site tem perfis nas redes sociais que, além de divulgar conteúdos próprios, permite dar visibilidade a conteúdos de parceiros, fortalecer redes indígenas e indigenistas online e informar em tempo real sobre acontecimentos relevantes no tema. Na conta no Twitter (@povosindigenas) houve um crescimento significativo no período: o número de seguidores passou de 3.908 (dezembro/2011) para 6.039 (dez/2012).

Já no Facebook, a página do PIB <http://www.facebook.com/povosindigenasnobrasil>, criada em novembro/2011, foi “curtida” por mais de 4.700 usuários (abr/2013).

Além disso, mais de 500 e-mails de usuários buscando informações sobre povos indígenas foram recebidos no período.

O que foi feito

► Criação de novos conteúdos

- Publicação do verbete sobre o povo Arara da Volta Grande do Xingu <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/arara-da-volta-grande-do-xingu>>;
- Publicação do verbete sobre o povo Pataxó <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/pataxo>>;
- Publicação no site de 10 narrativas indígenas sobre “A cosmopolítica das mudanças (climáticas e outras)” <[http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/narrativas-indigenas/a-cosmopolitica-das-mudancas-\(climaticas-e-outras\)](http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/narrativas-indigenas/a-cosmopolitica-das-mudancas-(climaticas-e-outras))>;
- Publicação do artigo “O Censo 2010 e os povos indígenas” por Marta Maria Azevedo, antropóloga e demógrafa
- Tradução de oito verbetes para o espanhol: Amanayé, Arara da Volta Grande do Xingu, Anambé, Jiahui, Kaxarari, Kokama, Krikati, Paresi;
- Tradução de oito verbetes para o inglês: Arara da Volta Grande do Xingu, Korubo, Puyanawa, Tapayuna, Gavião Parkatejê, Krikatí, Shanenawa e Tsohom-Dyapá;
- Disponibilização do último volume da série Povos Indígenas no Brasil 2006-2010 para visualização e download no Google Books <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/downloads>>;
- Pesquisa de vídeos para criação de seção específica em cada verbete;
- Pesquisa de imagens e implementação de *slideshows* nos artigos do menu superior;
- Novos endereços adicionados à lista de sites indígenas <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/iniciativas-indigenas/autoria-indigena/sites-indigenas>>.



► Melhorias

- Criação de novos links internos para melhorar a navegação nos diferentes conteúdos do site;
- Atualização dos diversos dados populacionais a partir do último Censo do IBGE;
- Revisão das imagens e edição de novas imagens (fotografias e vídeos);
- Substituição dos links da antiga caracterização de TIs para o novo painel de indicadores De Olho nas Terras Indígenas
- Nova apresentação das três seções de Narrativas Indígenas, com imagens;
- Revisão e padronização geral de conteúdo, textos e verbetes;
- Implementação de slideshows nos artigos do menu superior;
- Significativo aumento do uso de ferramentas de interação com o público, como o Twitter e Facebook, afirmando a posição do site como fonte de informações qualificadas em tempo real.

Avaliação

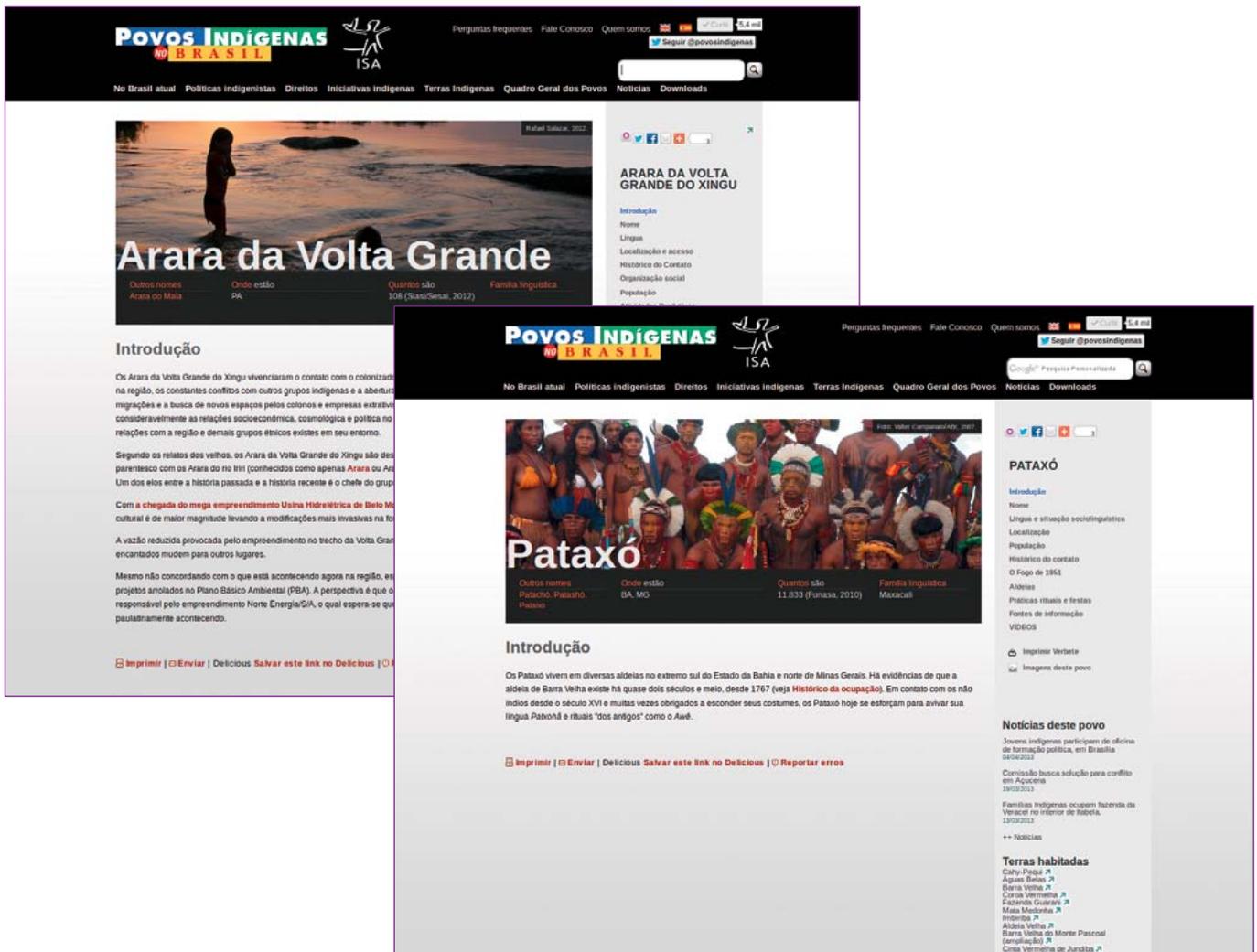
No ano de 2012 seguimos aumentando o conteúdo do site com novos verbetes, artigos, traduções, imagens, vídeos e downloads. O crescimento do acesso ao site tem se mantido ano a ano, reafirmando sua posição como principal fonte de informações qualificadas na internet sobre os Povos Indígenas no Brasil.

Hoje são poucos os povos que não tem verbete na enciclopédia: dos 238 povos listados em nosso Quadro Geral, apenas cerca de 30 não contam com um.

A enorme quantidade de páginas no site PIB tem colocado desafios quanto ao desenvolvimento de ferramentas de pesquisa e navegação do site. A próxima reformulação do site deve alcançar uma navegação que ofereça mais possibilidades de pesquisa e refinamento, bem como um esquema de sugestão de conteúdos relacionados ao pesquisado, tornando mais fácil que o usuário encontre informações significativas.

Notamos também que a possibilidade do site em relacionar conteúdo enciclopédico e conteúdo noticioso deve ser aprofundada, incrementando a capacidade de dar destaques a ocorrências emergenciais, gerar mobilização, apoiar campanhas etc. Para que isso ocorra é importante a integração entre o site Povos Indígenas no Brasil, os demais sites do ISA e as redes sociais. Atualmente o formato do site não comporta muito bem áreas de destaque para conteúdos noticiosos, de modo que também isso é um objetivo que buscaremos alcançar na próxima reformulação.

Como o mais acessado entre os sites do ISA, o PIB tem o poder de gerar tráfego e encaminhar usuários aos outros sites do ISA como o portal institucional, o De Olho nas Terras Indígenas, Unidades de Conservação na Amazônia e demais sites dos programas, bem como divulgar as publicações impressas/digitalizadas feitas por outros programas..



Site Povos Indígenas no Brasil Mirim (PIB Mirim)

O que é

Criado em junho de 2009, o PIB Mirim (<http://pibmirim.socioambiental.org/>) é o primeiro site voltado ao público infanto-juvenil sobre a diversidade sociocultural dos povos indígenas no Brasil.

Em linguagem apropriada ao público a quem se destina, os objetivos dessa iniciativa são mostrar a diversidade dos povos indígenas de maneira educativa e lúdica; romper com os estereótipos amplamente difundidos; e despertar o interesse e o respeito das crianças às culturas indígenas existentes no País.

Os conteúdos do PIB Mirim também servem de suporte para os professores abordarem a temática indígena em sala de aula, visto que, em 2008, foi sancionada a Lei nº 11.645 que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e médio.

No período de janeiro a dezembro de 2012, o número total de visitas foi de 344.818, que realizaram 714.732 visualizações de página. Durante o ano de 2012 houve um incremento percentual de 11,77% no número de visitas em comparação com 2011, comprovando uma tendência de crescimento já identificada na interação com os usuários.

A maior parte dessas visitas é feita a partir do Brasil (315.201), mas como o site está traduzido para o inglês, o alemão e o espanhol, ele foi acessado também por pessoas de outros 160 países. O país que mais acessa o site, depois do Brasil, são os Estados Unidos, com o número total de 3.063 visitas. Em seguida, a Alemanha, com 2.365, e a Colômbia, com 2.159 visitas (*Fonte: Google Analytics*).

• Como o site está organizado

Para criar e organizar os conteúdos do site foi fundamental levar em consideração as expectativas, dúvidas e interesses das crianças diante do tema. Com base nesta ideia, a elaboração dos textos do PIB Mirim partiu de questões que apareceram nos e-mails enviados pelas crianças. Os conteúdos giram em torno de cinco grandes eixos: Antes de Cabral, Quem

são, Onde estão, Como vivem e Línguas. Cada um deles se subdivide em seções, cujos assuntos se desdobram em uma série de perguntas e respostas encadeadas, de fácil entendimento.

A equipe realizou inúmeras pesquisas bibliográficas, aliadas às conversas com especialistas em antropologia, arqueologia e educação, entre outras áreas de conhecimento. Uma constante pesquisa audiovisual tem enriquecido o site com fotos, mapas, desenhos e vídeos.

O PIB Mirim busca dar espaço aos conteúdos produzidos pelos próprios indígenas ou em parceria com eles. Conta com vários conteúdos elaborados pelas comunidades com as quais o ISA desenvolve projetos, como é o caso de populações da região do Alto Rio Negro e do Parque Indígena do Xingu. Vídeos sobre brincadeiras e línguas indígenas, textos sobre jogos, alimentação, divisão das tarefas cotidianas, além de diversos desenhos são alguns dos exemplos.

Paralelo a esse trabalho, a equipe, junto com a 8D Games, empresa especializada em jogos e interação digital, criou o espaço Aldeia Virtual, que inclui três mini-jogos (Corrida de Toras, na aldeia circular, e Arco e Flecha e Coleta da Pupunha, na Aldeia Yanomami).

• Aldeia Virtual

Aldeia Virtual é um espaço interativo que explora a diversidade cultural dos povos indígenas de maneira a conciliar diversão e aprendizado. Para a equipe, era fundamental a criação de um ambiente virtual que mostrasse as diferenças entre os povos, isto é, aquilo que os particulariza, afastando assim o estereótipo do "índio genérico".

No jogo, o primeiro contato do participante com o diferente se dá quando ele faz o cadastro. Além de preencher os dados convencionais, é necessário escolher um avatar (personagem), com o qual brincará. Os avatares são desenhos criados a partir de referências reais sobre sete povos indígenas: Ashaninka, Asurini do Xingu, Karajá, Krahô, Matis, Xikrin Kayapó e Yanomami.

Logo no início, o jogador se depara com desenhos de índios muito diferentes entre si, pois destacam estéticas singulares. Depois de escolher uma etnia e nomear o avatar, a criança está pronta para brincar na Aldeia Virtual: conversar com as pessoas que estiverem online e conhecer a aldeia circular, espaço livremente inspirado nas aldeias do Cerrado, e na aldeia Yanomami, o mais novo ambiente do jogo. Nas duas aldeias, os participantes conversam por meio da ferramenta de bate-papo, trocam impressões sobre o site e o jogo e fazem amizades. A novidade da Aldeia Virtual é a aldeia Yanomami. Com este novo ambiente, as crianças podem ver como é uma aldeia na região amazônica, conhecer a arquitetura dos Yanomami, além de aprender um pouco sobre os seus modos de vida. Nesta aldeia existem dois mini-jogos, Coleta da Pupunha e Arco e Flecha. Estas duas atividades foram escolhidas por serem centrais para esse povo, além de permitirem a criação de cenas bastante divertidas para as crianças.



O que foi feito

Durante o período houve uma transição na equipe do site PIB Mirim. Uma das estratégias adotadas pela nova equipe, para a familiarização com os conteúdos do site e seu formato, foi realizar uma revisão geral do site e uma atualização dos dados apresentados. Nesse sentido realizamos:

- Revisão dos textos adequando-os ao Acordo Ortográfico de 2009;
- Revisão e atualização dos dados populacionais de povos indígenas;
- Revisão das terras indígenas (TIs) citadas no site e a incorporação de terras demarcadas;
- Atualização dos mapas;
- Pesquisa para a produção e atualização de novos conteúdos para o site, sobre os temas de artes e formas indígenas de contar histórias.

Para além disso, procuramos estreitar laços com professores, comunidades escolares e profissionais de comunicação que trabalham com a temática indígena. Nesse sentido:

- No dia 24 de abril realizamos uma atividade junto aos alunos do Ensino Médio da Escola Graded, localizada em São Paulo. A atividade buscou discutir a situação dos povos indígenas no Brasil com foco em seus direitos territoriais.
- Em 22 de agosto realizamos uma atividade junto aos alunos do ensino fundamental na Escola Lourenço Castanho, também em São Paulo. A atividade buscou discutir a diversidade cultural dos povos indígenas que vivem no Brasil.
- Em 22 de novembro a equipe do site foi convidada a participar como palestrante do ComKids Green, no SESC Vila Mariana, em São Paulo. O evento, que reuniu profissionais de comunicação envolvidos com produtos infantis, teve como um de seus resultados uma publicação online (disponível em: <http://snack.to/fvkiw5mk>), que conta com um texto sobre o site Povos Indígenas no Brasil Mirim.



Durante o período estabelecemos ainda parcerias importantes para a divulgação do site - como a participação na rede afetiva do filme Tainá 3 (veja aqui <http://migre.me/dEX82> o material de divulgação) - e para o incremento de nossos conteúdos - parceria com Paula Menezes, do Território do Brincar (<http://www.territoriodobrincar.com.br>).

No mais, realizamos melhorias nos conteúdos do site, mantivemos os serviços que oferecemos ao público do site (e-mails, Fale Conosco, edição e moderação dos comentários no site do PIB Mirim) e fortalecemos a interação por meio da rede social Twitter.

Avaliação

O site PIB Mirim é mais uma das contribuições do ISA para a disseminação de informações de qualidade sobre os povos indígenas - aqui o foco está nas novas gerações. O site apresenta a temática indígena de forma educativa e interessante tanto para crianças de 7 a 12 anos (público alvo inicial), quanto para jovens e educadores. Todos eles recebem o site como uma importante fonte de informação para suas pesquisas.

O site tem tido acessos provenientes dos mais diferentes estados do País (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Bahia). Com a tradução dos conteúdos para o inglês, alemão e espanhol, alcança o público de outros países (Estados Unidos, Portugal e Alemanha).

Em todas as páginas há um espaço aberto para a publicação de comentários e toda semana, são postados inúmeros recados com perguntas, observações e elogios ao PIB Mirim. O público é bem diverso: são crianças que entram primeiro na Aldeia Virtual e acabam passeando pelas seções do site; outras procuram informações para fazer seus trabalhos escolares; há também educadores que utilizam o site em suas atividades de sala de aula etc.



Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil

O que é

A Enciclopédia, disponível no site Povos Indígenas no Brasil desde 1997 traz 209 verbetes. A obra ainda não está completa.

Essa iniciativa, cujo objetivo é divulgar na internet a diversidade sociocultural dos índios, conta, para a elaboração dos conteúdos, com o vasto acervo de documentos, imagens e mapas do ISA, e com sua rede de colaboradores. Os textos abordam temas relativos aos modos de vida, à organização social, ao histórico do contato, à língua, às terras e outros aspectos culturais, políticos e econômicos dos diferentes grupos.

A Enciclopédia é resultado de um processo permanente de sistematização e atualização de informações provenientes de diferentes fontes. Esse esforço muitas vezes é acompanhado por alguns desafios descritos abaixo.

- Quadro dos Povos

A questão da etnicidade é um dos desafios na atualização desse quadro dinâmico que mostra a sociodiversidade contemporânea no Brasil. Particularmente a história dos povos indígenas inclui processos de fusão e divisão.

Estabelecer os critérios que diferenciam um “povo” de uma “comunidade” ou de um “subgrupo” é algo arbitrário e nem sempre consensual. Há critérios sociológicos (identificados pelos pesquisadores), nativos (apontados pelos próprios grupos) e eminentemente políticos (visando o reconhecimento de direitos ou a obtenção de benefícios) para a identificação de um grupo étnico, que nem sempre são coincidentes e cujas fronteiras são intercambiáveis. Assim, classificar e contabilizar o número de povos indígenas acarreta imprecisão e implica constante revisão e atualização. Daí a adequação da rede virtual, que mantém aberta a possibilidade de atualizações, de acordo com as reivindicações e esclarecimentos feitos pelos colaboradores indígenas e não indígenas do ISA.

No contexto atual, é possível que o processo mais emblemático do dinamismo do quadro étnico no Brasil seja aquele relativo às chamadas “identidades emergentes” (ou “índios ressurgidos”, ou “índios resistentes”). Nos últimos anos, aumenta o número de populações que passa a reivindicar pública e oficialmente a condição de indígena. Trata-se de famílias que, miscigenadas e territorialmente espoliadas, deslocadas e concentradas ao longo do tempo, reencontram, no presente, contextos políticos e históricos favoráveis à retomada de identidades coletivas indígenas (um povo, um nome). A questão é complexa e está imbricada com a concentração fundiária no País e a precariedade dos serviços públicos de promoção do bem estar social. Nesse quadro, a reivindicação da identidade indígena traz consigo a conquista de direitos territoriais e de assistência diferenciada nos serviços de saúde e educação, bem como financiamentos para projetos econômicos.

- Edição

A maior parte dos verbetes hoje disponíveis no site foi elaborada por pesquisadores, geralmente antropólogos ou linguistas, com conhecimento específico sobre um determinado povo. Mesmo quando um texto é construído com a colaboração direta do autor, a tarefa de edição não costuma ser fácil. Os pesquisadores estão normalmente envolvidos em inúmeras atividades e, por esse motivo, a equipe realiza vários contatos até finalmente concluir todas as etapas necessárias para a publicação do verbete (revisão e edição, retorno para o autor, seleção de fotos, levantamento de dados sobre população e localização, edição em web, aprovação do autor e publicação).

Nos últimos anos por causa da pouca disponibilidade dos especialistas para redigir os verbetes, estamos investindo cada vez mais na edição a partir de conteúdos preexistentes encontrados em teses, livros, artigos, relatórios e outros tipos de documentos. A equipe reúne o material, existente muitas vezes no acervo do ISA, e o edita em formato de verbete, destacando itens como “nome”, “língua”, “localização”, “população”, “histórico da ocupação e do contato”, “organização social”, “cosmologia”, “rituais”, “atividades produtivas”, “notas sobre as fontes” e “fontes de informação”. Depois disso, uma primeira versão é encaminhada para o(s) autor(es) para que faça(m) acréscimos e correções que julgar(em) necessários. No projeto gráfico do verbete, cada item corresponde a uma página, de modo que cada verbete pode ser assinado por diferentes autores.

Esse processo de edição, apesar de mais trabalhoso, tem resultado em verbetes de boa qualidade, pois reúne o melhor conteúdo produzido sobre um povo específico em uma linguagem adequada ao público heterogêneo do site.